SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN

Rio Grande do Norte , 10 de Setembro de 2019 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO X | Nº 2101

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO MATO GRANDE (CISMAG))

GERENCIA ADMINISTRATIVA DO CISMAG
CISMAG - TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2019

CNPJ 26.641.492/0001-98
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2019

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MATO GRANDE E O MUNICÍPIO SÃO MIGUEL DO GOSTOSO OBJETIVANDO FORMALIZAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

O PRESIDENTE DO CISMAG – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MATO GRANDE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Contrato de Consórcio Público do CISMAG, as Atas das Assembleias Gerais realizadas nos dias 14 de dezembro de 2018, 25 de janeiro de 2019 e 15 de fevereiro de 2019 e o MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.396/0001-90, representado pelo seu Prefeito, o Sr. José Renato Teixeira de Souza, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamento na Resolução n° 002/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO: O presente acordo tem por objeto a cooperação entre os entes representativos, tendo em vista a necessidade da utilização da CPL de um dos Municípios Consorciados para realização de procedimentos licitatórios e chamamentos públicos em favor do Consórcio.

Parágrafo único: Ficará o Consórcio, isento de qualquer ônus ou responsabilidade de estabelecer o controle da atividade funcional dos servidores do Município, cabendo ao Executivo Municipal, tão somente ceder sua estrutura administrativa e de pessoal.

Cláusula Segunda – DA FINALIDADE: O presente termo de cooperação tem por finalidade efetivar o princípio da economicidade, tendo em vista que no presente momento, o consórcio dispõe de estrutura administrativa mínima para funcionamento e necessita da cooperação da CPL do Município de São Miguel do Gostoso para realizar os seus processos de licitação, chamamentos públicos e/ou contratações.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES:

I – DO CONSÓRCIO:

a) Repassar todas as informações necessárias para a execução do objeto do Acordo de Cooperação;

b) Designar Coordenador e Suplente para acompanhar e fiscalizar as atividades, bem como para preparar o relatório final;

c) Pagar JETONS aos servidores do Município Consorciado, caso haja dotação orçamentária e regulamentação mediante resolução para tal finalidade.

II – DO MUNICÍPIO CONSORCIADO:

a) Fornecer a estrutura e servidores responsáveis para executar o objeto do Acordo de Cooperação;

b) Designar Coordenador e suplente para acompanhar as atividades;

c) Realizar o acompanhamento dos processos de sua competência;

d) Dispor dos membros da sua Comissão Permanente de Licitação para a realização de licitações, chamamentos públicos e/ou contratações de interesse do Consórcio sempre que houver necessidade.

e) Dispor da sua Procuradoria Geral para emissão de pareceres jurídicos na necessidade da realização de licitações, chamamentos públicos e/ou contratações de interesse do Consórcio.

III – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE:

O presente termo, tem por validade o prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se com a publicação do extrato deste na imprensa oficial.

Parágrafo Único: O presente termo poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, conforme conveniência entre as partes e justificativa devidamente fundamentada.

Cláusula Quarta – DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS: Para a execução dos objetivos desta cooperação, cada parte envidará esforços à execução do objetivo proposto realizando o encaminhamento das informações necessárias para a realização do certame.

Parágrafo único - O presente Termo de Cooperação não envolve transferência de recursos financeiros entre as partes, exceto o pagamento de JETONS por parte do Consórcio para os servidores membros da CPL, caso haja dotação orçamentária prevista e Resolução específica para tal finalidade.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO/RENÚNCIA: O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido de pleno direito e a qualquer tempo por consenso, ou no caso de infração de qualquer uma das cláusulas e obrigações nele estipuladas, mediante notificação escrita e prévia de qualquer uma das partes.

Cláusula sexta: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Fica eleito o foro da Comarca de João Câmara/RN, para dirimir quaisquer dúvidas do

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 15/01/2019 – 15/01/2021

Presidente: Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo

1º Vice-Presidente: Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti

2º Vice-Presidente: Prefeito Luiz Eduardo Bento da Silva

3º Vice-Presidente: Prefeita Maria Bernadete Nunes Rego Gomes

4º Vice-Presidente: Prefeito Thales André Fernandes

5º Vice-Presidente: Prefeito Odon Oliveira de Souza Junior

1º Secretário: Prefeito Dagoberto Bessa Cavalcante

2º Secretário: Prefeito José Edvaldo Guimarães Júnior

1º Tesoureiro: Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes

2º Tesoureiro: Prefeita Marina Dias Marinho

CONSELHO FISCAL

1 - Prefeita Jeane Carlina Saraiva Ferreira de Souza

2 - Prefeito Chilon Batista de Araújo Neto

3 - Prefeito José Arnor da Silva

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 - Prefeito José Marques Fernandes

2 - Deusdete Gomes de Barros

3 - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

presente termo de cooperação, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente TERMO em 03 (três) vias de igual teor, que passam a serem assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Touros/RN, 1º de abril de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO
Presidente do CISMAG

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:6BB5E3D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2018

PROCESSO Nº: Nº 1706160002/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2018

O MUNICÍPIO DE ACARI, CNPJ (MF) nº 08.097.008/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.525.854-04 doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **PATRÍCIA DANTAS DE MELO - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 08.815.076/0001-87, com sede na Rua Ananias Mariz, nº 144, Centro, Serra Negra do Norte/RN, neste ato representado pelo Sr. Edgley Faria Galdino, portador da Cédula de Identidade 1.702.101, expedido pelo ITEP/RN, CPF nº 028.305.004-74, doravante denominada PROMITENTE CONTRATADA, e de acordo com as formalidades constantes do **Processo nº 1706160002/2017**, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2017**, com fundamento legal na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Federal n° 3.555, de 08 de agosto de 2000, com suas alterações e demais legislações correlatas, Decreto Federal n° 7.892/2013 e Decreto Municipal n° 014/2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 031/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o aditamento de prazo do Contrato para contratação de empresa para SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PESSOAS E ENCOMENDAS, para atender ao Município de Acari/RN**,** devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no **Pregão Presencial nº 014/2017**, a qual passa a fazer parte deste documento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CONTRATO
2.1 - O presente Contrato terá validade por mais 12 (doze) meses, cujo termo inicial será a partir de 05 de julho de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. A prorrogação de prazo do **Contrato nº 026/2018** tem seu fundamento no artigo 57 da Lei Federal n° 8.666, de 21de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

4.1 **–** Ficam RATIFICADAS as demais cláusulas e condições não alteradas por este instrumento.

Acari, 05 de Julho de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL	*PATRÍCIA DANTAS DE MELO - ME*
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
CPF:

_____
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:DC0AAEBF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2253/2019- EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2019-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2253/2019 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2019 (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2019) CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AFONSO BEZERRA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.294.688/0001-71, sediada na Praça Cívica 09 de junho, SN, centro, CEP nº 59.510-000, Afonso Bezerra /RN, **CONTRATADO**: JOAQUIM LUIZ BEZERRA TAVARES, CPF: 130.976.104-30. **OBJETO**: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIAS DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E A SECRETARIA DE TRANSPORTES, MOBILIDADE E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**: 02.010.15.452.0002.2.043.33.90.36. **VALOR MENSAL R$ 400,00** (quatrocentos reais), **VALOR GLOBAL**: **R$ 1.600,00** (hum mil e seiscentos reais) **VIGÊNCIA**: A presente contratação vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019. **Assinaturas** em 02/09/2019, **Pela Contratante: FRANCISCO DAS CHAGAS FÉLIX BERTULEZA, CPF nº 392181124-49, Pela Contratada: JOAQUIM LUIZ BEZERRA TAVARES, CPF: 130.976.104-30.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:BB86E8C6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

A Secretaria Municipal de Educação através do Fundo Municipal de Cultura de Afonso Bezerra - RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso I artigo 1º da lei complementar nº 567 de 2017, publicado no D.O.M. de 13/10/2017, edição 1621
Resolve:
Art. 1º - Tornar público o presente Edital para concessão de Bolsa para músicos integrantes de filarmônicas que participarem do Projeto Afonso Bezerra Cultural.
Art. 2° - Divulgar o edital que estabelece as normas de seleção para a concessão de bolsas aos interessados, que será publicado também na página eletrônica do Município.
1. DO OBJETO
1.1 O objeto deste edital é conceder bolsas para a realização do Projeto Afonso Bezerra Cultural. Serão selecionadas as filarmônicas

locais que contemplem as datas do projeto e possam se apresentar em praça pública.
O objetivo da Bolsa 2019 é promover o deslocamento, e alimentação do músico para um espaço de apresentação, em conjunto com outros artistas, profissionais das instituições envolvidas e suas respectivas comunidades, contribuindo para a transformação social dos territórios de vulnerabilidade onde estão localizadas as bandas. O Projeto Afonso Bezerra Cultural é baseado na experiência do processo criativo, e, portanto, sem a expectativa de um trabalho acabado.
1.2.1 O cronograma do projeto é:
Outubro
Novembro
Dezembro
1.3 O Projeto Afonso Bezerra Cultural terá duração de 03 (três) meses, estimulando a troca de experiência e o trabalho de invenção coletiva durante o período. Obrigatoriamente, o artista deverá se cadastrar na SME e ser residente da cidade de Afonso Bezerra.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
2.1 Serão destinados recursos da ordem de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
2.2 Os recursos necessários para desenvolvimento desta ação são oriundos da LOA da função 13 denominada Fortalecimento Cultural, com aporte projeto/atividade 2101, apoio a eventos culturais ,elemento de despesa 33.90.31.
3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA
3.1 Este edital entrará em vigor na data de publicação, no DOM, da Portaria que o institui e terá validade de 03 (três) meses á contar da data de homologação do resultado final. O edital poderá ser prorrogado uma única vez por igual período em ato devidamente motivado.
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
4.1 Poderão se candidatar às bolsas deste Edital pessoas físicas, brasileiros natos ou naturalizados e estrangeiros residentes no município de Afonso Bezerra RN, a partir de agora identificadas como "proponentes".
4.2 O proponente assume, no ato da inscrição, total responsabilidade pela veracidade das informações fornecidas, bem como pela absoluta conformidade entre o projeto inscrito e as regras deste edital.
4.3 É vedada a inscrição de: servidores, terceirizados ou profissionais que tenham vínculo de trabalho com a Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra,RN.
4.4 O proponente obriga-se a fazer contato com o Grupo Gestor da SME para a realização da proposta.
5. DO VALOR DAS BOLSAS
5.1 Serão concedidas bolsas de R$ 167,96 (cento e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos), 17% do salário mínimo, aos participantes do Projeto por apresentação, sendo nominal e por CPF.
7. DAS INSCRIÇÕES
7.1 As inscrições serão gratuitas e estarão abertas pelo prazo de 1 (um) dia, contados a partir do primeiro dia útil após a data de publicação da Portaria que institui o edital no Diário Oficial do Município, na SME de Afonso Bezerra.
7.2 Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados ou de anexos após a finalização da inscrição. Tampouco serão aceitas as inscrições que não sejam apresentadas de acordo com os prazos e exigências do presente edital, sob pena de desclassificação.

7.3. Será aceita apenas uma inscrição por CPF. As propostas poderão ser substituídas até o término do prazo para inscrição, ficando válida apenas a última proposta cadastrada por CPF. O proponente receberá um comprovante através do e-mail informado.
8. DO PROCESSO DE SELEÇÃO
8.1 Os projetos inscritos serão avaliados em 03 (três) etapas:
a) Etapa 1: habilitação dos projetos, de caráter eliminatório;
b) Etapa 2: avaliação e seleção pela Comissão de Seleção, de caráter classificatório;
c) Etapa 3: análise documental, de caráter eliminatório.

9. DA HABILITAÇÃO
9.1 Nesta etapa, a comissão de habilitação, formada por técnicos da SME, fará a análise do material solicitado para inscrição com o objetivo de verificar se o proponente cumpre as exigências previstas para inscrição no edital. Cabendo recurso a quem se sentir prejudicado.
9.2 Os recursos serão julgados pela Comissão de Habilitação, em até 05 (cinco) dias úteis, e homologados pela SME.

9.3. Os resultados dos habilitados serão dados por e-mail e fixado no mural das secretarias e prefeitura.
10. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO
10.1 Os projetos habilitados serão avaliados por uma Comissão de Seleção de 03 servidores da SME.
12. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR
Para a liberação do recurso financeiro, os seguintes documentos:
I. Cópia do RG;
II. Cópia do CPF;
III. Cópia de comprovante de residência;
IV. Dados bancários (banco, conta e agência);

V. Certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais, atualizada, retirada na Receita Federal;
VI. Documento assinado pelo selecionado declarando que as cópias são idênticas ao original;
VII. Se estrangeiro, o selecionado deve apresentar Documento de Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), onde conste a data de entrada no território brasileiro ou documento equivalente hábil a comprovar sua residência no Brasil.
13. DAS OBRIGAÇÕES:
13.2 Ficam sob a responsabilidade do contemplado todos os contatos, contratações, custos e encargos referentes ao desenvolvimento do projeto, inclusive o pagamento de direitos autorais, de acordo com a legislação vigente.
13.2.2 Ficam sob a responsabilidade do contemplado a aplicação de materiais adequados às atividades.
13.3 As atividades previstas em cada projeto deverão ser obrigatoriamente gratuitas.
.
13.6 Ao se inscreverem, os proponentes declaram a inexistência de plágio no projeto, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos nesse sentido.
13.7 Ao se inscrever neste edital, o candidato que for contemplado, concorda que seu projeto seja fotografado e/ou gravado em áudio e vídeo por pessoas.
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1 A inobservância das normas estabelecidas neste edital, constatada a qualquer tempo, implicará a eliminação do proponente.
14.3 As peças promocionais relacionadas à premiação deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
14.4 O descumprimento, total ou parcial do objeto, ou ainda em desacordo com a proposta selecionada, bem como dos termos deste edital e seus anexos implicará na adoção de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

14.5 O contemplado será o responsável nas esferas civil e penal pela realização do seu projeto, não cabendo à SME nenhuma responsabilidade sobre o conteúdo do mesmo.
14.6 As bolsas estarão condicionadas à existência de disponibilidade orçamentária e financeira das rubricas orçamentárias destinadas ao edital, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.
14.07 Os casos omissos relativos às disposições deste edital serão decididos pelo Secretário Municipal de Educação, ficando desde logo eleito o Foro da comarca de Afonso Bezerra/RN, para dirimir eventuais questões relativas a este edital.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Afonso Bezerra/RN, 09 de Setembro de 2019.

FRANCISCO DAS CHAGAS FÉLIX BERTULEZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:2A375FC2

LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO E RESULTADO DA LICITAÇÃO Nº 046/2019 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1653/2019

ATA DE JULGAMENTO E RESULTADO DA LICITAÇÃO Nº 046/2019 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 1653/2019 - Aos nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezenove, às 10h00min no prédio do núcleo administrativo da Prefeitura Municipal de Afonso Bezerra/RN, situado à Praça da Criança, nº 1000, Centro, Afonso Bezerra/RN, Setor de Licitação, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, para processamento do certame licitatório nº 046/2019, na modalidade tomada de preços. Aviso de abertura da proposta publicado no Diário Oficial do Município, (FEMURN) no dia **04/09/2019**, após abertura e análise da mesma pelo licitante e posteriormente encaminhado para emissão do parecer técnico de engenharia do município para julgamento e resultado da proposta de preços da empresa: **CONSTRUTORA PINHEIRO AVELINO LTDA, CNPJ Nº 08.459.869/0001-00.** A comissão Considerando a análise e decisão ou parecer do responsável pelo setor de engenharia, emitido pelo engenheiro, o Sr. Luiz Felipe da Silva Felix, CREA/RN nº 2115025466, com relação a proposta de preços, tendo como vencedora a proposta da empresa acima citada com o valor de **R$ 137.381,26 (cento e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos)**. Momento em que foi confeccionado o aviso de apuração da proposta que teve como vencedora a **CONSTRUTORA PINHEIRO AVELINO LTDA, CNPJ Nº 08.459.869/0001-00** com o valor supracitado.

SANDRA MARIA DE SOUZA PADILHA BEZERRA.
Presidente da CPL.

Publicado por:
Sandra Maria de Souza Padilha Bezerra
Código Identificador:EA0B7B38

LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE LICITAÇÃO –TOMADA DE PREÇO 043/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1860/2019

A comissão permanente de licitações da Prefeitura Municipal de AFONSO BEZERRA, CONVOCA os participantes da Tomada de Preço 043/2019 cujo objeto é a **Contratação de empresa de engenharia capacitada que possa executar os Serviços de Reforma na Praça dos Paulinos, localizada na Rua Cel. Antônio Pedro no Município de Afonso bezerra/RN**, para abertura dos invólucros de proposta comercial, visto o decurso do prazo recursal da fase de habilitação. A Sessão Pública será realizada no dia 12/09/2019, as 08h30min no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, Praça da Criança, nº 1000, Centro, CEP 59.510-000, Afonso Bezerra/RN.

SANDRA MARIA DE SOUZA PADILHA BEZERRA
Presidente da CPL.

Publicado por:
Sandra Maria de Souza Padilha Bezerra
Código Identificador:D200AFA9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2019.08.28-0001

SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO nº 2019.08.28-0001
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORMA DE 03(TRÊS) PRAÇAS EXISTENTES NESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, INCLUINDO PROJETOS COMPLEMENTARES, ORÇAMENTOS, MEMORIAL DESCRITIVOS E CRONOGRAMA DA OBRA: Dispensa de Licitação nº DV00028/2019. DOTAÇÃO: UNIDADE: 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTE E URBANISMO - FUNÇÃO: 15 – URBANISMO - SUBFUNÇÃO: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA - PROGRAMA: 0020 - IMPLENTANDO A INFRA ESTRUTURA MUNICIPAL - PROJETO/ATIVIDADE: 2.084 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS TRANSPORTE E URBANISMO - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36-00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA – PF - ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39-00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA - PJ. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será determinado: Até o dia 31 de dezembro de 2019. PARTES CONTRATANTES: PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA e MESSIAS FERNANDES NETO, inscrito no cadastro nacional de pessoa física sob o nº 099.941.244-20, com endereço José Moreira do Nascimento, 581 "A" – Centro – Tenente Ananias/RN. Item(s): 1.
Valor: R$ 8.000,00(oito mil reais).

Alexandria - RN, 28 de Agosto de 2019

ARODO DE ALMEIDA BRAGA
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:48CA458E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00029/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORMA DE 03(TRÊS) PRAÇAS EXISTENTES NESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, INCLUINDO PROJETOS COMPLEMENTARES, ORÇAMENTOS, MEMORIAL DESCRITIVOS E CRONOGRAMA DA OBRA. MESSIAS FERNANDES NETO, inscrito no cadastro nacional de pessoa física sob o nº 099.941.244-20, com endereço José Moreira do Nascimento, 581 "A" – Centro – Tenente Ananias/RN. Item(s): 1. Valor: R$ 8.000,00(oito mil reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Prefeitura Municipal de Alexandria. RATIFICAÇÃO:

Alexandria - RN, 26 de Agosto de 2019

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:8990C8BD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00029/2019

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00029/2019
Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00029/2019, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORMA DE 03(TRÊS) PRAÇAS EXISTENTES NESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, INCLUINDO PROJETOS COMPLEMENTARES, ORÇAMENTOS, MEMORIAL DESCRITIVOS E CRONOGRAMA DA OBRA; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MESSIAS FERNANDES NETO, inscrito no cadastro nacional de pessoa física sob o nº 099.941.244-20, com endereço José Moreira do Nascimento, 581 "A" – Centro – Tenente Ananias/RN. Item(s): 1. Valor: R$ 8.000,00(oito mil reais)

Alexandria - RN, 26 de Agosto de 2019

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:C83BBC65

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 577, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 577, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a **FRANCISCO LINDEMBERG DE BRITO,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Assessor Nível A, Matrícula nº 1.453, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Natal/RN, a importância de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 29.312-1, referente à diária no período do dia 05 de setembro de 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 04 de setembro de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:D7D1BC2E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 578, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 578, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao(a) Servidor(a) **JORGE EDUARDO ANANIAS DE SOUSA OLIVEIRA,** ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde, Matrícula nº 1.427, lotado(a) no Secretaria Municipal de Saúde, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de João Pessoa/PB, a importância de R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 18.188-9, referente à diária no período do dia 06 de setembro 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 05 de setembro de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:F5A9BC30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17/2019

O Exmo. Sr. **Waldênio Carlos Belarmino de Amorim**, Prefeito Municipal de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. ARTUR CARLOS DA SILVA, inscrito no CPF sob o n° 098.103.734-28, ao cargo em comissão de *Agente de Desenvolvimento do SEBRAE* neste Município.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Palácio Felinto Gadelha, em Almino Afonso/RN, 09 de setembro de 2019.

WALDÊNIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Matheus Silva Calors
Código Identificador:F96AF96C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Vacância de Cargo Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Angicos,

Considerando ter sido concedida a aposentadoria a Sra. MARIA DE FÁTIMA CADÓ DANTAS, em 01 de Fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR a vacância do cargo de Escriturária, ocupado anteriormente por Maria de Fátima Cadó Dantas, matrícula nº 0200**,** lotada na Biblioteca Pública Municipal, deste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

Publique-se. Cumpra-se

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:84033BA3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 105/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Vacância de Cargo Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Angicos,

Considerando ter sido concedida a aposentadoria a Sra. MARIA IVONE RODRIGUES BATISTA, em 01 de Fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR a vacância do cargo de Escriturária, ocupado anteriormente por Maria Ivone Rodrigues Batista, matrícula nº 0075**,** lotada na Biblioteca Pública Municipal, deste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

Publique-se. Cumpra-se

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:7C0646FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 106 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do município de Angicos,
RESOLVE:

Art. 1º- Nomear o Senhor**JOSÉ NILBERTO OLIVEIRA DA SILVA,** portador do RG n º 1.475.410 ITEP/RN e inscrito no CPF sob o nº 968.829.484-53**,**para o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente do Município de Angicos/RN.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 03 de Setembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:8FCAA884

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1520/2019 09 DE SETEMBRO DE 2019

PLL nº. 0406/2019 Autor: João Evangelista de Menezes Filho

Dá denominação ao Ginásio Poliesportivo do Distrito de Soledade–Apodi-RN, de Luís Targino de Oliveira e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica denominado o Ginásio Poliesportivo do Distrito de Soledade–Apodi-RN, de Luís Targino de Oliveira.

Primeiro Parágrafo. O Ginásio Poliesportivo conterá placa com o nome de Ginásio de Esportes, juntamente com um pequeno histórico do Senhor Luís Targino de Oliveira.
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:82555A67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1331/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO POR APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

Considerando: que, nos termos do art. 40, § 1º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, aposentar-se-ão compulsoriamente ao completarem 70 (setenta) anos de idade;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Senhora **Silvia Alves de Morais Oliveira,** portadora de matrícula, **9400 – GNO-A – Auxiliar de Infraestrutura/Serviços Gerais**, pertencentes ao quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Parágrafo único - A exoneração de que trata este artigo é decorrente da aposentadoria compulsória do referido servidor, que extingue automaticamente seu contrato de trabalho com esta Autarquia, como consequência imediata por completar a idade de 70 (setenta) anos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 09 de setembro de 2019.
.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:EA8D1AC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1330/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO POR APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

Considerando: que, nos termos do art. 40, § 1º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, aposentar-se-ão compulsoriamente ao completarem 70 (setenta) anos de idade;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Senhora **Maria das graças de Melo Oliveira,** portadora de matrícula, **9128 – PM3-J – Professora Especialista**, pertencentes ao quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na Estrutura Básica da Administração Pública Municipal de Apodi-RN.

Parágrafo único - A exoneração de que trata este artigo é decorrente da aposentadoria compulsória do referido servidor, que extingue automaticamente seu contrato de trabalho com esta Autarquia, como consequência imediata por completar a idade de 70 (setenta) anos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 09 de setembro de 2019.
.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:3C254865

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 174/2019, 29 DE JULHO DE 2019*

Designa membros para gerenciamento do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - FMDPI e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e,
RESOLVE:

Art. 1ºDesignar Membros para gerenciamento do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI; e dá outras providências;

I –**Maria José da Silva Bezerra,**inscrito no CPF/MF sob o nº. 430.114.204-59, Matrícula nº 134-2, Secretária Municipal de Assistência e Cidadânia para exercer a função de**Gerente financeira do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - FMDPI**;

II –**Raimundo Gonçalves de Mesquita,** inscrito no CPF/MF sob o nº 429.359.384-53, agricultor, presidente do Conselho Municipal de Diretos do Idoso, para exercer a função de**Gerente Financeiro do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - FMDPI**;

Efetuar abertura de conta, transferências eletrônicas, pagamentos eletrônicos, alterações de senhas, extrato bancários normal e de aplicação, cadastro de computadores, alteração de limites de pagamento e de transferência;

Parágrafo primeiro – Os Membros para gerenciamento do Fundo de Direitos da Pessoa idosa assinando em conjunto.

Art. 2º Os Membros poderá ser alterada a qualquer momento por ato da Prefeita Municipal.

Art. 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita

Baraúna- RN, 29 de Julho de 2019.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita Municipal

*Republicado por Incorreção.

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:4A7CF614

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
CERTIDÃO SANEADORA AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2019.

Considerando os autos do Pregão Presencial SRP nº 013/2019 – Processo Administrativo nº 072/2019 destinado ao Registro de Preços destinado à contratação de pessoa jurídica visando à locação de aparelho automático para realização de exames biológicos, hematológicos (hemograma e contagem de plaquetas) e a aquisição de material de consumo e permanente destinados ao laboratório do Hospital e Maternidade Francisco Bezerra Sobrinho localizado no Município de Baraúna/RN.
Considerando que o presente procedimento foi iniciado e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN), edição nº 2.069, na data de 26 de julho de 2019, Diário Oficial Estado do Rio Grande do Norte (DOE/RN), edição nº 3.095, na data de 26 de julho de 2019 e Diário Oficial da União, edição nº 141, na data de 26 de julho de 2019, com data aprazada para às 09h do dia 03 de julho de 2019 portanto, publicado em sua normalidade;

Considerando que quando da análise final do processo licitatório observou-se que equivocadamente, conforme consta no MAPA DE FASE DE LANCES/NEGOCIAÇÃO, fora registrado o **TEXTO** "***SEM LANCE"*** quando da ***fase de lances/negociação no item 35*** para a empresa MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.969.641/0001-06 conforme consta da ata da sessão pública em 14 de agosto de 2019, folha nº 607 constante do processo em epígrafe. **In Verbis:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	**MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP**
35	Tubo edta k3 4ml cx 100 (tampa roxa).	Cx	120	**R$ 44,62 SEM LANCE**

Considerando a necessidade de se promover a devida correção na ata da sessão pública em 14 de agosto de 2019, folha nº 607 frente ao erro encontrado na aludida ata de sessão pública, e, sendo assim **certifico que onde se lê:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	**MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP**
35	Tubo edta k3 4ml cx 100 (tampa roxa).	Cx	120	**R$ 44,62 SEM LANCE**

Retifica-se e passa-se a ler:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	**MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP**
35	Tubo edta k3 4ml cx 100 (tampa roxa).	Cx	120	**R$ 44,62** ***FOI SOLICITADO DESISTÊNCIA DO ITEM, TENDO EM VISTA ERRO DE DIGITAÇÃO NO VALOR PROPOSTO. OFERTA CANCELADA***

Considerando que houve erro quando da digitação do texto ***"SEM LANCE***" visto que o representante legal do licitante MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.969.641/0001-06 havia solicitado a desistência do item de acordo com o texto: "***FOI SOLICITADO DESISTÊNCIA DO ITEM, TENDO EM VISTA ERRO DE DIGITAÇÃO NO VALOR PROPOSTO. OFERTA CANCELADA".*** Há que se registrar que o erro não passa de simples irregularidade formal, que em nada prejudica o desenvolvimento do procedimento licitatório, contratação e tampouco sua legalidade. Não há que se falar em prejuízo ao licitante MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, CNPJ: 07.969.641/0001-06, uma vez que a desistência do item foi solicitada pelo licitante e que corroborando com a desistência, o mesmo assinou a Ata de Registro de Preços nº 003/2019 e Termo de Contrato nº 003/2019 os quais não constam o item nº 35 (Tubo edta k3 4ml cx 100 (tampa roxa) tendo em vista também que o referido item fora arrematado por outro licitante participante.

Considerando que o saudoso Hely Lopes Meirelles que: ***"a orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar". ....*** A necessidade, que apresenta-se tem caráter acessório e não substancial e, dessa forma, não enseja nulidade. Por conseguinte, a falha apresentada não ultrapassa o limiar da mera irregularidade formal, ou então, meramente procedimental, sanável a qualquer tempo.
Considerando que fora seguido os seguintes ritos licitatórios:
a) Fora concedido prazo de recurso, de acordo com a ata da sessão pública em 14 de agosto de 2019, folhas nº 610 a 618, *sem, contudo ter sido apresentado o recurso contra decisão do pregoeiro*, conforme resultado do julgamento do Pregão em tela publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 21 de agosto de 2019, edição nº 2.087;

b Fora adjudicado e homologado o presente certame em 23 de agosto de 2019 e 26 de agosto de 2019, respectivamente e publicados no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 29 de agosto de 2019, edição nº 2.093;

c)As Atas de Registros de Preços nº 001/2019, 002/2019 e 003/2019 e Termos de Contratos nº 001/2019, 002/2019 e 003/2019 foram devidamente assinados e publicados no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 02 de setembro de 2019, edição nº 2.095.

Certifico por fim que não houve prejuízo aos licitantes participantes tendo sido respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, competividade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, primando-se pelos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

Dê-se ciência e

Cumpra-se

Baraúna/RN, 09 de setembro de 2019.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Ordenadora de Despesas do Município de Baraúna/RN

Hely Lopes Meirelles. **Licitação e Contrato Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 14ª ed., 2006, p.140.

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:9A37916D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2019 PROCESSO Nº. 01080001/19

TIPO: Menor Preço por item
OBJETO: Registro de preços para Aquisição de Coberturas e Curativos especiais, destinados a pacientes com úlceras em tratamento na Unidade Mista de Saúde Maria Gomes da Rocha e Unidades Básicas, da Secretaria de Saúde do Município de Barcelona, de acordo com as informações constantes no anexo I – Termo de Referência.
ITEM (NS) ADJUDICADO (S) E VALOR TOTAL:
Os itens ADJUDICADOS ao licitante **SOS COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP - CNPJ: 28.167.665/0001-03**; foram: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, com o valor total de R$ 221.877,10 (Duzentos e vinte e um mil oitocentos e setenta e sete reais e dez centavos).
BASE LEGAL: Lei n° 10.520/2002 subsidiada pela Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.
ADJUDICAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preços compatíveis com os praticados pelo Mercado, o Pregoeiro declarou vencedora do certame as licitantes **SOS COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP - CNPJ: 28.167.665/0001-03** e seus respectivos itens com o valor total, conforme já especificado acima e decidiu adjudicar em favor da licitante acima citada o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 4°, XX, da Lei n° 10.520/2002.

Barcelona/RN, em 09 de setembro de 2019.

RUBENS SUASSUNA CARNEIRO
Pregoeiro

Publicado por:
Rubens Suassuna Carneiro
Código Identificador:E1099634

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2019 PROCESSO Nº. 23080001/19

TIPO: Menor Percentual sobre o valor total dos bens leiloados
OBJETO: Contratação dos serviços profissionais de Leiloeiro oficial para realização de leilão público, visando à alienação de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e sucata de veículos, pertencentes ao patrimônio do município de Barcelona/RN, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.
ITEM (NS) ADJUDICADO (S) E VALOR TOTAL:
Os itens ADJUDICADOS ao licitante **FILIPE PEDRO DE ARAUJO - CPF: 059.857.374-70 - RG; 1747720 ITEP/RN**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR COMISSÃO PAGA PELO COMITENTE %
01	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO. Sobre moveis, semoventes, mercadorias, joias e outros efeitos.	PERCENTUAL	5%
02	SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO. Três por cento sobre bens imóveis de qualquer natureza	PERCENTUAL	3%

BASE LEGAL: Lei n° 10.520/2002 subsidiada pela Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações, c/c nos termos do art. 24 da Lei nº 21.981/32.
ADJUDICAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preços compatíveis com os praticados pelo Mercado, o Pregoeiro declarou vencedora do certame as licitantes **FILIPE PEDRO DE ARAUJO - CPF: 059.857.374-70 - RG; 1747720 ITEP/RN** e seus respectivos itens com o percentual, conforme já especificado acima e decidiu adjudicar em favor da licitante acima citada o objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 4°, XX, da Lei n° 10.520/2002.

Barcelona/RN, em 09 de setembro de 2019.

RUBENS SUASSUNA CARNEIRO
Pregoeiro

Publicado por:
Rubens Suassuna Carneiro
Código Identificador:5D975CF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 117/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I – **CONCEDER** a Sra. Erika Camila do Nascimento Santos, matrícula 159259-9, inscrita no CPF nº 100.788.174-71, ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), totalizando R$ 50,00 (cinquenta reais), para custear as despesas de deslocamento a cidade de Santa Cruz/RN, no dia 11 de setembro do corrente ano, para tomar parte Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional dos Territórios do Trairi e Potengi..

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

III – Publique-se e cumpra-se.

Barcelona/RN, 09 de setembro de 2019.

VICENTE MAFRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:FBCD25DC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 188/2019

PORTARIA N° 188/2019 - GP de 30 de Agosto de 2019.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar **Everton Rodrigues da Silva**, Secretário-adjunto de Administração, Planejamento e Finanças, a responder, pelo titular da Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças desta Prefeitura, por tempo indeterminado.
Art. 2º - Designar o mesmo servidor, acima identificado, para responder interinamente pelo expediente das Secretarias Municipais de Cultura, Sec. Mun. de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, Sec. Mun. de Obras Transporte e Serviços Urbano e Sec. Mun. do Turismo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bento Fernandes/RN, 30 de Agosto de 2019.

PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:0E03A22A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 114

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3643 – **DISPENSA DE LICITAÇÃO**: 56/2019 - **CONTRATO** Nº 114
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: STENIO DA SILVA SOUSA-EIRELI; CNPJ: 32.137.769/0001-42
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de locação de Trator D4 ou similar para a manutenção de limpeza do aterro controlado do Município de Boa Saúde/RN
VALOR TOTAL: R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)
DATA DE ASSINATURA: 06/09/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/09/2019 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II e Art. 55 da Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Stenio da Silva Sousa; CPF n° 048.871.594-63
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:3849D348

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 226 - **CONVITE** n° 02/2019 - **CONTRATO N°** 53– **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Boa Saúde/RN, CNPJ: 08.142.655/0001-06. **CONTRATADO:** TELHAS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 10.804.127/0001-17. **OBJETIVO:** Constitui objetivo deste Termo Aditivo n° 01/2019, a prorrogação da vigência passando a vigorar de 16/09/2019 à 15/02/2020, que tem como objeto a Contratação de empresa de engenharia para reforma da Escola Municipal Sebastião Antônio dos Santos, Zona Rural de Boa Saúde/RN – Lote 02. **DATA DE ASSINATURA:** 09/09/2019. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal n° 8.666/93. **DAS ASSINATURAS:** Pela Contratante, a Srª. Maria Edice Francisco e Félix, CPF n° 188.429.334-49, Prefeita e Pela Contratada, o Sr. Gilvan Augusto de Lima, CPF n° 736.840.234-34. **TESTEMUNHAS:** assinatura no termo aditvo.

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:CA0D435F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PROCESSO Nº 3.318/2019 – TOMADA DE PREÇOS: 02/2019 - ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

De acordo com os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação e o que fundamenta a Lei n° 8.666/93 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, usando das atribuições que me são conferidas, em função de terem sidos cumpridas todas as formalidades legais sem que tenha havido interposição de recursos decorrente dos atos relacionados com o pleito chancelado,**HOMOLOGO**o resultado do julgamento da presente licitação proferido da Tomada de Preços 02/2019 pela Comissão Permanente de Licitação e**ADJUDICO**o seu objeto em

favor da empresa**FAN CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ n° 09.254.081/0001-20**, por ter apresentado a proposta no valor global de **R$ 62.317,86 (sessenta e dois mil, trezentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos)**, inclusive em se considerando a avaliação constante dos autos, ao tempo em que autorizo o setor competente desta Prefeitura a proceder a convocação da referida empresa para assinar o contrato, nos termos do edital de licitação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Boa Saúde/RN, 09 de setembro de 2019

MARIA EDICE FRANCISCO E FÉLIX
Prefeita

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:6AF9A326

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2019 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 – ENTREGA DE DOCUMENTOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2019 – ENTREGA DE DOCUMENTOS

O Município de Boa Saúde/RN, através da Comissão designada pela Excelentíssima Senhora Prefeita, nomeada pela Portaria nº 020/2019 de 12 de fevereiro de 2019, alterada pela portaria nº 023/2019 de 11 de março de 2019, alterada pela portaria nº 031/2019 de 01 de abril de 2019, alterada pela portaria nº 062/2019 de 30 de maio de 2019, **CONVOCA**, nos termos do item 9 do edital, o candidato classificado no resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2019, para entrega dos documentos referentes ao item 9.4 do edital do processo seletivo, na Secretaria Municipal de Administração, tendo posse das cópias autenticadas em cartório e/ou originais dos documentos solicitados, nos dias 10 e 11 de setembro de 2019, das 9h à 16h, **para substituição do candidato antecessor, no qual solicitou rescisão do contrato.**

FUNÇÃO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS - CÓDIGO: S0005			
Ordem Classificação	**Nº de Inscrição**	**Nome do Candidato**	**SITUAÇÃO**
02	**0012**	**IRINEU MOREIRA DA SILVA**	**CADASTRO DE RESERVA**

Boa Saúde/RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA EDICE FRANCISCO E FELIX
Prefeita Municipal

Publicado por:
José Walter de Oliveira Filho
Código Identificador:7779D91D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 064 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 - GP

PORTARIA DE Nº. 064 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 - GP

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso V e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o(a) Sr(a). ERICK HENRIQUE BERNARDO TORRES, inscrito(a) no CPF/MF sob nº. 082.919.974-89, para o cargo de provimento em comissão de PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO Símbolo CC-1, integrante do Quadro de Pessoal deste Município, lotado(a) na Procuradoria Geral.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Bodó RN, 09 de setembro de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:9577077B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 127/2019

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N° 127/2019

PARTES:PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ, inscrita no CNPJ sob n°. 01.612.374/0001-20 e **DAMIÃO JOAQUIM DA SILVA NETO**, inscrito no CPF nº. 071.678.384-38.**OBJETO**: Distrato do Contrato n° 127/2019.**FUNDAMENTOS DA RESCISÃO:** Fundamenta-se o presente termo de rescisão contratual no art. 79, inciso II e §1º, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas contratuais.**DATA DE ASSINATURA**: 09 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Bodó
MARCELO MARIO PORTO FILHO

Prefeito Municipal
DAMIÃO JOAQUIM DA SILVA NETO
Contratado

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:2EBE3CD7

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 06/2019-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 06/2019-CMAS

Aprova plano de ação para co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social ano 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN, reunido no dia 16 de agosto de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno.

Considerando, que é competência do Conselho Municipal de Assistência Social emitir resolução quanto às suas deliberações;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o plano de ação para co-financiamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social ano 2019.
.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BODÓ/RN, 16 de Agosto de 2018.

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:336EC3C6

GABINETE DO PREFEITO
CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES GESTÃO 2019/2020

CALENDÁRIO ANUAL
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes Gestão 2019/2020

MÊS	DIA
SETEMBRO	13
OUTUBRO	11
NOVEMBRO	13
DEZEMBRO	13
JANEIRO	13
FEVEREIRO	13
MARÇO	13
ABRIL	13
MAIO	13
JUNHO	12
JULHO	13
AGOSTO	13

MARIA ERIVANIA ALBUQUERQUE
Presidente

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:AD30BFAA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS - BJPREV
PORTARIA Nº 000023/2019 - APOSENTADORIA - NIBSAN MACIEL DA SILVA FERREIRA

Aposentadoria art. 6º da EC 41/2003 (Especial Professor)

Portaria nº 000023/2019

Bom Jesus/RN, 06 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora NIBSAN MACIEL DA SILVA FERREIRA.

A GERENTE DE PREVIDÊNCIA DO BJPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas nos termos do art. 70 e incisos, da Lei Municipal nº 364/2017, de 25 de maio de 2017.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição com proventos Integrais** à servidora **NIBSAN MACIEL DA SILVA FERREIRA,** portadoraa do RG nº 280.092, SSP-RN, CPF nº 205.990.214-20, Efetiva, no cargo PROFESSOR P-3/J, Matrícula Funcional n.º 2071, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Bom Jesus, nos termos do art. 6º incisos I, II, III, IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal e art. 34, incisos I, II, III, IV da Lei Municipal nº 364/2017, conforme processo do BJPREV nº 000008/2019, a partir desta data até a posterior deliberação**, com paridade e proventos integrais acrescidos das seguintes vantagens:**

07 (sete) quinquênios correspondentes a 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

CLAUDETE GOMES DE SOUZA SILVA
Gerente de Previdência
BJPREV

Publicado por:
Hykkinen Lopes de Medeiros
Código Identificador:4313417E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAR POR INCORREÇÃOPORTARIA Nº 190/2019-GP**

REPUBLICAR POR INCORREÇÃOPORTARIA Nº 190/2019-GP**

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:
Art. 1º. Ficam designados os senhores servidores Eliana Paulino de Lima, Maria das Graças Figueiredo de Lima, Nágila Betânia Teixeira, e Marilda Maia Silva Alves Nascimento, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Seleção Pública e de Entrevista do Programa Mais alfabetização da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Brejinho-RN.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se

AV Antônio Alves Pessoa, 1066, Centro, Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 02 de setembro de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:1EC1C3DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°193/2019-GP.

PORTARIA N°193/2019-GP.

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Senhora Maria de Fatima Valdevino da Silva, portadora do CPF: 101.945.674-43, para o Cargo de Coordenadora Geral, junto a estrutura da Secretaria de Assistência Social**,** desta Prefeitura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 02 de setembro 2019.

Publique-se. Cumpra-se

Avenida Antônio Alves Pessoa, 1066, Centro, Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 09 de setembro de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:DD5C6D27

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 194/2019-GP

PORTARIA N° 194/2019-GP

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° – Convocar e nomear a conselheira Tutelar suplente a Sra. **Micheline Nunes de Oliveira** para que substituir o Conselheira Tutelar **Edna Maria da Costa**, no período de férias (30 dias) a contar do dia 02/09/2019 até 02/10/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se

Avenida Antônio Alves Pessoa, 1066, Centro, Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 09 de setembro de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:CC3F0A5E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 017/2019

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2019.

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pelo Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento, datado do dia 04 de setembro de 2019, indicou como vencedora da Licitação – Pregão Presencial com Registro de Preços nº 017/2019, a Empresa ***FELIPE DE OLIVEIRA FONSECA EIRELI EPP, CNPJ: 10.763.947/0001-08*** *com o valor global de* ***R$ 273.552,00 (Duzentos e setenta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais),*** para *AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS (SEM USO) E RECAPAGEM DE PNEUS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL*, conforme especificações contidas na sua proposta de preços, haja visto que foram as melhores apresentadas as Edilidades. Diante disso, autorizo a celebração dos instrumentos contratuais, tudo dentro das normas estabelecidas no referido edital.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 09 de setembro de 2019.

Prefeito Municipal.

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:C273B1F8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE CONVOCAÇÃO - PP 017/2019

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Processo número: 00910/2019.
Licitação: Pregão Presencial com Registro de Preços nº 017/2019.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS (SEM USO) E RECAPAGEM DE PNEUS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL.

Por este termo do Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN, fica **CONVOCADA,** para a assinatura da Ata de Registro de Preços, proveniente do referido processo, a empresa: ***FELIPE DE OLIVEIRA FONSECA EIRELI EPP, CNPJ: 10.763.947/0001-08,*** devendo comparecer junto a CPL no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação deste, caso contrário, terá o instrumento contratual cancelado.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de setembro de 2019.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Presidente da CPL/CRV

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:7BB7A23D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE SESSÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2019

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI N.º 11.947/2009 E RESOLUÇÃO FNDE N.º 26/2013.

ATA DE SESSÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2019

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dez horas na sala da Comissão Permanente de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN, reuniu-se o Presidente e Membro da Comissão de Licitação, designados por intermédio da Portaria nº 039/2019 de 02 de setembro de 2019 do excelentíssimo senhor prefeito, deu início à licitação na **Modalidade Chamada Pública nº. 001/2019,** na data e horário marcado, conforme aviso afixado no mural de avisos da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), no dia 16/08/2019, tudo de acordo com Decreto Municipal que regulamenta o uso da licitação na modalidade Chamada Pública no município.
Iniciando os trabalhos foi aberta a fase de credenciamento, quando foi constatado que não compareceu nenhum licitante interessado em participar do certame. Situação que foi lamentada por todos, tendo o Presidente declarado a reunião **DESERTA**. Em ato continuo o presidente resolveu reavisar o certame, para a data de 23/09/2019 às 10h00min, momento em que foi confeccionado o extrato de reaviso da licitação para a devida publicação. Em seguida a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e Membro da Comissão de Licitação.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de setembro de 2019.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Presidente – CPL

MARIA APARECIDA CÂMARA
Membro - CPL

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:8442240C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
REAVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 001/2019

REAVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA 001/2019

O Presidente da Comissão de Licitações vem por meio deste comunicar a todos os interessados, que em virtude da sessão marcada para o dia 09 de setembro de 2019, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART.14 DA LEI N.º 11.947/2009 E RESOLUÇÃO FNDE N.º 26/2013, ter sido declarada DESERTA, que a nova data para abertura dos envelopes fica agendada para o dia 23 de setembro de 2019 as 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN (Setor de Licitação), situada na Rua São Sebastião, SN, Centro, Caiçara do Rio do Vento/RN.

Caiçara do Rio do Vento/RN em 09 de setembro de 2019.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Presidente – CPL.

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:350522F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROC. LICITATÓRIO SMSC/RN N° 190828570 – INEXIGIBILIDADE Nº 029/2019 ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Aos quatro dias de setembro do ano de dois mil e dezenove, no horário de sete horas às treze horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caicó/ RN, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Robson de Araújo para dar continuidade a Licitação acima epigrafada, visando o **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE NAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE NÃO HOUVE CREDENCIADO NO EDITAL Nº 028/2019 E/OU CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE O CER TIPO III EXIGE DE ACORDO COM PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE DISPÕE SOBRE O CER E/OU, CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE NECESSITAM TER SUA CARGA HORÁRIA AUMENTADA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO SERVIÇO,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN**.** Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado a presente o objetivo desta reunião, qual seja a análise da documentação encaminhada pelos proponentes: **KATIA PRYSCILLA FERNANDES DOS SANTOS – CPF: 090.418.634-27 – PSICOLOGIA, L K OVIDIO CLINICA ESPECIALIZADA LTDA – CNPJ: 32.906.013/0001-10 – TERAPIA OCUPACIONAL E FABIOLA CRISTINA ALVES DE AQUINO – CPF: 075.682.734-58 – PSICOLOGIA, ADALZINETE DA SILVA PEREIRA – CPF: 027.340.264-14 – FONOAUDIÓLOGA e NEURO ELETRO E IMAGENS EIRELLI – CNPJ: 23.361.549/0001-07.** Decidiram os membros da CPL julgar pela **HABILITAÇÃO dos Proponentes: KATIA PRYSCILLA FERNANDES DOS SANTOS – CPF: 090.418.634-27 – PSICOLOGIA, L K OVIDIO CLINICA ESPECIALIZADA LTDA – CNPJ: 32.906.013/0001-10 – TERAPIA OCUPACIONAL E FABIOLA CRISTINA ALVES DE AQUINO – CPF: 075.682.734-58 – PSICOLOGIA, ADALZINETE DA SILVA PEREIRA – CPF: 027.340.264-14 – FONOAUDIÓLOGA e NEURO ELETRO E IMAGENS EIRELLI – CNPJ: 23.361.549/0001-07.** A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN para conhecimento dos interessados. Nada mais havendo a ser dito ou questionado, o Presidente da CPL deu por encerrado os presentes trabalhos, os quais foram paralisados por tempo suficiente para a lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Caicó/ RN, 04 de setembro de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Membro

MARLY MAIA CAVALCANTE	*SÉRGIO EWERTON FERNANDES SOARES*
Membro	Membro

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:D25B25AE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 154/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 154/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 078/2019 – PROC. ADMINIST. MC/ RN N° 2019.05.22.0058

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Caicó/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO: Registro de preço para possível aquisição gradativa de brinquedos didáticos para as escolas de educação infantis da rede municipal de ensino**; **DATA DA ASSINATURA:** 09 de setembro de 2019; **VIGÊNCIA**: doze meses a contar da data de sua subscrição; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **PROMITENTE CONTRATADA** SILVANA ARAÚJO MARIZ MEDEIROS - EPP, inscrita no CNPJ nº 40.964.066/0001-16; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: **R$ 10.894,00, (dez mil oitocentos e noventa e quatro reais).**

Caicó/RN, 09 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:89686331

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROC. LICITATÓRIO SMSC/RN N° 190401440 – INEXIGIBILIDADE Nº 008/2019 ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Aos dois dias de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caicó/ RN, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Robson de Araújo para dar continuidade a Licitação acima epigrafada, visando o **Credenciamento de Instituições Médicas, Hospitalares, Laboratoriais e Profissionais de Saúde Autônomos**, para a **prestação de serviços consistentes na realização de consultas especializadas e/ou exames de média complexidade.** Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado o presente o objetivo desta reunião, qual seja a análise da documentação encaminhada pelo proponente: NEURO ELETRO E IMAGENS EIRELI - CNPJ: 23.361.549/0001-07**,** Decidiram os membros da CPL julgar pela **HABILITAÇÃO da Instituição:** NEURO ELETRO E IMAGENS EIRELI - CNPJ: 23.361.549/0001-07. A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN para conhecimento dos interessados. Nada mais havendo a ser dito ou questionado, o Presidente da CPL deu por encerrado os presentes trabalhos, os quais foram paralisados por tempo suficiente para a lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Membro

MARLY MAIA CAVALCANTE	*SÉRGIO EWERTON FERNANDES SOARES*
Membro	Membro

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:EB2AAECD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PP 076/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA AMAROK PLACA QGQ – 4A97

REF. PROCESSO LICITATÓRIO MC/ RN n° 2019.06.19.0003

REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
(2ª CHAMADA)

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, devidamente instituído pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 076/2019, tipo MENOR PREÇO por ITEM. OBJETO: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Seguro Automotivo para AMAROK placa QGQ – 4A97**. DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: 23 de setembro de 2019, às 08:00 horas (horário local). LOCAL: Na Sala de Licitações do Centro Administrativo/Prefeitura Municipal de Caicó/RN, situada na Av. Cel. Martiniano, 993 – Centro, Caicó/RN, CEP: 59.300-000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, de 08:00 às 12:00 horas, endereço acima citado ou pelo e-mail: cpl-caico@hotmail.com. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.caico.rn.gov.br.

Caicó – RN, 09 de setembro de 2019.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:7162D6D2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 083/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTAR)

REF. PROCESSO LICITATÓRIO MC/ RN n° 2019.09.03.0107

AVISO DE LICITAÇÃO/ EXTRATO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, devidamente instituído pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 083/2019, tipo MENOR PREÇO por ITEM. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTAR).** DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: 23 de setembro de 2019, às 11:00 horas (horário local). LOCAL: Na Sala de Licitações do Centro Administrativo/Prefeitura Municipal de Caicó/RN, situada na Av. Cel. Martiniano, 993 – Centro, Caicó/RN, CEP: 59.300-000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, de 08:00 às 12:00 horas, endereço acima citado ou pelo e-mail: cpl-caico@hotmail.com. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.caico.rn.gov.br.

Caicó – RN, 09 de setembro de 2019.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:AF26C517

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 004

TOMADA DE PREÇO Nº 105/2017 – PROC. ADMINIST. Nº 1706070078

CONTRATANTE: Município de Caicó/RN; CONTRATADA: MENESES BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME; **ONDE SE LÊ:** OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA POR TRÊS (3) MESES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2017.; DA FORMA DE PAGAMENTO: Pela execução dos serviços, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância global de **R$ 356.250,00** (trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), a ser desembolsada de acordo com a medição apresentada pela empresa contratada e aceita pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; VIGÊNCIA: a partir da data de sua subscrição; SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Contratante e Antonio José Meneses Barbosa – pela Contratada. **LEIA-SE:** OBJETO: O presente aditamento tem por objetivo proceder à alteração da Cláusula Décima Quinta – Da vigência e prorrogação, tendo por termo inicial em 07 de julho de 2019 e termo final em 04 de outubro de 2019. Data da Assinatura: 05 de Julho de 2019 SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Contratante e Jocemário Alvares de Araújo– pela Contratada.

Caicó/ RN, 05 de julho de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe de Medeiros Pereira Costa
Código Identificador:A820CF09

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2017

CONTRATANTE: Município de Caicó/RN, CNPJ n.º 08.096.570/0001-39. **CONTRATADA**: Menezes e Barbosa Empreendimentos LTDA, CNPJ n.º 01.504.211/0001-24. **OBJETO**: Alteração da Cláusula 9ª – Da Dotação Orçamentária. **DA RATIFICAÇÃO:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo. **DATA DA ASSINATURA**: 09 de setembro de 2019. **SIGNATÁRIOS**: Robson de Araújo – pelo Contratante, e Jocemário Alvares de Araújo – pela Contratada.

Caicó/RN, 09 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Felipe de Medeiros Pereira Costa
Código Identificador:628776DA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 897 / 2019

PORTARIA Nº. 897 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Processo nº 2019.08.28.0001;

R E S O L V E:

Art.1º - **EXONERAR** a pedido, **GRACIELY CORTEZ PINHEIRO GALVÃO,** Assistente Social, matrícula nº 1.5193, lotada na Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:AE544F94

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 898 / 2019

PORTARIA Nº. 898 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.08.16.0006**.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário **MAURÍLIO FERNANDES SIMÕES,** Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.4968, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:045DA778

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 899 / 2019

PORTARIA Nº. 899 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.08.26.0002**.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária **SELENE REZENDE SARAIVA FARIA,** Assistente Administrativo, matrícula nº 1.9078, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:58753193

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 900 / 2019

PORTARIA Nº 900 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Memorando nº 090/2019 - SMMA;

R E S O L V E:

Art. 1°- **FAZER RETORNAR** a desempenhar as suas funções, em sua Secretaria de origem – (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos), o funcionário **RONILDO FÉLIX DA SILVA,** Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, Matrícula n° 1.1615, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, que havia sido cedido, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:E23B83D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 203/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 49, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal do Brasil;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 49, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a realização do concurso Público Municipal para provimentos de cargos desta Prefeitura de Campo Redondo, em 21 de Outubro de 2018;
CONSIDERANDO os demais atos normativos de nomeação de pessoal,

R E S O L V E:

I – NOMEAR, em caráter efetivo, o senhor **ITALO RAFAEL DE FRANCA ASSUNCAO** para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINA PESADA, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Redondo, em virtude de O mesmo ter sido aprovado em 3° lugar, no concurso supra mencionado e ter apresentado toda a documentação conforme o Edital de Convocação nº 016/2019-SEMA.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 05 de setembro de 2019.

ALESSANDRU EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito

Publicado por:
Adelly Mayany Martins Dantas
Código Identificador:9D2C6AC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

GABINETE DA PREFEITA
EMENDA À LEI Nº 703, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2018.

Emenda à Lei nº 703, de 18 de novembro de 2018.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar Cessão de Uso de área institucional localizada na Rua Luiz Alves, 377, neste município, e dá outras providências.

APREFEITA DE CANGUARETAMA/RN,usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente**,**faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica alterado o corpo da **Ementa e artigo 1º da Lei Municipal nº 703/2018**, passando a vigorar da seguinte forma:

REDAÇÃO ORIGINÁRIA DA LEI Nº 703/2018	NOVA REDAÇÃO
Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar Cessão de Uso de área institucional localizada na Rua Luiz Alves, 377, neste município, e dá outras providências.	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar Cessão de Uso de um terreno localizado no bairro JIQUI CAMPO, neste município, e dá outras providências.
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar Cessão de Uso de imóvel, de propriedade deste Município, localizada na Rua Luiz Alves, 377, Jiqui Campo, neste município, em terreno onde está localizada a Casa da Família, medindo 147,20 m² (cento e quarenta e sete vírgula vinte metros quadrados).	Art. 1º - Fica o Chefe do Poder executivo autorizado a realizar Cessão de Uso de TERRENO, de propriedade deste Município, localizada no Jiqui Campo, neste município, medindo 151,06 m² (cento e cinquenta e um vírgula zero seis metros quadrados).

Art. 2º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canguaretama/RN, 02 de setembro de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:BAEF3B20

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SEC. MUNIC. DE TRAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 905011/2019

A Secretaria de do Trabalho e da Assistência Social do Município de Caraúbas/RN, consoante autorização do Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA** Prefeito Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 905011/2019 relativo à Dispensa de Licitação nº 036/2019 para a contratação de pessoa física para realizar palestra contextualizada na Conferencia Municipal de Assistência Social – 2019 , em atendimento à demanda da Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência Social de Caraúbas/RN, junto à Pessoa Física: **JUCILENE DA COSTA BARBOSA DA SILVA, CPF: 048.895.444-45**, residente e domiciliado a Rua Ivamar Roque, nº 113, Carnaúba dos Dantas/RN, CEP: 59.374-000, com fulcro no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n *8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 24- É dispensável a licitação:
II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Foi verificada a necessidade urgente de realizar-se a contratação de pessoa física para realizar palestra contextualizada na Conferencia Municipal de Assistência Social – 2019, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência Social de Caraúbas/RN, junto à Pessoa Física: **JUCILENE DA COSTA BARBOSA DA SILVA, CPF: 048.895.444-45** com base no inciso II do Art. 24 *da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores*. .

A contratação deverá recair junto à pessoa física acima nominada haja vista ter sido a proposta mais vantajosa, de acordo com as pesquisas de mercado e Projeto Básico apresentado.

Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO, com** fundamento no **Art. 24, inciso II, da Lei n° 8666/93, e** Parecer Jurídico de lavra do Dr. Fábio Francisco da Silva Sena, Assessor Jurídico do Município de Caraúbas/RN, que em seu bojo foi favorável à contratação, junto à Pessoa Jurídica: **JUCILENE DA COSTA BARBOSA DA SILVA, CPF: 048.895.444-45**, no **valor total de R$370,00 (trezentos e setenta reais),** tudo de acordo com os autos acostados a este processo.

Caraúbas/RN, 09 de setembro de 2019.

PAULO DE PAIVA BRASIL
Secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:B1A403A1

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°036/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 905011/2019

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a contratação da Pessoa Física: **JUCILENE DA COSTA BARBOSA DA SILVA, CPF: 048.895.444-45,** no valor total de **R$370,00 (trezentos e setenta reais)**, referente ao **SERVIÇO** pleiteada pela Secretaria Municipal do Trabalho e da Assistência Social de Caraúbas/RN destinada à contratação de Pessoa Física para realizar palestra contextualizada na Conferencia Municipal de Assistência Social no dia 10/09/2019, no município de Caraúbas/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação do Ilmo. Sr. PAULO DE PAIVA BRASIL, Secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social de Caraúbas/RN, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Caraúbas/RN, 09 de setembro de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:73726554

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Caraúbas, no uso de suas atribuições legais, torna público que irá realizar licitação na **modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **24 de setembro de 2019, às 09:00h (horário local)** na sede da Prefeitura Municipal à Praça Cel. Reinaldo Pimenta nº 104 – Centro (Setor de Licitações). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA E MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN.** Solicitação de edital na sede da prefeitura no

horário de atendimento de 07:00 as 13:00 ou licitacaopmcaraubas@gmail.com.

Caraúbas-RN, 09 de setembro de 2019

GIRLEUDO GOMES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:6216943C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 58/2019- GP, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Portaria de Diária nº 58/2019- GP, de 21 de agosto de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, usando das suas atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº 885/2015,

AUTORIZA:

Conceder a Sra. MARIA DE FATIMA SOARES SILVA, ocupante do Cargo de Controladora, 1/2 (mei) diária na importância de R$ 100,00 (cem reais) no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando a servidora autorizada a viajar a cidade de Natal/RN, para participar do Evento Controle Interno nos Municípios realizado pela Confederação nacional dos Municípios - CNM, no dia 22 de agosto de 2019.

Dê-se ciência e cumpra-se.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 009.745.614-44

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:22F857C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 059/2019- GP, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Portaria de Diária nº 059/2019- GP, de 21 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, usando das suas atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº 885/2015,

AUTORIZA:

Conceder a Sra. RÚBIA RAQUEL DANTAS ROQUE, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do Cargo de Secretária, 1 (uma) diária na importância de R$ 300,00 (trezentos reais) no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), ficando a servidora autorizado a viajar a cidade de Fortaleza/CE, para participar da XIII Bienal Internacional do Livro do Ceará, no dia 23 agosto de 2019.

Dê-se ciência e cumpra-se.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 009.745.614-44

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:B8DE7A8D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 060/2019- GP, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Portaria de Diária nº 060/2019- GP, de 21 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, usando das suas atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº 885/2015,

AUTORIZA:

Conceder ao Sr. WAGNER CORTES DE LIMA, lotado na Secretaria de Educação, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção, 1 (uma) diária na importância de R$ 300,00 (trezentos reais) no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar a cidade de Fortaleza/CE, para participar da XIII Bienal Internacional do Livro do Ceará, no dia 23 agosto de 2019.

Dê-se ciência e cumpra-se.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 009.745.614-44

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:CD5D6C51

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 061/2019- GP, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Portaria de Diária nº 061/2019- GP, de 21 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, usando das suas atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com a Lei Municipal nº 885/2015,

AUTORIZA:

Conceder ao Sr. JOSÉ RONALDO DANTAS, lotado na Secretaria de Educação, ocupante do Cargo de Coordenador, 1 (uma) diária na importância de R$ 300,00 (trezentos reais) no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar a cidade de Fortaleza/CE, para participar da XIII Bienal Internacional do Livro do Ceará, no dia 23 agosto de 2019.

Dê-se ciência e cumpra-se.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF 009.745.614-44

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:2A5BD316

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 459/2019 - FSMCD C. DOS DANTAS/RN, 19 DE AGOSTO DE 2019.

Portaria de Diária nº 459/2019 - FSMCD C. dos Dantas/RN, 19 de agosto de 2019.

O GESTOR DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Base Legal: art. 16 e 22 da Resolução nº 011/2016 – TCE de 09 de junho de 2016 e Lei Municipal nº 885/2015.

AUTORIZA:

Conceder ao Sr. **Cláudio Roberto Dantas,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Farmacêutico do NASF, meia diária na importância de R$ 20,00 (vinte reais), ao preço unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando autorizado a viajar a cidade de Parelhas/RN, no dia 19 de agosto, para participar do **WORKSHOP 1: A INTEGRAÇÃO DAS APS E AAE EM REDE**, realizado na Jumper Cursos.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE

INÊS ALINE DE ARAÚJO DANTAS NEVES
Gestora do FMSCD

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:25380B35

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 857 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 857 de 09 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Conceder a Jeorge Ferreira da Silva (Procurador Geral do Município), diárias para atender as despesas de viagem à cidade de Brasília/DF, onde o mesmo irá em viagem oficial no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para tratar de assuntos relacionados ao Município, no período de 11 a 13 de setembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 09 de Setembro de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:A080194E

SAAE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2019

O Gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica desta Autarquia Municipal e ainda, amparado na norma inscrita no Art. 26, "Caput", da Lei Regente, considerando o incomensurável interesse público; considerando também as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA E AUTORIZA o ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2019 com a empresa M E FELICIANO EIRELI (AR POTIGUAR), inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 27.783.831/0001-33, pela contratação de empresa especializada para prestação de serviços para fornecimento de certificado digital destinado às necessidades desta Autarquia, no valor global de R$ 300,00 (trezentos reais) baseada no Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, com suas posteriores alterações.

Ceará Mirim/RN, 07 de maio de 2019.

JOÃO AUGUSTO DA CUNHA MELO
Diretor Geral

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:D6BC75D6

SAAE
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

§ ÚNICO, DO ARTIGO 61, DA LEI N° 8.666/93, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2019
Processo n° 029/2019

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN.

EMPRESA CONTRATADA: M E FELICIANO EIRELI (AR POTIGUAR), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.783.831/0001-33.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para fornecimento de certificado digital destinado às necessidades desta Autarquia.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores.

VALOR GLOBAL: R$ 300,00 (trezentos reais).

VIGÊNCIA: Imediata

ASSINATURAS: PELO CONTRATANTE: João Augusto da Cunha Melo E PELA EMPRESA CONTRATADA: Maria Estevam Feliciano.

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:4372E455

SAAE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

O Gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica desta Autarquia e ainda, amparado na norma inscrita no Art. 26, "Caput", da Lei Regente, considerando o incomensurável interesse público; considerando também as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA E AUTORIZA o ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019 com a empresa JOAQUIM F. NETO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 40.783.060/0001-42, pela aquisição de material de limpeza, copa e cozinha destinados às necessidades diárias desta Autarquia, no valor global de R$ 10.363,30 - (dez mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta centavos) baseada no Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93, com suas posteriores alterações.

Ceará Mirim/RN, 13 de fevereiro de 2019.

JOÃO AUGUSTO DA CUNHA MELO
Diretor Geral

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:E892A93C

SAAE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2018

O Gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica desta Autarquia Municipal e ainda, amparado na norma inscrita no Art. 26, "Caput", da Lei Regente, considerando o incomensurável interesse público; considerando também as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA E AUTORIZA O ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2018 com OR EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 26.760.721/0001-93, pela Contratação de empresa para execução dos serviços de recuperação e manutenção da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) sede Ceará Mirim/RN, no valor global de R$ 31.649,75 (Trinta e um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco

centavos) baseada no Art. 24, I, da Lei Federal 8.666/93, com suas posteriores alterações.

Ceará Mirim/RN, 22 de outubro de 2018.

JOÃO AUGUSTO DA CUNHA MELO
Diretor Geral

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:32BBF49A

SAAE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 034/2018

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN.

EMPRESA CONTRATADA: OR EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.760.721/0001-93.

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de recuperação e manutenção da ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) sede Ceará Mirim/RN.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso I, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores.

VALOR GLOBAL: R$ 31.649,75 (Trinta e um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 22/10/2018 a 31/12/2018.

ASSINATURAS: PELO CONTRATANTE: João Augusto da Cunha Melo e **PELA EMPRESA CONTRATADA:** Leonardo Filipe de Oliveira Rocha.

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:CC6940D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 059/2019. REGULAMENTA A LEI Nº 410/2012, DE 15 DE MARÇO DE 2012 QUE CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

Decreto nº 059/2019.

Regulamenta a Lei nº 410/2012, de 15 de março de 2012 que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:
Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, no município.
Art. 2º - São atividades da COMDEC:
I. Coordenar e executar as ações de Proteção e Defesa Civil;
II. Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Proteção e Defesa Civil;
III. Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Proteção e Defesa Civil;
IV. Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;
V. Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
VI. Capacitar recursos humanos para as ações de Proteção e Defesa Civil:
VII. Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;
VIII. Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONDEC;
IX. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.
IX. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
X. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
XI. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
XII. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
XIII. Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;
XIV. Implantar programas de treinamento para voluntariado;
XV. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
XVI. Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);
XVII. Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos.
Art. 3º - A COMDEC tem a seguinte estrutura:
I. Coordenador
II. Conselho Municipal
III. Secretaria
IV. Setor Técnico
V. Setor Operativo
Parágrafo Único – O Coordenador e os membros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.
Art. 4º - Ao Coordenador da COMDEC compete:
I. Convocar as reuniões da Coordenadoria;
II. Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;
III. Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMDEC;
IV. Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
V. Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMDEC;
VI. Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMDEC.
Parágrafo Único - O Coordenador da COMDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.
Art. 5º - O Conselho Municipal poderá ser constituído de membros assim qualificados:
- Representante da prefeitura Municipal;
- Representante da Câmara dos Vereadores;
- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Representante da Igreja Católica;
- Representante da Igreja Evangélica
Parágrafo Único - Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.
Art. 6º - À Secretaria (ou Apoio Administrativo) compete:

I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
II. Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.
Art. 7º - Ao Setor Técnico (ou Seção de Minimização de Desastres) compete:
I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
II. Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMDEC;
III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a Proteção e Defesa Civil, através da mídia local;
IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

Art. 8º - Ao Setor Operativo (ou Seção de Operações) compete:
I. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;
II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

Art. 9º - No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita a população, em circunstâncias de desastres.
Art. 10 - Os recursos do Fundo Especial para a Proteção e Defesa Civil Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:
a) diárias e transporte;
b) aquisição de material de consumo;
c) serviços de terceiros;
d) aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações e material permanente); e
e) obras e reconstrução.
Art. 11 - A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos:
a) Fatura e Nota Fiscal;
b) Balancete evidenciando receita e despesa; e
c) Nota de pagamento.
Art. 12 - Fica criada no âmbito da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Coronel Ezequiel/RN a Unidade Gestora de Orçamento que fará uso do Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil;
Art. 13 - O titular da Conta do Cartão Pagamento de Defesa Civil da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil terá como atribuições:
I - abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil, onde será assinado um Contrato para operação do cartão;
II - gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil;
III - inscrever a COMDEC no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, visando obter CNPJ próprio, vinculado ao CNPJ do Município, bem como realizar qualquer trâmite burocrático para a implantação e funcionamento da COMDEC;
IV - cadastrar ou descadastrar o nome dos portadores do Cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público.
V - prestar contas junto ao Ministério de Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil quando utilizado o Cartão por todos os portadores, juntamente com todos os documentos comprobatórios de despesas, bem como a todo órgão de fiscalização, respondendo judicial e extrajudicialmente pela verba utilizada.
Art. 14 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar, mediante Decreto, as atribuições e competência da Unidade aqui instituída, e proceder às alterações que achar necessário na estrutura administrativa da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, respeitadas as normas legais pertinentes à Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Coronel Ezequiel.
Art. 15 - A Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN fará constar nos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre os procedimentos de Proteção e Defesa Civil como assunto transversal.
Art. 16 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 09 de Setembro de 2019.

CLÁUDIO MARQUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:BCC76485

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 060/2019. DISPÕE SOBRE A DECRETAÇÃO DE LUTO OFICIAL, E TORNA PONTO FACULTATIVO PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN.

DECRETO Nº. 060/2019.

Dispõe sobre a decretação de Luto Oficial, e Torna Ponto Facultativo para as repartições públicas do Município de Coronel Ezequiel/RN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL EZEQUIEL/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Luto Oficial por 03 (três) dias no Município, em virtude do falecimento do Senhor José Quincas de Farias, ex-prefeito do município do Coronel Ezequiel/RN, ocorrido no dia 09 de setembro de 2019.

Art. 2º. Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Coronel Ezequiel/RN, os expedientes dos dias 09 e 10 de setembro de 2019.

Parágrafo Único – O "caput" deste artigo não se aplica às atividades essenciais e indispensáveis do setor público, tais como hospital que atenderá em regime de plantão, limpeza pública, segurança e outras assim consideradas.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, será publicado no diário da FERMUN.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Ezequiel, 09 de setembro de 2019.

CLAUDIO MARQUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:599F5E49

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 106/2019 NOMEIA OS MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL –COMDEC.

Portaria Nº 106/2019-GP.
.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Resolve:
Art 1º - Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil –COMDEC.
Helcio Rodrigues dos Santos. COORDENADOR
Talita Dias da Costa SECRETÁRIO
Judson Wagner de Farias e Souza SETOR TÉCNICO
Francisco de Assis Rosa SETOR OPERATIVO

Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 09 de Setembro de 2019.

CLÁUDIO MARQUES DE MACÊDO
Prefeito de Coronel Ezequiel/RN

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:D11D6DAA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2019 NOMEIA OS MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

Portaria Nº 108/2019-GP.
.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Resolve:
Art 1º - Nomear os membros que constituirão o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Talita Dias da Costa Representante da Prefeitura Municipal;
José Galdino de Oliveira Filho Representante da Câmara dos Vereadores;
Judson Wagner de Farias e Souza Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
José Givanildo da Silva Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
Daniel Martins de Araujo Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
Maria do Amparo da Silva Pereira Representante da Igreja Católica;
Geraldo Gomes da Silva Representante da Igreja Evangélica
Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Coronel Ezequiel/RN, 09 de Setembro de 2019.

CLÁUDIO MARQUES DE MACÊDO
Prefeito de Coronel Ezequiel/RN

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:4AF3484D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 107/2019 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO MEMBROS QUE IRÃO COMPOR DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O BIÊNIO 2019/2021"

porPortaria nº 107/2019

"Dispõe sobre a Nomeação do membros que irão compor do Conselho Municipal de Saúde para o biênio 2019/2021"

O Prefeito Municipal de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros, abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal de Saúde, biênio 2019-2021:

§ 1º Representantes do Poder Executivo:
a) Titular: Eduarda da Silva
b) Suplente: Lucirobson do Nascimento

§ 2º Representantes da Associação rural de desenvolvimento da comunidade Antas
a) Titular: Emanoel Nelson Gomes
b) Suplente:Severiano Gomes da Silva Neto

§ 3º Representantes da Secretaria Municipal de saúde
a) Titular: José Givanildo da Silva
b) Suplente: Maria Claudineide da Silva Araújo

§ 4º Representantes do centro de saúde
a) Titular: Francisca Zacarias da Silva
b) Suplente:Ana Lidia da Silva

§5º Representantes da Unidade Mista Nelson Solon de Farias
a) Titular:José das Vitorias Cardozo
b) Suplente:Jeova Assis Oliveira

§ 6º Representantes da igreja católica
a) Titular: Lenieuda Adonias Silva de Andrade
b) Suplente: Maria do Amparo Pereira da Silva

§ 7º Representantes do sindicato dos trabalhadores rurais
a) Titular: Dalvaci Ferreira de Lima
b) Suplente: Jailson Costa Dantas
§ 8ºrepresentantes da fabrica de confecções
a) Titular:Luziete Menezes Reinaldo de Farias
b) Suplente :Emanoel Messias Cortez de Farias
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a portaria nº34/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Coronel Ezequiel/RN, 09 de setembro de 2019.

CLÁUDIO MARQUES DE MACÊDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:89F9A3DC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 092/2019

Antônio Lopes Filho, PREFEITO MUNICIPAL de Coronel João Pessoa-RN, no uso de suas atribuições legais da Lei nº 0001/98 de 16 de fevereiro de 1998.

Resolve:

Art. 1º - Nomear os membros que constituirão o Conselho Municipal do FUNDEB.
Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:
Titular: Nívia Januário de Lima Dantas
Suplente: Cleide Alves da Silva
Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:
Titular: Maria Gessica de Souza Carvalho
Suplente: Adalberto Victor Andrade Pereira
Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas
Titular: Maya Cristina Barbosa da Silva
Suplente: Beatriz Flaianne de Souza Valcacer
Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:
Titular: Maria José de Jesus
Suplente: Antônia Antonieta Marques
Titular: José Wegenes de Carvalho Lima
Suplente: Edileusa Moreira de Carvalho
Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: José Carvalho de Bessa
Suplente: Maria Neire de Lima
Representantes do Poder Executivo Municipal – Secretária Municipal de Educação:
Titular: Zildiler Moreira da Silva
Suplente: Ana Lucia Almeida Amorim
Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:
Titular: Nivalda Maria Gama Pessoa
Suplente: Maria Miriam Gleyce Alves do Nascimento
Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas
Titular: Ilderlanio Ferreira de Almeida
Suplente: Evanilza de Souza Nunes Viana

Coronel João Pessoa-RN, 09 de setembro de 2019

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:7144DEAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2019

A Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, por meio de sua Pregoeira e Equipe de apoio, vem tornar pública a realização de licitação do Processo nº 085/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2019, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS** que se realizará no dia 20/09/2019 às 08:30 h. O edital encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura.

Cruzeta/RN, 09 de setembro de 2019.

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira.

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:E4602AED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019 - INTIMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Representante da Empresa: Refri Peças Eireli Me

Venho, de ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cruzeta(RN), nos autos do Processo nº 077/2019 – Pregão Presencial nº 032/2019, que teve por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REMOÇÃO, MANUTENÇÃO, TROCA DE COMPRESSOR, CAPACITOR E RECARGA DE GÁS EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, GELADEIRA, FRIGOBAR, GELÁGUA E FREEZER, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, intimar** vossa empresa para que, querendo, apresente no prazo de **03 (três) dias úteis, CONTRA RAZÕES** aos termos do Recurso Administrativo impetrado pela empresa NORDESTE REFRIGERAÇÃO EIRELLI, cópia inclusa;

As contrarrazões deverão ser protocoladas das 07:00 às 13:00 horas, no setor de licitações, situada no prédio sede da Prefeitura Municipal de Cruzeta/RN, com endereço a Praça João de Góes, nº 167, Bairro Centro, Cruzeta/RN, CEP: 59.375-000;

Cruzeta(RN), 09 de setembro de 2019

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:66878C63

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2019

O Prefeito Municipal de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a publicação do Edital nº 004/2019 que visa à contratação de pessoal com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 744, de 21 de janeiro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o **resultado preliminar** do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2019 para a contratação por tempo determinado de profissional para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do município de Cruzeta-RN.

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA			
Classificação	**Nº inscrição**	**Nome**	**Pontuação**
1º	003	Victor Fabrício Alexandre Sales	34,3
2º	002	Cristina Maria de Medeiros	31,25
3º	004	Igor Estevão Souza Medeiros	29,5
4º	001	José Ricardo de Oliveira Lima	17,0

Art. 2º - O prazo para interposição de recursos será de 11 a 12 de setembro de 2019, no horário das 8 às 13h, e deverá ser encaminhado por escrito e entregue pessoalmente, conforme Anexo VI do referido Edital, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Praça João de Góis, 167, Centro, Cruzeta/RN.

Cruzeta-RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:C64D6042

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 181/2019-GP

Altera a composição do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, de Cruzeta/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º - Alterar a composição do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico, que deverá discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo, além de criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, para a elaboração do **Plano Municipal de Saneamento Básico**.
Art. 2º - O comitê de Coordenação terá a seguinte composição:
1. Gustavo José de Azevedo Medeiros da Silva
2. João Batista de Almeida
3. Angelynna Lilyanne Santos Silva Botelho
4. Ariluzia Sasnara de Araújo
5. Débora Juliane Medeiros de Góes
6. Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, a ser definido pela Fundação Nacional de Saúde para atuar em caráter orientativo.

Parágrafo Único. Serão o primeiro e o segundo, respectivamente, coordenador e coordenador suplente do respectivo Comitê.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 04 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:B41401BB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: PARELHAS GÁS, inscrito no CNPJ:24.206.617/0003-98
Objeto: Fornecimento de Combustível
Notas de Empenho: 701.018; 701.019; 701.022 e 701.026/2019
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção do abastecimento da frota de veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Cruzeta(RN), especialmente os utilizados para atendimento de demandas oriundas da Secretaria Municipal de Saúde (ambulância, transporte de pacientes para exames, consultas e tratamentos).
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;
Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, em especial na saúde e educação, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento de combustível, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento das**Notas Fiscais de nºs 2074; 2067, 2060 e 2058** liquidadas em**08/08/2019**, totalizando um valor de**R$ 4.899,68 (Quatro mil, Oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos)**

Cruzeta/RN, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DÉBORA JULIANE MEDEIROS DE GÓES
Secretaria Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:4F6B26DA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: ALEX SILVANO FERREIRA DANTAS EPP, inscrito no CNPJ: 04.567.761/0001-80
Objeto: Fornecimento de Combustível
Notas de Empenho: 801.006 e 801.007 /2019
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção do abastecimento da frota de veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Cruzeta(RN), especialmente os utilizados para atendimento de demandas oriundas da Secretaria Municipal de Saúde (ambulância, transporte de pacientes para exames, consultas e tratamentos).
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;
Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, em especial na saúde e educação, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento de combustível, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento da **Notas Fiscais de nº 2249 e 2250/2019** liquidada em**07/06/2019**, totalizando um valor de**R$ 6.919,21 (Seis mil, novecentos e dezenove reais e Vinte e hum centavos).**

Cruzeta/RN, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

DÉBORA JULIANE MEDEIROS DE GÓES
Secretaria Municipal

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:3E05D349

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: ALEX SILVANO FERREIRA DANTAS EPP, inscrito no CNPJ:04.567.761/0001-80
Objeto: Fornecimento de Combustível
Notas de Liquidação: 314/2019, 315/2019, 246/2019, 247/2019, 248/2019, 249/2019, 1079/2019, 1080/2019, 1081/2019, 1082/2019, 1083/2019, 1084/2019, 1085/2019, 250/2019, 251/2019.
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção do abastecimento da frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Cruzeta (RN), especialmente os utilizados para atendimento de demandas oriundas da Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Pesca, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;
Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que

possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, em especial na saúde e educação, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento de combustível, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento das**Notas Fiscais de nº 2257, 2265, 2260, 2266, 2251, 2252, 2255, 2253, 2254, 2256, 2262, 2263, 2258, 2261, 2264** totalizando um valor de**R$ 56.703,11 (cinquenta e seis mil setecentos e três reais e onze centavos).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:4B79BAA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: PARELHAS GÁS LTDA , inscrito no CNPJ:24.206.617/0003-98
Objeto: Fornecimento de Combustível
Notas de Liquidação :1001/2019, 172/2019, 173/2019, 174/2019, 175/2019, 225/2019, 226/2019.
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção do abastecimento da frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Cruzeta(RN), especialmente os utilizados para atendimento de demandas oriundas da Secretaria Municipal de Agricultura , Secretaria Municipal de Educação (saveiro frigorífica - transporte de alimentos para escolas do municipio) e demais secretarias.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;
Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, em especial na saúde e educação, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento de combustível, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento das**Notas Fiscais de nº 2073, 2068, 2061, 2063, 2069, 2072, 2070** liquidadas em09/08/2019 totalizando um valor de **R$ 4.481,08 (quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e oito centavos).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:6AB853FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: G M G DUARTE, inscrito no CNPJ12.999.878/0001-61**.**
Objeto: ASSESSORIA, CONSULTORIA TÉCNICA E OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV**.**
Nota de Empenho: 201005/2019.

Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a assessoria, consultoria técnica e operacionalização do SICONV.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão dos serviços acima mencionado, essenciais para o desenvolvimento das atividades da Administração Municipal, em especial nas tocante ao acompanhamentos de Projetos, Emendas Parlamentares, Programas, e demais atos junto ao Siconv – Portal de Convênios do Governo Federal e à Caixa Econômica Federal;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, c/c Art. 78, inciso XV da Lei de Licitações;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o serviço em funcionamento, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento da**Nota Fiscal nº 1514** liquidada em 26/08/2019 no valor de**R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:358552BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: AOS SOFTWARE LTDA Inscrito no CNPJ**: 11.385.898/0001-80**
Objeto: Licença de uso de software de pessoal e arrecadação.
Nota de Empenho: 102.002/2019.

Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a licença de uso de software de pessoal e arrecadação tributária que garantem as alterações legais municipais, estaduais e federais, tanto corretivas quanto evolutivas, nos softwares contratados.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão dos serviços acima mencionado, essenciais para o desenvolvimento das atividades da Administração Municipal, em especial na utilização de sistema integrado de pessoal e arrecadação tributária.
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, c/c Art. 78, inciso XV da Lei de Licitações;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o serviço em funcionamento, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento da**Nota Fiscal nº 5249** liquidada em01/08/2019 totalizando um valor de**R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:00311110

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: FEEDBACK COMUNICAÇÕES INTEGRADAS & MARKETING LTDA Inscrito no CNPJ**: 26.496.260/0001-93**
Objeto: Serviço de cobertura dos atos administrativos.
Nota de Empenho: 401.002/2019.

Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a execução dos serviços de cobertura digital avisos e demais atos da administração municipal.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão dos serviços acima mencionados em virtude da necessidade em dar publicidade e transparência aos atos administrativos e avisos de interesse público e da população deste município;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, c/c Art. 78, inciso XV da Lei de Licitações;
Considerando a necessidade de manter o serviço em funcionamento, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento das**Notas Fiscais nº 17 e 32** liquidadas em 28/05/2019 totalizando um valor de**R$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:DA90F646

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: CONTAMAX CONSULTORIA E SERVIÇOS TEC. CONTÁBEIS Inscrito no CNPJ**:** 24.527.707/0001-19
Objeto: Serviços de treinamento continuado com assessoria em controle interno.
Nota de Empenho: 102.009/2019.

Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a execução dos serviços de treinamento continuado com assessoria em controle interno, voltados para atender a necessidade deste município de Cruzeta – RN.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão do serviço acima mencionado, essencial para o desenvolvimento das atividades da Administração Municipal.
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, c/c Art. 78, inciso XV da Lei de Licitações;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o serviço em funcionamento, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional,

recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento da**Nota Fiscal nº 1385** liquidada em01/07/2019 no valor de**R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:B2D82E37

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: PROJET SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONS E REP. LTDA ME Inscrito no CNPJ**: 17.117.574/0001-47**
Objeto: Serviço de orientação na área de licitação e contratos para atender as demandas dos processos de compras de bens e serviços deste município.
Nota de Empenho: 401.012/2019
Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para o serviço de orientação na área de licitação e contratos para atender as demandas dos processos de compras de bens e serviços deste município.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão dos serviços acima mencionado, essenciais para o desenvolvimento das atividades da Administração Municipal, em especial na CPL.
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, c/c Art. 78, inciso XV da Lei de Licitações;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o serviço em funcionamento, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento da**Nota Fiscal nº 241** liquidada em12/07/2019 no valor de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:58F6F79D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: TOPDOWN CONSULTORIA LTDA Inscrito no CNPJ**:** 40.998.734/0001-26
Objeto: Cessão de direito de uso de sistemas.
Nota de Empenho: 515.001/2019.

Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a cessão de direito de uso de sistemas integrados de orçamento, finanças, contabilidade pública, previdência, licitação, compras, contratos e transparência voltados para atender a necessidade deste município de Cruzeta – RN.
Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão dos serviços acima mencionado, essenciais para o desenvolvimento das atividades da Administração Municipal, em especial na utilização de sistema integrado de orçamento, finanças, contabilidade pública, previdência, e licitações, compras, dentre outros;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada;
Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, c/c Art. 78, inciso XV da Lei de Licitações;
Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o serviço em funcionamento, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.
Pelas razões expostas, autorizo o pagamento da**Nota Fiscal nº 7845** liquidadas em05/08/2019 totalizando um valor de**R$ 3.920,00 (três mil novecentos e vinte reais).**

Cruzeta/RN, 10 de setembro de 2019

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Larissa Dantas de Assunção
Código Identificador:514C7675

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 3.442 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

"Torna obrigatório a todos os portadores de cães, quando em passeio em vias públicas ou estabelecimentos públicos, utilizarem coletores de fezes para recolhimento se necessário."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Currais Novos/RN aprovou o Projeto de Lei nº 019/2019 de autoria da Vereadora Leilza Palmeira de Medeiros e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica obrigatório em toda zona urbana do município de Currais Novos a utilização, quando em passeio público, de coletores de fezes para pequenos animais, cães e gatos.

Art. 2º - Esses coletores deverão ser utilizados imediatamente pelo dono após o seu animal fazer suas necessidades em vias públicas ou no entorno de prédios públicos, como também na parte interna de prédios públicos que permitam a entrada desses animais.

Art. 3º - Em caso de descumprimento desta Lei, o dono do animal será advertido por escrito ou verbalmente, devendo assinar um termo de conhecimento da Lei, caso não possua, e assegurando que a partir dessa data irá cumpri-la.

Art. 4º - Em caso de reincidência, o dono do animal estará sujeito a uma multa que deverá ser aplicada pelo Poder Executivo Municipal através da secretaria competente.

Art. 5º - O valor da multa a ser aplicada, como informa o artigo anterior, deverá ser estabelecida pelo Executivo através da secretaria competente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação e promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 05 de setembro de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
José Vicente de Araújo Neto
Código Identificador:E6BD8DA1

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 3.443 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

"Torna de utilidade pública o 'Núcleo Organizacional de Reabilitação e Amparo Social da Pessoa com TEA – NORTEAR', e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Currais Novos/RN aprovou o Projeto de Lei nº 023/2019 de autoria da Vereadora Josefa Maria da Silva Moura e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida como de utilidade pública o "NÚCLEO ORGANIZACIONAL DE REABILITAÇÃO E AMPARO SOCIAL DA PESSOA COM TEA – NORTEAR" Associação Civil de direito sem fins lucrativos, fundada em setembro de 2018, com sede e foro à Av. Teotônio Freire s/n, Bairro Manoel Salustino, no Município de Currais Novos, RN. É uma associação, de famílias, amigos e colaboradores da pessoa que apresenta Transtorno do Espectro Autista, sem finalidade econômica, de direito privado, assistencial e filantrópica, com tempo de duração indeterminado, área de atuação limitada ao Município, inscrita no CNPJ, nº 32.434.998/0001-29, no 1º cartório de notas e registro civil das pessoas jurídicas, registrada no livro A-39 nº de ordem 1152, protocolo nº 1036, Fls.062, em 20 de setembro de 2018.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 05 de setembro de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
José Vicente de Araújo Neto
Código Identificador:278E868C

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE em 16 de agosto de 2019, o contrato de prestação de serviços com o Sr. JOÃO MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO, CPF: 664.160.604-00, para prestação de serviço como OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS (MOTONIVELADORA), no período de 02 de maio de 2019 a 31 de outubro de 2019, no valor mensal de R$2.260,03 (dois mil, duzentos e sessenta reais e três centavos), celebrado em 02 de maio de 2019, com fundamento no Parágrafo 1º, inciso VIII e Parágrafo 2º, da Cláusula VII, do mesmo.

Currais Novos, 13 de agosto de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Vicente de Araújo Neto
Código Identificador:7AC7339A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 226/2019 PROCESSO PMCN/RN Nº 3274/2019

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível, com fundamento no art. 25, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, a contratação da empresa UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA, CNPJ Nº 12.138.487/0001-52, para serviços de EXAMES LABORATORIAIS: BIOQUÍMICOS, HEMATOLÓGICOS E HEMOSTASIA, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS, COPROLÓGICOS, UROANÁLISE, HORMONAIS, MICROBIOLÓGICOS, EXAMES DE OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS DE GENÉTICA, TRIAGEM NEONATAL E IMUNOHEMATOLÓGICOS, no período de 14 de agosto de 2019 a 30 de novembro de 2019, com valor mensal de R$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 9589/2019 pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Currais Novos, 14 de agosto de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Vicente de Araújo Neto
Código Identificador:8FE2A2D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO – UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADA: UNIDADE MÉDICA DR FLAUBERT SENA LTDA, CNPJ Nº 12.138.487/0001-52
OBJETO: EXAMES LABORATORIAIS: BIOQUÍMICOS, HEMATOLÓGICOS E HEMOSTASIA, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS, COPROLÓGICOS, UROANÁLISE, HORMONAIS, MICROBIOLÓGICOS, EXAMES DE OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS DE GENÉTICA, TRIAGEM NEONATAL E IMUNOHEMATOLÓGICOS
VALOR MENSAL: R$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)
VIGENCIA: 14 de agosto de 2019 a 30 de novembro de 2019
BASE LEGAL: art. 25, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Vicente de Araújo Neto
Código Identificador:CB1DED5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 462/2019
PROCESSO DE DESPESA 3.593/2019

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 24, inciso XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, a contratação da empresa Autobraz Comércio de Veículos Ltda, Concessionária autorizada, inscrita no CNPJ: 70.166.350/0002-99, com sede na Rua Joaquim Gregório, 2032, Penedo, Caicó/RN, CEP 59.300-000, com a finalidade de adquirir:
REVISÃO A 40.000 KM (BR), 2 horas, pelo valor da hora de 125,00 (cento e vinte e cinco reais);
BOCAL DE ABASTECIMENTO DE COMB. - REMOÇÃO E RECOLOCAÇÃO, 0,60 horas, pelo valor da hora de 125,00 (cento e vinte e cinco reais);
SERV. DE FUNELARIA, 2,5 horas, pelo valor da hora de 100,00 (cem reais);
ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, 1 hora, pelo valor da hora de 80,00 (oitenta reais);
LIMPEZA DE BICO / DESC. CORPO, 0,88 horas, pelo valor da hora 125,00 (cento e vinte e cinco reais);
LIMPEZA DE AR, 1 hora, pelo valor da hora 60,00 (sessenta reais);
LIMPEZA DE ARREFECIMENTO, 1 hora, pelo valor da hora 70,00 (setenta reais);
SERVIÇO DE PINTURA, 2 horas, pelo valor da hora de 100,00 (cem reais).
A aquisição tem por finalidade suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Currais Novos, 09 de setembro de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hyasnaia Luanna Barros de O. S. Lima
Código Identificador:5A3D0F88

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 014-2019

CONTRATO N°2019.0318.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):A. DE P. MEDEIROS E SILVA - ME/ CNPJ:19.551.568/0001-29

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO DESTINADO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NAS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS REQUISITANTES E UNIFICADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR TOTAL:R$ 10.693,64(DEZ MIL SEISCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	06-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
Projeto/Atividade	2089-FNDE / PNAE - Alimentação Escolar
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
SubElemento	3.3.33.33.33.33-PADRÃO
Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.032- APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,155.
Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.007- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

VIGÊNCIA:05 DE SETEMBRO DE 2019A27 DE SETEMBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:05 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:54631FC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 015/2019.

CONTRATO N° 2019.0319.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O): BRAGA LEITE LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA CNPJ Nº 11.140.080/0001-05.

OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de forma continua dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, retifica de motores, serviços de guincho, balanceamento de rodas, alinhamento de direção, serviços de manutenção tipo mão de obra, conserto com reposição, incluindo o fornecimento de peças e acessórios de reposição genuínos e/ou originais e/ou similares novas, para atender as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de DOUTOR SEVERIANO – RN.

VALOR TOTAL: R$ 31.630,00 (Trinta e um mil seiscentos e trinta reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo das dotações orçamentárias do EXERCICIO 2019, da PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO. 02004 Fundo Municipal de Saúde –FMS.2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – elemento de despesa – 3.3.90.30.00- material de consumo. 02006 – Fundo municipal de educação. 2.023. Aplicação do Salário Educação – QSE. 3.3.90.30.00- material de consumo. 02009 - Fundo Municipal De Assistência Social 2020 - Manutenção Do Fundo Municipal De Assistência Social.3.3.90.30.00- material de consumo. 02003 – Secretaria Municipal de Administração 3.003 Manutenção Das atividades da Secretaria de Administração3.3.90.30.00- material de consumo

VIGÊNCIA:09 de setembro a 31 a 30 de setembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA:09 de setembro de 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:48D525E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2019.

CONTRATO N°2019.0320.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):A. DE P. MEDEIROS E SILVA - ME/ CNPJ:19.551.568/0001-29

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO DESTINADO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NAS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS REQUISITANTES E UNIFICADAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR TOTAL:R$13.805,02 (TREZE MIL OITOCENTOS E CINCO REAIS E DOIS CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Projeto/Atividade	2003-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DASEC.DEAMINISTRAÇÃO
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

Unidade Orçamentária	02.009- FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2.038- REPASSE FNAS- SCFV/ SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORT. DE VINCULO.
	2.067- REPASSE DO OFNAS- MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS, FONTE 311.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo.129.
Unidade Orçamentária	02.009- FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária	02.012- FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Projeto/Atividade	2.020- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Projeto/Atividade	2.061-MANUT DO FUNDO DOS DIREITOS DA C. E ADOLESCENTE.FONTE 312.
	2.021 – REPASSE DO FNAS – BLOCO DA GESTÃO DO PROG BOLSA FAMÍLIA E DO C. ÚNICO.
	2.039- MAN FUNDO MUN DOS DIREITOS DA C. E DO ADOLESCENTE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.
Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.032- APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,155.
Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.036-TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo, 114.
	PROCESSO 25000.126449/2019-46.

Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.007- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

VIGÊNCIA:09 DE SETEMBRO DE 2019A27 DE SETEMBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:09 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:72BE17BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN, por meio de seu pregoeiro (a) municipal nomeado (a) pela Portaria nº 027/2017, de 07/02/2017, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na Pregão Presencial nº 018/2019, que tem como Objeto: Contratação de serviços de mão de obra diversos, exclusivo para MEI (Microempreendedor Individual) visando atender as demandas previstas das Secretarias Municipais vinculadas a Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN, conforme especificações apresentadas no Edital Convocatório. Licitante (s) Vencedor (es): o licitante CLAUDIO ROBERTO LIMA DA SILVA inscrito no CNPJ nº 30.753.961/0001-38 classificado(a) no item 2 totalizando o valor de R$ 30.600,00 (trinta mil seiscentos reais), DANIEL EDUARDO DE LIMA inscrito no CNPJ nº 30.126.559/0001-23 classificado(a) no item 1 totalizando o percentual de desconto de 5% (cinco por cento) de desconto em cada serviço realizado e RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA SILVA inscrito no CNPJ nº 30.689.956/0001-03 classificado(a) no item 3 totalizando o valor de R$ 30.600,00 (trinta mil seiscentos reais), de conformidade com o Mapa Comparativo de Preços acostado aos autos. Adjudico a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93

EDSON METHEORONE AGUIAR BEZERRA
Pregoeiro.

Data da Adjudicação: 09 de Setembro de 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:629BDAB0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Pregão nº 018/2019.

Objeto: Contratação de serviços de mão de obra diversos, exclusivo para MEI (Microempreendedor Individual) visando atender as demandas previstas das Secretarias Municipais vinculadas a Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN, conforme especificações apresentadas no Edital Convocatório. Licitante(s) Vencedor(es): o licitante CLAUDIO ROBERTO LIMA DA SILVA inscrito no CNPJ nº 30.753.961/0001-38 classificado(a) no item 2 totalizando o valor de R$ 30.600,00 (trinta mil seiscentos reais), DANIEL EDUARDO DE LIMA inscrito no CNPJ nº 30.126.559/0001-23 classificado(a) no item 1 totalizando o percentual de desconto de 5% (cinco por cento) de desconto em cada serviço realizado e RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA SILVA inscrito no CNPJ nº 30.689.956/0001-03 classificado(a) no item 3 totalizando o valor de R$ 30.600,00 (trinta mil seiscentos reais de conformidade com o Mapa Comparativo de Preços acostado aos autos. Homologo a presente Licitação na forma da Lei nº 8.666/93

FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA
Ordenador (a) de Despesas.

Data da Homologação: 09 de Setembro de 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:AA7810EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 140/2019

Portaria nº 140/2019, Doutor Severiano, 13 de agosto de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE.

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, a Servidora **MARIA DE FATIMA FERNANDES,** matrícula nº 359, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada no Centro de Saúde Francisco Ildemar de Castro, Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, no período de 09 de agosto a 09 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:BDD66C64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 142/2019

Portaria nº 142/2019, Doutor Severiano, 02 de setembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, considerando o que determina o art. 102 da Lei 096/97.

RESOLVE.

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, a Servidora **SEBASTIANA LOPES MARQUES DE LIMA,** matrícula nº 348, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada no Centro de Saúde Francisco Ildemar de Castro, Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, no período de 02 de setembro a 02 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:84CFF99A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 144/2019

Portaria nº 144/2019, Doutor Severiano, 10 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais com base no art. 42 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Sr. **ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, CPF nº 378.240.234-00, do cargo de Diretor Administrativo do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos do município de Doutor Severiano.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:8128029A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 145/2019

Portaria nº 145/2019, Doutor Severiano, 10 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais com base no art. 42 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **FRANCISCO EDSON DA SILVA**, brasileiro, solteiro, CPF: 011.958.974-56, para exercer o cargo de Diretor Administrativo do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos do município de Doutor Severiano.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Dê-se ciência. Cumpra-se e Arquive-se.

FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:4E5FFC5A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 00055/2019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 00055/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN – **CONTRATADO (A)**: **PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA** CNPJ Nº 40.757.908/0001-69 – **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REVISÃO VEICULA - **VALOR**: R$ 3740,76 (sete mil, setecentos e quarenta reais e setenta e seis centavos) – **ORIGEM DOS RECURSOS**: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- **FUNDAMENTO LEGAL**: ART 24, INCISO XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Espírito Santo/RN, 06 de setembro de 2019

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:36903621

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO N°. 019/2019.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, no uso de suas atribuições legais, torna público que no dia 25 de setembro de 2019, às 08h:30min, fará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 019/2019 – Tem como objeto a Elaboração de Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo hospitalar, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra-RN, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Anexo I(Termo de Referencia). O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas no Edital e seus Anexos. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua João Batista Gurgel, nº97 – Cidade Alta – Centro – Felipe Guerra/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min ou pelo Site: https://www.felipeguerra.rn.gov.br/licitacoes.

Felipe Guerra/RN, 09 de setembro de 2019.

ANDRÉ MICK F. CARDOSO
Pregoeiro

Publicado por:
Andre Mick F. Cardoso
Código Identificador:EF66F557

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO DO CONSÓRCIO PUBLICO Nº 001/2019 – PROCESSO Nº 0108002/2019 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA-RN, E O COPIRN - CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE.

Constitui OBJETO do presente a celebração de CONTRATO para a prestação de serviços do CONSORCIADO, para o CONSÓRCIO, destinados à prestação de serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial especificados na Tabela de Serviços de Saúde do COPIRN. Dotação orçamentária: 2054 - Participação em Consórcio Público Intermunicipal. PRAZO: O prazo previsto para vigência deste Contrato de Programa será de 05 (cinco) meses – agosto – dezembro de 2019, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado.

Felipe Guerra, 01 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra
HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito.

E COPIRN - Consórcio Publico Intermunicipal do Rio Grande do Norte
JOSE ARNOR DA SILVA
Presidente.

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:4A1549D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 293/2019-SMARH EM, 09 DE SETEMBRO DE 2019

Concede 30 (trinta) dias de férias o servidor SR. ANTONIO MASPOLLY DE MORAIS LEITE no cargo de Conselheiro Tutelar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações s legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 30(trinta) dias de férias o servidor **SR. ANTONIO MASPOLLY DE MORAIS LEITE** do cargo de **Conselheiro Tutelar,** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 02/09/2019 a 02/10/2019.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Felipe Guerra – RN, 09 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:8F4F4C3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 278 /2019-SMARH EM, 02 DE SETEMBRO DE 2019

Exonera a servidora RUSSINEIDE LUCIANA DA COSTA do cargo de Chefe de Atividades Auxiliares empregada dessa empresa pública, conforme consta das anotações da carteira de trabalho e previdência social (C.T.P.S) e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Fica exonerada a servidora publica municipal **RUSSINEIDE LUCIANA DA COSTA,** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica desta Municipalidade, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição requerida pela segurada em referência.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 02 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:020A3B40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 279/2019-SMARH EM, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Exonera a servidora SRA. EDICLEIDE MORAIS DE GÓIS SILVA do cargo em comissão de Coordenadora de Tributação da Secretaria Municipal de Tributação do Município de Felipe Guerra RN, e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Fica exonerada a servidora público municipal **SRA. EDICLEIDE MORAIS DE GÓIS SILVA** do cargo em comissão de **Coordenadora de Tributação** pertencente ao quadro de pessoal desta Municipalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 02 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:D2945032

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 280/2019-SMARH EM, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

Nomeia o SR. VITTOR GABRIEL DA SILVA GÓIS no cargo de Coordenador de Tributação da Secretaria Municipal de Tributação do Município de Felipe Guerra e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear o **SR. VITTOR GABRIEL DA SILVA GÓIS** no cargo de **Coordenador de Tributação do Município de Felipe Guerra.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, tendo efeito financeiro retroativo a 03 de Junho de 2019.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 02 de Setembro de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:5AD67843

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 292/2019-SMARH EM, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Exonera o servidor ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais empregado desta Municipalidade, conforme consta das anotações da carteira de trabalho e previdência social (C.T.P.S) e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso XI do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal **ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA,** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica desta Municipalidade, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição requerida pelo segurado em referência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação com os efeitos retroativos a 02 de Setembro de 2019.

REGISTRE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 09 de Setembro de 2019

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:74A6C707

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109001/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109001/2019
Objeto:. Aquisição de peças destinados a veículos da secretaria de saúde.
Contratado: WENCESLAU PEÇAS (02.257.344/0001-06)
Valor Total Julgado: R$ 960,00
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:2B100A9E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108078/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108078/2019
Objeto:. Aquisição de Combustivel Destinados aos Onibus Pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: Posto Lucrecia LTDA-EPP (03.248.805/0001-47)
Valor Total Julgado: R$ 662,97
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:7B31BD4E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0209002/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0209002/2019
Objeto:. Aquisição de Combustivel Destinados aos Onibus Pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: Posto Lucrecia LTDA-EPP (03.248.805/0001-47)
Valor Total Julgado: R$ 6.779,84
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:3774151E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0209003/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0209003/2019
Objeto:. Aquisição de Combustivel Destinados aos Onibus Pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: Posto Lucrecia LTDA-EPP (03.248.805/0001-47)
Valor Total Julgado: R$ 3.278,18
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:EFF31330

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0209004/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0209004/2019
Objeto:. Aquisição de Combustivel Destinados aos Onibus Pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.
Contratado: Posto Lucrecia LTDA-EPP (03.248.805/0001-47)

Valor Total Julgado: R$ 830,26
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:405D09F0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108079/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108079/2019
Objeto:. Contratação de prestador de serviços de viagens com pessoas carentes para tratamento de saúde em Natal/RN
Contratado: FRANCISCO CRISTIANO DO NASCIMENTO (063.811.654-64)
Valor Total Julgado: R$ 2.021,05
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:53B76FE4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE GOIANINHA-RN AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 037/2019

O Município de Goianinha, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna público que às **09h00min do dia 20 de Setembro de 2019**, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, sob o número 037/2019, tipo menor preço por item, objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de 01 (um) veículo 0Km, tipo utilitário, com capacidade para 07 passageiros, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN – CEP: 59.173-000 Fone: (84) 3243-3926, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente de 08h:00min às 14h:00min, exceto feriados e ponto facultativo ou pelo email: pregoeiro.pmg@hotmail.com ou ainda pelo Site do Município: www.goianinha.rn.gov.br.

Goianinha/RN, 09 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:A7E54141

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 301/2019 - GP

Goianinha/RN, 02 de Setembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais, e como lhe faculta o inciso II, do Artigo 48 da Lei Orgânica Municipal de 03 de abril de 1990.

R E S O L V E:

Art.1º - Nomear, a Sra. MAELY ALVES DE MORAIS, sob a portaria nº 301/2019, para o cargo de Diretor (a) II, lotada na Unidade administrativa da Controladoria, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goianinha/RN, em 02 de Setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denisabeth Coelho Galvão de Souza
Código Identificador:D5A18FD4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 302/2019 - GP

Goianinha/RN, 02 de Setembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais, e como lhe faculta o inciso II, do Artigo 48 da Lei Orgânica Municipal de 03 de abril de 1990.

R E S O L V E:

Art.1º Nomear, a Sra. CELIA PATRICIA FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA, sob a portaria nº 302/2019, para o cargo de Chefe do Departamento de Transferências de Renda, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goianinha/RN em 02 de Setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denisabeth Coelho Galvão de Souza
Código Identificador:5C651928

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.985/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina "Rua Parque das Dunas", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque das Dunas",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:20A5A902

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.984/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina **"Rua Parque Farroupilha"**, uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque Farroupilha",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:2918395E

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.991/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina **"**Rua Parque Ibirapuera", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque Ibirapuera",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:597B43B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º1.986/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina **"**Rua Parque Jardim Botânico", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque Jardim Botânico",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:20D9588F

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.983/2019

Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina "Rua Parque Lago das Rosas", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque Lago das Rosas",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:2AC31C66

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.988/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina "Rua Parque Laje", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque Laje",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:BC8EB2B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.987/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina "Rua Parque Mangabeira", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque Mangabeira",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:F3CCE038

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.990/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina "Rua Parque da Tijuca", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque da Tijuca",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:EEE3EB64

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.992/2019

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina "Rua Parque das Dunas", uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque das Dunas",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:E0AF162E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 010

Gov. Dix sept Rosado/RN 03 de Setembro de 2019.

Regulamenta a folga compensatória de servidor público municipal em virtude do trabalho realizado no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de Gov.Dix-sept Rosado - RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOV. DIX-SEPT ROSADO - RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:
Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90 e o teor da Resolução n° 170/2014 do CONANDA relativamente às providências necessárias para a realização do processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares;
Considerando o disposto no art. 15 da Lei Federal n° 8.868/1994;
Considerando o disposto no art. 98 da Lei Federal n° 9.504/1997;
Considerando que o processo de escolha unificado é um processo eleitoral significativo e contará com o apoio técnico do Tribunal Regional Eleitoral;
Considerando que os servidores municipais trabalharão de forma voluntária na eleição e não receberão nenhuma vantagem pecuniária,
DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o procedimento para a concessão da folga compensatória de servidor público municipal pelos serviços prestados em virtude de sua participação no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.
Art. 2º. Para que o servidor público possa gozar da folga compensatória prevista na legislação eleitoral e municipal, deve ser obedecida a seguinte tramitação:

I - O servidor público deve apresentar requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração conjunta emitida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha Unificado;

II - O requerimento a que se refere o inciso anterior deve ser protocolizado em até 30 (trinta) dias, contados da data do processo de escolha unificado;

III - Após a conferência da declaração emitida e verificada a sua conformidade, o Departamento de Setor Pessoal promoverá contato com a Secretaria ou Chefia imediata do servidor público para que, em conjunto, estabeleçam quais as datas serão concedidas As folgas compensatórias;

IV - As datas da folga compensatória serão estabelecidas em ato administrativo do Poder Público baseado na conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal para que não haja prejuízo na continuidade da prestação dos serviços públicos;

V - O servidor público somente estará autorizado ao gozo da folga compensatória após ser comunicado por escrito pelo Departamento de Setor Pessoal através da resposta ao requerimento apresentado. Após a comunicação assinada pelo servidor, o Departamento de Setor Pessoal adotará as providências cabíveis.

Art. 3º. Cada 01 (um) dia trabalhado no processo de escolha unificado, independentemente da quantidade de horas, incluído o dia utilizado para treinamento e atos preparatórios do processo eleitoral, equivale a um período de 02 (dois) dias consecutivos de folga compensatória.
Art. 4°. A folga compensatória não pode ser convertida em retribuição pecuniária, conforme previsto no § 4º do art. 1º da Resolução TSE nº 22.747/2008, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.
Art. 5°. Os dias de um período da folga compensatória não podem ser fracionados em hipótese alguma e deverão ser gozados em dias consecutivos.
§ 1º As folgas compensatórias adquiridas devem ser gozadas no período máximo de 01 (um) ano, contado do deferimento do requerimento, cabendo ao servidor público apresentar o requerimento no prazo previsto no inciso II, do artigo 2° deste Decreto.
Art. 6°. Fica proibida a Administração Pública do Poder Executivo Municipal:
I - Conceder folga compensatória que termine em vésperas de feriados ou pontos facultativos ou que se inicie logo após os mesmos;
II - Conceder folga compensatória em dia que o servidor público não tenha que cumprir expediente.

Art. 7°. Compete exclusivamente à Administração Municipal tomar as providências quanto à substituição do servidor público em gozo de folga compensatória prevista neste Decreto.

Art. 8°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gov. Dix-sept Rosado - RN, no dia 03 de Setembro de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ANTÔNIO FREIRE DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Albano Virginio
Código Identificador:4471E6A7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 012/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN comunica, aos interessados e participantes do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 012/2019, Processo N° 2398/2019 originado pelo Memorando nº 199/2019 – Secretaria Municipal de Administração que objetiva a Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para Fornecimento de Móveis, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital e SUBITENS 2.2.1 e 2.2.2., conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, que ADJUDICA (à)s empresa(s) TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (21.306.287/0001-52), quanto ao(s) LOTE(S) [1], no valor total de R$ 948.680,00 (novecentos e quarenta e oito mil seiscentos e oitenta reais), totalizando o valor global, para fins de contratação, de R$ 948.680,00 (novecentos e quarenta e oito mil seiscentos e oitenta reais), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Lote. Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, no Setor de Licitações.

GUAMARE / RN, 9 de Setembro de 2019

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:C0698A59

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 026/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN comunica, aos interessados e participantes do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 026/2019, Processo N° 2953/2019 originado pelo Memorando nº 14/2019 – Secretaria Municipal de Administração que objetiva a Constitui Ata de registro de preço para aquisição de eletrodoméstico, destisnados a Prefeitura Municipal de Guamaré nas quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência., conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, que ADJUDICA (à)s empresa(s) BCS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (31.658.202/0001-59), quanto ao(s) LOTE(S) [1], no valor total de R$ 133.647,50 (cento e trinta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando o valor global, para fins de contratação, de R$ 133.647,50 (cento e trinta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Lote. Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, no Setor de Licitações.

GUAMARE / RN, 9 de Setembro de 2019

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:AAD80CD3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a saber:

- Pregão Eletrônico N° 041/2019 - Processo Administrativo nº 3213/2019 - Originado pelo Memorando n° 491/2019 – Secretaria Municipal de Administração, que o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Diversas Categorias, sob a forma de execução indireta, mediante o preenchimento de postos de trabalho, para atender às demandas institucionais da Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, cuja sessão inicial está marcada para o **DIA 20 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 08:30:00 (OITO HORAS E TRINTA MINUTOS) - (HORÁRIO DE BRASILIA)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) em: Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima indicado, segunda a quinta das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e sextas 08:00h às 12:00h, em dias de expediente. O(s) Edital(is) e anexo(s) estão disponíveis no site do comprasnet (https://www.comprasnet.gov.br/), no Portal da Transparência do Município http://guamareserver.easygestaopublica.com.br/base/baixar_editais/) e ainda pode ser solicitados pelo e-mail – cpl.guamare@gmail.com.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966/**99982-3647.**

GUAMARE / RN, 09 de Setembro de 2019.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:839100E5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a saber:

- Pregão Presencial N° 031/2019 - Processo Administrativo nº 6.739/2019 - Originado pelo **Memorando n° 1.069/2019 - Secretaria Municipal de Assistência Social,** que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, DESTINADOS A ATENDER A SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, cuja sessão inicial está marcada para o **DIA 20 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 08:00 (OITO HORAS)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) em: Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima indicado, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h de segunda a quinta-feira, nas sexta-feira das 08:00h às 12:00h, em dias de expediente. O(s) Edital(is) poderão ser requeridos por meio do e-mail cpl.guamare@gmail.com, através de solicitação contendo o timbrado da requerente e assinado por representante habilitado.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966//**99982-3647.**

GUAMARE / RN, 09 de Setembro de 2019.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:19AE2732

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 012/2019

O(A) Prefeito(a) do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, resolve homologar os atos praticados no procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 012/2019, Processo N° 2398/2019 originado pelo Memorando nº 199/2019 – Secretaria Municipal de Administração que objetiva a Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para Fornecimento de Móveis, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital e SUBITENS 2.2.1 e 2.2.2., conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, o qual foi adjudicado a(s) empresa(s) TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (21.306.287/0001-52), quanto ao(s) LOTE(S) [1], no valor total de R$ 948.680,00 (novecentos e quarenta e oito mil seiscentos e oitenta reais), totalizando o valor global, para fins de contratação, de R$ 948.680,00 (novecentos e quarenta e oito mil seiscentos e oitenta reais), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Lote, para que produza os efeitos legais nos termos do art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual.

GUAMARE / RN, 9 de Setembro de 2019

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:5E2BE655

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 026/2019

O(A) Prefeito(a) do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, resolve homologar os atos praticados no procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 026/2019, Processo N° 2953/2019 originado pelo Memorando nº 14/2019 – Secretaria Municipal de Administração que objetiva a Constitui Ata de registro de preço para aquisição de eletrodoméstico, destisnados a Prefeitura Municipal de Guamaré nas quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência., conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, o qual foi adjudicado a(s) empresa(s) BCS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (31.658.202/0001-59), quanto ao(s) LOTE(S) [1], no valor total de R$ 133.647,50 (cento e trinta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando o valor global, para fins de contratação, de R$ 133.647,50 (cento e trinta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Lote, para que produza os efeitos legais nos termos do art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual.

GUAMARE / RN, 9 de Setembro de 2019

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:EA1FF520

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 049/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN comunica, aos interessados e participantes do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 049/2019, Processo N° 5081/2019 originado pelo Memorando nº 702 – Secretaria Municipal de Educação que objetiva a Solicitação de processo licitatório para aquisição de Material de consumo (Material de expediente)., conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, que ADJUDICA (à)s empresa(s) ELIAS AVELINO DOS SANTOS - EPP (24.208.480/0001-49), quanto ao(s) LOTE(S) [3, 7, 10, 16], no valor total de R$ 36.717,00 (trinta e seis mil setecentos e dezessete reais), ESCOLA & ESCRITORIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA (00.800.611/0001-14), quanto ao(s) LOTE(S) [1, 6, 8, 11, 12], no valor total de R$ 34.942,40 (trinta e quatro mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), LAZARO BEZERRA SOARES (06.088.333/0001-09), quanto ao(s) LOTE(S) [14], no valor total de R$ 2.794,90 (dois mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), W.B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (07.018.761/0001-10), quanto ao(s) LOTE(S) [2, 4], no valor total de R$ 59.911,20 (cinquenta e nove mil novecentos e onze reais e vinte centavos), totalizando o valor global, para fins de contratação, de R$ 134.365,50 (cento e trinta e quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Lote. Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, no Setor de Licitações.

GUAMARE / RN, 9 de Setembro de 2019

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:92980064

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 049/2019

O(A) Prefeito(a) do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, resolve homologar os atos praticados no procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 049/2019, Processo N° 5081/2019 originado pelo Memorando nº 702 – Secretaria Municipal de Educação que objetiva a Solicitação de processo licitatório para aquisição de Material de

consumo (Material de expediente)., conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, o qual foi adjudicado a(s) empresa(s) ELIAS AVELINO DOS SANTOS - EPP (24.208.480/0001-49), quanto ao(s) LOTE(S) [3, 7, 10, 16], no valor total de R$ 36.717,00 (trinta e seis mil setecentos e dezessete reais), ESCOLA & ESCRITORIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA (00.800.611/0001-14), quanto ao(s) LOTE(S) [1, 6, 8, 11, 12], no valor total de R$ 34.942,40 (trinta e quatro mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), LAZARO BEZERRA SOARES (06.088.333/0001-09), quanto ao(s) LOTE(S) [14], no valor total de R$ 2.794,90 (dois mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), W.B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (07.018.761/0001-10), quanto ao(s) LOTE(S) [2, 4], no valor total de R$ 59.911,20 (cinquenta e nove mil novecentos e onze reais e vinte centavos), totalizando o valor global, para fins de contratação, de R$ 134.365,50 (cento e trinta e quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Lote, para que produza os efeitos legais nos termos do art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual.

GUAMARE / RN, 9 de Setembro de 2019

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:892C712C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE N° 1650/2019

Dispõe sobre a criação e constituição da Comissão Eleitoral para condução do processo eleitoral do Conselho Municipal de Educação – CME para o biênio 2019 - 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAMARÉ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso I e VI, art. 30, da Constituição Federal, inciso II, do art. 45 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade da realização de pleito eleitoral para elegibilidade dos novos membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Guamaré/RN, biênio 2019-2021;

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Comissão Eleitoral para condução do processo escolha dos novos membros do Conselho Municipal de Educação – CME para o biênio 2019 – 2021.

Art. 2º. - A Comissão será constituída pelos seguintes servidores: **Maria Ivânia de Oliveira**, **Jacqueline Fonseca de Queiroz** e **Maria das Dores Carvalho**, sob a presidência do primeiro, que deverá elaborar os atos necessários à condução de todo o processo eleitoral de formação dos novos membros do Conselho Municipal de Educação – CME do município de Guamaré/RN, para o biênio 2019-2021.

Art. 3º - Os atos da Comissão serão realizados e praticados em um espaço temporal de no máximo 40 (quarenta) dias.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.

Gabinete do Prefeito Guamaré/RN, 09 de Setembro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiane Miranda dos Santos Morais
Código Identificador:0A246761

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE PROFESSORES CLASSIFICADOS NO CADASTRO RESERVA

Considerando o encerramento do período de apresentação dos professores classificados nas vagas expostas no edital n° 001/2019;
Considerando o não comparecimento de professores classificados nas vagas no prazo estabelecido no item 11.11 deste edital;
Considerando as desclassificações em decorrência de irregularidades na documentação dos professores que se apresentaram;
Considerando a necessidade de vagas decorrente do aumento do número de matrículas e turmas; Considerando o disposto no item 11.12 do edital do processo seletivo simplificado n° 001/2019;
A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado resolve convocar os professores abaixo relacionados para comparecer a Secretaria Municipal de Educação, localizada a Rua Sete de Setembro, n° 116, Centro, Guamaré/RN, munidos da documentação relacionada no item 11.6 deste edital, devendo os mesmos se apresentar no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir desta publicação:

Cód.	Inscrição	Candidato
27	137078-1	MARA SYBELLE MELO DO NASCIMENTO OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN

09 de setembro de 2019

Publicado por:
Taiane Miranda dos Santos Morais
Código Identificador:7403F2A1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO Nº. 007/2019 – PMIM - REPUBLICAÇÃO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018 RELATIVA AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 021/2018 REALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL PASSA E FICA/RN em conformidade do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, da Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 160 de 11 de Janeiro de 2018.

Processo Administrativo nº 2.183/2019
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN.
CONTRATADA: LEONARDO COSTA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 11.183.984/0001-00, estabelecida na Avenida Coronel Estevam, 1598, Alecrim – Natal/RN – CEP; 59.037-000, sendo representada pelo(a) Senhor(a) Leonardo Costa dos Santos, inscrito no CPF sob nº 070.802.104-29 e RG 001.859.153 SSP/RN.
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCIAL DE MATERIAL DE CONSUMO PARA KIT ENXOVAL (KITS GESTANTES) PARA RECÉM-NASCIDO, DESTINADO A DOAÇÃO AS GESTANTES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL VISANDO O ACESSO DA GESTANTE QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE AOS SERVIÇOS DE PRÉ-NATAL, OFERECENDO MECANISMOS E PROPORCIONANDO QUALIDADE DE VIDA AO BINÔMIO MÃE E FILHO.
MODALIDADE: ADESÃO/CARONA Nº 007/2019 - Pregão Presencial/SRP nº. 021/2019 da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.
Onde se lê:
VALOR: O valor total é de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).
Leia-se:
VALOR: O valor total é de R$ 69.560,00 (sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: De 05 de Setembro de 2019 a 24 de Setembro de 2019.
VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: Os produtos serão contratados na data da assinatura contratual, estendendo-se por 12 (doze) meses, de 05 de Setembro de 2019 até 04 de Setembro de 2020.

Ielmo Marinho/RN, 05 de Setembro de 2019.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

LEONARDO COSTA DOS SANTOS
CNPJ: 11.183.984/0001-00

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.**

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:FA516624

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 053/2019 - REPUBLICAÇÃO

Contrato firmado, que entre si celebram a empresa **LEONARDO COSTA DOS SANTOS** e o Município de Ielmo Marinho.

CONTRATANTE: Município de Ielmo Marinho/RN.
CONTRATADA: **LEONARDO COSTA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 11.183.984/0001-00,** estabelecida na Avenida Coronel Estevam, 1598, Alecrim – Natal/RN – CEP; 59.037-000, sendo representada pelo(a) Senhor(a) Leonardo Costa dos Santos, inscrito no CPF sob nº 070.802.104-29 e RG 001.859.153 SSP/RN.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA KIT ENXOVAL (KITS GESTANTES) PARA RECÉM-NASCIDO, DESTINADO A DOAÇÃO AS GESTANTES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL VISANDO O ACESSO DA GESTANTE QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE AOS SERVIÇOS DE PRÉ-NATAL, OFERECENDO MECANISMOS E PROPORCIONANDO QUALIDADE DE VIDA AO BINÔMIO MÃE E FILHO.**
MODALIDADE: ADESÃO/CARONA Nº 007/2019 - Pregão Presencial/SRP nº. 021/2019 da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.

Onde se lê:
VALOR: O valor total é de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).
Leia-se:
VALOR: O valor total é de R$ 69.560,00 (sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: Os produtos serão contratados na data da assinatura contratual, estendendo-se por 12 (doze) meses, **de 05 de Setembro de 2019 até 04 de Setembro de 2020.**
FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 8.666/93.

Ielmo Marinho/RN, 05 de Setembro de 2019.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal
Contratante

MARIA DO LIVRAMENTO FIDELIS
Secretária Municipal de Promoção e Bem Estar Social

LEONARDO COSTA DOS SANTOS
CNPJ: 11.183.984/0001-00

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:AF86DD47

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 052/2019 - REPUBLICAÇÃO

Contrato firmado, que entre si celebram a empresa **CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA** e o Município de Ielmo Marinho.

CONTRATANTE: Município de Ielmo Marinho/RN.
CONTRATADA: **CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº**: 02.800.122/0001-98**, estabelecida na RUA SAO JOSE, 1523, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP: 59063-150, sendo representada pela Senhora CHRISTIANY LOPES QUEIROGA CÂMARA, RG: 943.113 ITEP RN, cuja proposta foi classificada no certame, Processo Administrativo nº 1.302/2018 – **Pregão Presencial SRP nº. 034/2018.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PRODUTOS FORMULADOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL – ALIMENTAÇÃO ESPECIALIZADA para suprir as necessidades de diversos pacientes deste município com finalidades especiais, como ingestão controlada de nutrientes, isoladamente ou em associação, de composição definida ou estimada, exclusivamente elaborada e formulada para ser administrada por meio de sondas ou via oral, industrializado ou não, utilizada exclusiva ou parcialmente, visando substituir ou complementar a alimentação oral em pacientes desnutridos ou não, de acordo com as suas necessidades nutricionais, em ambiente hospitalar, domiciliar ou ambulatorial, objetivando a produção ou manutenção dos tecidos, órgãos ou sistemas do organismo. Algumas indicações para uso desses complementos, são: Doenças desmielinizantes; Acidente vascular cerebral (AVC); Anorexia nervosa; Câncer; Coma ou estado confuncional; Perfuração traumática do esôfago; Doenças inflamatórias intestinais; Síndrome do intestino curto; Fístulas digestivas; Aumento do requerimento nutricional devido a graves queimaduras; Broncoaspiração recorrente em pacientes com problemas de deglutição; Náuseas e vômitos em pacientes com gastroparesia ou obstrução do estômago ou do intestino delgado proximal; Desordens que requerem administrações especiais, como quilotórax, pancreatite aguda, insuficiência hepática, insuficiência renal, doença de Crohn em atividade, dentre outras.**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 034/2018 vinculado ao Processo administrativo nº 1.302/2018 da Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN, estando subordinado à disciplina da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 160/2018. Relativo a Ata de Registro de Preço nº 030/2018, relativa ao Pregão Presencial SRP Nº 034/2018, realizado na Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global é de R$ 115.824,69 (cento e quinze mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: A partir da data de sua assinatura, de **22 de agosto de 2019 até 21 de Agosto de 2020.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 8.666/93.

Ielmo Marinho/RN, 22 de agosto de 2019.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal
Contratante

ELIEGE DA SILVA OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 02.800.122/0001-98
Contratada

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:723E2A9C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN, torna público para conhecimento dos interessados que remarcará para 09h00min do dia 20/09/2019, licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de digitalizações de documentos da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu, tendo em vista necessária adequação no edital. Informações e aquisição do edital na Avenida Luiz Gonzaga, 800 – Centro - Ipanguaçu/RN: (84) 3335-2540, de segunda a sexta, das 07h00 ao 13h00min.

Ipanguaçu/RN, 09/09/2019

ANA PAULA DA COSTA PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:A9619A6E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PUBLICAÇÃO CONTRATO 032 - INEXIGIBILIDADE 02.09.001.2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 02.09.001/2019
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itaú/RN. CNPJ: 08.148.553/0001-06: Contratado: Maria Elvira de Oliveira Lopes. Objeto: O presente Contrato tem como objetivo a contratação de um show artístico voz e violão para a 8° conferencia municipal de Assistência social, com o Valor global de R$ 736,85 (setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos). LEGALIDADE: Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão custeadas com recurso do orçamento de 2019. Data da assinatura: 02/09/2019, Vigência: O presente contrato vigorará até a plena execução dos serviços contratados.

Itaú-RN, 02 de setembro de 2019.

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal.

JAIRA NERY ANDRADE MARTINS BEZERRA
Secretária municipal de Assistência social.

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:91542345

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02.09.001

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**02.09.001/2019**

OBJETO:O presente Contrato tem como objetivo a contratação de um show artístico voz e violão para a 8° conferencia municipal de Assistência social.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Autorizar a Inexigibilidade de Licitação, após acatar o parecer jurídico desta entidade, e parecer da Comissão de Licitação em favor de MARIA ELVIRA DE OLIVEIRA LOPES, no valor estimado de R$ 736,85 (setecentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), destinado a: contratação de um show artístico voz e violão para a 8° conferencia municipal de Assistência social, com fundamento no art. 25,*inciso III*, da Lei Federal N.º 8.666/93, que define que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, III-para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

PUBLIQUE-SE,

Itaú/RN, 02 de setembro de 2019.

JAIRA NERY ANDRADE MARTINS BEZERRA
Fundo Municipal de Assistência Social

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

_____

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:DDACDF81

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PUBLICAÇÃO CONTRATO 033 - INEXIGIBILIDADE 02.09.002/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 02.09.002/2019
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itaú/RN. CNPJ: 08.148.553/0001-06: Contratado: Tania Regina Fernandes Maia de Medeiros. Objeto: O presente Contrato tem como objetivo a contratação de palestrante para tratar do tema "Assistência social, direito do povo com financiamento público e participação social, para 8° conferencia municipal de assistência social, com o Valor global de R$ 1.157,90 (um mil cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos). LEGALIDADE: Art. 25, Inciso II da Lei 8.666/93. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão custeadas com recurso do orçamento de 2019. Data da assinatura: 02.09.2019, Vigência: O presente contrato vigorará até a plena execução dos serviços contratados.

Itaú-RN, 02 de setembro de 2019.

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal.

JAIRA NERY ANDRADE MARTINS BEZERRA
Secretária de Assistência Social.

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:5626B495

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 02.09.002/2019

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: **02.09.002/2019**

OBJETO:O presente Contrato tem como objetivo a contratação de palestrante para tratar do tema "Assistência social, direito do povo com financiamento público e participação social, para 8° conferencia municipal de assistência social

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIASOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Autorizar a Inexigibilidade de Licitação, após acatar o parecer jurídico desta entidade, e parecer da Comissão de Licitação em favor de TANIA REGINA FERNANDES MAIA DE MEDEIROS, no valor estimado de R$ 1.157,90 (um mil cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos), destinado a : contratação de palestrante para tratar do tema "Assistência social, direito do povo com financiamento público e participação social, para 8° conferencia municipal de

assistência social, com fundamento no art. 25,*inciso II*, da Lei Federal N.º 8.666/93, que define que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, II-para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;.

PUBLIQUE-SE,

Itaú/RN, 02 de setembro de 2019.

JAIRA NERY ANDRADE MARTINS BEZERRA
Fundo Municipal de Assistência Social

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

_____

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:AA1B3A46

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA Nº 437

CGC (M.F.) 08.148.553/0001-06
Rua Cleofas Nunes, 74 - Centro - CEP 59855-000.
Tele fax: (084) 3371-2255

PORTARIA Nº. 437/ 2019. De 03 de setembro de 2019.

Concede diárias a servidores para despesas com viagens e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta o inciso IV, do artigo 139, seção III, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 59, inciso I, da Lei Municipal 202/92 (Estatuto dos Servidores Municipais).

R E S O L V E:

Determinar ao Secretário de Finanças desta Edilidade, depois de observar as exigências legais, que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 2 (duas) diária (s), com pernoite a (o) servidor (a) **Sr. FRANCISCO WELLIGTON DONATO ,** portaria nº 088/1998, matricula nº 426, para fazer face para custeio de despesas com alimentação e deslocamento, no percurso de Itaú/Fortaleza/Itaú, nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2019, na oportunidade em que tratará de assuntos de interesse do município para realização de consulta especializada com a paciente Francisca Venir P. de Morais no HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO EM FORTALEZA/CE , na forma do que preconiza a legislação regente, sobretudo, a Resolução nº 011/2016, lavra do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO MOREIRA DE MORAIS
Séc.de Adm., Finanças, Planejamento,Orçamento e Tributos

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:5C53A813

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA Nº 440/2019

CGC (M.F.) 08.148.553/0001-06
Rua Cleofas Nunes, 74 - Centro - CEP 59855-000.
Tele fax: (084) 3371-2255

PORTARIA Nº. 440/ 2019. De 04 de setembro de 2019.

Concede diárias a servidores para despesas com viagens e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAU, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta o inciso IV, do artigo 139, seção III, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 59, inciso I, da Lei Municipal 202/92 (Estatuto dos Servidores Municipais).

R E S O L V E:

Determinar ao Secretário de Finanças desta Edilidade, depois de observar as exigências legais, que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 2 (duas) diária (s) a (o) servidor (a) **Sr. ADRIANO DA SILVA LUCENA,** portaria nº 087/2017, matricula nº 1000, para custeio de despesas com alimentação e deslocamento, no percurso de Itaú/Natal/Itaú, 0100, nos dias 05 e 06 de setembro de 2019, na oportunidade em que tratará de assuntos de interesse do município, com a paciente Rafaela Nunes de Oliveira no HOSPITAL MEMORIAL em Natal/RN, na forma do que preconiza a legislação regente, sobretudo, a Resolução nº 011/2016, lavra do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO MOREIRA DE MORAIS
Séc.de Adm., Finanças, Planejamento, Orçamento e Tributos

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:4855ED19

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000011/2017 EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000011/2017
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 024/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ sob nº. 08.309.239/0001-50. CONTRATADA: SAÚDE BRASIL, COMÉRCIO E SERVIÇO ODONTOLÓGICO E FISIOTERAPICO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob nº. 27.746.681/0001-98. OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 024/2017. VIGÊNCIA: 24 de julho de 2017 à 23 de julho de 2020.

Jandaíra/RN, 23 de julho de 2019.

Município de Jandaíra/RN
MARINA DIAS MARINHO
Prefeita Municipal

Saúde Brasil, Comércio e Serviço Odontológico e Fisioterapico EIRELI – ME
ILANNY KARILYNE OLIVEIRA GOMES
Gerente Administrativa

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:CCA58832

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº110/2019-GP.

Efetua a remoção da Servidora Pública MARIA NASCIMENTO DE MEDEIROS SILVA e dá outras providencias.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO que a Servidora Pública **MARIA NASCIMENTO DE MEDEIROS SILVA,** CPF 785.413.524-04, matricula nº 97, ocupante do cargo público de Professora PM2;
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de uma Professora para exercer suas funções no Jardim Escola Municipal Tia Alice;
CONSIDERANDO que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponde a responsabilidade tutelar de que está investindo, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público e o bem-estar aos munícipes;
CONSIDERANDO que a remoção que se pretende não implica em mudança de domicilio da servidora e, assim sendo, não implica há necessidade da mudança de residência, por conseguinte, não há de ser considerada a alteração do local de trabalho como transferência;
CONSIDERANDO a demais, que o servidor público não goza de inamovibilidade e que a remoção dos servidores ocorre, tão e somente para melhor atender o interesse público;
CONSIDERANDO que é licito a Administração Pública primar pelos princípios do local de trabalho de seus servidores por decisão unilateral, quando este não acarreta necessariamente a mudança de residência do servidor;
CONSIDERANDO que remoção é ato discricionário da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO ao final que é dever do Administrador Público primar pelos princípios da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência administrativa, tal como plasmado no artigo 37 da Constituição Federal de 1998.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica determinada a remoção da servidora **MARIA NASCIMENTO DE MEDEIROS SILVA**, CPF 785.413.524--04, matricula nº 97, ocupante do Cargo Público de **Professora PM2**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Escola Municipal Prof. Leonel Cicero, para o Jardim Escola Municipal Tia Alice, onde exercerá na plenitude, as suas funções de praxe, sem prejuízo remuneratório.
Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais a 12 de agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Janduís, 16 de agosto de 2019.

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:41E2482C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº111/2019-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor **Felipencio Gomes dos Santos** pleiteando a concessão de licença especial,

CONSIDERANDO os termos do art. 94 da Lei Municipal nº 280 de 06 de setembro de 2006.

R E S O L V E:

Art.1º Conceder **LICENÇA ESPECIAL** ao servidor **FELIPENCIO GOMES DOS SANTOS**, ocupante do cargo público de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matrícula 41, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – Hospital Maternidade Maria Cristina Maia, por um período de 03 (três) meses, com vigência a partir de 1º de setembro a 30 de novembro de 2019, período aquisitivo 31/07/1998 a 31/07/2008.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís Em 30 de agosto de 2019.

Registre-se,
Publique-se
e cumpra-se.

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:D4DAF794

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº112/2019-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS DE LIMA,** pleiteando afastamento para conclusão do Curso de qualificação profissional (Mestrado);

CONSIDERANDO os termos do Art. 40, Inciso XI e Art. 43 da Lei Municipal nº 408/2011 de 12 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO por fim, o Parecer da Assessoria Jurídica favorável à concessão da Licença.

R E S O L V E:

Art.1º Conceder **LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (MESTRADO), COM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO** a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS DE LIMA, PROFESSORA PM3**, matrícula 473, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Escola Municipal Professor Leonel Cicero com vigência a partir de 09 de setembro de 2019 a 28 fevereiro de 2021, devendo retornar as atividades laborais em 01 de março de 2021.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís Em 06 de agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:F4BCE511

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 1294**/2019** - DESPACHO ADMINISTRATIVO. ARTIGO 24, INCISO II, Lei nº 8.666/93. Atendendo ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com base na documentação constante do Processo em epígrafe, anexos aos autos, Ratifico a Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, INCISO II dessa Lei, e Autorizo, a celebração do Contrato com Pessoa Jurídica: **LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CANCER – CNPJ Nº 40.996.860/0001-41 Av. Miguel Castro 1355, Bairro Nossa**

Senhora de Nazaré Mossoró - RN, no valor Global de R$ 905,00 **(novecentos e cinco reais)**, Objeto: Serviços de exames especializados (Endoscopia Digestiva c/Biopsia e PAAF de Tireoide c/ Citologia Guiado por US Bilateral) a serem realizados em caráter de urgência, na usuária, MARIA DO SOCORRO GURGEL DE SALES, paciente em tratamento oncológico, conforme solicitação médica em anexo, sendo necessários para acompanhamento e continuação de seu tratamento, conforme parecer Social em anexos aos autos.

Publique-se nos termos da Lei.

Janduís, 08 de julho de 2019.

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:D4413977

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº 002/2019
EMPENHO: 325/2019

CONSIDERANDO o que prevê os termos do art. 5º da lei 8666/93, que cada unidade da Administração no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

CONSIDERANDOa regulamentação da obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento, por meio da Resolução nº 032/2016 - TCE, de 01 de novembro de 2016, Decreto Municipal nº 022/2017, de 18 de setembro de 2017.

CONSIDERANDO que as referidas normas prevêem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante préviajustificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a sua publicação no Diário Oficial do Município.

CONSIDERANDOque o Câncer é um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células, que invadem tecidos e órgãos. Dividindo-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores, que podem espalhar-se para outras regiões do corpo.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor **LIGA NORTE RIOGRANDENSE CONTRA O CANCER, inscrito no CNPJ: 40.996.860/0001-41**, referente ao **empenho de nº 325/2019**, datado de 08/07/2019, no valor de **R$: 905,00 (novecentos e cinco reais)** correspondente a **NFe DANFE nº 0000197000, no valor de R$: 905,00 (novecentos e cinco reais), referente a realização de serviços prestados de exames especializados (Endoscopia Digestiva c/ Biopsia e PAAF de Tireoide c/ Citologia guiado por US)**
Sendo assim, com o intuito de realizar os exames acima citados em caráter de urgência e evitar o agravamento da doença do paciente oncológico, uma vez que, trata-se de uma despesa referente aos serviços essenciais da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico/Fundo Municipal de Saúde, fica justificado nos moldes acima citados a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís- RN, 09 de julho de 2019.

MARINALDO JOAQUIM DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:563D78B5

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº 001/2019 EMPENHO: 43/2019

CONSIDERANDO o que prevê os termos do art. 5º da lei 8666/93, que cada unidade da Administração no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

CONSIDERANDO a regulamentação da obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento, por meio da Resolução nº 032/2016 - TCE, de 01 de novembro de 2016, Decreto Municipal nº 022/2017, de 18 de setembro de 2017.

CONSIDERANDO que as referidas normas prevêem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a sua publicação no Diário Oficial do Município.

CONSIDERANDO que prestação de serviços, com locação temporária de veículo para suprir as necessidades de deslocamentos dos profissionais do Programa Criança Feliz - PCF, em visitas e acompanhamentos das famílias beneficiadas do Programa nas comunidades da zona rural e urbana. É um serviço de fundamental importância no tocante a dar funcionalidade do referido Programa uma vez que, é requisito indispensável à oferta desses serviços aos Profissionais e usuários.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor **Carlos Romerito Bezerra de Lira, inscrito no CPF: 089.763.614-74**, referente ao **empenho de nº 43/2019**, datado de 03/09/2019, no valor de **R$ 2.187,90 (Dois mil, cento e oitenta e sete reais e noventa centavos),** correspondente a **Nota fiscal avulsa de serviços nº 3403, no valor de R$ 2.187,90 (Dois mil, cento e oitenta e sete reais e noventa centavos), Referente à Dispensa de Licitação para contratação de prestação de serviços, com locação temporária de veículo**. Sendo assim, com o intuito de evitar a suspensão do fornecimento da prestação de serviço, uma vez que, trata-se de uma despesa referente aos serviços essenciais do Programa Criança Feliz - PCF/Fundo Municipal de Assistência Social, fica justificado nos moldes acima citados a referida quebra de ordem cronológica, a qual assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

CARLA REGINA GOMES MOREIRA
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS.

Publicado por:
Carla Regina Gomes Moreira
Código Identificador:EC953FB0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

CPL
EXTRATO DE CONTRATO – 2º ADITIVO – TP Nº 002/2016

EXTRATO DE CONTRATO – 2º ADITIVO – TP Nº 002/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
CONTRATADA: EMPATECH-ENGENHARIA PARA O MEIO AMBIENTE LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.113.863/0001-30.
OBJETO: Autoriza prorrogar até 31.12.2019, o prazo do Contrato dos Serviços de Empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Saneamento do Município de Japi/RN, conforme Contrato celebrado em 22.03.2017 entre as partes acima mencionadas, oriundo da Licitação – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016.
BASE LEGAL: Artigo 57, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93
DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam mantidas as demais condições contidas no Contrato dos Serviços de Empresa especializada para elaborar o Plano Municipal de Saneamento do Município de Japi/RN, celebrado em 22.03.2017, inclusive as condições de pagamento.
DATA: 29/12/2018.
ASSINATURA: JODOVAL FERREIRA DE PONTES/Prefeito.

Republicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 29 de Dezembro de 2018.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:B9AE27BD

CPL
EXTRATO DE CONTRATO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019

EXTRATO DE CONTRATO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI
CONTRATADA: CAMPO FELIZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.635.344/0001-60.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DO POLO DA ACADEMIA DA SAÚDE (MODALIDADE INTERMEDIÁRIA) NO ASSENTAMENTO RURAL DE BARBAÇO, ZONA RURAL DA CIDADE DE JAPI/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 128.300,32 (Cento e Vinte e Oito Mil e Trezentos Reais e Trinta e Dois Centavos)
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Recursos próprios da PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI/RN e Convenio com Ministério da Saúde.
RECURSOS FINANCEIROS: Recursos do Convenio com o Ministério da Saúde e Contrapartida da PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI/RN.
DATA: 19 de Agosto de 2019
ASSINATURA: JODOVAL FERREIRA DE PONTES/Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:B6537D73

CPL
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, bem como da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Finanças, venho RATIFICAR a celebração do Primeiro Aditivo ao Contrato para Construção de Módulos Sanitários em Unidades Habitacionais Populares no Município de Japi/RN, firmado em 22 de Março de 2019, com a empresa CARVALHO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, oriundo da TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo nº 001/2019, objetivando prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de Contratação para Construção de Módulos Sanitários em Unidades Habitacionais Populares no Município de Japi/RN.

Japi/RN, em 19 de Julho de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal. Em, 19 de Julho de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:40BAB97F

CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS 001/2019

TOMADA DE PREÇOS 001/2019
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS EM UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES NO MUNICÍPIO DE JAPI/RN.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
CONTRATADA: Empresa CARVALHO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 22.318.474/0001-19.
OBJETO: Prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de Contratação para Construção de Módulos Sanitários em Unidades Habitacionais Populares no Município de Japi/RN, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo nº 001/2019.
BASE LEGAL: Artigo 57, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
DATA: 19 de Julho de 2019.
ASSINATURAS: Jodoval Ferreira de Pontes/Pela Contratante/Prefeito Municipal.

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal. Em, 19 de Julho de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:64806649

CPL
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, bem como da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Finanças, venho RATIFICAR a celebração do Primeiro Aditivo ao Contrato para Construção de Unidades Habitacionais Populares no Município de Japi/RN, firmado em 22 de Março de 2019, com a empresa ENGSERV COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA, oriundo da TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 002/2019, objetivando prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de Contratação para Construção de Unidades Habitacionais Populares no Município de Japi/RN.

Japi/RN, em 19 de Julho de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 19 de Julho de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:16528D92

CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS 002/2019

TOMADA DE PREÇOS 002/2019
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES NO MUNICÍPIO DE JAPI/RN.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
CONTRATADA: Empresa ENGSERV COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.984.317/0001-96.
OBJETO: Prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de Contratação para Construção de Unidades Habitacionais Populares no Município de Japi/RN, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 002/2019.
BASE LEGAL: Artigo 57, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
DATA: 19 de Julho de 2019.
ASSINATURAS: Jodoval Ferreira de Pontes/Pela Contratante/Prefeito Municipal.

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 19 de Julho de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:647CF681

CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS 002/2019

TOMADA DE PREÇOS 002/2019
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES NO MUNICÍPIO DE JAPI/RN.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
CONTRATADA: Empresa ENGSERV COMERCIO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.984.317/0001-96.
OBJETO: Prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de Contratação para Construção de Unidades Habitacionais Populares no Município de Japi/RN, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 002/2019.
BASE LEGAL: Artigo 57, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
DATA: 19 de Julho de 2019.
ASSINATURAS: Jodoval Ferreira de Pontes/Pela Contratante/Prefeito Municipal.

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 19 de Julho de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:2521E9AA

CPL
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, bem como da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Finanças, venho RATIFICAR a celebração do Primeiro Aditivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE JAPI/RN, firmado em 22 de Abril de 2019, com a empresa SUSSUARANA ENGENHARIA E ARQUITETURA, oriundo da TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 005/2019, objetivando prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE JAPI/RN.

Japi/RN, em 21 de Agosto de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.
Em, 21 de Agosto de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:92198B72

CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS 005/2019

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE JAPI/RN.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
CONTRATADA: Empresa SUSSUARANA ENGENHARIA E ARQUITETURA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 27.776.149/0001-13.
OBJETO: Prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE JAPI/RN, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 005/2019.
BASE LEGAL: Artigo 57, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
DATA: 21 de Agosto de 2019.
ASSINATURAS: Jodoval Ferreira de Pontes/Pela Contratante/Prefeito Municipal.

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.
Em, 21 de Agosto de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:337336D6

CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS 006/2019

TOMADA DE PREÇOS 006/2019
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JAPI/RN.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
CONTRATADA: Empresa CARVALHO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 22.318.474/0001-19.
OBJETO: Prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JAPI/RN, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 006/2019.

BASE LEGAL: Artigo 57, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
DATA: 02 de Setembro de 2019.
ASSINATURAS: Jodoval Ferreira de Pontes/Pela Contratante/Prefeito Municipal.

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 02 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:351F11CC

CPL
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, bem como da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Finanças, venho RATIFICAR a celebração do Primeiro Aditivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JAPI/RN, firmado em 03 de Maio de 2019, com a empresa CARVALHO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, oriundo da TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 006/2019, objetivando prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE JAPI/RN.

Japi/RN, em 30 de Agosto de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 30 de Agosto de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:4513F5AD

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - Nº 013/2019 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - Nº 013/2019 - SRP
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Japi/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 23 de Setembro de 2019, às 08h30min, a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019, objetivando a Aquisição futura de Materiais de uso hospitalar para atender as necessidades do Município de Japi/RN, à Rua João Batista Confessor, 19, Centro, Japi/RN, ou pelo E-mail: cpljapirn@gmail.com, no horário das 07:00 às 13:00 horas.

Japi/RN, em 09 de Setembro de 2019.

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:ADED8C6C

CPL
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura Municipal, bem como da certidão emitida pela Secretaria Municipal de Finanças, venho RATIFICAR a celebração do Primeiro Aditivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MATERNIDADE TORQUATA LEOPOLDINA DA COSTA NO MUNICIPIO DE JAPI/RN, firmado em 05 de Junho de 2019, com a empresa JR MUNIZ ENGENHARIA EIRELI-ME, oriundo da TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 003/2019, objetivando prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MATERNIDADE TORQUATA LEOPOLDINA DA COSTA NO MUNICIPIO DE JAPI/RN.

Japi/RN, em 03 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 03 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:632C609C

CPL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS 003/2019

TOMADA DE PREÇOS 003/2019
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MATERNIDADE TORQUATA LEOPOLDINA DA COSTA NO MUNICIPIO DE JAPI/RN.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
CONTRATADA: Empresa JR MUNIZ ENGENHARIA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 26.951.460/0001-99.
OBJETO: Prorrogar até 31 de Dezembro de 2019, o prazo de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MATERNIDADE TORQUATA LEOPOLDINA DA COSTA NO MUNICIPIO DE JAPI/RN, de acordo com a TOMADA DE PREÇOS proveniente do processo Nº 003/2019.
BASE LEGAL: Artigo 57, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
DATA: 03 de Setembro de 2019.
ASSINATURAS: Jodoval Ferreira de Pontes/Pela Contratante/Prefeito Municipal.

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 03 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:E9AD10A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 132/2019

O Prefeito Municipal de Japi/RN no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º **EXONERAR** o Cargo Comissionado de Coordenador Geral de Recursos Humanos CC2-01, o Senhor TIAGO DA SILVA VALDIVINO, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.830.674-26.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Setembro de 2019, conforme estabelece o artigo 18 da lei municipal 001/2017.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Japi/RN em 09 de Setembro 2019

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josefa Jeilza Soares Medeiros da Paz
Código Identificador:B481A8F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 947/2019

O Pregoeiro do Município de Jardim de Angicos/RN **COMUNICA** aos interessados e participantes do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 22/2019, Processo Administrativo nº 947/2019, originado pela Solicitação de despesas nº 286/2019 – SEC. MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, que objetiva a **Contratação de empresa especializado em material gráfico**, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, que **ADJUDICA** à(s) empresa(s):

LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA - ME- CNPJ: 07.805.649/0001-29 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 10, 11, 12, 13, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 ; totalizando o valor de **R$ 50.067,50 (cinquenta mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

SOLUÇÃO GRAFICA LTDA -ME- CNPJ: 06.101.409/0001-80 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 43 ; totalizando o valor de **R$ 36.685,00 (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)**.

Totalizando o valor global, para fins de eventual contratação de R$ 86.752,50 (oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Item. Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, situado na Rua Pe. Saturnino de Jesus Bezerra, 68, Centro, Jardim de Angicos/RN, das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente.

Jardim de Angicos/RN, 09 de setembro de 2019.

LUIZ EUGÊNIO DA C. NETO LIMA
Pregoeiro
Portaria 01/2019

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:AF1D8439

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 947/2019

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial Nº 22/2019.

TIPO: Menor Preço Por Item.

REALIZADO NO DIA 09 de setembro de 2019 (segunda-feira) as 09:00.

OBJETO: Contratação de empresa especializado em material gráfico.

ADJUDICADO para as empresas: LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA - ME, SOLUÇÃO GRAFICA LTDA – ME,visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA - ME- CNPJ: 07.805.649/0001-29 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 10, 11, 12, 13, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 ; totalizando o valor de **R$ 50.067,50 (cinquenta mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

SOLUÇÃO GRAFICA LTDA -ME- CNPJ: 06.101.409/0001-80 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 43 ; totalizando o valor de **R$ 36.685,00 (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)**.
INFORMAÇÕES: pelo telefone (84) 3535.0005.

Jardim de Angicos/RN, 09 de setembro de 2019 (segunda-feira).

LUIZ EUGÊNIO DA C. NETO LIMA
Pregoeiro PMJA/RN

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:DDFA5418

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 24/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2019

O Pregoeiro do Município de Jardim de Angicos/RN **COMUNICA** aos interessados e participantes do PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 24/2019, Processo Administrativo nº 799/2019, originado pela Solicitação de despesas nº 167/2019 – SEC. MUN. DE INFRA-EST., TRANSP. E SERV. URBANOS, que objetiva a **Aquisição de ferramentas para uso dos trabalhos cotidianos da secretaria de infraestrutura.**, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, que **ADJUDICA** à(s) empresa(s):

PRM COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS EIRELI- CNPJ: 29.805.880/0001-55 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18 ; totalizando o valor de **R$ 61.445,80 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)**.

Totalizando o valor global, para fins de eventual contratação de R$ 61.445,80 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Item. Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, no Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, situado na Rua Pe. Saturnino de Jesus Bezerra, 68, Centro, Jardim de Angicos/RN, das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente.

Jardim de Angicos/RN, 09 de setembro de 2019.

LUIZ EUGÊNIO DA C. NETO LIMA
Pregoeiro
Portaria 01/2019

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:D69010ED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 24/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2019

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial Nº 24/2019.

TIPO: Menor Preço Por Item.

REALIZADO NO DIA 09 de setembro de 2019 (segunda-feira) as 14:00.

OBJETO: Aquisição de ferramentas para uso dos trabalhos cotidianos da secretaria de infraestrutura..

ADJUDICADO para a empresa: PRM COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS EIRELI – CNPJ 29.805.880/0001-55, no valor global de R$ 61.445,80 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos),visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

PRM COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS EIRELI- CNPJ: 29.805.880/0001-55 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18 ; totalizando o valor de **R$ 61.445,80 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)**.

ITENS DECLARADOS FRACASSADOS: 5, 15 e 16

INFORMAÇÕES: pelo telefone (84) 3535.0005.

Jardim de Angicos/RN, 09 de setembro de 2019 (segunda-feira).

LUIZ EUGÊNIO DA C. NETO LIMA
Pregoeiro PMJA/RN

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:EA3E2D00

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 22/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 947/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializado em material gráfico.

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a necessidade de confecção de material gráfico para divulgação dos eventos a serem realizados pela Prefeitura municipal de Jardim de Angicos, e para atendimentos das demandas dos setores com relação a papel timbrado institucional, capas de processos, placas das repartições, banes, bonés e camisetas. Faz-se necessária a contratação de empresa especializada na confecção deste tipo de material. Assim, a execução dos serviços gráficos se justifica visando atender os objetivos e demandas das secretarias municipais que além de fundamental importância, permite maior transparência e visibilidade das ações e trabalhos realizados pela prefeitura. Assim atendendo os princípios da eficiência, motivação e legalidade da administração pública.

DATA DE ABERTURA: 09 de setembro de 2019 (segunda-feira), às 09:00 horas.

Circunstanciado pelo Relatório apresentado pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, **datado do dia 09 de setembro de 2019**, que indicou como vencedor(a) do certame a empresa relacionada a seguir, aprovo a instrução do Processo e confirmo o julgamento e classificação final da proposta, haja vista terem sido obedecidas as regras do edital e das Leis 10.520/02 e 8.666/93.

LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA - ME- CNPJ: 07.805.649/0001-29 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 10, 11, 12, 13, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 ; totalizando o valor de **R$ 50.067,50 (cinquenta mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

SOLUÇÃO GRAFICA LTDA -ME- CNPJ: 06.101.409/0001-80 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 43 ; totalizando o valor de **R$ 36.685,00 (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais)**.

E por não haverem vícios e nulidades a serem sanadas venho **HOMOLOGAR** o resultado do Pregão Presencial Nº 22/2019, no valor global de R$ 86.752,50 (oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), haja vista ter essa empresa apresentado a melhor proposta mais vantajosa para o município.

Jardim de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:9117A967

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 284/2019 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA-GAB Nº 284, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de diária

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 88, inciso XXXVI, da Lei Orgânica do Município, bem como em observância ao Decreto nº 003/2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 1,5 (uma diária e meia) a servidora Izabela Nobre de Melo, Matrícula nº 2313, valor unitário da diária R$ 180,00 (cento e oitenta reais), totalizando em R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) referente ao valor solicitado, para cobrir suas despesas do período de 11 a 12 de setembro do corrente ano, tendo em vista a participação no "ENCONTRO DE FORMAÇÃO – PROJETO CRECER SEM VIOLÊNCIA" que acontecerá na Biblioteca pública ney pontes – praças da Redação, S/N, Centro – Mossoró/RN, Conforme Memorando 092/2019 – SEMTAS.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:A9500188

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 285/2019 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA-GAB Nº 285, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de diária

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 88, inciso XXXVI, da Lei Orgânica do Município, bem como em observância ao Decreto nº 003/2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 1,5 (uma diária e meia) a Rayssa da Silva Beserra, Matrícula nº 4910, valor unitário da diária R$ 180,00 (cento e oitenta reais), totalizando em R$ 270,00 (duzentos e setenta reais) referente ao valor solicitado, para cobrir suas despesas do período de 11 a 12 de setembro do corrente ano, tendo em vista a participação no "ENCONTRO DE FORMAÇÃO – PROJETO CRECER SEM VIOLÊNCIA" que acontecerá na Biblioteca pública ney pontes – praças da Redação, S/N, Centro – Mossoró/RN, Conforme Memorando 093/2019 – SEMTAS.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:E2560AE7

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 24/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2019

OBJETO: Aquisição de ferramentas para uso dos trabalhos cotidianos da secretaria de infraestrutura..

JUSTIFICATIVA: A solicitação em questão justifica-se pela necessidade dos serviços de natureza continuada de melhoramento, conservação e recuperação das praças, canteiros de ruas, prédios públicos áreas públicas sendo essenciais para contribuir com a boa qualidade de vida, saúde publica, segurança e mobilidade urbana dos munícipes. Dessa forma atendemos aos princípios da primazia do interesse público, legalidade, finalidade, motivação, eficiência e eficácia.

DATA DE ABERTURA: 09 de setembro de 2019 (segunda-feira), às 14:00 horas.

Circunstanciado pelo Relatório apresentado pelo Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, **datado do dia 09 de Setembro de 2019**, que indicou como vencedor(a) do certame a empresa relacionada a seguir, aprovo a instrução do Processo e confirmo o julgamento e classificação final da proposta, haja vista terem sido obedecidas as regras do edital e das Leis 10.520/02 e 8.666/93.

PRM COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS EIRELI- CNPJ: 29.805.880/0001-55 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18 ; totalizando o valor de **R$ 61.445,80 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)**.

E por não haverem vícios e nulidades a serem sanadas venho **HOMOLOGAR** o resultado do Pregão Presencial Nº 24/2019, no valor global de R$ 61.445,80 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), haja vista ter essa empresa apresentado a melhor proposta mais vantajosa para o município.

Jardim de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:6755C97C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 286/2019 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA-GAB Nº 286, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de diária

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 88, inciso XXXVI, da Lei Orgânica do Município, bem como em observância ao Decreto nº 003/2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 2,5 (duas diárias e meia) ao servidor Idésio Pedro de Lima , Matrícula nº 2046, valor unitário da diária R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando em R$ 625,00 (seicentos e vinte e cinco reais) referente ao valor solicitado para cobrir suas despesas do periodo de 10 a 12 de setembro do corrente ano, tendo em vista sua participação no II Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas – ECOM - RN, que acontecerá em Natal/RN.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:FD1184E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 05/2019 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE ITEM NO EDITAL 01/2019 - PROCESSO DE ESCOLHA PARA CONSELHEIRO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE JARDIM DE ANGICOS/RN
ALTERA EDITAL Nº 01/2019

EDITAL Nº 05/2019

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA
1.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Jardim de Angicos/RN torna público o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, disciplinado com base na Lei nº 8.069/90 (ECA), na Resolução 152/2012 do CONANDA, na Resolução nº 170/2014 do CONANDA, na Resolução 118/2019 do CONSEC, na Lei Municipal nº 397/2013 e 471/2019, e na Resolução nº 06/2019 do CMDCA, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, mediante as condições estabelecidas neste Edital.
1.2. A Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA, composta paritariamente dentre os membros do aludido Conselho, conforme resolução nº 006/2019, é a responsável pela organização e condução do processo de escolha.

2. RESOLVE:
2.1. Altera o artigo nº 5 do Edital nº 01/2019 que trata das etapas do processo de escolha, onde trata-se do item *5.13. Período da campanha eleitoral: 29/08/2019 a 29/09/2019;* que passa a vigorar com o seguinte teor: Período da campanha eleitoral: 29/08/2019 a 05/10/2019.

Jardim de Angicos/RN, em 09 de setembro de 2019

JOSE ILTON FELIPE
Presidente da CEE

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:9D5D0CCB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00045/2019

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00045/2019, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; ADJUDICO o seu objeto a: ISLEY FONSECA DA MACENA DE ARAUJO - R$ 47.357,50; M. K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS - R$ 71.640,00; R1 COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA EIRELI - R$ 50.940,00; ZIB COMERCIO E SERVIÇOS - R$ 36.090,00.

Jardim de Piranhas - RN, 09 de Setembro de 2019

GEFERSSON CALADO DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Gefersson Calado de Sousa
Código Identificador:AC115960

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00045/2019

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00045/2019, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ISLEY FONSECA DA MACENA DE ARAUJO - R$ 47.357,50; M. K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS - R$ 71.640,00; R1 COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA EIRELI - R$ 50.940,00; ZIB COMERCIO E SERVIÇOS - R$ 36.090,00.

Jardim de Piranhas - RN, 09 de Setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Gefersson Calado de Sousa
Código Identificador:4796FDEE

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº. 898/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Institui a Semana do Bebê no Município de Jardim de Piranhas/RN e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faço saber, que a Câmara Municipal de Jardim de Piranhas aprovou, e ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º – Fica instituída a Semana do Bebê, a qual passa integrar o calendário oficial de eventos do município de Jardim de Piranhas, a ser realizada anualmente, na penúltima semana do mês de Outubro de cada ano.

Art. 2º - Fica autorizado o Executivo Municipal, por meio de suas Secretarias Municipais, promoverem, anualmente, a Semana do Bebê, na penúltima semana do mês de Outubro, evento este a ser incluído no Calendário de Eventos do Município de Jardim de Piranhas/RN.

Art. 3º - A Semana do Bebê terá por objetivo:

I – contribuir para a diminuição do índice de mortalidade infantil, melhoria da qualidade de vida das crianças de 0 à 3 anos;
II – diminuir as situações de exclusão social decorrente da gravidez precoce;
III – informar, sensibilizar e envolver a sociedade em torno da situação da primeira infância; e
IV – conferir visibilidade social às ações pertinentes à questão, em desenvolvimento no município de Jardim de Piranhas, no âmbito intersetorial e interinstitucional.

Art. 4º - A Semana do Bebê compreenderá a realização de seminários, ciclos de palestras, ações educativas nos estabelecimentos da rede pública de ensino, postos de saúde, bem como, a divulgação de programas e serviços oferecidos às gestantes e crianças de 0 à 3 anos de idade, dentre outros.

Parágrafo Único. Para a realização das atividades previstas no caput deste artigo, o Poder Executivo fica autorizado a estabelecer convênios e parcerias com instituições públicas e privadas que atuem ou tenham comprometimento com a questão da primeira infância.

Art. 5º - Caberá às Secretarias Municipais coordenar a realização dos eventos na Semana do Bebê, promovendo a sua divulgação, bem como propondo ao Governo Municipal, o estabelecimento de convênios e parcerias a que alude o artigo anterior.

Art. 6º - Os órgãos municipais que tenham comprometimento com a questão da primeira infância, em especial as Secretarias Municipais de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Educação e Saúde, deverão desenvolver ações sistemáticas e continuadas ao longo do ano, com vistas à orientação, prevenção e acompanhamento da gravidez, contribuindo, ainda, para a realização da Semana de que trata esta Lei.

Art. 7º - Para a consecução da Semana do Bebê o Executivo Municipal, constituirá uma comissão, composta por no mínimo 03 (três) membros, podendo contar com a participação de representantes de Secretarias Municipais e outros órgãos envolvidos com a questão.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, de convênios e suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Amaro Cavalcanti – Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, Gabinete do Prefeito, em Jardim de Piranhas, 09 de setembro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Manoela Vieira da Silva
Código Identificador:773C6120

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Presencial nº 031/2019, realizada em 03/09/2019, a saber:
Objeto: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE REDE GERAL DE ESGOTO QUE SÃO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.**
A CASA DO CONSTRUTOR LTDA - ME- CNPJ: 21.869.689/0001-65 , saiu vencedora nos itens: 1, 8, 9, 20, 33, 35, 37, 38, 42, 44, 45, 51, 54, 57, 68, 74, 78, 81, 91, 102, 114 ; totalizando o valor de **R$ 36.899,00 (trinta e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais)**.
ELETROCENTER - MAT. ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO CAICÓ - CNPJ: 24.523.276/0001-12 , saiu vencedora nos itens: 3, 5, 7, 10, 11, 13, 14, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 36, 40, 47, 49, 53, 62, 64, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 105, 106, 107, 108 ; totalizando o valor de **R$ 6.115,70 (seis mil, cento e quinze reais e setenta centavos)**.
M. DIONÍSIO DE MEDEIROS FILHO - EPP- CNPJ: 03.033.221/0001-54 , saiu vencedora nos itens: 2, 4, 15, 16, 25, 30, 32, 34, 39, 48, 50, 59, 61, 63, 66, 69, 71, 73, 76, 77, 90, 92, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 109, 110, 112, 115 ; totalizando o valor de **R$ 12.784,00 (doze mil, setecentos e oitenta e quatro reais)**.
NOVO LAR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME- CNPJ: 09.124.474/0001-10 , saiu vencedora nos itens: 6, 12, 19, 26, 28, 31, 41, 43, 46, 52, 55, 56, 58, 60, 65, 67, 70, 75, 89, 93, 94, 95, 96, 101, 111, 113 ; totalizando o valor de **R$ 32.473,50 (trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)**.

JARDIM DO SERIDÓ/RN, em 09 de setembro de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:2606B81E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Presencial nº 030/2019, realizada em 28/08/2019, a saber:
Objeto: **AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA CÂMARAS DE AR - ORIGINAIS DE FÁBRICA, PRODUTO NOVO (SEM USO), DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, INCLUINDO PNEUS E CÂMARAS DE AR PARA CARRINHO DE GARI E CARRO DE MÃO.**
CJ COMERCIO DE PNEUS, PECAS E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 07.865.242/0001-97, saiu vencedora nos itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41; totalizando o valor de **R$ 297.038,00 (duzentos e noventa e sete mil e trinta e oito reais)**.
TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP- CNPJ: 23.303.897/0001-28, saiu vencedora nos itens: 1, 22, 28; totalizando o valor de **R$ 21.056,00 (vinte e um mil e cinquenta e seis reais)**.

Jardim do Seridó/RN, em 28 de agosto de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:6BEF55D9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO APOSTILAMENTO Nº 001/2019 – CONTRATO ADMINISTRATIVO 047/2017 - PROC. LICITATÓRIO PMJS/RN Nº 713.008/2017 - ADESÃO Nº 003/2017

Processo Licitatório nº 713.008/2017
Adesão nº 007/2017
Contrato Administrativo nº 047/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de assessoria técnica, contratos de repasse e parcerias em geral.

A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, determina o apostilamento do Contrato Administrativo nº 047/2017, oriundo do processo licitatório nº 713.008/2017, para a inclusão da dotação orçamentária abaixo descrita à cláusula 4ª (quarta) do referido contrato, constante na página 157 (cento e cinquenta e sete) do presente processo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
02.02001.04.122.0015.2335 – CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA

ELEMENTOS DE DESPESA:
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FONTE:
10010000.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Julho de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:48DB268A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO APOSTILAMENTO Nº 001/2019 - PROC. LICITATÓRIO PMJS/RN Nº 604.005/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

Processo Licitatório nº 604.005/2019
Pregão Presencial nº 028/2019
Objeto: Contratação de serviços de transportes de passageiros em ônibus, micro-ônibus e veículo tipo furgão para suprir as necessidades das Secretarias do Município de Jardim do Seridó/RN.

A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, determina o apostilamento do processo licitatório nº 604.005/2019, para a inclusão da dotação orçamentária abaixo descrita à cláusula

18.8 (dezoito ponto oito) do edital do processo em epígrafe, constante na página 82 (oitenta e dois) do referido processo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
05.05001.10.301.0005.2004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.05001.10.302.0034.2101 – AÇÕES DO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR

ELEMENTOS DE DESPESA:
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FONTE:
12140209
12110000
12140200
12140218.

Jardim do Seridó/RN, 26 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:B64BB1FA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO APOSTILAMENTO Nº 001/2019 - PROC. LICITATÓRIO PMJS/RN Nº 925.000/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018

Processo Licitatório nº 925.000/2018
Pregão Presencial nº 073/2018
Objeto: Registro de preço visando possível aquisição de material esportivo destinado as Secretarias do Município de Jardim do Seridó/RN.

A Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, determina o apostilamento do processo licitatório nº 925.000/2018, para a inclusão da dotação orçamentária abaixo descrita à cláusula 18.8 (dezoito ponto oito) do edital do processo em epígrafe, constante na página 151 (Cento e cinquenta e um) do referido processo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
05.05001.10.301.0034.2033 – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE SAUDE PAB FIXO
05.05001.10.301.0034.2036 – PROGRAMA DE MOLHORIA AO ACESSO E DA QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ

ELEMENTOS DE DESPESA:3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE:12140200.

Jardim do Seridó/RN, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:0CBE62DB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 618.004/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: CJ COMERCIO DE PNEUS, PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.865.242/0001-97; **OBJETO:** Aquisição de pneus, câmaras de ar – originais de fábrica, produto novo (sem uso), destinados a manutenção da frota de veículos do Município de Jardim do Seridó/RN, incluindo pneus e câmaras de ar para carrinho de gari e carro de mão**; DATA DA ASSINATURA:** 09 de Setembro de 2019; **VIGÊNCIA**: 09 de Setembro de 2019 e termo final em 09 de Setembro de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 297.038,00 (Duzentos e noventa e sete mil e trinta e oito reais); **SUBSCRITORES:** José Amazon Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Contratante e Charles José de Aguiar da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.307.974-86 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:660DBC1E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE DESPESA N.º 619.013/2019 TOMADA DE PREÇO N.º 006/2019 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO À PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA PROJETADA (ENTRE A RUA PAULINO MEDEIROS E RUA SANTOS DUMONT – CANAL).

JULGAMENTO DA PROPOSTA

I. DO PREÂMBULO

Na sessão pública realizada em aos 22/08/2019, às 09:00 horas, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, reuniram-se os Senhor(as) Jaelyson Max Pereira de medeiros, Cledjane Lira de Oliveira e Jubiana Santos de Oliveira, Membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Jardim do Seridó sob a presidência do Primeiro, designados pela Portaria nº 128/2019 de 06 de junho de 2019. Tiveram início os trabalhos de abertura dos envelopes, provenientes da Licitação/Tomada de Preço nº 006/2019 destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO À PARALELEPÍPEDOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA PROJETADA (ENTRE A RUA PAULINO MEDEIROS E RUA SANTOS DUMONT – CANAL)**, CONFORME PROJETO BÁSICO para atender as necessidades Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Protocolou seus envelopes a empresa YNNOVE CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.317.871/0001-76. Como foi a única empresa que apresentou propostas, já foi decidida nessa sessão pela habilitação da licitante.

A sessão foi suspensa para a análise da documentação da proposta, nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art.43.A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
(...)
§3oÉ facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta

A manifestação do setor de engenharia foi no sentido de que a proposta da empresa apresentou custo unitário de alguns itens abaixo do valor da tabela SINAPI, quais sejam, calceteiro com encargos complementares (Código 88260) e servente com encargos complementares (Código 88316).

A Comissão Permanente de Licitação, entendendo que o valor final apresentado pela empresa estava abaixo do orçamento base resolveu desclassificar provisoriamente a única empresa licitante que realizou o protocolo dando a oportunidade dessa apresentar recurso previsto no art. 109, I, b) da Lei 8.666/93, e entendendo pela razoabilidade e

proporcionalidade, a empresa poderia retificar sua proposta no itens mencionados pelo parecer do setor de engenharia, nos termos do art. 48, § 3º também da *supra* mencionada.

Assim, a empresa apresentou a proposta corrigida, com o valor igual a proposta inicial R$ 39.281,41 (trinta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos)

É o Breve Relatório.

II – DA DECISÃO

Considerando toda a documentação apresentada pela empresa após a decisão proferida em 30 de agosto de 2019, ele sanou as falhas da ocorridas em sua proposta de preços, estando o valor apresentado, valor final de R$ 39.281,41 (trinta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos) abaixo do orçamento básico, desde que tenha como teto a proposta inicialmente apresentada. A decisão dessa Comissão Permanente de Licitação encontra respaldo jurisprudencial, em recente decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), *in verbis*:

Licitação. Proposta. Desclassificação. Prazo. Reabertura. Preço global. **Preço máximo**. Inexequibilidade. Entendimento.
A reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexequibilidade. (TCU. Plenário. Acórdão 1368/2019. Rel. Min. Bruno Dantas) (grifo nosso)

Considerando tais argumentos, a Comissão Permanente de Licitação resolve **julgar classificada** a empresa YNNOVE CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.317.871/0001-76, por atender ao requisito estabelecido no 9.1.3.1 do Edital.

Como somente só compareceu uma empresa e esta foi declarada vencedora, não há que se falar em interposição de recurso.

Jardim do Seridó/RN, 09 de setembro de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

CLEDJANE LIRA DE OLIVEIRA
Membro da CPL

JUBIANA SANTOS DE OLIVEIRA
Membro da CPL

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso, a redução deste prazo para três dias úteis.

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:9A98C78E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 185-A, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **JOSEMÁRIA SILVA DE FRANÇA**, ocupante do cargo de Subcoordenadora CC-3, 2 diárias parciais na importância de R$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando tudo em R$ 140,00 (cento e quarenta reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à Currais Novos/RN nos dias 28 e 29 de agosto de 2019 para participar de uma Oficina sobre Legislação em Atividades Florestais, Cadastro Ambiental Rural e Programa de Regularização Ambiental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 27 de agosto de 2019.

MANOEL LUCIO DE MEDEIROS FILHO
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:0289E86D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar as pessoas abaixo qualificadas como "Usuário Gerenciador" das unidades jurisdicionadas: Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Fundo Municipal de Saúde de Jardim do Seridó e Fundo Municipal de Assistência Social de Jardim do Seridó, na operação do Portal do Gestor do TCE-RN, conforme Portaria nº 070/2019-GP/TCE:

Walter de Medeiros Azevedo
Cargo: Procurador Jurídico Administrativo
Matrícula: 1607
CPF: 051.xxx.xxx-74

Artur Martins de Azevedo
Cargo: Contador Municipal
Matrícula: 1402
CPF: 055.xxx.xxx-39

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 9 de setembro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:59C36517

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 417 /2019-CONCESSÃO DE DIÁRIA

EMENTA: Concede recurso a titulo de diária a(o) servidor(a) vinculado a Robson Rafael de Freitas Secretaria de Tributação deste Município de João Câmara/RN e, dão outras providencias.

O Prefeito Municipal de João Câmara, no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder recurso a título de diária para o(a) Sr.(a) Robson Rafael de Freitas, CPF 188.527.344-49, RG 356.844, residente na Rua Jeronimo Câmara,961 depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64 de 17.03.1964, a importância de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) correspondente a 02 (duas) diária(s) para fazer face às despesas em viagem administrativa à Hotel Atlântico Copacabana-RJ, para participar do(a) Curso de Fiscalização do INSS das Instituições Financeiras nos dias 12,13/09/2019 com viagem marcada para o dia 11/09/019, de acordo com o decreto do executivo municipal de número 005/2009-GAP, no qual regulamenta a concessão de diárias aos servidores público s municipais e cargos comissionados.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de João Câmara/RN, 09/09/2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:8E070F52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 418 /2019-CONCESSÃO DE DIÁRIA

EMENTA: Concede recurso a titulo de diária a(o) servidor(a) vinculado a Luiz Carlos Guilherme da Silva Secretaria de Tributação deste Município de João Câmara/RN e, dão outras providencias.

O Prefeito Municipal de João Câmara, no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder recurso a título de diária para o(a) Sr.(a) Luiz Carlos Guilherme da Silva, CPF 046.249.604-08, RG 002.031.073, residente na Rua Leda Câmara,880 depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64 de 17.03.1964, a importância de R$ 500,00 (Quinhentos reais) correspondente a 02 diária(s) para fazer face às despesas em viagem administrativa à Hotel Atlântico Copacabana-RJ, para participar do(a) Fiscalização do INSS das Instituições Financeiras nos dias 12,13/09/2019 com viagem marcada para o dia 11/09/2019, de acordo com o decreto do executivo municipal de número 005/2009-GAP, no qual regulamenta a concessão de diárias aos servidores público s municipais e cargos comissionados.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de João Câmara/RN, 09/09/2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:E3656062

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor COTEF CENTRO DE ORIENTAÇÃO EM TRIBUTOS E ESTUDOS referente a nota de liquidação n.º 60/2019, datada de 09/09/2019, do empenho nº. 905.002/2019, no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), referente nota fiscal nº. 000660. O referido pagamento refere-se a serviços de curso de fiscalização do ISS das instituições financeiras na cidade do Rio de Janeiro-RJ.
O pagamento da referida nota fiscal foi feito antecipadamente pela necessidade de execução dos serviços de curso de fiscalização do ISS das instituições financeiras na cidade do Rio de Janeiro-RJ, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 9 de setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:547848F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 417 /2019-CONCESSÃO DE DIARIA-REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

EMENTA: Concede recurso a titulo de diária a(o) servidor(a) vinculado a Robson Rafael de Freitas Secretaria de Tributação deste Município de João Câmara/RN e, dão outras providencias.

O Prefeito Municipal de João Câmara, no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder recurso a título de diária para o(a) Sr.(a) Robson Rafael de Freitas, CPF 188.527.344-49, RG 356.844, residente na Rua Jeronimo Câmara,961 depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64 de 17.03.1964, a importância de R$ 1.000,00 (Hum mil reais) correspondente a 02 (duas) diária(s) para fazer face às despesas em viagem administrativa à Hotel Atlântico Copacabana-RJ, para participar do(a) Curso de Fiscalização do ISS das Instituições Financeiras nos dias 12,13/09/2019 com viagem marcada para o dia 11/09/019, de acordo com o decreto do executivo municipal de número 005/2009-GAP, no qual regulamenta a concessão de diárias aos servidores público s municipais e cargos comissionados. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de João Câmara/RN, 09/09/2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:4B67E258

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 418 /2019-CONCESSÃO DE DIÁRIA-REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

EMENTA: Concede recurso a titulo de diária a(o) servidor(a) vinculado a Luiz Carlos Guilherme da Silva Secretaria de Tributação deste Município de João Câmara/RN e, dão outras providencias.
O Prefeito Municipal de João Câmara, no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:
RESOLVE: Art. 1º - Conceder recurso a título de diária para o(a) Sr.(a) Luiz Carlos Guilherme da Silva, CPF 046.249.604-08, RG 002.031.073, residente na Rua Leda Câmara,880 depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64 de 17.03.1964, a importância de R$ 500,00 (Quinhentos reais) correspondente a 02 diária(s) para fazer face às despesas em viagem administrativa à Hotel Atlântico Copacabana-RJ, para participar do(a) Fiscalização do ISS das Instituições Financeiras nos dias 12,13/09/2019 com viagem marcada para o dia 11/09/2019, de acordo com o decreto do executivo municipal de número 005/2009-GAP, no qual regulamenta a

concessão de diárias aos servidores público s municipais e cargos comissionados.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de João Câmara/RN, 09/09/2019.
MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:BCF2007A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 349/2019 - DIÁRIA - REPUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO

Portaria nº 349/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 26 de Julho de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. JOSÉ EDICLEDSON DE ALMEIDA GUERRA, CPF: 008.854.374-97, 01 e ½ (uma e meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) cada, totalizando portanto R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, nos dias 28 a 30 de Julho de 2019 a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:015EE523

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de José da Penha, inscrita no CNPJ: 08.357.642/0001-54, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a Licença Simplificada Prévia - LSP para a pavimentação a paralelepípedo de estrada vicinal, localizada na Vila Carnaubinha, município de José da Penha/RN.

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:E9D0C925

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 227, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 227, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o memorando nº 269/2019 de 02 de setembro de 2019, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e da Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR o servidor **DINARTE SOBREIRA FORMIGA**, matricula n**º. 2976**, ocupante do cargo de MOTORISTA, da secretaria municipal de Educação e da Cultura, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos à 01 de Setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Departamento de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, 09 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

HELIMÁRIO MOREIRA PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:4C4ADA29

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN Nº 12080001/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Esporte e Turismo.
ASSUNTO: Contratação direta dos Serviços Artísticos de Apresentação Musical para a Ferinha de Nossa Senhora da Guia na comunidade de Boi Selado.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 019/2019

Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, a **Contratação direta dos Serviços Artísticos de Apresentação Musical para a Ferinha de Nossa senhora Da Guia na comunidade de Boi Selado** junto às **empresas**: **ALEXSANDRO EMANOEL BELARMININO PEREIRA 03541597416 (CNPJ 33.773. 498/0001-84) - ALEX FORRO DE VERDADE e HUGO SANTOS DA COSTA 70225578450 (CNPJ: 27.999.079/0001-62) – HUGO & HEITOR,** e o **artista**: **MARCOS FELIPE FERREIRA (CPF: 060.057.544-67) – MARQUINHOS MAJOR,** a fim de atender, nos termos da **SOLICITAÇÃO INICIAL**, as necessidades e demandas do **Município de Jucurutu/RN – Secretaria Municipal de Esporte e Turismo**, perfazendo a importância global de **R$ 6.100,00** (cinco mil e novecentos reais).
Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 25, III da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças e Arrecadacão que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos, ficando a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para a ocasião da liquidação da despesa.
Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, como de costume.

Jucurutu/ RN, 15 de agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:7678C37A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2019

PROCESSO ADMINIST. MJ/ RN nº 12080001//2019 – INEXIGIBILIDADE Nº 019/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: MARCOS FELIPE FERREIRA; OBJETO: Apresentação Artístico-Musical de – MARQUINHO MAJOR para a Festa de Nossa Senhora da Guia na comunidade de Boi Selado VIGÊNCIA: 16 de agosto a 18 de agosto de 2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.27.695.0063.2047 - Promoção de Eventos; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.00 - Outros serviços de terceiros – PF; FONTE: 10010000; VALOR GLOBAL: R$ 500,00 (quinhentos reais); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigos 25, III da Lei N° 8.666/93; SUBSCRITORES: Valdir de Medeiros Azevedo - Pelo Contratante e Marcos Felipe Ferreira – Contratado.

Jucurutu/ RN, 16 de agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:32C21155

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – SRP PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0000000151/2019
SRP PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Na qualidade de **Prefeito Municipal** de Jundiá/RN, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.

Considerando,o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO o procedimento licitatório em favor das licitantes indicadas a seguir:

GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI - CNPJ: 18.876.112/0001-76, saiu vencedora no item: 2; totalizando o valor de **R$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais)**.

SEC PUBLICIDADE LTDA – EPP - CNPJ: 08.381.234/0001-38, saiu vencedora nos itens: 1 e 3; totalizando o valor de **R$ 25.050,00 (Vinte e cinco mil e cinquenta reais)**.

Perfazendo um valor global estimado de **R$ R$ 41.250,00 (Quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais)**.

Jundiá/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:E1D4FFB4

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 002/2019

Dispõe sobre: Aprovação do PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL PARA O ANO DE 2019 e dá outras providências.

O Conselho Municipal da Assistência Social de Jundiá, reunido ordinariamente em 29 de agosto de 2019, conforme ata e considerando, o cumprimento à Normatização de Avaliação de Gestão da Secretaria Municipal da Assistência Social deste município;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar o **PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL** referente ao ano de 2019, como instrumento de acompanhamento e avaliação da atuação da Secretaria Municipal da Assistência Social do Município de Jundiá – RN, estando o mesmo, apto, a dar continuidade à sua Gestão Plena da Assistência Social.

ARTIGO 2º: Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

Jundiá – RN, 30 de agosto de 2019

JOSE WALLACE DE LIMA ALVES
Presidenta do CMAS

LUCIVALDO NASCIMENTO DE LIMA
Secretario Municipal da Assistencia Social

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:3D88D9E4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2018

OBJETO: Aditivo de valor junto ao Contrato nº 075/2018, o qual tem como objeto a Contratação de empresa especializada para executar todas as atividades inerentes à construção de uma praça no Distrito de Santa Fé - Jundiá/RN, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilhas e Demais anexos.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADO: NASCIMENTO & SILVA CONSTRUTORA LTDA-ME
CNPJ: 18.538.688/0001-23
ORIGEM: Tomada de Preços Nº 002/2018
VALOR DE AUMENTO: R$ 15.731,11 (Quinze mil setecentos e trinta e um reais e onze centavos).
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 10 de setembro de 2019 à 10 de fevereiro de 2020.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.001 – Sec. Mun. de Obras, Transportes e Serviços Urbanos; **FUNÇÃO:** 15 – URBANISMO; **SUB-FUNÇÃO:** 452 – SERVIÇOS URBANOS; **AÇÃO:** 1020 – Construção e Ampliação de Praças; **NATUREZA:** 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES; **FONTE DE RECURSO:** 15100000 – Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União; **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 57, Inciso II e Art. 65, alínea "b" do Inciso I, combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/93.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Jundiá/RN, 09 de setembro de 2019.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: José Arnor da Silva

PELA CONTRATADA: Ademar Pedro do Nascimento

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:D917E8A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2710/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 092/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, COM SEDE NA AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN - CEP: 59.390-000 - **CNPJ**: 08.182.313/0001-10.

CONTRATADA: TERRASAL AUTOMOVEIS AFG LTDA (CNPJ: 13.536.641/0002-98).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO OBRIGATÓRIA DE 80.000 (OITENTA MIL) QUILÔMETROS DO VEÍCULO TIPO GM/SPIN LTZ 1.8 SPE/4 ECO DE PLACA QGO-0486, PERTENCENTE A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 968,27 (NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E VONTE E SETE CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **AÇÃO:** 2035 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO e 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSOS:** 010010000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

BASE LEGAL: ART. 24, XVII, DA LEI FEDERAL 8.666/93.

LAGOA NOVA/RN, 06 DE SETEMBRO DE 2019.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:2E5861A9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2772/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 101/2019

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN**, ATRAVÉS Do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**,** COM SEDE NA AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN - CEP: 59.390-000 **- CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADA: AUTOBRAZ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**,** COM SEDE NA RUA JOAQUIM GREGÓRIO, N° 2032 – PENEDO – CAICÓ/RN – CEP: 59.300-000, **CNPJ: 70.166.350/0002-99.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO OBRIGATÓRIA DE 60.000 (SESSENTA MIL) QUILÔMETROS DO VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA FIAT/FIORINO HARD WORKING 1.4 DE PLACA QGR 6I12, PERTENCENTE AO HOSPITAL MATERNIDADE GARIBALDI ALVES FILHO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN.

VALOR: R$ 1.636,43 (UM MIL SEISCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **AÇÃO:** 2035 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO e 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSOS:** 10010000 – RECURSOS ORDINÁRIOS; **REGIÃO:** 0001 – LAGOA NOVA.

BASE LEGAL: ART. 24, XVII, DA LEI FEDERAL 8.666/93.

LAGOA NOVA/RN, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:2D335AF5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE SESSÃO REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, TORNA PÚBLICO QUE POR MOTIVO DE ADEQUAÇÃO DE DATAS E PUBLICAÇÕES DA TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019. SENDO QUE A SESSÃO ESTAVA INICIALMENTE MARCADA PARA DIA 17/09/2019, CUJO OBJETO TRATA-SE DA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DAS ESCOLAS MUNICIPAL JOÃO XXIII, ESCOLA MUNICIPAL JOÃO LUIZ VICTOR E ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIZ LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN**. ASSIM, ESTA COMISSÃO INFORMA AOS INTERESSADOS QUE A NOVA SESSÃO SERÁ REALIZADA AS **10H00MIN DO DIA 26/09/2019** NA SALA DA COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN. QUAISQUER ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME PODERÃO SER SOLICITADOS PELO TELEFONE: (84) 3437-2232 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: cp.licitacao1@gmail.com ou cpl@lagoanova.rn.gov.br

LAGOA NOVA/RN, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA
Presidente Da CPL

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:ED1691AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019 - SRP - MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO

O PREGOEIRO DA PREFEITURA DE LAGOA NOVA/RN, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ O PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019 - SRP, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA AS EQUIPES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME **AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.** O EDITAL E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO

DOS INTERESSADOS NA SALA DA CPL LOCALIZADA NA AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN, SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NO HORÁRIO DAS 08H:00M ÀS 12H:00M HORAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA. A SESSÃO SERÁ REALIZADA AS 08H:30M HORÁRIO LOCAL NO DIA 24/09/2019. OS ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME PODERÃO SER REALIZADOS PELO TELEFONE: (84) 3437-2305 OU ATRAVÉS DO EMAIL: pregao@lagoanova.rn.gov.br.

LAGOA NOVA/RN, 09 DE SETEMBRO DE 2019.

ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS
CPF: 020.954.934-35
Pregoeiro

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:AADE6CE7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2019 - N° 3065/2019 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Processo nº 3065/2019
Interessado: Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social
Assunto: **Confecção de Pastas Personalizadas**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lajes/RN
CONTRATADO: **BRENO YURI DE CASTRO NUNES**
OBJETO: Contratação dos serviços de confecção de 150 (cento e cinquenta) pastas personalizadas, para serem utilizadas durante a X Conferência Municipal de Assistência Social de Lajes/RN.
BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei No. 8666/93 e suas alterações,
Natureza da Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor: R$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais)

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:9B826495

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 277/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor **César Augusto de Medeiros Martins**, ocupante do cargo de Secretário Municipal da SEMTDERM, matrícula 1370, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), com o objetivo de **Participar do Ato de Lançamento do Fórum Estadual de Órgãos Municipais de Desenvolvimento Econômico**, no dia 03 de Setembro de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:156DC9AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 278/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor **José Marques Fernandes**, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, matrícula 600, **1/2 (meia) diária,** no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), com o objetivo de **Participar de Reunião na FEMURN**, no dia 05 de Setembro de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:62D3D875

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 279/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor**Rauan Hiago da Silva**, ocupante do cargo de Subsecretário de Pessoal e Recursos Humanos, matricula 1680, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), com o objetivo de **Participar do Curso Audiência Técnica – Mudanças no SIAI, para o Exercício de 2020**, no dia 05 de Setembro de 2019, na cidade de Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:ABDB3D5B

PREVLAJES
APOSENTADORIA: ART. 3º DA EC 47/2005 (A.S.G.)
ATO/PORTARIA Nº 00003/2019

Aposentadoria: Art. 3º da EC 47/2005 (A.S.G.)
Ato/Portaria nº 00003/2019

Lajes/RN, 09 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora MARIA JOSE RODRIGUES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJES, em conjunto com a DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAJES-PREVLAJES, no uso das atribuições legais, conferidas àquele pela Lei Orgânica Municipal e a esta pela Lei Municipal nº 558, de 02 de janeiro de 2013, RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais e paridade à servidora **MARIA JOSE RODRIGUES**, portadora do RG nº 651.284 - SSP/RN, CPF nº 455.027.654-15, Efetiva, no cargo A.S.G, Matrícula Funcional nº 354, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Lajes/RN, com fundamentação legal no art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o art. 45, incisos I, II e III da Lei Municipal nº 558, de 02 de janeiro de 2013, conforme processo da Prefeitura/PREVLAJES nº 1575/2019.

Parágrafo único. Como regra de reajuste do benefício, tendo como fundamentação legal o disposto no Art. 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 45, incisos I, II e III da Lei nº 558/2013 de Lajes/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2019.
Art. 3º - Declarar imediatamente vago o cargo ocupado pela servidora.

Publique-se e Registre-se.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

De acordo:

REJANIA MARIA DA COSTA SILVA
Diretora Executiva do PrevLajes

Publicado por:
Geraldo Francisco de Oliveira
Código Identificador:564AD2DA

PREVLAJES
TERMO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2019

TERMO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2019
O Fundo de Previdência Social do Município de Lajes/RN torna público a adesão a Ata de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Lajes/RN, nos termos da Lei 8.666/1993, em consonância com a Lei 10.520/2002 e suas alterações posteriores, considerando o que reza o Decreto 006/2017 e demais normas em vigor, conforme especificado abaixo:

Pregão Presencial nº 014/2019 – SRP - Ata de Registro de Preço n° 14/2019
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Lajes/RN, inscrita no CNPJ: 08.113.466/0001-05.
Órgão Participante (Carona): Fundo de Previdência Social do Município de Lajes /RN, inscrito no CNPJ: 08.113.466/0001-05.
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nos termos do Pregão Presencial nº 014/2019 SRP, realizado pela Prefeitura Municipal de Lajes/RN, para Aquisição de Equipamentos de Informática.
Fornecedor Registrado: ASSUNET INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ: 10.858.236/0001-17.
Fornecedor Registrado: EBARA TECNOLOGIA INFORMÁTICA LTDA**.** inscrita no CNPJ: 04.471.402/0001-25.
Fornecedor Registrado: VIVALDO BEZERRA DOS SANTOS JUNIOR - MEI**.** inscrita no CNPJ: 27.812.782/0001-10.
Valor total: R$ 363.155,00, (trezentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e cinco reais)

Vigência da Ata: 12/07/2019 a 11 de julho de 2020

Vigência do Termo de Adesão: 09/09/2019 à 12/07/2020

Lajes/RN, 09 de setembro de 2019.

REJÂNIA MARIA DA COSTA SILVA
Diretora Executiva

Publicado por:
Geraldo Francisco de Oliveira
Código Identificador:D39332CD

SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 - AQUISIÇÃO FUTURA E GRADUAL DE MATERIAL ELÉTRICO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajes, datado do dia 09 de Setembro de 2019, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial Nº 021/2019, as Empresas **KAIO W. R. BEZERRA - EIRELI - ME - CNPJ: 26.308.816/0001-70**, com o valor global de R$ 131.800,90 (Cento e trinta e um mil oitocentos reais e noventa centavos), **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MAT. ELETRICOS - LTDA - CNPJ: 00.226.324/0001-42**, com o valor global de R$ 52.921,00 (Cinquenta e dois mil novecentos e vinte e um reais) e **LUMINOSA, COMERCIO DE MAT. ELETRICO, HIDRAÚLICA E TELEFONIA EIRELI - CNPJ: 70.047.329/0001-93,** com o valor global de R$ 46.434,00 (Quarenta e seis mil quatrocentos e Trinta e quatro reais). Tudo conforme o mapa de apuração final incerto aos autos, perfazendo um montante global de R$ 231.155,90 (Duzentos e trinta e um mil cento e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), para Aquisição Futura e Gradual de Material Elétrico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, componentes da máquina pública do Município de Lajes/RN, autorizando a celebração do instrumento contratual, tudo dentro das normas definidas no referido edital.

Lajes/RN, em 09 de Setembro de 2019.

JOSE MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:7FAA1862

SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 - AQUISIÇÃO FUTURA E GRADUAL DE MATERIAL ELÉTRICO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajes, datado do dia 09 de Setembro de 2019, venho **ADJUDICAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial Nº 021/2019, as empresas **KAIO W. R. BEZERRA - EIRELI - ME - CNPJ: 26.308.816/0001-70**, com o valor global de R$ 131.800,90 (Cento e trinta e um mil oitocentos reais e noventa centavos), **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MAT. ELETRICOS - LTDA - CNPJ: 00.226.324/0001-42**, com o valor global de R$ 52.921,00 (Cinquenta e dois mil novecentos e vinte e um reais) e **LUMINOSA, COMERCIO DE MAT. ELETRICO, HIDRAÚLICA E TELEFONIA EIRELI - CNPJ: 70.047.329/0001-93,** com o valor global de R$ 46.434,00 (Quarenta e seis mil quatrocentos e Trinta e

quatro reais). Tudo conforme o mapa de apuração final incerto aos autos, perfazendo um montante global de R$ 231.155,90 (Duzentos e trinta e um mil cento e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), para Aquisição Futura e Gradual de Material Elétrico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, componentes da máquina pública do Município de Lajes/RN, conforme especificações contidas nas suas propostas de preço, haja vista que foram as melhores apresentadas à Edilidade.

Lajes/RN, em 09 de Setembro de 2019.

PAULO RICARDO TAVARES
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:9AB97A83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019
PREGÃO PRESENCIAL: N° 020/2019 PROCESSO ADMIN. N° 632/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019
PREGÃO PRESENCIAL: N° 020/2019
PROCESSO ADMIN. N° 632/2019

O MUNICÍPIO DE LAJES/RN, inscrito no **CNPJ nº 08.113.466/0001-05**, com sede na Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, centro, Lajes/RN, CEP: 59.535-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Jose Marques Fernandes, doravante denominado simplesmente **PROMITENTE CONTRATANTE**, e a empresa **GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI,** inscrita no **CNPJ nº 31.373.978/0001-22,** com Inscrição Estadual nº 20.499.716-0 e sede na Rua Francisco Guilherme Teixeira de Souza, 1273, Bairro Alto da Alegria, Letra A, CEP: 59.515-000, Angicos/RN, neste ato representada pelo Sr. Arthur Luiz Gonçalves Guilherme de Souza, Brasileiro, Empresário, Portador da Cédula de Identidade RG n° 2844342 - SSP/RN e CPF n° 093.352.874-40, Residente e Domiciliado na Rua José Orácio, 37, Centro em Angicos/RN, doravante denominada simplesmente de **PROMITENTE CONTRADADA**, e de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e Decreto Municipal nº 082/2014, conforme classificação das propostas apresentadas, homologado em 27 de Agosto de 2019, resolve registrar os preços oferecidos pela empresa, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O objeto desta Ata é o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Fundo Municipal de Assistencia Social e Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer , componentes da maquina pública do Municpio de Lajes/RN**,** devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços, a qual passa a fazer parte deste documento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ORGÃO
Do Órgão Gerenciador do presente SRP: será;
2.1 - Integra a presente ARP o município, através da Secretaria Municipal de Administração de Lajes/RN na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
2.3 - Do Órgão Participante: é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços;
2.4 - Do Órgão Gerenciador do presente SRP: será omunicípio de Lajes/RN, através da Secretaria Municipal de Administração de Lajes/RN;
2.5 - Do Órgão Não Participante: serão admitidos órgãos ou entidades da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos da norma, faça adesão à ata de registro de preços.
2.6.1 - Do limite "individual" para a adesão a Ata de Registro de Preços: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 006, de 2019, que restringe a contratação, por órgão ou entidade não participante (carona), a (50%) do quantitativo total registrado em ata para cada item (total destinado ao órgão gerenciador e órgãos participantes).
2.6.2. **Do limite "coletivo" para a adesão a Ata de Registro de Preço**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 006/2019, ou seja, o quantitativo destinado às adesões não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo total do item destinado às contratações do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, independentemente do número de adesões que venham a ocorrer.

2.7 - A Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses;
2.8 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir; facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
2.9 - Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os licitantes vencedores para assinatura da ARP, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas; observados os requisitos de publicidade e economicidade;
2.10 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para a assinatura da ARP, contado a partir da data da convocação. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
2.11 - Se o licitante vencedor, convocado nos termos do item anterior, recusar-se a celebrar a ARP respectiva, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
2.12 - A recusa dos licitantes em atender às convocações de que tratam os itens **2.10** e **2.11**, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas legalmente estabelecidas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002;
2.13 - A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Comissão de Licitação, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, ou outro instrumento similar, conforme o caso;
2.14 - A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93 c/c Decreto 7892/2013, Decreto 147/2014 e o Decreto Municipal 006/2019;
2.15 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte desta Prefeitura, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).
2.16 - O Decreto Municipal 006/2019 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

CLAÚSULA TERCEIRA - ÓRGÃO GERENCIADOR,
3.1 - Através do Setor de Compras/Fiscal de Contratos, tem as seguintes obrigações:
a)gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b)convocar o particular, viae-mail ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c)observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d)conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e)realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f)acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

3.2 - O FORNECEDOR obriga-se a:
a)Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da convocação;

b)Executar o fornecimento solicitados num prazo de até **05 (cinco) dias** a partir da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preço, de forma gradual, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados);
c)fornecer o materialconforme especificaçãoe preço registrados na presente ARP;
d)EXECUTAR O FORNECIMENTO solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e)providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas napresente ARP;
f)fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g)prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura dapresente ARP;
h)ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i)pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j)manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
l)deverá ainda, cumprir as exigências abaixo:
3.3. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho/ordem de serviço, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Presencial - SRP Nº 020/2019.**
3.4. O (s) fornecedor/prestador (es) registrado (s) fica (m) obrigado (s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA QUARTA - DA ATA
4.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses,ou seja até o dia **09/09/2020**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

CLAUSULA QUINTA - DO PREÇO
5.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 31.373.978/0001-22					
Cód.	**Descrição do(s) item(ns)**	**Und.**	**Qtd.**	**Valor Unt.**	**V. Total**
4646	Ar Condicionado de 9.000 BTU's Tipo Split (Marca Agratto)	Und	22	1.040,00	22.880,00
8508	Ar Condicionado de 12.000 BTU's Tipo Split (Marca Agratto)	Und	13	1.152,00	14.976,00
TRINTA E SETE MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS.					**37.856,00**

CLAÚSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
6.1 - O pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos dos credenciados pelo Estado (Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú e Banco Mercantil do Brasil), no prazo de 30 (trinta) dias da data da aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais, se não houver outro prazo estabelecido no Anexo I, de acordo com o Art. 1º, do Decreto Estadual nº 40.427 de 21 de junho de 1999.
Caso ocorra, a qualquer tempo, a não aceitação dos serviços, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado após a correção pela CONTRATADA.
Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação "pro-rata tempore" do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente.
Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira
Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.
A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.
O preço, o quantitativo, o Prestador e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, **na FEMURN**.

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores na sede da Prefeitura Municipal de Lajes/RN

6.2 - A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.
6.3 - A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a)Deverão ser executados o fornecimento solicitado num prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** a partir da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preço, de forma gradual, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados);
b)Deverão ser entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e em perfeitas condições de utilização.
c)A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Lajes/RN.
d)As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

6.4 - O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
6.4.1 - O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
6.4.2 - Não serão aceitos produtos/serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
6.4.3 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
6.4.4 - Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 - a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 - o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 - a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.4 - o objeto esteja adequado para utilização.

6.4.5 - O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
6.4.6 - Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:
a)se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

b)se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.4.7 - Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

7 - CLAUSULA SETIMA - DAS SANÇOES
7.1 - São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a)advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b)multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato ou da ordem de compra;
c)multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d)suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O fornecedor estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a)Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b)Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.

PARÁGRAFO QUINTO - As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

8 - CLAUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA
8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I - Por iniciativa da Administração, quando:
a)não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b)recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c)der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d)em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e)não manter as condições de habilitação;
f)não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g)em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II - Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA NONA - DO FORO
9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Lajes/RN, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lajes/RN, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES	***GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI***
Prefeito Municipal	CNPJ: 31.373.978/0001-22
P/ Promitente Contratante	***ARTHUR LUIZ GONÇALVES GUILHERME DE SOUZA***
	CPF: 093.352.874-40
	P/ Promitente Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: .....
CPF: .....

Nome: .....
CPF: .....

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:860DB92A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

O Pregoeiro Oficial deste município de Lucrécia/RN, torna público o resultado do referido Pregão Presencial nº 025/2019, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS para a realização dos serviços de confecção de fardamento para os profissionais que atuam na Sec. Mun. de Urbanismo e Meio Ambiente, e para os Agentes de Endemias, Incluso Equipamento de Proteção Individual (EPI), que atuam na Secretaria Municipal de Saúde, que teve como licitantes vencedores parciais: **RITA KELIS GAUDENCIO 01188769103 – CNPJ: 22.904.182/0001-68** com o valor total de R$ 1.021,18 (Um Mil e Vinte e Um Reais e Vinte e Oito Centavos) e **J D ALVES MISAEL – CNPJ: 10.685.202/0001-78** com o valor total de R$ 1.074,29 (Um Mil e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Nove Centavos).

Lucrécia – RN, 03 de setembro de 2019.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:FBE54B42

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

ADJUDICO o procedimento licitatório do referido Pregão Presencial nº 025/2019, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de construção de REGISTRO

DE PREÇOS para a realização dos serviços de confecção de fardamento para os profissionais que atuam na Sec. Mun. de Urbanismo e Meio Ambiente, e para os Agentes de Endemias, Incluso Equipamento de Proteção Individual (EPI), que atuam na Secretaria Municipal de Saúde, que teve como licitantes vencedores parciais: **RITA KELIS GAUDENCIO 01188769103 – CNPJ: 22.904.182/0001-68** com o valor total de R$ 1.021,18 (Um Mil e Vinte e Um Reais e Vinte e Oito Centavos) e **J D ALVES MISAEL – CNPJ: 10.685.202/0001-78** com o valor total de R$ 1.074,29 (Um Mil e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Nove Centavos), conforme termos da ata da sessão.

Lucrécia – RN, 03 de setembro de 2019.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:77AAA805

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

HOMOLOGO o procedimento licitatório do referido Pregão Presencial nº 025/2019, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS para a realização dos serviços de confecção de fardamento para os profissionais que atuam na Sec. Mun. de Urbanismo e Meio Ambiente, e para os Agentes de Endemias, Incluso Equipamento de Proteção Individual (EPI), que atuam na Secretaria Municipal de Saúde, que teve como licitantes vencedores parciais: **RITA KELIS GAUDENCIO 01188769103 – CNPJ: 22.904.182/0001-68** com o valor total de R$ 1.021,18 (Um Mil e Vinte e Um Reais e Vinte e Oito Centavos) e **J D ALVES MISAEL – CNPJ: 10.685.202/0001-78** com o valor total de R$ 1.074,29 (Um Mil e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Nove Centavos), conforme termos da ata da sessão.

Obs. Ficam convocadas as licitantes para realizar a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato, em um prazo de 5 dias úteis a partir da data desta publicação.

Lucrécia – RN, 06 de setembro de 2019.

MARIADA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:37B1F7BE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10060009

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 10060009/2019

NOME DO CREDOR: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA

CNPJ:6.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO FIAT TOURO CABINE DUPLA FREEDON ANO 2016/MODELO 2017.

VALOR TOTAL: R$2.279,76

Lucrécia/RN 09 DE SETEMBRO DE 2019

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:4A7C9AFD

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10060008

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 10060008/2019

NOME DO CREDOR: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA

CNPJ:6.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO DA GM/MONTANA MARIMAR AMBULÂNCIA DE PLACA QGYE12

VALOR TOTAL: R$ 1.204,56

Lucrécia/RN 09 DE SETEMBRO DE 2019

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:B21C4371

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10060007

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 10060007/2019

NOME DO CREDOR: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA

CNPJ:6.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO DA SPRINTER REV AMBULÂNCIA DE PLACA RGN5123 ANO 2019

VALOR TOTAL: R$ 2.389,20

Lucrécia/RN 09 DE SETEMBRO DE 2019

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:BAA844DA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10060003

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 10060003/2019

NOME DO CREDOR: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA

CNPJ:6.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO MMC/L200 TRITON SPT GL QUE TEM COMO PLACA QGT 6A99 NESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL: R$2.603,64

Lucrécia/RN 09 DE SETEMBRO DE 2019

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:1D0EDA7A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10060004

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 10060004/2019

NOME DO CREDOR: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA

CNPJ:6.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO DA CHEV/SPIN DE PLACA QGO 8324 ANO 2018 NESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL: R$1.695,36

Lucrécia/RN 09 DE SETEMBRO DE 2019

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:983CDEED

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10060005

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 10060005/2019

NOME DO CREDOR: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA

CNPJ:6.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO DA AMBULÂNCIA SAVEIRO TECFORM DE PLACA QGM3438 ANO 2019 DESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL: R$ 1.089,24

Lucrécia/RN 09 DE SETEMBRO DE 2019

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:ACA0A632

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10060006

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 10060006/2019

NOME DO CREDOR: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS LTDA

CNPJ:6.198.164/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO DA AMBULÂNCIA FIAT/FIORINO DE PLACA QGW 6840 ANO 2018 DESTE MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL: R$ 1.518,84

Lucrécia/RN 09 DE SETEMBRO DE 2019

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:8A6FCAA1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 454/2019 – PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), ao Servidor **Thompson de Oliveira**, CPF nº 178.480.768-06, RG 2.783.757 ITEP/RN, Matrícula 120414-9, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas com alimentação durante sua estadia na capital do Estado, Natal/RN, no transporte de pacientes para consulta especializada no Hospital Antônio Prudente, neste dia 05 de setembro de 2019.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 06 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:7F41A419

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 455/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Destituir a senhora **Maria José Duarte Leite** do exercício da Função de **Diretora do Centro Municipal de Ensino Rural**, nos termos do Art. 16 da Lei nº 372/2008 de 22/12/2008 e conforme homologação de resultados da eleição de 18 de dezembro de 2017.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **08 de agosto de 2019**, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:CB054707

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 456/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Destituir o senhor **Francisco Walber Leite** do exercício da Função de **Vice - Diretor do Centro Municipal de Ensino Rural**, nos termos do Art. 16 da Lei nº 372/2008 de 22/12/2008 e conforme homologação de resultados da eleição de 18 de dezembro de 2017.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **08 de agosto de 2019**, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:C85CDA79

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 457/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o senhor **Francisco Walber Leite** para assumir a Função de **Diretor do Centro Municipal de Ensino Rural**, nos termos do Art. 16 da Lei nº 372/2008 de 22/12/2008 e conforme homologação de resultados da eleição de 18 de dezembro de 2017.
Art. 2º - O mandato será no período de 08 de agosto de 2019 a 31 de dezembro de 2019.
Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **08 de agosto de 2019**, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:A47EC982

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 148-A/2019

PORTARIA Nº 148-A/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Hugo Napoleão Medeiros de Queiroz,** do cargo de Agende de Desenvolvimento do Município de Marcelino Vieira-RN;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 06 de setembro de 2019;

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:AF0F81EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2019

PORTARIA Nº 151/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Hugo Napoleão Medeiros de Queiroz,** para exercer o cargo de Assessor, junto a Secretaria Municipal de Cultura, deste Município de Marcelino Vieira-RN;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 06 de setembro de 2019;

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:DEC409FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 013 /2019

PORTARIA Nº 013 /2019 De 09 de setembro de 2019

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor**, Antônio Carlos Bezerra** lotado na Secretaria Municipal de Educação ocupante do cargo de auxiliar de secretaria, referente ao período aquisitivo de 2018/2019 no período compreendido entre 10/09 a 09/10 de 2019.
Art.2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, cumpra-se

Marcelino Vieira- RN, 09 de setembro de 2019.

NORMA LUCIA DIÓGENES ALVARENGA
Secretária Municipal de Educação
Portaria 0032017

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:0BFE3136

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 152 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Altera a Portaria N° 007/2019 e dá outras providências.

Kerles Jácome Sarmento, Prefeito do município de Marcelino Vieira-RN, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art 1º - Nomear a Senhora Vandygna Emiliana Chaves da Silva inscrita sob o CPF 099.185.694-50 para substituir a Senhora Maria Erismara Fernandes de Queiroz na **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC,** responsável pelo Setor Técnico.
Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Marcelino Vieira-RN, em 09/09/2019.

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:D8BAD3CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2017 EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AMIGÁVEL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2017
EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AMIGÁVEL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2017. **PARTES:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, INSCRITA NO CNPJ SOB N°. 08.354.383/0001-08 E A EMPRESA L R FREIRE COSTA – ME - CNPJ: 18.089.600/0001-33. **OBJETO**: DISTRATO AMIGÁVEL DO ITEM 05 - 0000564 - VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA 01, MOTOR NO MÍNIMO 1.6 FLEX, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, QUILOMETRAGEM LIVRE, COM NO MÁXIMO DE 12 (DOZE) MESES DE USO COM OS SEGUINTES ITENS: SINALIZADOR ACÚSTICO, MACA TUBULAR COM COLCHONETE E CINTO DE SEGURANÇA, BANCO TUBULAR PARA NO MÍNIMO 02 (DOIS) ACOMPANHANTES, SUPORTE PARA SORO, PLASMA E OXIGÊNIO, ARMÁRIO, VENTILADOR, REVESTIMENTO INTERNO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, GRAFISMO PADRÃO PARA AMBULÂNCIA DISPONÍVEL 24 (VINTE QUATROS) HORAS; - MANUTENÇÃO DO VEÍCULO POR CONTA DA CONTRATADA; - COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE; O VEÍCULO FICARÁ À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FIAT DOBLÔ 1.8 FLEX COMPLETO DO CONTRATO Nº 026/2017 - **FUNDAMENTOS DA RESCISÃO:**FUNDAMENTA-SE O PRESENTE TERMO DE DISTRATO AMIGÁVEL NO ART. 79, II DA LEI N°. 8.666/9. **DATA DE ASSINATURA**: 31 DE JULHO DE 2019.

Prefeitura Municipal de Montanhas/RN
MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal
E A L R Freire Costa – ME Empresa.

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:372933E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA Nº 26/2019.

Autoriza quebra da ordem cronológica de exigibilidade de pagamentos com embasamento no artigo 15, inciso V da Resolução 032/2016-TCE/RN e na Lei Municipal 915/2018.

A GESTORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no §2º do artigo 15 da Resolução 032/2016-TCE/RN, bem como o disposto no artigo 5º da Lei Federal 8.666/93 e no artigo Nº01 da Lei Municipal nº 915/2018;

Considerando relevante interesse público na continuidade de serviços essenciais cuja suspensão dos mesmos por pendências de pagamentos, ou até mesmo retardamento no procedimento de pagamento poderão ocasionar à suspenção do fornecimento, e consequentemente imensuráveis prejuízos à população.

Considerando que o objeto contratado é de relevante interesse público, uma vez que o mesmo é imprescindível para o abastecimento dos veículos destinados a locomoção das equipes de saúde na realização de atendimentos diários, bem como ao abastecimento de veículos de urgência e emergência do hospital municipal, onde a suspensão do objeto, ocasionado pelo atraso ou demora nos pagamentos, poderá ensejar em prejuízos irreparáveis à população, o que requer da administração municipal esforços para prevenir de que tais ameaças não venham a ocorrer.

Considerando que para prevenirmos de que não ocorra a suspenção do fornecimento do objeto contratado faz-se necessário a realização imediata dos pagamentos, necessitando assim prioriza-las em detrimento a outras despesas mais bem classificadas na ordem cronológica de exigibilidades de pagamentos.

R E S O L V E:
Art. 1º - DETERMINAR quebra da ordem cronológica de exigibilidade de pagamentos em favor de POSTO COLINA LTDA, CNPJ nº 02.519.964/0001-05, cujo objeto é o fornecimento de combustível destinado a atender o abastecimento da frota de veículos necessários à locomoção de profissionais dos programas de saúde, e de pacientes em atendimento de urgência e emergência, conforme detalhamento a seguir:

Nota Fiscal nº 3008 no valor de R$ 1.454,11 (micro-ônibus pacientes em hemodiálise);
Nota Fiscal nº 3020 no valor de R$ 418,81 (veículo locomoção da Secretaria de Saúde);
Nota Fiscal nº 3018 no valor de R$ 5.767,16 (ambulâncias do Hospital Municipal);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Alegre/RN, 09 de Setembro de 2019.

MARIA EMÍLIA PEREIRA PINHEIRO FONSECA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:98DAD17A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 216/2019

PORTARIA Nº 216/2019

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR EDILSON SOARES RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS/RN, no uso de suas atribuições Constitucionais, e,

CONSIDERANDO, os termos do artigo 102 da Lei Municipal nº 138 de 17 de dezembro de 1998 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Monte das Gameleiras/RN.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO** ao servidor Municipal **EDILSON SOARES RIBEIRO Lotado na ESCOLA MUNICIPAL VIRUTOSA BERNARDINA DA COSTA,** no cargo de Orientador Educacional0, pelo período de 03 (três) meses, para serem gozadas de 05 de setembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019, com remuneração do cargo efetivo.

Art. 2º - Encaminhe-se a presente portaria para ciência do servidor que menciona, sendo publicado no átrio desta Prefeitura e Diário Oficial Vinculado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º - Publique-se e Cumpra-se.

Monte das Gameleiras/RN, em 05 de setembro de 2019.

JAILTON FELIX DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:86D420C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 09:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura, situada à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23 – Centro, nesta cidade, encontram-se reunidos os Membros, da CPL, designados pela Portaria nº 144/2019, expedida pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para abertura da Tomada de Preço nº 019/2019. Aberta a sessão, ficou constatado que não compareceu nenhum interessado. Tendo o Presidente da CPL, considerado o certame DESERTO e resolveu encaminhar o processo em epigrafe para a secretária de origem para pronunciar-se do interesse em repetir a licitação.

DOMICIANO FERNANDES DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:79099760

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 2019081908
Modalidade de Licitação: 090201 - DI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ATUAR NA ÁREA DA SAÚDE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO (PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO), E ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS SARGSUS, DESTE MUNICÍPIO.
Contratado e Valor Total Julgado: REGINALDO CLAUDINO DA SILVA - CPF: 022.409.084-40, com o valor total de R$ 5.000,00
Base legal: Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93.

Olho D'Água do Borges/RN, 09 / 09 / 2019.

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:D824EABB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 2019090902
Modalidade de Licitação: 090901 - DI
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADA A REVISÃO DE 10.000 KM DO VEÍCULO TIPO FIAT MODELO: 2651JH0 - FIAT/FIORINO HARD WORKING 1.4, BRANCO PLACA QGM - 0576/RN, PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.
Contratado e Valor Total Julgado: PORCINO & FILHO COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME – CNPJ: 04.675.869/000197, com o valor total de R$ 884,21.
Base legal: Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93.

Olho D'Água do Borges/RN, 09 / 09 / 2019.

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:C7809EF8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa PORCINO & FILHO COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME – CNPJ: 04.675.869/000197, referente AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADA A REVISÃO DE 10.000 KM DO VEÍCULO TIPO FIAT MODELO: 2651JH0 - FIAT/FIORINO HARD WORKING 1.4, BRANCO PLACA QGM - 0576/RN, PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

Olho D'Água do Borges/RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:73AB52A1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo Administrativo: 2019081909
Modalidade de Licitação: 082302 - DI
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADA A REVISÃO DE 15.000 KM DO VEÍCULO TIPO FIAT DUCATO MULTI BRANCO PLACA QGW-1E62/RN, PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.
Contratado e Valor Total Julgado: PORCINO & FILHO COMERCIO DE VEICULOS LTDA – ME – CNPJ: 04.675.869/0001-97, com o valor total de R$ 1.073,58.
Base legal: Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93.

Olho D'Água do Borges/RN, 09 / 09 / 2019.

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:B1CB6141

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa PORCINO & FILHO COMERCIO DE VEICULOS LTDA – ME – CNPJ: 04.675.869/0001-97, referente AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADA A REVISÃO DE 15.000 KM DO VEÍCULO TIPO FIAT DUCATO MULTI BRANCO PLACA QGW-1E62/RN, PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

Olho D'Água do Borges/RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:0C2B9AD2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 de 21 de Janeiro de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa REGINALDO CLAUDINO DA SILVA – CPF: 022.409.084-40, referente CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ATUAR NA ÁREA DA SAÚDE NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO (PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO), E ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS SARGSUS, DESTE MUNICÍPIO.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

Olho D'Água do Borges/RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:7D075F73

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
PROCESSO - MOB/RN Nº 194/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO BRANCO / RN
Contratada: MORGÁS COMÉRCIO LTDA CNPJ nº 00.870.515/0002-23. OBJETO: Visando à alteração dos valores unitários dos itens 0000750 (Gasolina Comum), 0000719 (Diesel Comum) e 0005486 (Diesel S-10), motivada pela alteração dos valores de compra dos referidos produtos e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme documentação anexa, aos valores unitários para aquisição dos produtos em tela será decrescido, conforme documentação emitida pela empresa, equilibrando os custos iniciais dos produtos, alterando os preços unitários de R$ 4,58 (Quatro reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 4,43 (Quatro reais e quarenta e três centavos) item GASOLINA; R$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) para R$ 3,70 (Três reais e setenta centavos), para o item Diesel Comum e de R$ 3,92 (Três reais e noventa e dois centavos), para R$ 3,80 (Três reais e oitenta centavos), para o item Diesel S-10.

Ouro Branco / RN, 02 de setembro de 2019.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:586FD5BE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: Despesa com franquia de seguro do veículo DOBLÔ ESSENCE 1.8.
CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**, com sede Rua Manoel Correia, 219, Centro, Ouro Branco/RN, CEP:59347000**,** CNPJ/MF: **08.095.473/0001-21**.
CONTRATADA: **JACKSON YSTEFESON DA SILVA ME**, com sede AV CANDIDO DANTAS DE ARAÚJO, 714, PARQUE DOURADO , CURRAIS NOVOS/RN, CEP:59380000, CNPJ/MF: **10.828.215/0001-59**
VALOR: R$ 3.203,00 (três mil, duzentos e três reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária:06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Ação: 2021 - Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde; Função: 10 – SAÚDE; Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL; Programa: 0004 - SAÚDE PARA TODOS; Natureza: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Ouro Branco; **BASE LEGAL**: Art. 25, I, da Lei federal 8.666/93.

Ouro Branco/RN, 02 de setembro de 2019.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:34D036B3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP – PROCESSO MOB/RN Nº 121/2019

O Município de Ouro Branco/RN torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 20 de setembro de 2019, às 08:00mim, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de Massa Asfáltica, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes., **com participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte–EPP e Micro Empreendedores Individuais – MEI.** Os interessados em adquirir os respectivos Edital e anexos dirigirem-se a sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Correia, Centro, Ouro Branco/RN, no horário de expediente e/ou informações pelo Telefone: (0xx84) 3477-0053 e/ou pelo e-mail: licitaçõesobrn@gmail.com

Ouro Branco/RN, 09 de setembro de 2019

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:5A5D9E6E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N° 051/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP – PROCESSO MOB/RN Nº 122/2019

O Município de Ouro Branco/RN torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 20 de setembro de 2019, às 10:00mim, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de Tambores e Lixeiras, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes, **com participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte–EPP e Micro Empreendedores Individuais – MEI.** Os interessados em adquirir os respectivos Edital e anexos dirigirem-se a sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Correia, Centro, Ouro Branco/RN, no horário de expediente e/ou informações pelo Telefone: (0xx84) 3477-0053 e/ou pelo e-mail: licitaçõesobrn@gmail.com

Ouro Branco/RN, 09 de setembro de 2019

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:DBBE3325

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 013, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO Nº 013, de 09 de setembro de 2019.

Decreta luto oficial no Município de Paraú e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, e,

CONSIDERANDO o falecimento do jovem atleta e estudante de enfermagem, Kássio Nunes, ocorrido neste dia 08 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO o sentimento de pesar vivido pelos cidadãos parauenses;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica decretado luto oficial no Município de Paraú/RN, nos dias 09, 10 e 11 de setembro de 2019, com ponto facultativo no dia 09 de setembro, em virtude do falecimento de Kássio Nunes, ocorrido no dia 08 de setembro de 2019.

§ 1º Funcionarão normalmente os serviços de saúde e os considerados essenciais e indispensáveis;

§ 2º Funcionará ainda o Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Paraú, caso haja sessão anteriormente agendada para esta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paraú/RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:E7A443A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 438/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre celebração de pacto entre os Municípios de Parazinho e Ceará Mirim, dentro dos parâmetros da Política Municipal de saúde, com a finalidade da prestação de serviços de obstetrícia e da outras providências..."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PARAZINHO**, Estado do Rio Grande do Norte, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1°. A Secretária Municipal de Saúde do Município de Parazinho/RN, através do Fundo Municipal de Saúde, pactuara com o município de Ceará Mirim/RN, a prestação de serviços de obstetrícia no Hospital Municipal Doutor Percílio Alves.

Art. 2º. O Hospital Municipal de Ceará Mirim se comprometerá em prestar os seguintes atendimentos: clinica geral e neonatalogia, obstetrícia cirúrgica, obstetrícia clínica e pediátrica e pediatria especificidades de atenção terciaria e gestação de alto risco.

Art. 3º. A contrapartida do Município de Parazinho/RN, será recursos destinado através do orçamento geral do município (OGM), sobre o elemento de despesa de serviços terceiros de pessoa jurídica 3.3.90.39.50 – Serviços Médicos, Internação Hospitalar e outros.

Art. 4º. A presente Lei será regulamentada por Decreto e entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Parazinho/RN, 10 de Setembro de 2019.

CARLOS VERIANO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Henrique Ramos dos Santos
Código Identificador:BA3F3610

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 5015/2019 PREGÃO PRESENCIAL 44/2019

O Município de Parelhas/RN, através de seu(ua) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, torna público que às **08h:00min (horário local)** do dia **23/09/2019** realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, tendo como objeto:**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL METÁLICO",** conforme especificações, estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus Anexos. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala de licitações localizada no prédio sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. Mauro Medeiros, nº 97, Bairro Centro, no horário de expediente das 07:00 hs às 13:00 hs, como também no site oficialwww.parelhas.rn.gov.br. Contato:(84) 3471-2522/Ramal 203. E-mail:cplparelhas@hotmail.com.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:02F95B1E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 4190/2019 PREGÃO PRESENCIAL 33/2019

Objeto: EQUIPAMENTOS PARA OFICINA (EXEMPLOS DE EQUIPAMENTOS: CONSTRUÇÃO E LIMPEZA URBANA)

ADJUDICAMOS pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais,a licitação Pregão Presencial nº 33/2019 realizada em 05 de setembro de 2019 (quinta-feira), nos termos da Lei 10.520/2002 e alterações, no valor total de R$19.668,00, sendo vencedorasa(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

CAMPING PESC DANTAS & CIA LTDA- CNPJ: 16.585.268/0001-72, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 ; totalizando o valor de **R$ 19.668,00 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e oito reais)**.

PARELHAS/RN, em 06 de setembro de 2019.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:9EC39314

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 4190/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019

Objeto: EQUIPAMENTOS PARA OFICINA (EXEMPLOS DE EQUIPAMENTOS: CONSTRUÇÃO E LIMPEZA URBANA)

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 33/2019 realizada em 05 de setembro de 2019 (quinta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações, no valor total de R$19.668,00, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:.

CAMPING PESC DANTAS & CIA LTDA- CNPJ: 16.585.268/0001-72, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 ; totalizando o valor de R$ 19.668,00 (dezenove mil, seiscentos e sessenta e oito reais).
A(s) empresa(s) acima citada(s) está(ão) convocada(s), através de seu representante legal, para assinatura do(a) ata de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

PARELHAS/RN, 09 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:4506CD83

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, vem tratar da ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, obrigação trazida pela lei nº 8.666/93. Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de: *"relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".*
Assim sendo, considerando que os calçamentos de alguns logradouros públicos encontravam-se bastante danificados, foi necessário fazer a retirada, reparo e reposição do mesmo; como também o serviço de manutenção em prédios públicos e construção de novos na referida cidade. Problema exposto fica notório a essencialidade do serviço em questão para que o fornecedor consiga dar continuidade aos trabalhos que vinha sendo executado.
No entanto, para o caso em tela, existe uma ordem de credores a receber até que, depois de liquidados os débitos sejam supridos a demanda ora em objeto. Assim sendo, por se tratar de serviços essenciais e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada sem a prestação do serviço.
Por conseguinte, justifica-se os seguintes pagamentos:

Empenho nº 801011/2019, no valor de R$ 18.112,50 (dezoito mil, cento e doze reais, cinquenta centavos), ao fornecedor JOÃO PAULO DA SILVA CLEMENTINO- ME, CNPJ: 30.609.542/0001-27, com nota fiscal de número 021. Vencedor do serviço de pedreiro no Pregão Presencial 09/2019, Registro de Despesa nº 94/2019-PMP.

Empenho nº 801012/2019, no valor de R$5.705,66 (cinco mil, setecentos e cinco reais, sessenta e seis centavos) ao fornecedor F CÂNDIDO DOS SANTOS – ME, CNPJ: 00.510.962/0001-90, com nota fiscal de número 101. Vencedor do Serviço de Calceteiro no Pregão Presencial 09/2019, Registro de Despesa nº 94/2019-PMP.

Publique-se.

Parelhas/RN, 09 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rayanna Natally Barros e Silva Medeiros
Código Identificador:D983CD13

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 596/2019.

O Prefeito Municipal de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no Inciso II, Artigo 37 da Constituição Federal do Brasil;

Considerando o disposto na Legislação Municipal que criaram vagas para o quadro efetivo do Município de Parelhas;
Considerando a realização do Concurso Público, para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município de Parelhas;

Considerando a ordem de classificação dos candidatos.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) servidor(a) abaixo descrito(a), aprovado(a) no Concurso Público realizado aos 18 de outubro de 2015, para o nível inicial integrante do Quadro Permanente de Pessoal do Município de Parelhas/RN, conforme as disposições funcionais vigentes.

NOME: Lucenilda Maria de Medeiros
CARGO: - Assistente Jurídico (Programa Federal)
COLOCAÇÃO: 0004
INSCRIÇÃO N°: 0902006
CARGA HORÁRIA (SEMANAL): 40 h
VÍNCULO: Secretaria Municipal de Assistência Social e da Habitação.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo o servidor nomeado o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Publique-se; e
Cumpra-se.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, 09 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:70036BEB

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 595/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

A SECRETÁRIA CHEFE DO GABINETE CIVIL, do Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): Alexandre Carlo de Medeiros Dantas			
MATRÍCULA: 120864-0			
RG: 1.413.742-SSP/RN			
CARGO: Prefeito Municipal			
LOTAÇÃO: Gabinete Civil			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, junto a CAERN.			
DESTINO: Natal/RN			
PERÍODO: 06/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	sem pernoite	200,00	200,00
Total a pagar			**200,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), de 06 de setembro de 2019.

FRANCICLEIDE MARIA DE SOUZA
Secretária Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:45A1F9D1

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 578/2019.

DISPÕE SOBRE DEFERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:
Art. 1º - Defere a servidora CLEMIRES ARAÚJO DE SOUZA LIMA, Adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 2535/2018.
Art. 2º - O valor da indenização é da importância de R$ 653,94.
Art. 3º - O valor da indenização tem como encerramento o mês de agosto/2033.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; e,
Cumpra-se.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 30 de agosto de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:675F8B5E

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 597/2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS SOBRINHO, para o cargo de Subcoordenador de Compras e Serviços – CC-E- 3, do quadro desta Prefeitura, com lotação na Secretaria Municipal Administração e Gestão de Pessoas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE; E, CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 09 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:24F6DC38

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO 035/2019-DISPENSA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 035/2019
PROCESSO ADMINISTRAÇÃO: 22072019/01

A Prefeitura Municipal de PASSAGEM, através de seu Presidente da CPL, designado pela Portaria nº 118/2017, de 23/01/2018, tornar público a Homologação pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal do processo de Dispensa de Licitação nº 035/2019, com objetivo conforme especificações, constantes, Contratação de serviços musicais de Música/Regente com especialidade variadas, a necessidade do Projeto Cultural (Musica encantada) para inclusão social por meio da educação musical , ofertando aos usuários do SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO VÍNCULOS).

Foi a escolha da Pessoa Física:

ELIAS QUARESMA DE ARAÚJO, CPF:050.992.204-01 com valor global de R$7.500,00 (sete mil, quinhentos reais). Base Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Informamos ainda que os autos do processo encontram-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal setor de licitações.

PASSAGEM/RN, 01 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARIA DE BRITO BEZERRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Zé Maria
Código Identificador:FEEEE44E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 035/2019-DISPENSA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20190167

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 035/2019

PROCESSO ADMINISTRAÇÃO: 22072019/01

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM-RN**

CONTRATADO: **ELIAS QUARESMA DE ARAÚJO, CPF: 050.992.204-01**

OBJETIVO: Contratação de serviços musicais de Música/Regente com especialidade variadas, considerando a necessidade do Projeto Cultural (Musica encantada)
Para inclusão social por meio da educação musical, ofertando aos usuários do
SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO VÍNCULOS).

VALOR GLOBAL DO CONTRATO – R$ 7.500,00 (sete mil, quinhentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO – 01 de Agosto de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

FONTE DE RECURSOS – A despesa com a execução dos serviços objeto deste Contrato, mediante a emissão de notas de empenho, está a cargo da dotação orçamentária.

0802.082440487.2.067.3.3.90.36.00.3.3.90.36.99

Base Legal: Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II

Data Assinatura: 01 de Agosto de 2019

Pelo Contratante:
ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES,
CPF: 630.350.064 - 15
Prefeito Municipal.

Pela Contratada:
ELIAS QUARESMA DE ARAÚJO,
CPF: 050.992.204-01
Representante Legal

Publicado por:
Zé Maria
Código Identificador:5597B036

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO 036/2019-DISPENSA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 036/2019
PROCESSO ADMINISTRAÇÃO: 01082019/01

A Prefeitura Municipal de PASSAGEM, através de seu Presidente da CPL, designado pela Portaria nº 118/2017, de 23/01/2018, tornar público a Homologação pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal do processo de Dispensa de Licitação nº 036/2019, com objetivo conforme especificações, constantes, Contratação de Empresa para prestação de serviço de Assessoria Técnica para acompanhamento de Emendas Parlamentares e Programas disponibilizados para o Município dos Ministérios da União e Estado.

Foi a escolha da Pessoa Jurídica:

G M G DUARTE, CNPJ: 12.999.878/0001-61 com valor global de R$12.500,00 (Doze mil, quinhentos reais). Base Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Informamos ainda que os autos do processo encontram-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal setor de licitações.

PASSAGEM/RN, 08 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARIA DE BRITO BEZERRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Zé Maria
Código Identificador:AEE66965

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 036/2019-DISPENSA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20190171

DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 036/2019
PROCESSO ADMINISTRAÇÃO: 01082019/01

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM-RN**

CONTRATADO: **G M G DUARTE, CNPJ: 32.155001/0001-00**

OBJETIVO: Contratação de Empresa para prestação de serviço de Assessoria Técnica para Acompanhamento de Emendas Parlamentares e Programas disponibilizados para o Município dos Ministérios da União e Estado.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO – R$ 12.500,00 (doze mil, quinhentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO – 08 de Agosto de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

FONTE DE RECURSOS – A despesa com a execução dos serviços objeto deste Contrato, mediante a emissão de notas de empenho, está a cargo da dotação orçamentária.

0201.041220021.2.0033.3.90.39.00.3.3.90.39.05

Base Legal: Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso II

Data Assinatura: 08 de Agosto de 2019

Pelo Contratante:
ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES,
CPF: 630.350.064 - 15
Prefeito Municipal.

Pela Contratada:
GEORGE MIGUEL GUEDES DUARTE,
CPF: 008.2013.244-54
Representante Legal

Publicado por:
Zé Maria
Código Identificador:06534C1C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 001-06/09/2019

Em, 06 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Passagem, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder duas diárias e meia, ao valor unitário de **R$ 600,00 (seiscentos reais) totalizando a quantia de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)** para a servidora **ANA MARIA DE MORAIS**, CPF Nº 052.208.274-21, matricula nº 0741**,** (***Secretária Municipal de Saúde***), a se deslocar à cidade de **BRASÍLIA/DF,** para tratar de demandas da Secretaria Municipal de Saúde junto ao Ministério da Saúde, no período de 09 a 11/09/2019.

Publique-se e Cumpra-se.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:25A26C93

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0008/2019 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO AO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (DERIVADOS DE PETRÓLEO) E LUBRIFICANTES DESTINADOS À ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICADA
Cumpridas as exigências legais e formalidades processuais e, de conformidade com o que dispõe o art. 38, inciso VII, combinado com o art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e o art. 4, inciso XXI, da Lei n° 10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

3. DO RESULTADO APURADO
Conhecido o resultado obtido no PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0000000008/2019 *e* PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2019, *Tipo "Menor Preço por Item", com a classificação das licitantes, observando o critério da compatibilidade dos valores finais obtidos na negociação para o(s) Item(ns)/produto(s):* POSTO UNIÃO NUNES LTDA - EPP com o valor de R$ 1.312.562,80 (Um Milhão, Trezentos e Doze Mil, Quinhentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta Centavos), vencendo nos seguintes itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13.

A D J U D I C A Ç Ã O

Aos 4 de setembro de 2019, na Sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO de Patu/RN, o Pregoeiro Municipal LUAN MARCOS LEITE BEZERRA, com base no resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0008/2019 e PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2019, Tipo "Menor Preço por Item", realizado em 3 de Setembro de 2019, no Município de Patu/RN, cumprindo as formalidades do inciso XXI, do art. 4° da Lei n° 10.520/02, **ADJUDICA** o objeto do presente processo licitatório em favor dos licitantes: POSTO UNIÃO NUNES LTDA - EPP representado por RONNIE CEZAR FERNANDES SILVA, com o valor de R$ 1.312.562,80 (Um Milhão, Trezentos e Doze Mil, Quinhentos e Sessenta e Dois Reais e Oitenta Centavos), vencendo nos seguintes itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13.

Encaminhe-se ao Ordenador de Despesas, ao Senhor Prefeito Municipal, para adoção de providências quanto à continuidade do procedimento nos termos da Lei n° 10.520/02.

Patu/RN, em 4 de setembro de 2019.

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
CPF Nº 074.921.444-90
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:348A526F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

Cumpridas as exigências legais e formalidades processuais e, de conformidade com o que dispõe o art. 38, inciso VII, combinado com o art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e o art. 4, inciso XXI, da Lei n° 10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

3. DO RESULTADO APURADO

Conhecido o resultado obtido no PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 *e* PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019, *Tipo "Menor Preço por Item", com a classificação das licitantes, observando o critério da compatibilidade dos valores finais obtidos na negociação para o(s) Item(ns)/produto(s):*
- JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME com o valor de R$ 22.698,70 (Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Setenta Centavos), vencendo nos seguintes itens: 3, 7, 8, 10, 26, 35, 44, 64, 65, 67, 68, 69, 77, 79, 85, 95, 99, 105, 113, 118, 122, 133, 143, 167, 168, 172;
- ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA com o valor de R$ 32.777,33 (Trinta e Dois Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Três Centavos), vencendo nos seguintes itens: 2, 6, 9, 12, 15, 16, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 45, 46, 47, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 78, 81, 82, 83, 86, 89, 94, 96, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 121, 125, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 144, 157, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 179, 180;
- W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME com o valor de R$ 143.008,01 (Cento e Quarenta e Três Mil, Oito Reais e Um Centavo), vencendo nos seguintes itens: 1, 4, 5, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 37, 40, 42, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 60, 62, 66, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 84, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 106, 109, 112, 119, 120, 123, 124, 127, 138, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 174, 177, 178;

ADJUDICAÇÃO

Aos 3 de setembro de 2019, na Sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO de Patu/RN, o Pregoeiro Oficial LUAN MARCOS LEITE BEZERRA, com base no resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 *e* PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019, Tipo "Menor Preço por Item", realizado em 2 de Setembro de 2019, no Município de Patu/RN, cumprindo as formalidades do inciso XXI, do art. 4° da Lei n° 10.520/02, **ADJUDICA** o objeto do presente processo licitatório em favor dos licitantes: - JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME representado por CLIDENOR FELIZ NICACIO, com o valor de R$ 22.698,70 (Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Setenta Centavos), vencendo nos seguintes itens: 3, 7, 8, 10, 26, 35, 44, 64, 65, 67, 68, 69, 77, 79, 85, 95, 99, 105, 113, 118, 122, 133, 143, 167, 168, 172;

- ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA representado por JOSE RAIMUNDO LEITE DE FREITAS, com o valor de R$ 32.777,33 (Trinta e Dois Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Três Centavos), vencendo nos seguintes itens: 2, 6, 9, 12, 15, 16, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 45, 46, 47, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 78, 81, 82, 83, 86, 89, 94, 96, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 121, 125, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 144, 157, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 179, 180;
- W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME representado por KAIO CESAR LUCENA MELO, com o valor de R$ 143.008,01 (Cento e Quarenta e Três Mil, Oito Reais e Um Centavo), vencendo nos seguintes itens: 1, 4, 5, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 37, 40, 42, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 60, 62, 66, 72, 73, 74, 75,

76, 80, 84, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 106, 109, 112, 119, 120, 123, 124, 127, 138, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 174, 177, 178.

Encaminhe-se ao Ordenador de Despesas, ao Senhor Prefeito Municipal, para adoção de providências quanto à continuidade do procedimento nos termos da Lei n° 10.520/02.

Patu/RN, em 3 de setembro de 2019.

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
CPF Nº 074.921.444-90
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:07B69449

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019

CONTRATO Nº: 0050/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU
CONTRATADO: ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ Nº: 27.029.083/0001-06
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN.
VALOR: R$ 32.777,33 (Trinta e Dois Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Três Centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02060-Secretaria Municipal de Saúde
10 301 1001 2030-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
02070-Fundo Municipal de Saúde
10 301 1001 2031-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - Recursos Próprios
10 302 1001 2032-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
10 301 1001 2035-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica
10 302 1001 2036-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
3390.30-Material de Consumo
4490.52-Equipamentos e Material Permanente
10010000-Recursos Ordinários
DATA DO CONTRATO: 4 de Setembro de 2019.
VIGÊNCIA: 03/09/2020.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:A85E46F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 0046/2019
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN - **CNPJ: 08.349.078/0001-28** - AV. ANTÔNIO SUASSUNA, nº 54, CENTRO, PATU-RN, CEP nº 59.770-000, fone 8433612211.
CONTRATADO: LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 17.985.184/0001-99, localizada à RUA ARGENTINA, Nº 56 B, BAIRRO CENTENARIO - CAMPINA GRANDE/PB - CEP: 58.428-100 - FONE (83) 3331-2865.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA LUAN E FORRO ESTILIZADO NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2019 COM DURAÇÃO DE 90 (NOVENTA) MINUTOS DE SHOW EM VIA PÚBLICA NA CIDADE DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)**.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02050-Secretaria Municipal da Educação e da Cultura
12 361 1002 2010-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Educação e da Cultura
3390.39-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
10010000-Recursos Ordinários
DATA DA ASSINATURA: 29 de Agosto de 2019.
VIGÊNCIA: 11 de Setembro de 2019.
ASSINATURAS: Pelo CONTRATANTE: **RIVELINO CÂMARA** - CPF: 565.187.574-34 - Prefeito Municipal/ pelo CONTRATADO: **LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 17.985.184/0001-99 - Titular.

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:6F3698A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0042/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O **Exm. Sr. RIVELINO CÂMARA**, Prefeito Municipal de Patu/RN, tendo em vista as atribuições contidas na legislação em vigor, considerando o parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica desta(e) Prefeitura e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93. **RATIFICO** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, em reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008/2019, em favor da pessoa jurídica: **F IVO DE MACEDO PRODUCAO DE EVENTOS E FESTAS - EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº 27.141.623/0001-30, localizada à RUA TABELIAO MANOEL PROCOPIO, Nº 0015, BAIRRO LAGOA NOVA - NATAL/RN - CEP: 59.075-010 - FONE (84) 99101-0931, no valor total de **R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**, objetivando a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA CIRCUITO MUSICAL NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2019 COM DURAÇÃO DE 2 (DUAS) HORAS DE SHOW EM VIA PÚBLICA NA CIDADE DE PATU/RN, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, no seu Art. 25, Inciso II.

Patu/RN, em 05 de Setembro de 2019.

RIVELINO CÂMARA
CPF Nº 565.187.574-34
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:18737B18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 0053/2019
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN - **CNPJ: 08.349.078/0001-28** - AV. ANTÔNIO SUASSUNA, nº 54, CENTRO, PATU-RN, CEP nº 59.770-000, fone 8433612211.
CONTRATADO: JONAS QUEIROZ DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ Nº 12.725.128/0001-00, localizada à RUA CAMPOS SALES, Nº 43, BAIRRO SANTO ANTÔNIO - MOSSORÓ/RN - CEP: 59.611-050 - FONE (84) 99917-5202.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA FORRO DOS 3 NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2019 COM DURAÇÃO DE 2 (DUAS) HORAS DE SHOW EM VIA PÚBLICA NA CIDADE DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: **R$ 12.000,00 (Doze mil reais)**.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02050-Secretaria Municipal da Educação e da Cultura

12 361 1002 2010-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Educação e da Cultura
3390.39-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
10010000-Recursos Ordinários
DATA DA ASSINATURA: 06 de Setembro de 2019.
VIGÊNCIA: 08 de Setembro de 2019.
ASSINATURAS: Pelo CONTRATANTE: **RIVELINO CÂMARA** - CPF: 565.187.574-34 - Prefeito Municipal/ pelo CONTRATADO: **JONAS QUEIROZ DA SILVA - ME**, inscrita no CNPJ Nº 12.725.128/0001-00 - Titular.

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:4C8F4D29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 0054/2019
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN - **CNPJ: 08.349.078/0001-28** - AV. ANTÔNIO SUASSUNA, nº 54, CENTRO, PATU-RN, CEP nº 59.770-000, fone 8433612211.
CONTRATADO: BONDE DO BRASIL PROMOCOES E EDICOES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 16.809.891/0001-61, localizada à RUA JOSE BARBOSA, Nº 465B - 1º ANDAR SALA 06, CENTRO - UIRAUNA/PB - CEP: 58.915-000 - FONE (83) 3534-1158.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA BONDE DO BRASIL NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2019 COM DURAÇÃO DE 80 (OITENTA) MINUTOS DE SHOW EM VIA PÚBLICA NA CIDADE DE PATU/RN.
VALOR TOTAL: **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)**.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02050-Secretaria Municipal da Educação e da Cultura
12 361 1002 2010-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Educação e da Cultura
3390.39-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
10010000-Recursos Ordinários
DATA DA ASSINATURA: 06 de setembro de 2019.
VIGÊNCIA: 14 de Setembro de 2019.
ASSINATURAS: Pelo CONTRATANTE: **RIVELINO CÂMARA** - CPF: 565.187.574-34 - Prefeito Municipal/ pelo CONTRATADO: **BONDE DO BRASIL PROMOCOES E EDICOES MUSICAIS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 16.809.891/0001-61 - Titular.

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:364869A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0041/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DECLARAÇAO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2019, vem emitir a presente declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada no art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA BONDE DO BRASIL NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2019 COM DURAÇÃO DE 80 (OITENTA) MINUTOS DE SHOW EM VIA PÚBLICA NA CIDADE DE PATU/RN, no valor total de **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)**.

Assim, nos termos do Art. 25, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar ao Exmo. Sr. RIVELINO CÂMARA, Prefeito Municipal de Patu, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Patu/RN, em 06 de Setembro de 2019.

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
CPF Nº 074.921.444-90
Presidente da CPL

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:16E8F503

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0041/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2019 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O **Exm. Sr. RIVELINO CÂMARA**, Prefeito Municipal de Patu/RN, tendo em vista as atribuições contidas na legislação em vigor, considerando o parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica desta(e) Prefeitura e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93. **RATIFICO** a decisão da Comissão Permanente de Licitação, em reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2019, em favor da pessoa jurídica: **BONDE DO BRASIL PROMOCOES E EDICOES MUSICAIS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 16.809.891/0001-61, localizada à RUA JOSE BARBOSA, Nº 465B - 1º ANDAR SALA 06, CENTRO - UIRAUNA/PB - CEP: 58.915-000 - FONE (83) 3534-1158, no valor total de **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)**, objetivando a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA BONDE DO BRASIL NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2019 COM DURAÇÃO DE 80 (OITENTA) MINUTOS DE SHOW EM VIA PÚBLICA NA CIDADE DE PATU/RN, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, no seu Art. 25, Inciso II.

Patu/RN, em 06 de Setembro de 2019.

RIVELINO CÂMARA
CPF Nº 565.187.574-34
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:0AD21457

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

Cumpridas as exigências legais e formalidades processuais e, de conformidade com o que dispõe o art. 38, inciso VII, combinado com o art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e o art. 4, inciso XXI, da Lei n° 10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

3. DO RESULTADO APURADO

Conhecido o resultado obtido no PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 *e* PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019, *Tipo "Menor Preço por Item", com a classificação das licitantes, observando o critério da compatibilidade dos valores finais obtidos na negociação para o(s) Item(ns)/produto(s):*
- JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME com o valor de R$ 22.698,70 (Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Setenta Centavos), vencendo nos seguintes itens: 3, 7, 8, 10, 26, 35, 44, 64, 65, 67, 68, 69, 77, 79, 85, 95, 99, 105, 113, 118, 122, 133, 143, 167, 168, 172;

- ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA com o valor de R$ 32.777,33 (Trinta e Dois Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Três Centavos), vencendo nos seguintes itens: 2, 6, 9, 12, 15, 16, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 45, 46, 47, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 78, 81, 82, 83, 86, 89, 94, 96, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 121, 125, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 144, 157, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 179, 180;
- W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME com o valor de R$ 143.008,01 (Cento e Quarenta e Três Mil, Oito Reais e Um Centavo), vencendo nos seguintes itens: 1, 4, 5, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 37, 40, 42, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 60, 62, 66, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 84, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 106, 109, 112, 119, 120, 123, 124, 127, 138, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 174, 177, 178.

4. DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

O objeto do presente processo licitatório foi **ADJUDICADO** em favor dos licitantes: W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME.

H O M O L O G A Ç Ã O

Considerando a análise efetuada no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019, atendido o interesse público e no uso das atribuições de Gestor Público desta Prefeitura Municipal, cumprindo as formalidades do inciso XXII, do art. 4° da Lei n° 10.520/02, **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Pregoeiro, em 03/09/2019, em favor dos vencedores:

- JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME representado por CLIDENOR FELIZ NICACIO, com o valor de R$ 22.698,70 (Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Setenta Centavos), vencendo nos seguintes itens: 3, 7, 8, 10, 26, 35, 44, 64, 65, 67, 68, 69, 77, 79, 85, 95, 99, 105, 113, 118, 122, 133, 143, 167, 168, 172;
- ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA representado por JOSE RAIMUNDO LEITE DE FREITAS, com o valor de R$ 32.777,33 (Trinta e Dois Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Três Centavos), vencendo nos seguintes itens: 2, 6, 9, 12, 15, 16, 25, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 45, 46, 47, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 78, 81, 82, 83, 86, 89, 94, 96, 102, 103, 104, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 121, 125, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 144, 157, 158, 159, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 179, 180;
- W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME representado por KAIO CESAR LUCENA MELO, com o valor de R$ 143.008,01 (Cento e Quarenta e Três Mil, Oito Reais e Um Centavo), vencendo nos seguintes itens: 1, 4, 5, 11, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 37, 40, 42, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 60, 62, 66, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 84, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 106, 109, 112, 119, 120, 123, 124, 127, 138, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 174, 177, 178.

Fica os licitantes convocadas para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a assinar contrato de Fornecimento e receber as Ordens de Compras.

Patu/RN, em 3 de setembro de 2019.

RIVELINO CÂMARA
CPF Nº 565.187.574-34
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:912B3CE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 ARP Nº 0049/2019 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 08.349.078/0001-28, com sede a Avenida Antônio Suassuna nº 54, Centro - Patu/RN, CEP 59.770-000, representado por **RIVELINO CÂMARA**, CPF Nº 565.187.574-34, brasileiro, convivente de união estável, residente à Rua Jovelina Ernestina, nº 75, Pe. José Kruza - Patu/RN, na qualidade de Prefeito Municipal, doravante denominado **GESTOR DA ARP**, e de outro lado a empresa **JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ Nº 26.690.173/0001-72, situada à AV. INTERVENTOR MARIO CAMARA, 2661, NOSSA SENHORA DE NAZARE, NATAL-RN, CEP nº 59.062-600, fone (84)3302-6473, que tem por representante legal o Sr(a). CLIDENOR FELIZ NICACIO, inscrito(a) no CPF nº 294.117.854-68, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN**, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.
Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Patu, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.
Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações do(s) produto(s) registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) Convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.
Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ORDEM DE COMPRA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os produto(s) não perecíveis é de no máximo de 3 (três) dias corridos e para os produto(s) perecíveis é de no máximo 2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitaçãoe qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

h) Pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.
Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de **12 (doze) meses**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.
Art. 6°. O preço, a quantidade, os produtos, o fornecedor e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela em **ANEXO** a esta **ARP**.
Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do produto, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Patu, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
d) § 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
e) § 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.
Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.
Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).
Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.
Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
Deverão ser fornecidos os gêneros alimentícios de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários edemais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.
Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
c) Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
- Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a) A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
b) O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
c) A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
d) A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
e) O objeto esteja adequado para utilização.
- O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
- Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.
Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na(o) execução/fornecimento do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
c2) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Patu/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
e) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
f) Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
h) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
i) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
j) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
l) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
m) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
n) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
o) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
p) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
q) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
r) A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
s) Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro - O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
- Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c".
- Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo - Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto - A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto - As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de ProcessoAdministrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado: I - Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração; der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
c) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
d) não manter as condições de habilitação;
e) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
f) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II - Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Patu/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo particular fornecedor.

Patu/RN, em 4 de setembro de 2019.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal
Gestor da ARP

JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME
Beneficiário da ARP

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF Nº

2. _____

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:D9D0419A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 ARP Nº 0050/2019 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 08.349.078/0001-28, com sede a Avenida Antônio Suassuna nº 54, Centro - Patu/RN, CEP 59.770-000, representado por **RIVELINO CÂMARA**, CPF Nº 565.187.574-34, brasileiro, convivente de união estável, residente à Rua Jovelina Ernestina, nº 75, Pe. José Kruza - Patu/RN, na qualidade de Prefeito Municipal, doravante denominado **GESTOR DA ARP**, e de outro

lado a empresa **ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 27.029.083/0001-06, situada à AV. JOAO XXIII, 72, COHABINAL, PARNAMIRIM-RN, CEP nº 59.140-690, fone (84)99158-4215, que tem por representante legal o Sr(a). JOSE RAIMUNDO LEITE DE FREITAS, inscrito(a) no CPF nº 221.276.662-91, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN**, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.
Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Patu, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.
Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações do(s) produto(s) registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) Convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.
Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ORDEM DE COMPRA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os produto(s) não perecíveis é de no máximo de 3 (três) dias corridos e para os produto(s) perecíveis é de no máximo 2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitaçãoe qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) Pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de **12 (doze) meses**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.
Art. 6°. O preço, a quantidade, os produtos, o fornecedor e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela em **ANEXO** a esta **ARP**.
Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do produto, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Patu, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
d) § 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
e) § 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.
Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.
Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).
Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.
Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
Deverão ser fornecidos os gêneros alimentícios de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários edemais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.
Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
c) Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
- Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a) A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
b) O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;

c) A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
d) A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
e) O objeto esteja adequado para utilização.
- O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
- Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.
Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na(o) execução/fornecimento do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
c2) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Patu/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
e) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
f) Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
h) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
i) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
j) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
l) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
m) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
n) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
o) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
p) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
q) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
r) A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
s) Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro - O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
- Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c".
- Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo - Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto - A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto - As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de ProcessoAdministrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado: I - Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração; der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

c) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
d) não manter as condições de habilitação;
e) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
f) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II - Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Patu/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo particular fornecedor.

Patu/RN, em 4 de setembro de 2019.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal
Gestor da ARP

ODONTOMASTER PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
Beneficiário da ARP

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF Nº

2. _____
CPF Nº

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:F8F9F13D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 ARP Nº 0051/2019 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 08.349.078/0001-28, com sede a Avenida Antônio Suassuna nº 54, Centro - Patu/RN, CEP 59.770-000, representado por **RIVELINO CÂMARA**, CPF Nº 565.187.574-34, brasileiro, convivente de união estável, residente à Rua Jovelina Ernestina, nº 75, Pe. José Kruza - Patu/RN, na qualidade de Prefeito Municipal, doravante denominado **GESTOR DA ARP**, e de outro lado a empresa **W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ Nº 10.212.250/0001-49, situada à RUA DELFINO FREIRE, 544, BOA VISTA, MOSSORÓ-RN, CEP nº 59.605-160, fone (84)3314-2393, que tem por representante legal o Sr(a). KAIO CESAR LUCENA MELO, inscrito(a) no CPF nº 009.875.324-05, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN**, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.
Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Patu, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.
Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) Gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações do(s) produto(s) registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) Convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) Realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.
Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ORDEM DE COMPRA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os produto(s) não perecíveis é de no máximo de 3 (três) dias corridos e para os produto(s) perecíveis é de no máximo 2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitaçãoe qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) Pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.
Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de **12 (doze) meses**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os

compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, os produtos, o fornecedor e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela em **ANEXO** a esta **ARP**.

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:

a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do produto, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Patu, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;

b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;

c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.

d) § 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

e) § 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:

Deverão ser fornecidos os gêneros alimentícios de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;

As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários edemais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

b) Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

c) Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

- Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:

Por servidor ou comissão responsável, desde que:

a) A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;

b) O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;

c) A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;

d) A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;

e) O objeto esteja adequado para utilização.

- O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:

a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

- Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

- Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;

Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na(o) execução/fornecimento do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;

c2) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Patu/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

e) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

f) Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

h) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

i) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

j) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

l) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
m) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
n) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
o) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
p) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
q) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
r) A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
s) Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro - O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
- Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c".
- Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo - Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto - A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto - As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de ProcessoAdministrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado: I - Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração; der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
c) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
d) não manter as condições de habilitação;
e) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
f) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II - Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Patu/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo particular fornecedor.

Patu/RN, em 4 de setembro de 2019.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal
Gestor da ARP

W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
Beneficiário Da ARP

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF Nº

2. _____
CPF Nº

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:C160913C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019

CONTRATO Nº: 0049/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU
CONTRATADO: JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - ME
CNPJ Nº: 26.690.173/0001-72
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN.
VALOR: R$ 22.698,70 (Vinte e Dois Mil, Seiscentos e Noventa e Oito Reais e Setenta Centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02060-Secretaria Municipal de Saúde
10 301 1001 2030-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
02070-Fundo Municipal de Saúde
10 301 1001 2031-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - Recursos Próprios
10 302 1001 2032-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
10 301 1001 2035-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica

10 302 1001 2036-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
3390.30-Material de Consumo
4490.52-Equipamentos e Material Permanente
10010000-Recursos Ordinários
DATA DO CONTRATO: 4 de Setembro de 2019.
VIGÊNCIA: 03/09/2020.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:10D6B6CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 0009/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2019

CONTRATO Nº: 0051/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU
CONTRATADO: W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ Nº: 10.212.250/0001-49
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATU/RN.
VALOR: R$ 143.008,01 (Cento e Quarenta e Três Mil, Oito Reais e Um Centavo)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02060-Secretaria Municipal de Saúde
10 301 1001 2030-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
02070-Fundo Municipal de Saúde
10 301 1001 2031-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica - Recursos Próprios
10 302 1001 2032-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
10 301 1001 2035-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Básica
10 302 1001 2036-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial
3390.30-Material de Consumo
4490.52-Equipamentos e Material Permanente
10010000-Recursos Ordinários
DATA DO CONTRATO: 4 de Setembro de 2019.
VIGÊNCIA: 03/09/2020.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:AAB57F1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PP Nº 026/2019

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 026/2019 - SRP

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino - RN, torna público aos interessados que fica estabelecido o **dia 24/09/2019, às 10:00 horas**, para a abertura da Sessão Pública que trata do **Pregão Presencial nº 026/2019,** objetivando o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para realização de exames laboratoriais para atender as necessidades de tratamento de saúde da população de Pedro Avelino/RN, conforme especificações no edital, a disposição na sala de licitações da Prefeitura Municipal.

Maiores informações pessoalmente no endereço Praça Pedro Alves Bezerra, nº 266 – Centro, Pedro Avelino/RN ou pelo e-mail: pmpacpl@hotmail.com.

Pedro Avelino/RN, em 09 de setembro de 2019.

CLÉCIO VALDEVINO MOREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:082F41FC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PP Nº 027/2019

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 027/2019 - SRP

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino - RN, torna público aos interessados que fica estabelecido o **dia 25/09/2019, às 09:00 horas**, para a abertura da Sessão Pública que trata do **Pregão Presencial nº 027/2019,** objetivando o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para realização de ultrassonografias de acordo com a demanda existente referenciadas pelas Unidades de Saúde, para atender a população de Pedro Avelino/RN, conforme especificações no edital, a disposição na sala de licitações da Prefeitura Municipal.

Maiores informações pessoalmente no endereço Praça Pedro Alves Bezerra, nº 266 – Centro, Pedro Avelino/RN ou pelo e-mail: pmpacpl@hotmail.com.

Pedro Avelino/RN, em 09 de setembro de 2019.

CLÉCIO VALDEVINO MOREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:60FEB2E0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO N°. 2208/2019 TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 reconheço a dívida no valor total de R$ 978,20 (novecentos e setenta e oito reais e vinte centavos), junto ao CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE – COPIRN, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Abelardo Calafange, nº. 1828, Nova Descoberta, Natal/RN, inscrito no CNPJ sob n.º 12.120.272/0001-04, pelos serviços prestados, sem a formalização de nenhum tipo de procedimento administrativo prévio:
Nota Fiscal n°. 0000002902 - Valor a Pagar: R$ 438,20 (quatrocentos e trinta e oito reais e vinte centavos)
Nota Fiscal n°. 0000003010 - Valor a Pagar: R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)
Informo que o passivo foi reconhecido tendo em vista que, à época, havia crédito orçamentário aprovado. Por equívoco, não foi formalizado prévio procedimento administrativo, razão pela qual foi solicitada a emissão de empenho, que terá natureza de despesa com elemento de 3.3.90.93 - Indenizações e Restituições, em cumprimento à Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/01 e a Lei nº. 4.320/64.

Pedro Velho/RN, 05 de setembro de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Débora Gomes da Silva
Código Identificador:68FCEAC1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 178/2019 GAB, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação do CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) do município de Pedro Velho-RN, para a conclusão do quadriênio 2017/2021, em decorrência de renúncias solicitadas e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Constitucionais e da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE
Art. 1º. Nomear as pessoas abaixo elencadas para comporem o **CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)**, para conclusão do quadriênio 2017/2021, em decorrência de renúncias solicitadas e dá outras providências.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
CAMILA OTÍLIA DE OLIVEIRA BARBOSA (MEMBRO TITULAR)
CPF: 072.501.724-41 – RG: 002.388.344 SSP/RN.
ENDEREÇO: RUA 14 DE JULHO, SN, PEDRO VELHO/RN.

FABIANA BEZERRA BEZERRIL (MEMBRO SUPLENTE)
CPF: 048.695.734-90 – RG: 2.199.437 SSP/RN
ENDEREÇO: SÍTIO PORTEIRAS, ZONA RURAL, PEDRO VELHO/RN.

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO
JOSÉ ANTÔNIO GALVÃO DE LIMA (MEMBRO TITULAR)
CPF: 038.028.937-78 – RG: 10.282.472-9 SSP/RJ
ENDEREÇO: RUA PROJETADA, Nº 996, CENTRO, PEDRO VELHO/RN

JOSÉ WILSON MOREIRA (MEMBRO SUPLENTE)
CPF: 523.307.524-20 – RG: 910.745 SSP/RN
ENDEREÇO: RUA BETEL, Nº 35, CENTRO, PEDRO VELHO/RN

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS
CARLA EDYANNE DA SILVA MEDEIROS (MEMBRO TITULAR)
CPF: 080.626.784-40 – RG: 002.655.950 SSP/RN
ENDEREÇO: CONJUNTO BRASIL NOVO, RUA PREFEITO JOÃO JOSÉ DA CRUZ, Nº 98, PEDRO VELHO/RN

MARIA JUCILENE RODRIGUES CAVALCANTE (MEMBRO SUPLENTE)
CPF: 080.685.864-82 – RG: 2.624.421 SSP/RN
ENDEREÇO: CONJUNTO VILMA DE FARIAS, SN, PEDRO VELHO/RN

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
RICARDO VALENTIM FREIRE (MEMBRO TITULAR E PRESIDENTE DO CONSELHO)
CPF: 900.995.677-68 – RG: 705.378 SSP/RN
ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO VICENTE, Nº 205, CONJUNTO VILA NOVA, PEDRO VELHO/RN

ISIS FLORÊNCIO DA COSTA (MEMBRO SUPLENTE)
CPF: 101.505.454-44 – RG: 002.818.281 SSP/RN
ENDEREÇO: RUA DO CAMPO, Nº 11, LOTEAMENTO VILA NOVA, PEDRO VELHO/RN

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS
RODRIGO PEREIRA DA SILVA (MEMBRO TITULAR)
CPF: 015.582.204-70 – RG: 2.126.742 SSP/RN
ENDEREÇO: CONJUNTO VILMA DE FARIAS, SN, PEDRO VELHO/RN.

LAYSE DOS SANTOS COSTA (MEMBRO SUPLENTE)
CPF: 111.462.644-96 – RG: 2.484.487 SSP/RN
ENDEREÇO: RUA TEREZINHA TORRES, SN, PEDRO VELHO/RN

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
SÍLVIA FERREIRA COSTA (MEMBRO TITULAR E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO)
CPF: 035.282.978-83 – RG: 003.662.065 SSP/RN
ENDEREÇO: AV. DR. JOSÉ TARGINO, Nº 189, CENTRO, PEDRO VELHO/RN

FRANCISCO IRAJAN BEZERRIL JÚNIOR (MEMBRO SUPLENTE)
CPF: 077.931.494-83 – RG: 2.762.818 SSP/RN
ENDEREÇO: RUA 31 DE MARÇO, Nº 134, CENTRO, PEDRO VELHO/RN

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO
MARIA DE FÁTIMA JORGE DE CARVALHO SANTIAGO (MEMBRO TITULAR)
CPF: 024.872.734-61 – RG: 1.566.784 (SSP/RN)
ENDEREÇO: AV. PROFESSOR GENAR BEZERRIL, Nº 543, LOTEAMENTO VILA NOVA, PEDRO VELHO/RN.

ANA ESTELITA DE CASTRO SILVA (MEMBRO SUPLENTE)
CPF: 522.896.134-87 – RG: 622.721 SSP/RN
ENDEREÇO: RUA SÃO JOSÉ, Nº 15, DISTRITO DE CARNAÚBA DO PADRE, ZONA RURAL, PEDRO VELHO/RN

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 09 de setembro de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:E3961CC7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 59/GAB DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Decreta ponto facultativo o dia 10/09/2019 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.
DECRETA:
Art. 1º - Decreta ponto facultativo o dia 10 (dez) de setembro de 2019 (dois mil e dezenove), para os Servidores Públicos do Município de Pedro velho/RN, exceto para aqueles lotados nas repartições públicas que prestam serviços essenciais à população.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 09 de setembro de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:6469BFF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO REFERENTE AO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO N° 23/2019

Contratante: Município de Pedro Velho/RN
Contratada: Centro de Integração Empresa Escola – CIEE
Dispensa de licitação n°: 30/2019

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto excluir o termo "doravante denominada, simplesmente de LOCATÁRIO" do preâmbulo, bem como as condições de execução original do contrato n° 23/2019, de forma a adequar as Cláusulas das obrigações do contratante e da contratada, mais especificamente quanto à forma de realização do pagamento de bolsa-auxílio e auxílio-transporte aos estagiários.

Alterações: 2.1- Exclui-se o termo "doravante denominada, simplesmente de LOCATÁRIO", do preâmbulo do contrato n°23/2019;
2.2- Altera-se a Cláusula 2ª (obrigações da contratante) do Contrato, excluindo as alíneas "n", "o" e "p" que tratam da responsabilidade pelo processo administrativo de pagamento das bolsas- auxílio e auxílio – transporte aos estagiários da CONTRATANTE;
2.3- Altera-se a alínea "f" da Cláusula 3ª (obrigações da contratante) do Contrato, para que conste:
f) Efetuar o pagamento mensal das Bolsa- Auxílio, diretamente a seus estagiários;""

Vigência: 01/08/2019 a 07/12/2019
Valor: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos) reais.

Obs: As demais cláusulas contratuais continuam inalteradas.

Pedro Velho/RN 01 de Agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO
Contratante

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE
Contratada

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:6B8A7E7F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 761/2018-PMPB
CONTRATO Nº 009/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018-SRP
OBJETO: Prorrogar o contrato de prestação de serviços continuada, por 12 (doze) meses, referente aos serviços de Descupinização, Desinsetização e Desratização, destinados aos prédios públicos, nos mesmos termos e preços iniciais. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Poço Branco, CNPJ: 08.311.904/0001-40. CONTRATADO: META ENGENHARIA E SOLUÇÕES EIRELI, CNPJ: 20.707.778/0001-42, tendo em vista os preços não sofrerem reajustes, fica comprovada a vantajosidade em prorrogar o referido contrato. Os preços não sofrem reajuste conforme quadro abaixo. Base Legal: ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUCESSIVAS VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir de 10.09.2019.

THIAGO JUCELINON RIBEIRO DE LIMA
CPF: 067.629.734-00
Pela Contratada.

PARA O SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO	
ÁREA TOTAL M2	8.610,8
VALOR POR M2 – R$	R$ 1,62
VALOR TOTAL REGISTRADO R$	R$ 13.949,50
PARA O SERVIÇO DE DESCUPINAZAÇÃO	
ÁREA TOTAL M2	8.610,8
VALOR POR M2 – R$	R$ 1,85
VALOR TOTAL REGISTRADO R$	R$ 15.929,98
PARA O SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO	
ÁREA TOTAL M2	8.610,8
VALOR POR M2 – R$	R$ 1,84
VALOR TOTAL REGISTRADO R$	R$ 15.843,87
PARA O SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO	
ÁREA TOTAL M2	8.610,8
VALOR POR M2 – R$	R$ 1,80
VALOR TOTAL REGISTRADO R$	R$ 15.499,44
TOTAL GERAL R$	R$ 61.222,79

Poço Branco-RN, 09 de Setembro de 2019

WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
Prefeito

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:4855D0B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
EXTRATO DE DESPESA 045

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Poço Branco/RN.
CNPJ: 08.311.904/0001-40
PROCESSO Nº 1014/2019-PMPB
DISPENSA 045/2019
CONTRATADA: A. B. COMPUTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI (NATAL COMPUTER)
CPF: 02.737.691/0001-36
OBJETO: Fornecimento de equipamentos de informática, destinado exclusivamente para funcionamento e manutenção do Sistema "HORUS" da Secretaria Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, informando as necessidades e atividades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Poço Branco -RN.
VALOR TOTAL: R$ 9.946,00 (nove mil novecentos e quarenta e seis reais).
FUNDAMENTO LEGAL: ART 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ORÇAMENTO 2019
05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.36.00 – MATERIAL DE CONSUMO
44.9052.00 – MATERIAL PERMANENTE

Poço Branco-RN, 06 de Setembro de 2019

WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
Prefeito Municipal

JUCIELDE PEREIRA
Pela Contratada

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:E5500357

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
EXTRATO DE DESPESA 044

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Poço Branco/RN.
CNPJ: 08.311.904/0001-40
PROCESSO Nº 1012/2019-PMPB
DISPENSA 044/2019
CONTRATADA: NORTE PLACA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CPF: 08.424.210/0001-19
OBJETO: Confecção e instalação de letreiro de identificação das unidades de saúde: "CENTRO CLINICO e UBS LAGOA DO SERROTE".
VALOR TOTAL: R$ 4.730,00 (Quatro mil setecentos e trinta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ART 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
ORÇAMENTO 2019
05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.39.00 – Outros serviços PJ.

Poço Branco-RN, 06 de Setembro de 2019

WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:E52D6CC8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000130/19

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN comunica aos interessados que está lançado o Edital para REGISTRO DE PREÇO PARA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN. INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08h00min. do dia 11/09/2019. FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: as 09h00min. do dia 24/09/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: as 09h:00min. do dia 24/09/2019, na plataforma do site comprasnet.gov.br. O horário de referência para esta disputa será o horário Brasília. O Procedimento Licitatório se dará na modalidade pregão eletrônico Nº 020/2019 do objeto supracitado. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital bem como cadastrar suas propostas no site comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Fone (84)3377-2241/ 2196.

PORTALEGRE/RN, 09 de setembro de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:4AF14748

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 013/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000135/19

O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará as 09h:00min no dia 26 de setembro de 2019, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, com o seguinte objeto: Contratação de empresa do ramo da construção civil, para execução de complementação de reforma e manutenção da Escola Municipal João Antônio de Oliveira, localizada na zona rural do município de Portalegre/RN, conforme projeto básico anexo e planilhas orçamentárias anexas a este edital. Aquisição e informações do edital na sede da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro – CEP 59810-000.

PORTALEGRE/RN, 09 de setembro de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:39E88E68

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 014/2019 – PROCESSO LICITATORIO Nº 000136/19

O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará as 09h:00min no dia 27 de setembro de 2019, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, com o seguinte objeto: Contratação de empresa do ramo da construção civil, para execução de complementação de reforma da Escola Municipal Filomena Sampaio de Souza, localizada na zona urbana do município de Portalegre/RN, conforme projeto básico anexo e planilhas orçamentárias anexas a este edital. Aquisição e informações do edital na sede da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro – CEP 59810-000.

PORTALEGRE/RN, 09 de setembro de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:B447DE7E

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 267/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor **Darimar Anastácio Silvério**, RG nº **1.677.556 – SSP/RN,** matrícula nº **060,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5** (**meia**) diária (s), ao preço unitário de **R$ 60,00 (sessenta reais)** perfazendo a quantia de **R$ 30,00 (trinta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Mossoró/RN**, no dia **06** do **09,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, Erinaldo Paiva, para submeter-se ao procedimento de quimioterapia no Liga Mossoroense de Estudos e Combate ao Câncer,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **05 de setembro de 2019**

ANA PEDRINA DE LUCENA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:7103B01B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 057/2019 GP/PMP.

Portalegre/RN, 06 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação de Concessão de diárias a Prefeito, Secretários e os demais servidores do Poder Executivo Municipal e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o poder executivo,

DECRETA:

Art. 1º - Ao Prefeito e ao Servidor do Poder Executivo, que deslocar-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza

funcional, conceder – se – á diária para indenização de despesas com alimentação e pousada.
Art. 2º - Ao titular da Secretaria de Administração cabe autorizar o adiantamento, ou nos casos previstos na estrutura administrativa, a emissão do empenho no que se referem as dos servidores lotados ou que estejam servindo no órgão sobre sua direção.
Art. 3º - Os valores das diárias obedecerão ao estabelecido no anexo único deste decreto, observados os destinos.
Parágrafo Primeiro – Os valores das diárias serão atualizados pelo Prefeito Municipal, através das portarias, quando achar conveniente, e em percentuais que possibilite a indenização das despesas de pousada e alimentação.
Parágrafo Segundo – Os valores das diárias concedidas ao Prefeito Municipal, Secretários e os demais Servidores do Poder Executivo, obedecerão aos valores estabelecidos no anexo deste Decreto.
Art. 4º - As diárias de que trata o presente Decreto serão concedidas através de portarias assinadas pelo respectivo gestor da pasta e visadas pelo Prefeito Municipal, inclusive as destinadas ao próprio.
Art. 5º - Os beneficiários de diárias serão dispensados da apresentação de comprovantes das despesas realizadas, no entanto, fica vedado pagamento complementar de despesas que excedam o valor das diárias concedidas naquele deslocamento.
Art. 6º - Na concessão de diárias, deve ser observado o limite dos preceitos legais vigentes além dos recursos orçamentários próprios relativos ao exercício financeiro.
Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto 001/2012, de 02 de janeiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito - ***Portalegre/RN, 06 de setembro de 2019.***

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:15CBAD75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA Nº 022/2019 GP

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA PORTARIA 022 - 2019 - RECONDUÇÃO DO CMDCA

Portaria Nº 022/2019 GP Rafael Godeiro – RN, 03 de setembro de 2019

A Prefeita Municipal de Rafael Godeiro - RN, no uso de suas atribuições legais e notadamente no que se refere a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 265/2005 que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE

Art. 1º - RECONDUZIR os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deste município, de acordo com a Ata nº 52 de 28 de junho de 2019.
Adriana de Oliveira Brasilino (Presidente)
Representante da Secretaria de Assistência Social
Margarida Maria Neta
Suplente da Secretaria de Assistência Social
Ubirandilma Maia de Medeiros (Membro)
Representante da Secretaria Municipal de Educação
Irenice Tomas Amaral
Suplente da Secretaria Municipal de Educação
Jariosmar de Medeiros Silva (Membro)
Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Carmilena Evaristo Jales
Suplente da Secretaria Municipal de Saúde
Thadeu Cortez de Paiva (Membro)
Representante do Grupo de Jovens Unidos pela Fé - JUF (Membro)
Flávio Emanuel da Silva
Suplente do Grupo de Jovens Unidos pela Fé - JUF
Jaqueline Cortez da Silva (Membro)
Representante dos Trabalhadores
Elenilza Maria da Silva Pereira
Suplente dos Trabalhadores
Jesse André da Silva Filho (Membro)
Representante dos Usuários
Elisangela de Paiva Lima Suplente de Usuários

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rafael Godeiro-RN, em 03 de setembro de 2019

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
CPF: 011.876.934-147
PrefeitA Municipal

Publicado por:
Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Código Identificador:481C2B30

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA Nº 023 2019 – GABINETE DA PREFEITA

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA PORTARIA 023 - 2019 - RECONDUÇÃO DO CMDCA

Portaria Nº 023/2019 GP Rafael Godeiro – RN, 03 de setembro de 2019

A Prefeita Municipal de Rafael Godeiro - RN, no uso de suas atribuições legais e notadamente no que se refere a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 230/1997 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

RESOLVE
Art. 1º - RECONDUZIR os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deste município, de acordo com a Ata nº 06 de 28 de junho de 2019.
Waneci Barboza Rodrigues (Presidente)
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Fernanda Michele de Souza Medeiros (Vice-presidente)
Suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social
Carmilena Evarista Jales (Membro)
Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Irenilma Tomas Amaral (Membro)
Suplente da Secretaria Municipal de Saúde
Irenice Tomas Amaral (Membro)
Representante da Secretaria Municipal da Educação
Antônio Iran Maia
Suplente da Secretaria Municipal de Educação
Jakeline Cortez da Silva
Representante dos Trabalhadores do SUAS
Elenilza Maria da Silva Pereira
Suplente dos Trabalhadores do SUAS
Gilmara de Oliveira Lira
Representante de Usuários do SUAS
Elisangela de Paiva Lima
Suplente de Usuários do SUAS
Thadeu Cortez de Paiva
Representante da Igreja Católica
Wilks Pereira de Oliveira
Suplente da Igreja Católica

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rafael Godeiro-RN, em 03 de setembro de 2019

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
CPF: 011.876.934-147
PrefeitA Municipal

Publicado por:
Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Código Identificador:A5F26931

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
RESOLUÇÃO Nº 06 DE AGOSTO DE 2019

RESOLUÇÃO CMAS Nº 06, de 23 de agosto de 2019

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Rafael Godeiro Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 230/1997 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
CONSIDERANDO que a participação direta dos cidadãos é um fundamento do Estado brasileiro, conforme o art. 1º da Constituição Federal;
CONSIDERANDO as orientações da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742 de 7 de novembro de 1993, alterada pela lei nº 12.435/2011;
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS de 12 de dezembro de 2012;
CONSIDERANDO deliberação tomada em Reunião Extraordinária do CEAS de 09 de maio de 2019;
CONSIDERANDO o informe nº 01/2019, que trata das Conferências Livres e democráticas da Assistência Social de 2019.
RESOLVE:
Art. 1º Convocar a VII Conferência Municipal de Assistência Social, que terá como tema: Assistência Social: Direito do povo, com financiamento público e participação social.
Art. 2º A VII Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á em 29 de agosto de 2019, das 13h às 17h na Sala do SCFV da Secretaria Municipal de Assistência Social rua Pedro Holanda Montenegro nº 142 Centrode Rafael Godeiro-RN.
Art. 3º Para a organização da VII Conferência Municipal de Assistência Social será instituída uma Comissão Organizadora, coordenada pelo(a) Presidente e pelo(a) Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, com composição paritária dos representantes do Governo e Sociedade Civil.
Art. 4º São componentes da comissão organizadora para a realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social os seguintes conselheiros: Waneci Barboza Rodrigues (Presidente - Coordenadora), Fernanda Michele de Souza Medeiros (Vice-presidente coordenadora), representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social), Elenilza Maria da Silva Pereira e Jaqueline Cortez da Silva representantes dos Trabalhadores do SUAS.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação**.**

WANECI BARBOZA RODRIGUES
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Código Identificador:8FA2FA11

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2019 - DISP/SMEC

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 033/2019 - DISP/SMEC

O Município de Riacho da Cruz/RN, através de sua Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 8.666/93, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 033/2019 - DISP/SMEC, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Aquisição de borracha de para-brisa destinado a veículo do tipo ônibus escolar modelo VW 15-190, pelo valor de R$ 960,00, em favor de J P COMERCIO SERVIÇOS E PEÇAS LTDA - ME, CNPJ Nº: 18.893.260/0001-07, conforme abaixo descrito:

1371 - J P COMERCIO SERVIÇOS E PEÇAS LTDA - ME, CNPJ Nº: 18.893.260/0001-07

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	13161 - BORRACHA PARABRISA - ÔNIBUS 15-190	UNIDADE	1	960,00	960,00

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz/RN, 09/09/2019.

MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:64CA388B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2019 - DISP/SMEC

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 032/2019 - DISP/SMEC
(PUBLICAÇÃO POR RETIFICAÇÃO)

O Município de Riacho da Cruz/RN, através de sua Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 8.666/93, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 032/2019 - DISP/SMEC, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Serviço de montagem dos brinquedos da Creche e Pré-Escola Mundo Feliz, pelo valor de R$ 400,00, em favor de WILSON FERNANDES BARROS (070.632.984-88), conforme abaixo descrito:

1783 - WILSON FERNANDES BARROS (070.632.984-88)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	14391 - SERVIÇO DE MONTAGEM DE BRINQUEDOS	SERVIÇO	1	400,00	400,00

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz/RN, 28/08/2019.

MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:79CE5370

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 008-2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNCIPAL DE RIACHO DE SANTANA**, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às **08:30** horas do dia **19 de Setembro de 2019**, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019**, tipo menor preço, que tem como objeto **Sistema de Registro de Preço para Escolha de empresa especializada no fornecimento de Material Óptico (Óculos), a fim de serem doados a população carente do municipio de Riacho de Santana, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência.**

, e de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, à Rua Manoel Souza Lima, Nº 350 – Centro - Riacho De Santana/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, podendo ser solicitado por e-mail **riachodesantana@uol.com.br.**

Riacho De Santana - RN, 06 de Setembro de 2019.

ANTÔNIO JONAS GOMES
Pregoeiro

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:74E0CF9F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que a Contrata é fornecedora de Material de Limpeza;

Considerando a imprescindibilidade do fornecimento contínuo de Material de Limpeza para as Unidades de Saúde do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a possível suspensão deste fornecimento colocará em risco a vida de pacientes;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal fornecimento destes materiais;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (Material de Limpeza), para o fornecedor: CJ de Araújo Pessoa - ME **- CNPJ:** 29.303.584/0001-56, referente nota fiscal nº 1.221, data da emissão: 19/06/2019, no valor de R$ 10.041,50 (dez mil, quarenta e um reais e cinquenta centavos).

Rio do Fogo/RN, 09 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:5FFB08B5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que a Contrata é fornecedora de Material de Gêneros alimentícios;

Considerando a imprescindibilidade do fornecimento contínuo de Material de Gêneros alimentícios, para as Unidades de Saúde do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a possível suspensão deste fornecimento colocará em risco a vida de pacientes;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal fornecimento destes materiais;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (Material de Gêneros alimentícios**), para o fornecedor:** CJ de Araújo Pessoa - ME **- CNPJ:** 29.303.584/0001-56, referente nota fiscal nº 1.222, data da emissão: 19/06/2019, no valor de R$ 249,60 (duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Rio do Fogo/RN, 09 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:C6EB9BFA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando o que reza do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;

Considerando que o não pagamento da referida despesa implicara na paralização dos transportes deste Município, uma vez que existe outros veículos para serem consertados;

Considerando que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais e serviços essenciais;

Considerando que não pagamento da referida despesa implicará na paralização de serviços aos municípios, como por exemplo, manutenção da frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio do Fogo/RN – (Fundo Municipal de Saúde), especialmente os utilizados para atendimento as demandas populares e os serviços diários da Secretaria municipal de Saúde;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços essenciais deste veículo, uma vez que este veículo é utilizado para transportar paciente em tratamento, consultas e exames;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial (aquisição de peças e conserto de veículo), **para o fornecedor:** Nasauto Serviços e Locações Automotivas EIRELI **- CNPJ:** 09.110.560/0001-73.

Nota Fiscal	Data de Emissão	Objeto	Veículos	Placa	Valor Global da Nota
2.749	07/08/2019	Aquisição de peças	Palio	QGC 5715	4.849,68

Rio do Fogo/RN,09 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretario M. de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:5B6EEF25

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que a Contrata é fornecedora de Material médico Hospitalar;

Considerando a imprescindibilidade do fornecimento contínuo de Material médico hospitalar para as Unidades de Saúde do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a possível suspensão deste fornecimento colocará em risco a vida de pacientes;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal fornecimento destes materiais;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (Material médico hospitalar), para o fornecedor: Lifefarma Comercial Distribuidora Produtos Hospitalares EIRELI EPP - **CNPJ:** 06.281.452/0001-75, referente nota fiscal nº 092, data da emissão: 09/07/2019, no valor de R$ 3.151,00 (três mil, cento e cinquenta e um reais).

Rio do Fogo/RN, 09 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:F2DFE9E2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que a Contrata é fornecedora de Material médico Hospitalar;

Considerando a imprescindibilidade do fornecimento contínuo de Material médico hospitalar para as Unidades de Saúde do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a possível suspensão deste fornecimento colocará em risco a vida de pacientes;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal fornecimento destes materiais;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (Material médico hospitalar), para o fornecedor: Lifefarma Comercial Distribuidora Produtos Hospitalares EIRELI EPP - **CNPJ:** 06.281.452/0001-75, referente nota fiscal nº 109, data da emissão: 26/08/2019, no valor de R$ 15.239,00 (quinze mil, duzentos e trinta e nove reais).

Rio do Fogo/RN, 09 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:5B13E043

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que a Contrata é fornecedora de Material médico Hospitalar;

Considerando a imprescindibilidade do fornecimento contínuo de Material médico hospitalar para as Unidades de Saúde do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a possível suspensão deste fornecimento colocará em risco a vida de pacientes;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal fornecimento destes materiais;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (Material médico hospitalar), para o fornecedor: Lifefarma Comercial Distribuidora Produtos Hospitalares EIRELI EPP **- CNPJ:** 06.281.452/0001-75, referente nota fiscal nº 090, data da emissão: 09/07/2019, no valor de R$ 6.789,98 (seis mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

Rio do Fogo/RN, 09 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:02B9AA9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Secretário Municipal de Urbanismo, Recursos Hídrico e Meio Ambiente, o Senhor Marcio Luiz Pereira Barbosa, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade urgente e constante para garantir um nível aceitável de qualidade de vida a população, onde os cidadãos possam habitar sem sofrer agressões de odores desagradáveis, acarretando sujeiras dos mais diversos tipos, insetos e roedores transmissores de doenças, além de saneamento básico e saúde pública.
CONSIDERANDO o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;

CONSIDERANDO que o não pagamento da referida despesa implicará na paralização de serviços essenciais aos munícipes, como por exemplo, a falta de coleta de lixo domiciliar e outros, acarretando assim diversos problemas, como inclusive de saneamento básico e saúde pública.

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes, que atuam direta e indiretamente na saúde e no bem-estar das pessoas;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, Classe IIA e IIB, deste Município, serviço contínuo e essencial para o bem estar e a qualidade de vida dos munícipes, para o fornecedor: **BRASECO S/A,** CNPJ: 01.487.456/0001-90, referente a nota fiscal nº 0000004351, data da emissão: 21/06/2019, no valor de R$ 15.430,16 (quinze mil, quatrocentos e trinta reais e dezesseis centavos).

Rio do Fogo/RN, 09 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Secretário Municipal de Urbanismo, Recursos Hídrico e Meio Ambiente

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:393B32F5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato n° 176/2019: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.153.819/0001-09, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada a Rua Manoel Nobre, 49, Centro, CEP 59.830-000, Rodolfo Fernandes – RN, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Francisco Wilson de Freitas Rêgo Filho, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 005.958.943-48, RG nº 2.293.550, SSP-PI, residente e domiciliado no Sítio Espera, 6798, zona rural, Município de Rodolfo Fernandes – RN– CONTRATADO: **FRANCISCO DAS CHAGAS DE FREITAS SILVA** , brasileiro, solteiro, ASG, inscrito no CPF nº 041.854.544-81, Rua Vicente do Rego, n° 38, CEP 59830-000, Rodolfo Fernandes/RN, doravante denominado CONTRATADO, que será lotado(a) na **Secretaria Municipal de Infraestrutura**, para o exercício do cargo de **ASG,** mediante as seguintes cláusulas e condições: Objetivo: O presente contrato tem por finalidade a contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto 37, inciso IX, da Constituição Federal, e autorizado pela Lei Municipal nº 722/2019. Valor: R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito reais), mensais, Vigência: O presente contrato terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período. Assinatura: 09 de Setembro de 2019. SIGNATARIOS: Pelo Contratante: FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO, Prefeito Municipal. Pelo Contratado: FRANCISCO DAS CHAGAS DE FREITAS SILVA.

Extrato de Contrato n° 177/2018: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.153.819/0001-09, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada a Rua Manoel Nobre, 49, Centro, CEP 59.830-000, Rodolfo Fernandes – RN, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Francisco Wilson de Freitas Rêgo Filho, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 005.958.943-48, RG nº 2.293.550, SSP-PI, residente e domiciliado no Sítio Espera, 6798, zona rural, Município de Rodolfo Fernandes – RN– CONTRATADO: **JOÃO PAULO COSTA CORINGA,** brasileiro, casado, ASG, inscrito no CPF nº 071.570.514-86, Rua Vicente do Rego, nº 471, 59830-000, Rodolfo Fernandes/RN, doravante denominado CONTRATADO, que será lotado(a) na **Secretaria Municipal de Infraestrutura, para o exercício do cargo de ASG**, mediante as seguintes cláusulas e condições: Objetivo: O presente contrato tem por finalidade a contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto 37, inciso IX, da Constituição Federal, e autorizado pela Lei Municipal nº 722/2019. Valor: R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito reais), mensais, Vigência: O presente contrato terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período. Assinatura: 09 de Setembro de 2019. SIGNATARIOS: Pelo Contratante: FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO, Prefeito Municipal. Pelo Contratado: JOÃO PAULO COSTA CORINGA.

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:706A0469

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 311/2019

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora MARIA DE LOURDES BRASIL MELO e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas nos inciso II, alínea 'a', do art. 26 da Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 80 e 88 do Regime Jurídico Único dos Servidores, Lei Municipal n° 574/2015,

RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedido a Sra. ***MARIA DE LOURDES BRASIL MELO***, matricula 261, direito do gozo as férias correspondentes a 2018 – 2019, a partir de **02 de setembro de 2019** a **01 de outubro de 2019**, retornando as atividades no dia **02 de outubro de 2019**.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 09 de setembro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:A734D167

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 312/2019

"CONCEDER DIÁRIAS A CHEFE DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ZONA RURAL DESTE MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da constituição Federal, incisos II, letra C, do art. 25 e incisos II, do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº. 289/2006, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;
CONSIDERANDO o disposto no art. 16, §6º, I, da Resolução nº. 004/2013 – TCE;
CONSIDERANDO, a necessidade do deslocamento da chefe das unidades de saúde do Município de Rodolfo Fernandes/RN, até a cidade de Pau dos Ferros/RN com o objetivo de participar da "ENCONTRO REGIONAL DO PSE DA 6º REGIÃO"

R E S O L V E:

Art.1° – **AUTORIZAR** em favor do (a) Servidor (a)**, JAEDYNA MARY MONTEIRO DANTAS ALMEIDA,** (Chefe das Unidades de Saúde da Zona Rural), as diárias a seguir mencionada a fim tratar de assuntos acima mencionado, a esta secretaria a qual está lotado.

Período: 10 e 11 de Setembro de 2019.
Saída às: 07h00min **Retorno:** 18h00min;
Total das Diárias: 02 (duas) diárias;
Valor Unitário das Diárias: R$ 70,00 (setenta reais);
Valor Total das Diárias: R$ 140,00 (cento e quarenta reais);

Art.2º –**AUTORIZAR** a Secretária Municipal de Finanças a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria

Art. 3º - O (a) servidor (a) beneficiário (a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado à prestação de Contas nos termos do art. 16, § 6º, III da Resolução n 004/2013 – TCE de 31 de janeiro de 2014.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 09 de setembro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:F4FFF40B

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 313/2019

"CONCEDER DIÁRIAS A SUBCOORDENADOR DO ENSINO INFANTIL DESTE MUNICÍPIOE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da constituição Federal, incisos II, letra C, do art. 25 e incisos II, do art. 138 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº. 289/2006, que dispõe sobre os valores das diárias e concessão;
CONSIDERANDO o disposto no art. 16, §6º, I, da Resolução nº. 004/2013 – TCE;
CONSIDERANDO, a necessidade do deslocamento da subcoordenadora do ensino infantil do Município de Rodolfo Fernandes/RN, até a cidade de Pau dos Ferros/RN com o objetivo de participar da "ENCONTRO REGIONAL DO PSE DA 6º REGIÃO"

R E S O L V E:

Art.1° – **AUTORIZAR** em favor do (a) Servidor (a)**, NAZARÉ RAFAELA BARBOSA BENTO,** (Subcoordenadora do Ensino Infantil), as diárias a seguir mencionada a fim tratar de assuntos acima mencionado, a esta secretaria a qual está lotado.

Período: 10 e 11 de Setembro de 2019.
Saída às: 07h00min **Retorno:** 18h00min;
Total das Diárias: 02 (duas) diárias;
Valor Unitário das Diárias: R$ 70,00 (setenta reais);
Valor Total das Diárias: R$ 140,00 (cento e quarenta reais);

Art.2º –**AUTORIZAR** a Secretária Municipal de Finanças a efetuar o pagamento das diárias de que trata o art.1º da presente portaria

Art. 3º - O (a) servidor (a) beneficiário (a) de que trata o art. 1º, desta Portaria fica obrigado à prestação de Contas nos termos do art. 16, § 6º, III da Resolução n 004/2013 – TCE de 31 de janeiro de 2014.
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE ARQUIVE-SE

Palácio Francisco Germano Filho, 09 de setembro de 2019.

FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO
CPF: 005.958.943 – 48
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:2C12CE6E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1303/2019

Portaria de diária nº 1303/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ROBSON SILVA DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA,** com matricula nº 2171. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar paciente até a CDA, no dia 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:D97880FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1304/2019

Portaria de diária nº 1304/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ROBSON SILVA DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA,** com matricula nº 2171. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Caicó/RN. Com o objetivo de transportar paciente até a Clínica dos Olhos, no dia 04 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:37960613

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1305/2019

Portaria de diária nº 1305/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (uma) diária ao Sr. **MANOEL THOME DE MACEDO NETO**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Para transportar paciente até o Hospital Memorial, no dia 04 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:61B906E8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1306/2019

Portaria de diária nº 1306/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até o Centro de Dialise, no dia 09 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:F8370D2D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1307/2019

Portaria de diária nº 1307/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até o Centro de Dialise, no dia 11 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:1853D281

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1308/2019

Portaria de diária nº 1308/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até o Centro de Dialise, no dia 13 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:B5495877

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1309/2019

Portaria de diária nº 1309/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Caicó/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até a Clínica do Rim, no dia 10 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:FB71C660

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1310/2019

Portaria de diária nº 1310/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear

despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Caicó/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até a Clínica do Rim, no dia 12 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:EC2E3E9C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1311/2019

Portaria de diária nº 1311/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ERNAN AZEVEDO ANSELMO**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA,** com matricula nº 2267. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Com o objetivo de transportar paciente até a Liga, no dia 03 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:3502107C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1312/2019

Portaria de diária nº 1312/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1 e ½ (uma e meia) diária a Sra. **MÔNICA MARIA DAMASCENO** servidora deste município, ocupante do cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. Valor unitário da diária R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Caicó/RN. Com o objetivo de participar do encontro Regional do PSE da quarta região de Saúde, da 10° e da 9° Diretorias de Educação (DIRECs) E DA 5° (DRAE), a ser realizado nos dias 12 e 13 de Setembro de 2019 no Auditório da IV Regional de Saúde.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 09 de Setembro de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:2DDC85A3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1313/2019

Portaria de diária nº 1313/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder ½ (meia) diária a Sr. **DAIANE PONTES BEZERRA** servidor deste município, ocupante do cargo de **NUTRICIONISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 90,00 (noventa reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de de Caicó/RN. Com o objetivo de participar do encontro Regional do PSE da quarta região de Saúde, da 10° e da 9° Diretorias de Educação (DIRECs) E DA 5° (DRAE), a ser realizado nos dias 12 e 13 de Setembro de 2019 no Auditório da IV Regional de Saúde.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 22 de Julho de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:CD4C85E2

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2019

A Prefeitura de Santana do Matos/RN, por meio do presente instrumento convocatório, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2018, nos seguintes termos e condições:
Pelo presente Edital, fica devidamente convocado(s) o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), APROVADO(S) no Concurso Público nº 001/2018, realizado por este município no dia 05/08/2018 e homologado em 19/10/2018, para comparecer(em) ao Setor de Recursos Humanos/Coordenadoria de Gestão e Pessoas da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Administração deste município, localizada à Rua Manoel Américo de Carvalho, nº 56, centro, Santana do Matos/RN, CEP: 59.520-000, entre os dias 10 de setembro de 2019 até 09 de outubro de 2019, no horário das 08:00 às 13:00 horas, de Segunda-feira a Sexta-feira, para que sejam empossados nos respectivos cargos para os quais concorreram e foram aprovados.

Ficam os convocados advertidos de que **o NÃO comparecimento para à posse no cargo dentro do prazo previsto neste Edital importará na desistência espontânea do candidato ao cargo para o qual fora aprovado,** de modo que a vaga será, por conseguinte, preenchida pelo candidato imediatamente aprovado na sequência de classificação do resultado do concurso já publicada.

O candidato convocado deverá apresentar-se munido dos documentos necessários à investidura no respectivo cargo para o qual fora aprovado, na data e no horário acima estabelecido, nos termos do que consta no Edital do Concurso Público nº 001/2018 .

Será imediatamente **REVOGADA** a nomeação do candidato que não comprovar todos os requisitos para a investidura do cargo, não tomar posse nos prazos previstos ou não pedir prorrogação de posse, conforme especificado no Edital de Concurso.

A documentação deverá ser apresentada na forma original ou através de cópias autenticadas, sendo facultado à Prefeitura Municipal proceder à autenticação por meio de pessoa competente, na condição de servidor municipal, desde que sejam apresentados no ato os documentos originais.

Relação dos Documentos a Serem Apresentados

01. 02 Fotos 3x4;
02. Título de Eleitor, bem como comprovante de estar em dia com a Justiça Eleitoral;
03. CPF;
04. Carteira de trabalho;
05. Cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se tiver;
06. Documento de Identidade de reconhecimento nacional, que contenha fotografia;
07. Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
08. Número da conta corrente / Banco do Brasil;
09. Declaração de Bens;
10. Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;
11. Certidão de Nascimento dos filhos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos;
12. Comprovante de escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido, adquirida em instituição de ensino oficial ou legalmente reconhecida pelo MEC;
13. Para os aprovados nos cargos de Mecânico de Máquina Pesada, Porteiros, Calceteiro, deverão apresentar 01 ano de experiência e/ou Curso Reconhecido na área com carga horária mínima de 40 horas, dentro dos respectivos prazos de validade exigida no Edital nº 01/2018;
14. Comprovante de regular situação de inscrição no Órgão de classe respectivo, quando o exercício da atividade profissional do candidato o exigir.
15. Declaração de que não ocupa outro cargo ou função pública (nos casos de acumulação lícita de cargos, deverá ser indicado o cargo já ocupado), conforme modelo a ser oferecido pelo Setor de Recursos Humanos/Coordenadoria de Gestão e Pessoas da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Administração de Santana do Matos-RN.
16. Ter bons antecedentes relativamente a delitos contra o patrimônio, aos costumes e a Administração Pública, no período imediatamente anterior a 5 (cinco) anos à data da posse;
17. Comprovante de Endereço.
18. Laudo médico do Exame pré-admissional favorável, sem restrições, fornecido por médico do trabalho e o exame de sanidade mental fornecido por médico psiquiatra. Somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto **física e mentalmente** para o exercício do cargo.

Para a realização do exame médico pré-admissional, o candidato deverá apresentar resultado dos seguintes exames:

a) Hemograma Completo (com contagem de plaquetas)
b) Glicemia de Jejum
c) Urina Rotina

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

Agente Administrativo		
Nome	**CPF**	**Classificação**
THIAGO ROCHA FERNANDES	362.770.588-27	3º
Motorista		
Nome	**CPF**	**Classificação**
CARLOS AUGUSTO FERREIRA DANTAS	120.268.454-84	16º
Técnico de Enfermagem		
Nome	**CPF**	**Classificação**
ZUELDA SALES DE FIGUEIREDO	038.293.864-00	15º
Veterinário		
Nome	**CPF**	**Classificação**
MARCIO AUGUSTO DA ROCHA LEÃO	057.206.194-37	4º

E para que se cheque ao conhecimento de todos, em respeito aos princípios da administração pública, em especial ao da publicidade dos atos administrativos, determina-se que o referido *Edital de Convocação* seja afixado no Quadro de Publicações e Atas da Administração Pública do referido Município, localizado na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, no endereço já informado, bem como mediante publicação em Diário Oficial competente e demais veículos de comunicação que possam atender aos fins sociais deste Edital convocatório, para que surta seus efeitos legais de modo a convalidar o presente ato administrativo.
Publique-se na forma da lei.

Santana do Matos/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:7C14E0A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 043/2019

A prefeitura Município de Santo Antônio/RN, através do seu pregoeiro ofcial torna público o resultado da licitação do pregão eletrônico SRP- N.º 043/2019, objetivando Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 meses, para futura contratação futura e de forma parcelada de empresa especializada para a prestação de serviços de Exames Radiológicos e de mamografia para atendimento da rede pública de Saúde do Município de Santo Antônio/RN e PPI (Programação Pactuada e Integrada) com os municípios circunvizinhos, foi declara a presente Licitação **FRACASSADA**

Santo Antônio/RN, em 09/09/2019

VICTOR MAGNO GUEDES GALVÃO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:7308C3C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO BENTO DO NORTE
Contratada: **QUANTUM ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - EPP**, inscrita sob o CNPJ nº**.** 26.915.814/0001-40 Processo Administrativo nº 050802/2019 - Dispensa - nº 029/2019 Objeto: Contratação de pessoa Jurídica especializada em assessoria técnica na área de engenharia visando atender a Prefeitura Municipal de São Bento do Norte. VALOR GLOBAL: R$ 16.049,40 (dezesseis mil quarenta e nove reais e quarenta centavos);.Unidade Orçamentária: 02.008 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Ação: 2045 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos Natureza: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros PJ
Fonte de Recurso: 01000 - Recursos Ordinários

São Bento do Norte, em 30/08/2019.

Prefeitura de São Bento do Norte
CLÁUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA
Contratante

Publicado por:
Manoel Martins da Cruz
Código Identificador:749B8029

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2019
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Bento do Norte. Inscrita sob o CNPJ nº 08.114.514/0001-80 Contratada: **A 3 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita sob o CNPJ nº. 20.916.082/0001-26** Processo Administrativo nº 050801/2019 - Dispensa - nº 028/2019 Objeto: Contratação Serviços de Limpeza de terreno em vias Públicas - Roço no Município de são Bento do Norte/RN VALOR GLOBAL: VALOR TOTAL: R$ 32.008,36 (trinta e dois mil, oito reais e trinta e seis centavos); ancorado no art. 24, I, da Lei federal 8.666/93. Unidade Orçamentária:02008 Ação: 2045, Natureza: 33.90.39.00 Fonte de Recurso: 0100 **VIGÊNCIA: 30** (trinta) dias a parti da assinatura do contrato

São Bento do Norte, em 30/08/2019.

Prefeitura de São Bento do Norte
CLÁUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA
Contratante

A 3 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME,
CNPJ nº. 20.916.082/0001-26
Contratado

Publicado por:
Manoel Martins da Cruz
Código Identificador:C224DB9D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Considerando as Determinações da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, que admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de "relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesa", autorizo a quebra de ordem cronológica, conforme norma inserida no artigo 15, inciso V em favor do Credor**Auto Posto Paraíso LTDA, CNPJ 02.795.690/0001-48**, em virtude de que o produto fornecido é essencial para a continuidade da normalidade dos serviços público pertinente.
O fornecimento de combustíveis possibilita a manutenção da frota municipal cuja paralização acarretará danos a normalidade dos serviços públicos essenciais que são prestados à população. Tal ato é motivado diante dos limites financeiros que passa os municípios brasileiros, gerando um desequilíbrio fora da normalidade e isso compromete a regularidade dos compromissos assumidos pela administração. Sendo assim, obrigatoriamente tem que priorizar os mais urgentes. Conforme descrição abaixo:

Credor: Auto Posto Paraíso LTDA, CNPJ 02.795.690/0001-48
Classificação: Obrigações demais valores
Fonte de recursos: 0100000000

Empenho: 830001/2019, Nota fiscal: 3976, Valor: R$ 2.802,05. **Empenho**:830001/2019, Nota fiscal: 3994, Valor: R$ 1.904, 56; **Empenho**: 830005/2019, Valor: R$ 4.601,43, Nota Fiscal: 3997, **Empenho**: 830004/2019, Valor: R$ 3.907,42, Nota fiscal: 3996, **Empenho**: 830003/2019, Valor: R$ 3802,85. Nota Fiscal: 3995; **Empenho**: 830002/2019, Nota Fiscal: 3975, Valor: R$ 3.305,71; **Empenho**: 830001/2019, Valor: R$ 4.902, 99, Nota Fiscal: 3977; **Empenho**:830006/2019, Nota Fiscal: 3998, Valor: R$ 5.107,51.

São Bento do Trairi/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ ARACLEIDE DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:C779797A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Considerando as Determinações da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, que admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de "relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesa", autorizo a quebra de ordem cronológica, conforme norma inserida no artigo 15, inciso V em favor do Credor **Auto Posto Paraíso LTDA, CNPJ 02.795.690/0001-48**, em virtude de que o produto fornecido é essencial para a continuidade da normalidade dos serviços público pertinente.
O fornecimento de combustíveis possibilita à manutenção da frota do fundo municipal de saúde cuja paralização acarretará danos à normalidade dos serviços públicos essenciais que são prestados à população, colocando em risco a vida de pacientes que necessitam se deslocar em caso de urgências e de exames em clínicas especializadas na capital do Estado. Tal ato é motivado diante dos limites financeiros que passa os municípios brasileiros, gerando um desequilíbrio fora da normalidade e isso compromete a regularidade dos compromissos assumidos pelo Fundo Municipal de Saúde. Sendo assim, obrigatoriamente tem que priorizar os mais urgentes. Conforme descrição abaixo:

Credor: Auto Posto Paraíso LTDA, CNPJ 02.795.690/0001-48.
Classificação: Obrigações demais valores
Fonte de recursos: **12110000**

Empenho: 830003/2019, Nota Fiscal: 3988, Valor: R$ 2.203, 47; Empenho: 830002/2019, Nota Fiscal: 3984, Valor: R$ 2.605,62, Empenho: 830001/2019, Nota Fiscal: 3991, Valor: R$ 3.600,18.

São Bento do Trairi/RN, 09 de setembro de 2019.

RAYRES IRLENÍZIA FERNANDES MOREIRA
Secretária de Saúde/ Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:0384C7E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0600/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: TOP CAR VEICULOS E LOCADORA LTDA **CNPJ/CPF**: 01.122.617/0001-42. **OBJETO**: Contratação de empresa para aquisição de itens para manutenção no veículo L200 TRITON SPT GL MT 2.4 DIESEL DE PLACA QGT-5J79/RN, do município de São Fernando/RN. Esta compra dar-se em razão da necessidade de substituição dos referidos itens. CD 120065 (R) OLEO MOTOR 10W30 LUBRAX ADVENTO, MZ690115 (R) FILTRO OLEO, MF660035 (R) JUNTA VEDAÇÃO T M, tendo em vista sua reposição para que possa atender as necessidades diárias deste município. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 351,11 (Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Onze Centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 600 - 3 . 17001 .

10 . 305 . 75 . 2.10 . 0 . 339030 - Material de Consumo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:04 de Setembro de 2019. **Vigência**:04 de Setembro de 2019 a 04 de Outubro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, RICARDO SHELMAM DE SOUZA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 04 de Setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:6AB58BCC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 806/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: CLÍNICA SERIDOENSE DE NEUROPSIQUIATRIA S/C LTDA - ME **CNPJ/CPF**: 05.086.821/0001-06. **OBJETO**: Contratação de consultas médicas relativas psiquiatria, compreender as enfermidades mentais relativas a transtornos mentais, de Ansiedade, da Personalidade, do Humor, Psicóticos e transtornos mentais para o Município de São Fernando-RN. Esta aquisição faz-se necessário em virtude de atender a demanda de pacientes que possuem problemas mentais e que não dispõem de condições financeiras para arcarem com tais despesas relacionadas as mesmas, no total de 15(quinze), com direito ao retorno, de modo que sejam atendidos por profissionais habilitados. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 4.200,00 (Quatro Mil e Duzentos Reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 584 - 3 . 17001 . 10 . 302 . 75 . 2.9 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:20 de Agosto de 2019. **Vigência**:20 de Agosto de 2019 a 20 de Setembro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, SALOMÃO GURGEL PINHEIRO – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 20 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:8AA59EC0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 831/2019.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS **CNPJ/CPF**: 092.594.484-09. **OBJETO:** Contratação de profissional para limpeza e manutenção de aparelhos de ar condicionados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de São Fernando-RN. Este serviço dar-se em virtude de proporcionar um maior proveito e qualidade de atendimento aos usuários como também aos profissionais que diariamente desenvolvem suas atividades nestas repartições, nas Unidades Básicas Inácia Duarte, Centro Especializado mãe Joaquina, Unidade Básica de Saúde Julião Lourenço, e na Unidade Básica de Saúde Joaquim Pereira Monteiro, garantindo uma melhor assistência à população São fernandense. V**ALOR DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 505 - 3 . 17001 . 10 . 301 . 75 . 2.46 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. II, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:27 de Agosto de 2019. **Vigência**:27 de Agosto de 2019 a 27 de Outubro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 27 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:524076CD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 832/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS **CNPJ/CPF**: 092.594.484-09. **OBJETO:** Contratação de profissional para instalações de aparelhos de ar condicionados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de São Fernando-RN. Este serviço dar-se em virtude de proporcionar um maior proveito e qualidade de atendimento aos usuários como também aos profissionais que diariamente desenvolvem suas atividades nestas repartições, nas Unidades Básicas Inácia Duarte, Centro Especializado mãe Joaquina, Unidade Básica de Saúde Julião Lourenço, e na Unidade Básica de Saúde Joaquim Pereira Monteiro, garantindo uma melhor assistência a população São fernandense. V**ALOR DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 505 - 3 . 17001 . 10 . 301 . 75 . 2.46 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. II, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:27 de Agosto de 2019. **Vigência**:27 de Agosto de 2019 a 27 de Outubro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 27 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:3DA6238B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 834/2019.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS **CNPJ/CPF**: 092.594.484-09. **OBJETO:** Contratação de profissional para limpeza e manutenção de aparelhos de ar condicionados nas Escolas Municipais e como também na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Fernando-RN. Este serviço dar-se em virtude de proporcionar um maior proveito e qualidade de atendimento aos alunos como também os servidores que diariamente desenvolvem suas atividades nestas repartições. V**ALOR DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 3.000,00 (Três mil reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 256 - 2 . 19001 . 12 . 361 . 42 . 2.52 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. II, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:28 de Agosto de 2019. **Vigência**:28 de Agosto de 2019 a 28 de Outubro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, GUTEMBERG RICARTE ALVES DOS SANTOS – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 28 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:921D7B39

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 826/2019.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: TOP CAR VEICULOS E LOCADORA LTDA **CNPJ/CPF**: 01.122.617/0001-42 **OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de itens para melhorias no veículo L200 TRITON SPT GL MT 2.4 DIESEL de placa QGT-5J79/RN, do município de São Fernando/RN. Esta aquisição: CA 511743 PROTETOR CAÇAMBA, CA 511744 PROTETOR CAÇANBA CAPA1850 CAPOTA MARÍTIMA CO, dar-se em razão da proteção e durabilidade da carroceria do veículo mencionado, pois garante um maior tempo de uso. V**ALOR DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 2.510,87 (Dois mil quinhentos e dez reais e oitenta e sete centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 589 - 3 . 17001 . 10 . 304 . 75 . 1.90 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. XVII, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:24 de Agosto de 2019. **Vigência**:24 de Agosto de 2019 a 24 de Setembro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, RICARDO SHELMAM DE SOUZA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 24 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:8432E9F1

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0419/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de pessoa física com competência operacional para prestar assessoria na elaboração e inserção de projetos de construção e de aquisição de equipamentos no âmbito da Atenção Básica em Saúde, obedecendo às normas de transferências de recursos pelos sistemas Fundo a Fundo, Monitoramento de Obras-SISMOB e de Controle de Repasse – SICONV, do Ministério de Saúde, evidenciando assim a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr.ª. Ilaionária Márcia Pereira de Araújo, CPF n.º 036.857.504-70, no valor total de R$ 2.111,11 (Dois mil, cento e onze reais e onze centavos).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:C27DE539

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0420/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de fisioterapeuta para atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de São Fernando/RN, especialmente no tocante à assistência prestada no Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF, e o acompanhamento de programas contendo políticas de saúde do município com carga horária de 20 horas semanais, evidenciando assim a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr.ª. Juliana Costa da Fonseca, CPF n.º 690.832.741-87, no valor total de R$ 1.400,00 (Hum mil, quatrocentos reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:7AE574D6

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0421/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de serviços técnicos especializados de profissional fonoaudióloga para atender às demandas e necessidades da Sec. Municipal de Saúde e Saneamento de São Fernando/RN, especialmente no tocante ao NASF e à assistência ambulatorial com o acompanhamento de condicionalidades de programa contendo políticas de saúde, oferecendo pareceres sobre o que lhe for submetido, firmando avaliações técnicos e participando da elaboração dos planejamentos de programa com carga horária semanal de 20 horas, evidenciando assim a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr.ta. Isadora Medeiros Cunha Fernandes, CPF n.º 097.406.374-69, no valor total de R$ 326,62 (Trezentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:B1A18AE7

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0422/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de profissional em Educação Física para prestar serviços à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, mas especialmente no tocante à assistência prestada no Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF e o acompanhamento de programas contendo políticas de saúde do município, firmando avaliações técnicas e participando da elaboração dos planejamentos dos programas, com carga horária semanal de 20 horas, evidenciando assim a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr. Roni da Costa Machado, CPF n.º 972.699.560-49, no valor total de R$ 1.400,00 (Hum mil, quatrocentos reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:076987B0

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0423/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de profissional dentista para prestar serviços a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, mais precisamente na Unidade Básica de Saúde Inácia Duarte, situada na zona urbana do município de São Fernando/RN, evidenciando a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr. Ivan Pereira de Araújo, CPF n.º 052.830.534-40, no valor total de R$ 3.500,00 (Três mil, quinhentos reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:C60636DC

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0424/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de profissional enfermeiro, para atender pelo Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, com carga horária de 40 horas semanais, à população sãofernandense que busca o serviço de saúde pública junto às instituições vinculadas ao Sistema Único de Saúde no âmbito do município em tudo quanto diga respeito à área de enfermagem, cabendo ainda, quando convocado pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento em horários diferentes do atendimento aos pacientes, evidenciando a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para a Sra. Aislanny Ingridy da Silva Soares, CPF n.º 080.908.814-24, no valor total de R$ 3.100,00 (Três mil, cem reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:A95494E5

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0425/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de profissional nutricionista para atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de São Fernando-RN, especialmente no tocante a assistência prestada nas dependências do NASF, oferecendo pareceres sobre o que lhe for submetido, firmando avaliações técnicas e participando da elaboração dos planejamentos de programas de alimentação, com carga horária semanal de 20 horas , evidenciando a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr. José Heitor Araújo de Oliveira, CPF n.º 105.5422.144-07, no valor total de R$ 1.400,00 (Hum mil, quatrocentos reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:C4A07ABF

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0426/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes

relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de profissional dentista para prestar serviços a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, mais precisamente na Unidade Básica de Saúde Boa Vista, situada na zona rural do município de São Fernando/RN, durante 40 (quarenta) horas semanais, evidenciando a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr. Robson Roberto Medeiros de Souza, CPF n.º 049.827504-32, no valor total de R$ 3.000,00 (Três mil reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:71AB508F

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0427/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de profissional assistente social, para atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de São Fernando-RN, especialmente no tocante a assistência prestada no NASF e o acompanhamento de condicionalidades de programas contendo políticas de saúde, oferecendo pareceres sobre o que lhe for submetido, firmando avaliações técnicas e participando da elaboração dos planejamentos de programas, com carga horária semanal de 20 horas, evidenciando a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para a Sra. Cledjane Batista de Medeiros, CPF n.º 081.536.254-46, no valor total de R$ 1.400,00 (Hum mil e quatrocentos reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:1842F445

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0428/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de psicólogo para atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de São Fernando/RN, especialmente no tocante à assistência prestada no NASF e o acompanhamento de condicionalidades de programas contendo políticas de Saúde, oferecendo pareceres sobre o que lhe for submetido, firmando avaliações técnicas e participando da elaboração dos planejamentos de programas, com carga horária de 20 horas semanais, evidenciando assim a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr. Higor Eduardo Dantas Alves, CPF n.º

076.343.054-48, no valor total de R$ 1.400,00 (Hum mil, quatrocentos reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:6E072578

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0429/19

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos serviços decorrentes da contratação de Médico para atender às demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de São Fernando/RN, especialmente no tocante à *Médico Clínico Geral para* desenvolver ações no Programa Atenção Básica, evidenciando assim a necessidade do pagamento do referido profissional, para que não haja interrupção dos serviços em razão de não pagamento;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, para o Sr. Reyes David Acsama Amurrio, CPF n.º 078.719.171-02, no valor total de R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:BBE88CAA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 0217/2019 – PMSF/RN

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal.

D E C R E T A

Art. 1°. - Fica aberto no corrente mês um crédito suplementar para reforço das dotações orçamentária, conforme anexo.

Art. 2°. - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito suplementar de que trata o artigo anterior a anulação parcial de dotação Orçamentária, conforme anexo, de conformidade com o disposto no artigo 43 da lei 4.320/64.

Art. 3°. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO FERNANDO, 09 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:CB9AA415

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 0218 – GPMSF/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Interrompe a concessão de horas extras e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Fernando/RN, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 20, III, "b", para a despesa total com pessoal, além dos incisos I a V do parágrafo único do art. 22, bem como os parágrafos §§ 3º e 4º do art. 169, da Constituição da República,

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida a concessão de horas extras no município de São Fernando para os servidores públicos municipais, em razão de Termo de Alerta de Responsabilidade Fiscal N.º 00109/2019 TCE, de modo a Prefeitura cumprir com as determinações contidas no referido Termo a respeito de Limite Prudencial referente a Despesa de Pessoal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2019.

Gabinete Civil, São Fernando/RN, 09 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
.
POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:806B7C1E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 27080001/2019

OBJETO: Locação, por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de imóvel, para funcionamento de INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, devendo ser imóvel residencial localizado no centro, com espaço mínimo necessário para receber as instalações provisórias da unidade básica de saúde do Município de São Francisco do Oeste/RN, com, no mínimo, três cômodos, banheiro, dispensa, cozinha, área de serviço, garagem e em boa conservação, com todas as instalações funcionando e de fácil acesso.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no art. 24 da Lei 8.666/93, AUTORIZO o procedimento de que se cogita em favor da empresa JOSÉ ALVES PEREIRA (011.091.034-68), objetivando o Locação, por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de imóvel, para funcionamento de INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, devendo ser imóvel residencial localizado no centro, com espaço mínimo necessário para receber as instalações provisórias da unidade básica de saúde do Município de São Francisco do Oeste/RN, com, no mínimo, três cômodos, banheiro, dispensa, cozinha, área de serviço, garagem e em boa conservação, com todas as instalações funcionando e de fácil acesso,com o valor total julgado de R$ 2.994,00 (dois mil e novecentos e noventa e quatro reais)
Ordeno que se proceda a realização do respectivo empenho e a publicação do objeto supramencionado, com a condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

São Francisco do Oeste/RN, 27/08/2019

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Addyson Manoel Freitas de Paiva
Código Identificador:51B91508

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 27080001/2019

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de Janeiro de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da JOSÉ ALVES PEREIRA (011.091.034-68),referente à Locação, por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de imóvel, para funcionamento de INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, devendo ser imóvel residencial localizado no centro, com espaço mínimo necessário para receber as instalações provisórias da unidade básica de saúde do Município de São Francisco do Oeste/RN, com, no mínimo, três cômodos, banheiro, dispensa, cozinha, área de serviço, garagem e em boa conservação, com todas as instalações funcionando e de fácil acesso.
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

São Francisco do Oeste/RN, 27/08/2019

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Addyson Manoel Freitas de Paiva
Código Identificador:249ED1C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 27080001/2019

Processo: 27080001/2019

Objeto: Locação, por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de imóvel, para funcionamento de INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, devendo ser imóvel residencial localizado no centro, com espaço mínimo necessário para receber as instalações provisórias da unidade básica de saúde do Município de São Francisco do Oeste/RN, com, no mínimo, três cômodos, banheiro, dispensa, cozinha, área de serviço, garagem e em boa conservação, com todas as instalações funcionando e de fácil acesso.

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de São Francisco do Oeste

Contratado: JOSÉ ALVES PEREIRA (011.091.034-68)

Valor Total Julgado: R$ 2.994,00

Base legal: Art. 24, inc. X da Lei 8.666/93

São Francisco do Oeste/RN, 27/08/2019

Publicado por:
Addyson Manoel Freitas de Paiva
Código Identificador:812CE535

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 2908-0001/2019

CONTRATO Nº: 2908-0001/2019
ORIGEM: Dispensa por Justificativa Nº 27080001/2019
OBJETO: Locação, por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, de imóvel, para funcionamento de INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, devendo ser imóvel residencial localizado no centro, com espaço mínimo necessário para receber as instalações provisórias da unidade básica de saúde do Município de São Francisco do Oeste/RN, com, no mínimo, três cômodos, banheiro, dispensa, cozinha, área de serviço, garagem e em boa conservação, com todas as instalações funcionando e de fácil acesso.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste
CONTRATADO (A): JOSÉ ALVES PEREIRA
VALOR GLOBAL: R$ R$ 2.994,00 (dois mil e novecentos e noventa e quatro reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 272 - 3. 8001 . 10 . 301 . 4 . 4.129 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
VIGÊNCIA: 10 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019
DATA DA ASSINATURA: 10 de Setembro de 2019

SÃO FRANCISCO DO OESTE - RN, 09 de Setembro de 2019

Publicado por:
Addyson Manoel Freitas de Paiva
Código Identificador:7AF88283

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09090001/2019

Processo: 09090001/2019
Objeto: Contratação através de dispensa de licitação, de um profissional especializado, para realização de uma aula para os alunos que irão realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, com duração de seis horas.
Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste
Contratado: ANTONIO ALDAIR NETO (970.579.674-20)
Valor Total Julgado: R$ 470,00
Base legal: Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93

São Francisco do Oeste/RN, 09/09/2019

Publicado por:
Addyson Manoel Freitas de Paiva
Código Identificador:B69B29EB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09090001/2019

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de Janeiro de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da ANTONIO ALDAIR NETO (970.579.674-20), Referente à Contratação através de dispensa de licitação, de um profissional especializado, para realização de uma aula para os alunos que irão realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, com duração de seis horas.
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

São Francisco do Oeste/RN, 09/09/2019

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Addyson Manoel Freitas de Paiva
Código Identificador:BF681786

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09090001/2019

OBJETO: Contratação através de dispensa de licitação, de um profissional especializado, para realização de uma aula para os alunos que irão realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, com duração de seis horas.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no art. 24 da Lei 8.666/93, AUTORIZO o procedimento de que se cogita em favor da empresa ANTONIO ALDAIR NETO (970.579.674-20), objetivando a contratação através de dispensa de licitação, de um profissional especializado, para realização de uma aula para os alunos que irão realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, com duração de seis horas, com o valor total julgado de R$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais).

Ordeno que se proceda a realização do respectivo empenho e a publicação do objeto supramencionado, com a condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

São Francisco do Oeste/RN, 09/09/2019

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Addyson Manoel Freitas de Paiva
Código Identificador:C1E484B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 164/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 01 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 01 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 31 de julho de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:380E4904

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 165/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Campina Grande/PB, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 02 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 02 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 01 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:572A4B8F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 166/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 02 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 02 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 01 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:DABC4EAE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 167/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 05 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 05 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 02 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:42FFAF19

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 168/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Fortaleza/CE, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 05 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar SAMUEL MAFRA DE ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 05 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 02 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:FA00CE91

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 169/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 08 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar PEDRO ADÉSIO FERNANDES FILHO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 08 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 07 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:DD17CA9A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 170/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 08 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar SAMUEL MAFRA DE ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 08 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 07 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:EA81DA0D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 171/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, para participar da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa Do Rio Grande do Norte, a ser realizada no dia 08 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR (Secretária Municipal de Saúde), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 1/2 (meia) diária no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para viagem a se realizar no dia 08 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 07 de agosto de 2019.

KÁTIA MARONNI DE MEDEIROS ARAÚJO
Secretária-Adjunta de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:DFF37C75

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 172/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Fortaleza/CE, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 10 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 09 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:37E7DD50

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 173/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 12 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar SAMUEL MAFRA DE ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo

Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 12 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 09 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:9AFFA9E5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 174/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar PEDRO ADÉSIO FERNANDES FILHO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 14 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 13 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:6D24D375

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 175/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 14 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 13 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:4AD3F719

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 176/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 14 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 13 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:19A44F56

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 177/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Campina Grande/PB, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 16 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 16 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 15 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:2C00C357

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 178/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Fortaleza/CE, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 19 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 19 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 16 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:5E1070B9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 179/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 19 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar PEDRO ADÉSIO FERNANDES FILHO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 19 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 16 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:27FAE448

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 180/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 20 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 20 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 19 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:5FB69325

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 181/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Fortaleza/CE, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 20 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar SAMUEL MAFRA DE ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 20 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 19 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:CF4E6DA7

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 182/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 21 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar PEDRO ADÉSIO FERNANDES FILHO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 21 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 20 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:980E69EA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 183/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, para participar da Reunião Ordinária do COSEMS/RN, a ser realizada no dia 21 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR (Secretária Municipal de Saúde), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 1/2 (meia) diária no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para viagem a se realizar no dia 21 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 20 de agosto de 2019.

KÁTIA MARONNI DE MEDEIROS ARAÚJO
Secretária-adjunta de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:9EA4DB4D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 184/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 22 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 22 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 21 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:565FA4D0

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 185/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Fortaleza/CE, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 23 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar KAIO SILVA ARAÚJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 23 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 22 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:F98AFFA7

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 186/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Campina Grande/PB, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 23 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 23 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 22 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:3CEB516B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 187/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 26 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar PEDRO ADÉSIO FERNANDES FILHO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 26 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 23 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:2FB54308

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 188/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Campina Grande/PB, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 26 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 26 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 23 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:2DE840BB

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 189/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Mossoró/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar PEDRO ADÉSIO FERNANDES FILHO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 27 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 26 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:286BA126

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 190/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2019.

RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 27 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 26 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:5C63D4B2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 191/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 28 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 27 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:2D6CA8FD

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 192/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 28 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 27 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:BA2D8780

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 193/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 29 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar JOSÉ FERNANDES DA SILVA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 29 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 28 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:C25DCC8E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 194/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 29 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar PEDRO ADÉSIO FERNANDES FILHO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 29 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 28 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:277B283D

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 195/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 30 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar JOSÉ FERNANDES DA SILVA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 30 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 29 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:6793594C

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 196/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 31 de agosto de 2019.
RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 31 de agosto de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 30 de agosto de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:CC8E6C75

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DOAÇÃO

Aos 26 dias do mês de agosto do ano de 2019, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN**, **pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 08.095.960/0001-94, com endereço à Rua Honório Maciel, 87, Centro, CEP: 59.310-000, através de sua representante legal, Prefeita Municipal LYDICE ARAUJO DE MEDEIROS BRITO, doravante denominado DOADOR, e do outro lado, o Senhor JOSÉ PATRONCÍNIO DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 1.201.128, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 671.600.424-68, residente na Rua Eva Geracina, 181, Centro – São João do Sabugi/RN, adiante denominado DONATÁRIO, celebram o presente TERMO DE DOAÇÃO DE TERRENO PÚBLICO MUNICIPAL, consubstanciado nas seguintes cláusulas:**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O presente termo tem por objeto um terreno identificado como Quadra 013, Lote 014, Centro, neste Município, devidamente registrado no Cartório do Serviço de Registro de Imóveis na Matrícula sob o nº 125, Livro 3-A, fls. 41V a 43, em 03 de maio de 1952, medindo uma área total de 176 m2 e no Cadastro Imobiliário do Município sob o nº 01.06.013.0014.00.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO
A presente doação tem fundamento na Lei nº 718/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGISTRO
O presente Termo é parte integrante da Escritura Pública de Doação não onerosa, devendo ser com ela registrado no Cartório de Registro de São João do Sabugi/RN, quando a propriedade do bem se reverterá definitivamente ao patrimônio do DONATÁRIO, nos termos da Lei Federal nº 6015/73.

CLÁUSULA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO
O presente Termo de Doação deverá ser publicado no Diário Oficial, dentro de 15 dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de São João do Sabugi/RN, para dirimir qualquer questão relativa à presente doação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA
Fica o Cartório de Registro Civil de São João do Sabugi/RN autorizado a proceder aos respectivos desmembramentos nos estritos termos das cláusulas acima.

São João do Sabugi/RN, 26 de agosto de 2019.

MÔNICA MORAIS FERNANDES
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal – Doador

JOSÉ PATROCÍNIO DA SILVA
Donatário

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:7F427308

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DOAÇÃO

Aos 04 dias do mês de setembro do ano de 2019, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN**, **pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 08.095.960/0001-94, com endereço à Rua Honório Maciel, 87, Centro, CEP: 59.310-000, através de sua representante legal, Prefeita Municipal LYDICE ARAUJO DE MEDEIROS BRITO, doravante denominado DOADOR, e do outro lado, o Senhor FRANCISCO ARAÚJO MEDEIROS, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 10.774.443 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 938.568.498-15, residente na Rua das Esmeraldas, 24, Centro – São João do Sabugi/RN, adiante denominado DONATÁRIO, celebram o presente TERMO DE DOAÇÃO DE TERRENO PÚBLICO MUNICIPAL, consubstanciado nas seguintes cláusulas:**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O presente termo tem por objeto um terreno identificado como Quadra 011, Lote 067, Belo Horizonte, neste Município, devidamente registrado no Cartório do Serviço de Registro de Imóveis na Matrícula sob o nº 178, Livro 2, em 04 de julho de 2008, medindo uma área total de 390 m2 e no Cadastro Imobiliário do Município sob o nº 01.01.011.0067.001.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO
A presente doação tem fundamento na Lei nº 718/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGISTRO
O presente Termo é parte integrante da Escritura Pública de Doação não onerosa, devendo ser com ela registrado no Cartório de Registro de São João do Sabugi/RN, quando a propriedade do bem se reverterá definitivamente ao patrimônio do DONATÁRIO, nos termos da Lei Federal nº 6015/73.

CLÁUSULA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO
O presente Termo de Doação deverá ser publicado no Diário Oficial, dentro de 15 dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de São João do Sabugi/RN, para dirimir qualquer questão relativa à presente doação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA
Fica o Cartório de Registro Civil de São João do Sabugi/RN autorizado a proceder aos respectivos desmembramentos nos estritos termos das cláusulas acima.

São João do Sabugi/RN, 04 de setembro de 2019.

MÔNICA MORAIS FERNANDES
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal – Doador

FRANCISCO ARAÚJO MEDEIROS
Donatário

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:3E85B8CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DOAÇÃO

Aos 04 dias do mês de setembro do ano de 2019, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN**, **pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 08.095.960/0001-94, com endereço à Rua Honório Maciel, 87, Centro, CEP: 59.310-000, através de sua representante legal, Prefeita Municipal LYDICE ARAUJO DE MEDEIROS BRITO, doravante denominado DOADOR, e do outro lado, o Senhor FLÁVIO MEDEIROS DE AZEVEDO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 1.096.977 inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 673.840.724-68, residente na Travessa José Horácio, 27, Centro – São João do Sabugi/RN, adiante denominado DONATÁRIO, celebram o presente TERMO DE DOAÇÃO DE TERRENO PÚBLICO MUNICIPAL, consubstanciado nas seguintes cláusulas:**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O presente termo tem por objeto um terreno identificado como Quadra 011, Lote 060, Belo Horizonte, neste Município, devidamente registrado no Cartório do Serviço de Registro de Imóveis na Matrícula sob o nº 178, Livro 2, em 04 de julho de 2008, medindo uma área total de 390 m2 e no Cadastro Imobiliário do Município sob o nº 01.01.011.0060.001.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO
A presente doação tem fundamento na Lei nº 718/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGISTRO
O presente Termo é parte integrante da Escritura Pública de Doação não onerosa, devendo ser com ela registrado no Cartório de Registro de São João do Sabugi/RN, quando a propriedade do bem se reverterá definitivamente ao patrimônio do DONATÁRIO, nos termos da Lei Federal nº 6015/73.

CLÁUSULA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO
O presente Termo de Doação deverá ser publicado no Diário Oficial, dentro de 15 dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de São João do Sabugi/RN, para dirimir qualquer questão relativa à presente doação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA
Fica o Cartório de Registro Civil de São João do Sabugi/RN autorizado a proceder aos respectivos desmembramentos nos estritos termos das cláusulas acima.

São João do Sabugi/RN, 04 de setembro de 2019.

MÔNICA MORAIS FERNANDES
Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal – Doador

FLÁVIO MEDEIROS DE AZEVEDO
Donatário

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:93573002

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 264/2019, 04 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ÁLVARO AZEVEDO DE FARIAS**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 100%	Natal/RN	04 de setembro de 2019	200,00	R$ 200,00

(X) 100%
( ) 50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 05 de setembro de agosto de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse do Município de São José do Seridó na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 04 de setembro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:61EA8549

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 265/2019, 04 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 100%	Natal/RN	04 de setembro de 2019	R$125,00	R$ 125,00

TOTAL

R$ 125,00

(x)100%

( ) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 05 de setembro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em para São José do Seridó, 04 de setembro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:763C8D4E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 266/2019, 04 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 100%	Natal/RN	04 de setembro de 2019	125,00	125,00

TOTAL

R$ 125,00

(x) 100%

( )50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 05 de setembro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 04 de setembro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:1228F04B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 267/2019, 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO**

Cargo/Função: Prefeita Municipal

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	05 de setembro de 2019	500,00	R$ 250,00

( ) 100%
(x) 50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 05 de setembro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse do Município de São José do Seridó na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 05 de setembro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAÚJO SOUSA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:B61B0698

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2019

Ficam os representantes das empresas vencedoras abaixo listadas, convocadas a assinar a Ata de Registro de Preço referente ao processo licitatórioPregão **Nº** 022/2019 PE, no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar do recebimento do presente, na sede da Prefeitura Municipal de São Miguel/RN, no horário de 07h00min ás 13h00min.

CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME - CNPJ: 19.904.459/0001-48; e

UNIAO TRANSPORTE - CNPJ: 33.172.246/0001-08

São Miguel/RN, em 09 de setembro de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:B33175F3

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 244 /2019 - PMSM

O Prefeito de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que lhe faculta a lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede ao Senhor (a) **LUIS MARCOS ALVES DA COSTA, Secretário de Mun. de Educação, matrícula n.º 131335-5, lotado na Secretaria Mun. de Educação;**

01 (uma) diária no valor de R$ 233,50 (Duzentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), cada, perfazendo um valor total de **R$ 233,50 (Duzentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)** com destino a cidade de Natal/RN, para decorrer com despesas de alimentação e transporte na supracitada cidade, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Educação junto a SEEC e outros órgãos no dia 06 de setembro do ano em curso, no dia de 06/09/2019, conforme processo 05013/2019.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para a data de 06 de setembro de 2019, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

São Miguel/RN, em 06 de setembro de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:94550ADE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 245 EM 09 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 01 Exonerar **RANYERE NONATO DE OLIVEIRA** do cargo de **Diretor de Departamento de Administração Tributária,** da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Orçamento - SAFIN.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel / RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:F3445F6F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 246 EM 09 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 01 Nomear **RANYERE NONATO DE OLIVEIRA** para o cargo de **Coordenador de Assessoria de Informática CC2,** lotado(a) na Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito - SEGAP.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel / RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:6ACAF44D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 247 EM 09 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 01 Designar o Sr. **FRANCISCO DEIRISMAR GONÇALVES** para a função de **Diretor de Departamento da Administração Tributaria Interinamente,** da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel / RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:63495E7C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - TP - 003/2019

LICITAÇÃO Nº 03/2019
MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIADA PARA EXECUÇÃO, MEDIANTE REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO GINASIO POLIESPORTIVO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN..
HOMOLOGO para que produza os seus efeitos jurídicos e legais do procedimento licitatório alusivo a TOMADA DE PREÇOS N°. 003/2019 CPL/PMSMG, ratificando os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação deste Município, posto que executou-os nos termos e nos moldes da Lei n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores, ADJUDICANDO, pois, o objeto da Licitação em epígrafe ao vencedor do referido certame: MORLIS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI- CNPJ: 29.646.397/0001-75, no valor global de R$ 125.913,54 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos).

A CPL/PMSMG, para conhecimento e adotar as providências afins.

São Miguel do Gostoso/RN, 02.08.2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito de São Miguel do Gostoso

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:5B25563A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DE CONTRATO – TP -003/2019

EXTRATO DE CONTRATO – TOMADA DE PREÇO - 003/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO / RN
CNPJ: 01.612.396/0001-90
Contratado: MORLIS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI
CNPJ: 29.646.397/0001-75
Fundamento Legal: Lei 8.666/93
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIADA PARA EXECUÇÃO, MEDIANTE REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO GINASIO POLIESPORTIVO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN
VALOR GLOBAL DO CONTRATO de R$ 125.913,54 (CENTO E VINTE CINCO MIL, NOVECENTOS E TREZE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)
Data da assinatura do contrato: 05 de agosto de 2019
Vigência: 45 dias conforme cronograma físico financeiro

Pela Contratante:
JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Pela Contratada:
MORLIS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:31D9D291

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2019 RESULTADO DA LICITAÇÃO

O Presidente da CPL e a Equipe de Apoio da Prefeitura de SÃO MIGUEL DO GOSTOSO tornam público que a Licitação em referência, que teve por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIADA PARA EXECUÇÃO, MEDIANTE REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO GINASIO POLIESPORTIVO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN,** teve como vencedor : MORLIS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI- **CNPJ: 29.646.397/0001-75**

SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN, 02.08.2019.

ANTONIO MARCOS CATARINA
Presidente da CPL do Município de São Miguel do Gostoso/RN

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:A1B751F8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP N° 011/2019(H&G INDUSTRIA DE ALIMENTOS)

PROMITENTE CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso/RN
PROMITENTE CONTRATADA: H&G INDUSTRIA DE ALIMENTOS
CNPJ: 22.772.312/0001-55
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALÍMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTHAS), SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
VALIDADE: 19 de agosto de 2019 a 19 de agosto de 2020;
VALOR GLOBAL: R$ 168.818,00 (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei N° 10.520/2002;
SUBSCRITOR
José Renato Teixeira de Souza – Prefeito Municipal – pelo Promitente Contratante e H&G INDUSTRIA DE ALIMENTOS – pela Promitente Contratada.

Para obtenção da Ata de Registro de Preços completa, os interessados devem enviar e-mail para licitacao@saomigueldogostoso.rn.gov.br – contato: 84-3263-4181

São Miguel do Gostoso/RN, 19 de agosto de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:0F7399CB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP N° 011/2019 (FRUTIFRIOS COMERCIO EIRELI)

PROMITENTE CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso/RN
PROMITENTE CONTRATADA: FRUTIFRIOS COMERCIO EIRELI
CNPJ: 18.413.636/0001-20
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALÍMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTHAS), SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

VALIDADE: 19 de agosto de 2019 a 19 de agosto de 2020;
VALOR GLOBAL: R R$ 103.198,43 (cento e três mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e três centavos)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei N° 10.520/2002;
SUBSCRITOR
José Renato Teixeira de Souza – Prefeito Municipal – pelo Promitente Contratante e FRUTIFRIOS COMERCIO EIRELI – pela Promitente Contratada.

Para obtenção da Ata de Registro de Preços completa, os interessados devem enviar e-mail para licitacao@saomigueldogostoso.rn.gov.br – contato: 84-3263-4181

São Miguel do Gostoso/RN, 19 de agosto de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:8F4CA9AE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 011/2019

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pelo Pregoeiro desta Prefeitura Municipal, datado do dia **19 de agosto de 2019**, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 011/2019**, à empresa conforme abaixo especificado, objetivando **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALÍMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR, AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTHAS), SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**, haja visto que foram as propostas mais vantajosas apresentadas à Edilidade, estando de acordo com as condições de mercado e especificações do Edital

Resultado Final

Empresa Vencedora:

H&G INDUSTRIA DE ALIMENTOS
CNPJ: 22.772.312/0001-55
Valor contratado: R$ 168.818,00 (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e dezoito reais)

FRUTIFRIOS COMERCIO EIRELI
CNPJ: 18.413.636/0001-20
Valor contratado: R$ 103.198,43 (cento e três mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e três centavos)

São Miguel do Gostoso/RN, em 19 de agosto de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:0E2E0054

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 131 CPL

PORTARIA N° 131/2019

Nomeia a Comissão Permanente de Licitação, o Pregoeiro Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e considerando a necessidade de realização de procedimentos licitatórios para regular manutenção dos serviços administrativos da prefeitura:
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores Gercinaldo Farias dos Anjos (CPF nº 637.299.034-20), Paulo Roberto de Oliveira Lopes (CPF n° 703.738.144-15), Maria Lucinalva Santana Ribeiro da Silva (CPF n° 967.346.044-20), Antonio Marcos Catarina (CPF 000.612.484-44) e Marcos Antonio Nunes da Silva (CPF 056.058.464-42), constituírem a Comissão Permanente de Licitação (CPL) desta Prefeitura Municipal.
Art. 2º - Nomear como Pregoeiro Municipal e Presidente da Comissão Permanente de Licitação o senhor Gercinaldo Farias dos Anjos (CPF nº 637.299.034-20), a fim de presidir os pregões presenciais e eletrônicos desta Prefeitura Municipal.
Art. 3º - A comissão acima nomeada tem poderes para dirigir todos os procedimentos licitatórios no âmbito do Poder Executivo Municipal, durante o exercício de 2019, elaborando editais, atas, pareceres, emitir julgamentos e promover diligências necessárias ao bom andamento dos procedimentos licitatórios desencadeados.
Art. 4º - O mandato da Comissão ora nomeada tem vigência de 09 de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.
Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Dê-se ciência aos interessados.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

São Miguel do Gostoso/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:61A3CA24

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 982/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, no uso de suas atribuições legais,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município de São Paulo do Potengi, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício DE 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:
I - As Metas Fiscais;
II - As Prioridades da Administração Municipal;
III - A Estrutura dos Orçamentos;
IV - As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V - As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - As Disposições sobre Despesas com Pessoal e encargos sociais;
VII - As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - As Disposições Gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000, as metas fiscais de

receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2020, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4 º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:
Demonstrativo I - Metas Anuais;
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

CAPÍTULO II
METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2020 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 575/2007 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

CAPÍTULO III
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

CAPÍTULO IV
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

CAPÍTULO V
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua consolidação.

CAPÍTULO VI
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

CAPÍTULO VII
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 10º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

CAPÍTULO VIII
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 11º - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO IX
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 12º - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 575/2007-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2020, 2021 e 2022.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 13º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 14º - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 15º - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2020, 2021 e 2022.

CAPÍTULO X
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 16º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual Aprovado para vigorar de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO XI
DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 17º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 18º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverá está anexada os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 19º - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária será elaborada em conformidade com o que determina o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964.

CAPÍTULO XII
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 20º - O Orçamento para exercício de 2020 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativos e Executivos, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (art. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF), bem como os princípios da unidade, universalidade, anualidade, conforme o art. 2º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 21º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 22º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira (art. 9º da LRF).

§ 1º - As limitações referidas no caput incidirão, prioritariamente, sobre os seguintes tipos de despesas:

I – Despesas com serviços de consultoria;
II – Despesas com diárias e passagens aéreas e terrestres;
III - despesas a título de ajuda de custo;
IV - Despesas com locação de mão de obra;
V - Despesas com locação de veículos;
VI - Despesas com combustíveis;
VII - Despesas com treinamento;
VIII - Transferências voluntárias a instituições privadas;
IX - Outras despesas de custeio;
X - Despesas com investimentos, diretas e indiretas, observando-se o princípio da materialidade;
XI – Despesas com comissionados;
XII – Despesas com comunicação, publicidade e propaganda;
XIII – Despesas com serviços de buffet e alimentação em restaurantes.

§ 2º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 23º - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2020, poderão ser expandidas, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2018 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 24º - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e, se houver, do excesso de arrecadação, em último caso com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal poderá elaborar Decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 25º - O Orçamento para o exercício de 2020 destinará recursos para a Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até cinco por cento (5%) da Receita Corrente Líquida prevista para o orçamento de 2020, que serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso este não se concretize, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 26º - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 27º - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação

financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 28º - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa. (Art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 29º - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2020, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 30º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 31º - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujos valores não sejam superiores aos limites fixados para dispensa de licitação (art. 24, Inciso I e II, da Lei nº 8.666/93), devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 32º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 33º - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 34º - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 35º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por Categoria Econômica (CE), Grupo de Natureza de Despesa (GND), até a Modalidade de Aplicação (MA), tudo em conformidade com as Portarias MOG No 42/1999, Interministerial No 163/2001.

§ 1º - A suplementação, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza da Despesa (GND) para outro, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167 VI da Constituição Federal).

§ 2º - Os limites para suplementação serão de (30%) trinta por cento do valor fixado para as despesas do exercício de 2020, conforme dispõe o § 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 3º - A movimentação de crédito no mesmo Grupo de Natureza da Despesa (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no § 2º, deste artigo.

§ 4º - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

Art. 36º - Durante a execução orçamentária de 2020, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020 (art. 167, I da Constituição Federal).

§ 1º - A inclusão ou alteração de ações no orçamento de 2020 somente poderão ser realizadas se estiverem em consonância com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018-2021 e com esta Lei.

§ 2º - Além do disposto no caput deste artigo, a inclusão ou alterações de ações no orçamento de 2020 também necessitarão de autorização do Poder Legislativo através de Lei, salvo as exceções previstas na própria Lei Orçamentária Anual, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 37º - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 38º – A execução do orçamento obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§ 1º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da insuficiência dos valores aprovados, da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, metas e objetivos, assim como, respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 2º - A autorização para suplementação constará da lei orçamentária de 2020, conforme inteligência do §8º do artigo 165 da Constituição Federal, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 3º - Os créditos adicionais abertos para a cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

§ 4º - O Poder Executivo não poderá transpor, transferir ou remanejar recursos decorrentes de emendas parlamentares individuais, salvo por solicitação formal subscrita por seus respectivos autores, observado o valor e a fonte de recursos consignados em cada uma delas, excetuando-se tais retificações do limite do remanejamento orçamentário.

Art. 39º – É obrigatória a destinação de recursos e para a execução de emendas parlamentares individuais, observados os cronogramas financeiros de arrecadação.

§ 1º - Os recursos referidos no caput não poderão ter destinação diversa da programada no Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018-2021.

§ 2º - De acordo com a Emenda à Lei Orgânica nº 001, de 23 de novembro de 2017, no projeto da Lei Orçamentária Anual será consignada reserva de recursos para emendas parlamentares equivalente a 1,2% (um virgula dois por cento) do montante da Receita Corrente Líquida estimada para o exercício de 2020.

§ 3º - Os recursos relativos a emendas parlamentares individuais deverão ser direcionados, em 50% (cinquenta por cento) do seu montante, para as ações e serviços públicos de saúde.

§ 4º - A Execução Orçamentária e Financeira das emendas individuais aprovadas será obrigatória, segundo critérios equitativos dentro da programação prioritária incluída na lei Orçamentária Anual, financiada exclusivamente com recursos consignados na reserva parlamentar instituída com a finalidade de dar cobertura às referenciadas emendas.

§ 5º - Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 6º - As programações orçamentárias das emendas parlamentares, não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica, devendo ser adotadas as seguintes medidas:

I - Até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;
II - Até 30 (trinta) dias após a comunicação prevista no inciso I, o Poder Legislativo, mediante indicação do autor da emenda impedida, comunicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;
III - até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento, para correção;
IV - Se, até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, a Câmara de Vereadores não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária, deixando de ser obrigatória a execução.
§ 7º - As emendas ao projeto de lei do Orçamento Anual ou proposição que o modifique, somente poderão ser apreciadas caso:
I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que dispõem sobre:
a) Dotações de pessoal e seus encargos;
b) Serviço da dívida;

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40º - A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).
Art. 41º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).
Art. 42º - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43º - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa especifica, poderão em 2020 criar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).
Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020.
Art. 44º - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2020, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).
Art. 45º - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).
Art. 46º - O orçamento do Município de São Paulo do Potengi, para o exercício de 2020 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 01 de julho de 2019.
Art. 47º - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):
I - Redução em pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança.
II - Eliminação das despesas com horas-extras;
III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
Art. 48º - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.
Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49º - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).
Art. 50º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).
Art. 51º - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52º - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.
§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.
§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.
Art. 53º - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.
Art. 54º - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 55º - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.
Art. 56º - Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:
I - Vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964;
II - Referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou
III - referirem-se a convênio ou instrumento congênere, cuja efetivação depende de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pelo poder público concedente.

§ 1º - Durante a execução dos Restos a Pagar, não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.
§ 2º - Fica vedada, no exercício de 2020, a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2018 que não tenham sido liquidados até 31 de dezembro de 2017, ressalvado o disposto no inciso II do caput deste artigo.
Art. 57º - No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2018, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.
Art. 58º - Com vista ao cumprimento das metas fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da Lei Orçamentária Anual para 2020, o Poder Executivo publicará Decreto da Programação Financeira, estabelecendo os limites mensais de despesas e desembolso financeiro por órgão e por categoria de despesa, os quais serão discriminados em anexos.
Parágrafo Único - O desembolso mensal estabelecido na Programação Financeira será determinado pela previsão de arrecadação da receita para 2020, que terá como base a média mensal da arrecadação nos anos de 2018 e 2019 e/ou outro condicionante de natureza econômico-financeiro que recomende sua reestimativa para valores inferiores ao previsto na Lei Orçamentária Anual.
Art. 59º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, em 09 de setembro de 2019.
198º ano da Independência e 131º ano da República.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:E8E1979F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 983/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE DELIMITAÇÃO DA ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA 2 – ZUE SANTA LUZIA E DA ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA 3 – ZUE MONSENHOR EXPEDITO. ALTERA O ART. 23-A DA LEI N.° 674/2009 – PLANO DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, no uso de suas atribuições legais,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Ficam instituídas as Zonas de Urbanização Específica 2 – ZUE Santa Luzia e de Urbanização Especial 3 – ZUE Monsenhor Expedito.
Art. 2º Ficam acrescidos os incisos II e III ao artigo 23-A da Lei Complementar N.o 679/2007, com a seguinte redação:
Art. 23-A (...)
II - Zona de Urbanização Específica 2 – ZUE Santa Luzia.
III – Zona de Urbanização Especial 3 – ZUE Monsenhor Expedito.
Art. 3º As Zonas de Urbanização Específica de que trata o art. 1º desta Lei possuem as seguintes descrições:
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P-1**, de coordenadas **N= 9.350.880,62** m e **E= 193.849,15** m; deste segue com os seguintes azimutes e distâncias: 166°26'39" e 1.064,08 m até o vértice **P-2**, de coordenadas **N= 9.349.846,19** m e **E= 194.098,56** m; deste segue com 153°25'10" e 14,77 m até o vértice **P-3**, de coordenadas **N= 9.349.832,98** m e **E= 194.105,17** m; deste segue com 167°19'25" e 331,68 m até o vértice **P-4**, de coordenadas **N= 9.349.509,39** m e **E= 194.177,95** m; deste segue com 166°45'37" e 895,53 m até o vértice **P-5**, de coordenadas **N= 9.348.637,66** m e **E= 194.383,05** m; deste segue com 154°57'35" e 109,33 m até o vértice **P-6**, de coordenadas **N= 9.348.538,61** m e **E= 194.429,33** m; deste segue com 150°03'46" e 556,24 m até o vértice **P-7**, de coordenadas **N= 9.348.056,58** m e **E= 194.706,92** m; deste segue com 156°46'45" e 100,60 m até o vértice **P-8**, de coordenadas **N= 9.347.964,13** m e **E= 194.746,59** m; deste segue com 165°56'24" e 408,47 m até o vértice **P-9**, de coordenadas **N= 9.347.567,90** m e **E= 194.845,82** m; deste segue com 179°58'35" e 72,65 m até o vértice **P-10**, de coordenadas **N= 9.347.495,24** m e **E= 194.845,85** m; deste segue com 206°32'58" e 14,77 m até o vértice **P-11**, de coordenadas **N= 9.347.482,03** m e **E= 194.839,25** m; deste segue com 213°39'57" e 47,63 m até o vértice **P-12**, de coordenadas **N= 9.347.442,39** m e **E= 194.812,85** m; deste segue com 218°01'27" e 83,87 m até o vértice **P-13**, de coordenadas **N= 9.347.376,33** m e **E= 194.761,18** m; deste segue com 218°01'23" e 109,03 m até o vértice **P-14**, de coordenadas **N= 9.347.290,44** m e **E= 194.694,02** m; deste segue com 215°30'47" e 56,81 m até o vértice **P-15**, de coordenadas **N= 9.347.244,19** m e **E= 194.661,02** m; deste segue com 224°58'35" e 37,36 m até o vértice **P-16**, de coordenadas **N= 9.347.217,76** m e **E= 194.634,61** m; deste segue com 219°46'59" e 54,40 m até o vértice **P-17**, de coordenadas **N= 9.347.175,96** m e **E= 194.599,81** m; deste segue com 219°46'56" e 203,52 m até o vértice **P-18**, de coordenadas **N= 9.347.019,56** m e **E= 194.469,58** m; deste segue com 137°09'54" e 1.467,51 m até o vértice **P-19**, de coordenadas **N= 9.345.943,41** m e **E= 195.467,32** m; deste segue com 179°58'35" e 402,88 m até o vértice **P-20**, de coordenadas **N= 9.345.540,52** m e **E= 195.467,49** m; deste segue com 274°50'27" e 311,54 m até o vértice **P-21**, de coordenadas **N= 9.345.566,81** m e **E= 195.157,06** m; deste segue com 277°06'07" e 53,25 m até o vértice **P-22**, de coordenadas **N= 9.345.573,40** m e **E= 195.104,22** m; deste segue com 274°22'32" e 86,11 m até o vértice **P-23**, de coordenadas **N= 9.345.579,97** m e **E= 195.018,36** m; deste segue com 269°58'35" e 46,23 m até o vértice **P-24**, de coordenadas **N= 9.345.579,95** m e **E= 194.972,12** m; deste segue com 259°40'14" e 73,84 m até o vértice **P-25**, de coordenadas **N= 9.345.566,71** m e **E= 194.899,48** m; deste segue com 259°34'08" e 1.645,21 m até o vértice **P-26**, de coordenadas **N= 9.345.268,84** m e **E= 193.281,46** m; deste segue com 260°03'01" e 1.072,80 m até o vértice **P-27**, de coordenadas **N= 9.345.083,47** m e **E= 192.224,80** m; deste segue com 8°31'24" e 1.155,43 m até o vértice **P-28**, de coordenadas **N= 9.346.226,14** m e **E= 192.396,05** m; deste segue com 29°29'17" e 402,23 m até o vértice **P-29**, de coordenadas **N= 9.346.576,27** m e **E= 192.594,04** m; deste segue com 32°42'40" e 109,92 m até o vértice **P-30**, de coordenadas **N= 9.346.668,76** m e **E= 192.653,45** m; deste segue com 35°30'49" e 56,82 m até o vértice **P-31**, de coordenadas **N= 9.346.715,01** m e **E= 192.686,45** m; deste segue com 349°14'15" e 389,90 m até o vértice **P-32**, de coordenadas **N= 9.347.098,05** m e **E= 192.613,64** m; deste segue com 93°33'11" e 105,88 m até o vértice **P-33**, de coordenadas **N= 9.347.091,49** m e **E= 192.719,32** m; deste segue com 81°50'44" e 46,70 m até o vértice **P-34**, de coordenadas **N= 9.347.098,11** m e **E= 192.765,55** m; deste segue com 1°20'24" e 277,47 m até o vértice **P-35**, de coordenadas **N= 9.347.375,51** m e **E= 192.772,04** m; deste segue com 76°35'00" e 142,58 m até o vértice **P-36**, de coordenadas **N= 9.347.408,59** m e **E= 192.910,72** m; deste segue com 56°17'14" e 47,63 m até o vértice **P-37**, de coordenadas **N= 9.347.435,03** m e **E= 192.950,34** m; deste segue com 356°09'49" e 99,29 m até o vértice **P-38**, de coordenadas **N= 9.347.534,09** m e **E= 192.943,70** m; deste segue com 53°06'26" e 33,02 m até o vértice **P-39**, de coordenadas **N= 9.347.553,92** m e **E= 192.970,11** m; deste segue com 89°58'35" e 19,81 m até o vértice **P-40**, de coordenadas **N= 9.347.553,92** m e **E= 192.989,92** m; deste segue com 89°58'35" e 72,65 m até o vértice **P-41**, de coordenadas **N= 9.347.553,95** m e **E= 193.062,57** m; deste segue com 12°30'13" e 60,89 m até o vértice **P-42**, de coordenadas **N= 9.347.613,40** m e **E= 193.075,75** m; deste segue com 66°00'54" e 65,05 m até o vértice **P-43**, de coordenadas **N= 9.347.639,84** m e **E= 193.135,19** m; deste segue com 79°58'05" e 114,01 m até o vértice **P-44**, de coordenadas **N= 9.347.659,71** m e **E= 193.247,46** m; deste segue com 89°58'35" e 97,56 m até o vértice **P-45**, de coordenadas **N= 9.347.659,75** m e **E= 193.345,01** m; deste segue com 347°23'47" e 751,15 m até o vértice **P-46**, de coordenadas **N= 9.348.392,79** m e **E= 193.181,11** m; deste segue com 341°32'37" e 41,77 m até o vértice **P-47**, de coordenadas **N= 9.348.432,42** m e **E= 193.167,89** m; deste segue com 323°06'15" e 33,02 m até o vértice **P-48**, de coordenadas **N= 9.348.458,83** m e **E= 193.148,06** m; deste segue com 303°39'59" e 23,81 m até o vértice **P-49**, de coordenadas **N= 9.348.472,03** m e **E= 193.128,24** m; deste segue com 296°32'30" e 44,30 m até o vértice **P-50**, de coordenadas **N= 9.348.491,82** m e **E= 193.088,61** m; deste segue com 269°58'36" e 19,82 m até o vértice **P-51**, de coordenadas **N= 9.348.491,82** m e **E= 193.068,79** m; deste segue com 314°58'01" e 9,34 m até o vértice **P-**

52, de coordenadas **N= 9.348.498,42** m e **E= 193.062,18** m; deste segue com 359°58'36" e 13,21 m até o vértice **P-53**, de coordenadas **N= 9.348.511,63** m e **E= 193.062,18** m; deste segue com 14°00'50" e 27,23 m até o vértice **P-54**, de coordenadas **N= 9.348.538,05** m e **E= 193.068,77** m; deste segue com 26°32'14" e 14,77 m até o vértice **P-55**, de coordenadas **N= 9.348.551,26** m e **E= 193.075,37** m; deste segue com 359°58'36" e 19,82 m até o vértice **P-56**, de coordenadas **N= 9.348.571,07** m e **E= 193.075,36** m; deste segue com 314°58'59" e 28,02 m até o vértice **P-57**, de coordenadas **N= 9.348.590,88** m e **E= 193.055,54** m; deste segue com 333°23'59" e 14,77 m até o vértice **P-58**, de coordenadas **N= 9.348.604,09** m e **E= 193.048,93** m; deste segue com 359°58'36" e 13,21 m até o vértice **P-59**, de coordenadas **N= 9.348.617,30** m e **E= 193.048,92** m; deste segue com 26°32'36" e 29,54 m até o vértice **P-60**, de coordenadas **N= 9.348.643,72** m e **E= 193.062,12** m; deste segue com 18°24'48" e 20,88 m até o vértice **P-61**, de coordenadas **N= 9.348.663,54** m e **E= 193.068,72** m; deste segue com 14°00'29" e 27,23 m até o vértice **P-62**, de coordenadas **N= 9.348.689,96** m e **E= 193.075,31** m; deste segue com 348°40'04" e 67,35 m até o vértice **P-63**, de coordenadas **N= 9.348.756,00** m e **E= 193.062,08** m; deste segue com 341°32'44" e 20,88 m até o vértice **P-64**, de coordenadas **N= 9.348.775,81** m e **E= 193.055,47** m; deste segue com 338°10'30" e 35,57 m até o vértice **P-65**, de coordenadas **N= 9.348.808,83** m e **E= 193.042,24** m; deste segue com 333°24'28" e 14,77 m até o vértice **P-66**, de coordenadas **N= 9.348.822,03** m e **E= 193.035,63** m; deste segue com 359°58'35" e 66,05 m até o vértice **P-67**, de coordenadas **N= 9.348.888,08** m e **E= 193.035,60** m; deste segue com 359°58'36" e 46,23 m até o vértice **P-68**, de coordenadas **N= 9.348.934,31** m e **E= 193.035,59** m; deste segue com 359°58'35" e 59,44 m até o vértice **P-69**, de coordenadas **N= 9.348.993,76** m e **E= 193.035,56** m; deste segue com 351°50'46" e 46,70 m até o vértice **P-70**, de coordenadas **N= 9.349.039,99** m e **E= 193.028,94** m; deste segue com 350°30'47" e 40,17 m até o vértice **P-71**, de coordenadas **N= 9.349.079,61** m e **E= 193.022,32** m; deste segue com 348°18'28" e 612,08 m até o vértice **P-72**, de coordenadas **N= 9.349.678,99** m e **E= 192.898,28** m; deste segue com 264°05'10" e 116,90 m até o vértice **P-73**, de coordenadas **N= 9.349.666,94** m e **E= 192.782,00** m; deste segue com 264°00'31" e 154,29 m até o vértice **P-74**, de coordenadas **N= 9.349.650,84** m e **E= 192.628,55** m; deste segue com 346°20'11" e 530,02 m até o vértice **P-75**, de coordenadas **N= 9.350.165,86** m e **E= 192.503,35** m; deste segue com 79°36'16" e 183,98 m até o vértice **P-76**, de coordenadas **N= 9.350.199,06** m e **E= 192.684,31** m; deste segue com 155°53'48" e 378,88 m até o vértice **P-77**, de coordenadas **N= 9.349.853,22** m e **E= 192.839,04** m; deste segue com 158°45'41" e 74,43 m até o vértice **P-78**, de coordenadas **N= 9.349.783,84** m e **E= 192.866,00** m; deste segue com 162°26'37" e 101,38 m até o vértice **P-79**, de coordenadas **N= 9.349.687,19** m e **E= 192.896,58** m; deste segue com 63°24'32" e 44,30 m até o vértice **P-80**, de coordenadas **N= 9.349.707,02** m e **E= 192.936,20** m; deste segue com 71°32'29" e 20,89 m até o vértice **P-81**, de coordenadas **N= 9.349.713,63** m e **E= 192.956,01** m; deste segue com 78°40'01" e 134,71 m até o vértice **P-82**, de coordenadas **N= 9.349.740,10** m e **E= 193.088,09** m; deste segue com 86°36'37" e 224,95 m até o vértice **P-83**, de coordenadas **N= 9.349.753,40** m e **E= 193.312,64** m; deste segue com 91°49'25" e 204,85 m até o vértice **P-84**, de coordenadas **N= 9.349.746,88** m e **E= 193.517,39** m; deste segue com 109°37'49" e 98,18 m até o vértice **P-85**, de coordenadas **N= 9.349.713,90** m e **E= 193.609,87** m; deste segue com 101°17'11" e 33,68 m até o vértice **P-86**, de coordenadas **N= 9.349.707,31** m e **E= 193.642,90** m; deste segue com 69°45'08" e 133,73 m até o vértice **P-87**, de coordenadas **N= 9.349.753,59** m e **E= 193.768,36** m; deste segue com 70°39'17" e 118,37 m até o vértice **P-88**, de coordenadas **N= 9.349.792,80** m e **E= 193.880,05** m; deste segue com 327°15'00" e 371,58 m até o vértice **P-89**, de coordenadas **N= 9.350.105,31** m e **E= 193.679,03** m; deste segue com 346°08'46" e 799,04 m até o vértice **P-90**, de coordenadas **N= 9.350.881,11** m e **E= 193.487,70** m; deste segue com 90°04'37" e 361,45 m até o vértice **P-1**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§1º Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao **Meridiano Central nº 33°00'**, fuso -25, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

§2º As coordenadas descritas no caput deste artigo estão representadas e delimitadas no mapa que segue anexo a esta e Lei.
§3º O mapa anexo a esta Lei passa a ser parte integrante do Plano Diretor do Município de São Paulo do Potengi/RN.
Art. 4º A presente Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, em 09 de setembro de 2019.
198º ano da Independência e 131º ano da República.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:71ACAC7B

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 984/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE O PISO SALARIAL DOS SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS DE ENGENHEIRO CIVIL E ARQUITETO E URBANISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos art. 10, XXIV e art. 52, II, da Lei Orgânica do Município, e na Lei Federal N.o 4.950A, de 22 de abril de 1966,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica estabelecido o novo piso salarial do servidor ocupante dos cargos de provimento efetivo de Engenheiro Civil e de Arquiteto e Urbanista no valor de R$ 3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois reais) para carga horária de 20h semanais.
§1º. Caso a carga horária seja maior que 20h, o piso salarial será proporcionalmente majorado.
§2º. O piso salarial dos profissionais descritos no caput deste artigo será anualmente reajustado, conforme estabelecido na Lei Federal N.o 4.950A, de 22 de abril de 1966.
Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando-se todas as disposições em contrário.
Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando-se todas as disposições em contrário.

São Paulo do Potengi/RN, em 09 de setembro de 2019.

198º ano da Independência e 131º ano da República.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:444FA6BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 293/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR a pedido, o senhor JOÃO PAULO DA SILVA, ocupante do cargo em comissão de Gerente Administrativo e Financeiro, do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais - IPREVSAPP.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2019.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:56B1A243

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 294/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR o senhor NEILTON LOPES DE MOURA, do cargo em comissão de Subcoordenador de Manutenção de Cemitérios, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, símbolo CC5.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:A0DDF198

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 295/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR o senhor LEANDRO LOPES DE LIMA, do cargo em comissão de Subcoordenador de Proteção do Patrimônio Público, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, símbolo CC5.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:F52BF795

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 296/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR senhora MARIA FRANCILENE CASSIMIRO DA SILVA, para o cargo em comissão de Gerente Administrativo e Financeiro, do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais – IPREVSAPP, símbolo CC2.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2019.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:4C85556F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 013/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Denomina nome de logradouro público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e de conformidade com que preceitua a Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º Denominar de Rua THEODORICO BEZERRA à Rua Projetada localizada entre a Rua Projetada e a Rua Projetada, no Bairro Santa Luzia, nesta cidade.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor nesta data.

Leia-se, Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 09 de setembro de 2019 198º da Independência e 131º da República

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:4E94CD15

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EQUIPE DE PREGÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04060002/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2019 - ATA DA SESSÃO - "DESERTA"

Aos nove dias, do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove (09.09.2019), às 09h00min, na Sede do Poder Executivo Municipal de São Tomé/RN, com logradouro, suso mencionado, o Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados por Termo de Nomeação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Constitucional, deram início a reunião da licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº. 013/2019, do Tipo Menor Preço por Item, que tem como objeto epigrafado, conforme especificações no termo de referência. Na data e horário marcado, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte-FEMURN, conforme assevera Aviso de Licitação (EXTRATO DE EDITAL), devidamente publicado na Edição 2092, Código Identificador: B390D2E1, o qual circulou em data de 28/08/2019. Iniciado os trabalhos o Pregoeiro Oficial e equipe de apoio, constatou que não compareceu nenhum licitante interessado em participar do certame. Mesmo assim, em consenso, a equipe de pregão resolveu aguardar por um período máximo de 30 (trinta) minutos, na expectativa de que comparecesse algum licitante interessado em participar do aludido certame. Escoado esse prazo, verificou a ausência de interessados. Situação essa, que oportunamente, fora asseverada pela LISTA DE PRESENÇA, assinada apenas pelo Senhor Pregoeiro Oficial e equipe de apoio. Não obstante, é de suma relevância consignar que o Pregoeiro, por sua vez, poderia de imediato aprazar a nova data para a realização da sessão de licitação, porém, resolveu marcar a nova sessão somente em data posterior, a qual será novamente publicada nos meios de comunicações de praxe. Ato contínuo, e por unanimidade declarou a licitação DESERTA. Em seguida, o Pregoeiro deu por encerrada a presente Sessão no horário de 09h30min, tendo oportunamente lavrado a aludida ata que após lida e aprovada vai assinada pelos mesmos.

Setor de Licitações/EQUIPE DE PREGÃO do Município de São Tomé/RN, Segunda-feira, em, 09 de setembro de 2019.

FILIPE NERI SOARES
Pregoeiro Oficial/Município de São Tomé/RN

JOSÉ JOSIVALDO DA SILVA
Equipe de Apoio/Município de São Tomé/RN

JONAS CAVALCANTI DE MENEZES
Equipe de Apoio/Município de São Tomé/RN

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:3A2DA552

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA EXECUTIVA Nº 028/2019 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DA SERVIDORA MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO RIBEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO RIBEIRO servidora do quadro permanente de pessoal dessa Prefeitura, requereu exoneração do cargo de SECRETARIA, no dia 09 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1°. EXONERAR, a pedido, a Srª. **MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO RIBEIRO**, servidora pública municipal efetiva, matrícula 2178, inscrita no CPF sob o nº 040.721.124-10, ocupante do cargo de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2°. Declarar a vacância do cargo de Secretária, ora ocupado, pela servidora supracitada, de acordo com o Capítulo II, art. 32, inciso I, da Lei Complementar nº 06/2018.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

LEIA-SE.PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Tomé/RN, em 09 de setembro de 2019.

ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:2FD48795

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 032/2019, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

Decreta ponto facultativo no dia 20 de setembro de 2019 nos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Município, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Ponto Facultativo nos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Indireta e Autárquica, do Município, no dia 20 de setembro de 2019, excetuando-se aquelas atividades que sejam consideradas essenciais, nos termos da Lei 7.783/89.

Parágrafo único. São considerados essenciais no âmbito do Município de São Vicente, os seguintes serviços:

I - Os serviços de abastecimento de água;
II - Os serviços de saúde, oferecidos pela Unidade Mista de Saúde;
III - Os serviços de fiscalização e inspeção sanitária (Vigilância Sanitária e Abatedouro);
IV - Os serviços funerários (Cemitério);
V - Os serviços de limpeza pública;
VI - Os serviços de tratamento de esgoto.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Luiza em São Vicente/RN, 09 de setembro de 2019.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:83ABD005

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 090/2019-GP, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019

Concede diária(s) a IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO e dá outras providencias.

A CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1/4 (um quarto) de diária a servidora **IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO**, Mat. 869, ocupante da função de **PREFEITA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada à Cidade de Natal/RN, para comparecer à Secretaria Estadual da Educação e Cultura para tratar de assuntos sobre o PETERN 2019; ao Gabinete Civil da Governadora para tratar de assuntos de interesse do Município; e ao DER para reforçar o pedido de recuperação asfáltica da Rodovia BR 226 que abrange o município, no dia 04 de setembro de 2019, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 04 de setembro de 2019

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:CB1D86DC

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA - PORTARIA N° 089/2018-GP, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

OBJETO: Concede diária(s) a IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO e dá outras providencias.

Conste nesta data que a Chefe de Gabinete, informa a seguinte retificação, por erro de digitação no corpo do texto referente à Portaria nº 089/2019-GP, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 05/09/2019 – Edição 2098 - Código Identificador: EA636EC4, **ONDE SE LÊ:**

Fica concedida 1 (uma) diária integral.

LEIA-SE:

Fica concedido 3/4 (três quartos) de diária

São Vicente/RN, 09 de setembro de 2019.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BE8A8EE6

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 14060009

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor **R E P Locação de Veículos EIRELI – ME (CNPJ: 22.089.880/0001-57)** referente empenho nº 14060009, datado em 14/06/2019, no valor de R$ 2.790,00 (dois mil setecentos e noventa reais), referente nota de locação com recibo n° 114. No caso sob análise, verifica-se que com o atraso do pagamento ao locador de veículo, os serviços administrativos realizados pelo Gabinete Civil ficaram prejudicados, refletindo também nos processos burocráticos das demais secretarias. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 09 de setembro de 2019.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:078DDAA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 31050038

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES SAMU REGIONAL (CNPJ: 19.812.128/0001-88), referente empenho nº. 31050038, datado em 31052019, no valor de R$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS), referente nota fiscal nº.389. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referente à prestação de serviços de atendimentos móvel de urgência e emergência - SAMU. Com efeito, o serviço foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços essenciais na área da SAÚDE. Tal serviço e de suma importância para o transporte de pacientes e situação de urgência e emergência do município para hospitais da região. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 09 de setembro de 2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 354

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A508AED1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 16070004

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor R E P LOCAÇÃO DE VEICULOS EIRELI- ME (CNPJ: 22.089.880/0001-57), referente empenho nº. 16070004, datado em 16/07 /2019, no valor de R$ 9.150,00 (NOVE MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS), referente nota fiscal nº. 121. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes prestação de serviços de locação de veiculo tipo VAN de placa QGY5H12. Com efeito, o serviço foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos essenciais na área da SAÚDE. Tal serviço e de suma importância para o transporte de pacientes do município para realizar exames e consultas em hospitais da região. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 09 de setembro 2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretaria Municipal de Saúde
Mat. 354

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A2A365F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 14060013

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor PONTO X AUTOMOVEIS LTDA ME (CNPJ: 09.107.681/0001-66), referente empenho nº. 14060013, datado em 14/06/2019, no valor de R$ 3.970,00 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS), referente nota fiscal nº. 221. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes prestação de serviços de locação de veiculo tipo DOBLÔ de placa QGQ-0432. Com efeito, o serviço foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos essenciais na área da SAÚDE. Tal serviço e de suma importância para o transporte de pacientes de urgência e emergência do município para hospitais da região. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 09/09/2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0B1C3AEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2019 - SRP PROCESSO Nº. 729.025/2019

TIPO: Menor preço por item.
OBJETO: Contratação de Sociedade de Advogados para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria quanto ao desenvolvimento, acompanhamento e finalização de todo e qualquer ato administrativo, dos interesses do Município de Serra Caiada/RN, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN e Tribunal de Contas da União – TCU, cujas especificações encontram-se detalhadas no Anexo I – Termo de Referência.
BASE LEGAL: Lei n° 10.520/2002 subsidiada pela Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.
ADJUDICAÇÃO: Declinado o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, por atender as exigências do Edital e ofertar preços compatíveis com os praticados pelo Mercado, o Pregoeiro declarou vencedor do certame o licitante e seu respectivo item:
a) EMANUEL DANTAS ADVOCACIA E ASSESSORIA - CNPJ: 25.317.192/0001-95, saiu vencedor no item: 01 - R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
E decidiu adjudicar em favor dos licitantes acima citados os itens do objeto da licitação em epígrafe, com base legal no Art. 4°, XX, da Lei n° 10.520/2002.

Serra Caiada/RN, em 09 de Setembro de 2019.

ABRAHÃO ALLAN MIRANDA DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Abrahão Allan Miranda da Silva
Código Identificador:B03EE4F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 029/2019 - ADM

PORTARIA Nº 029/2019 - ADM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento da servidora o retorno das férias;

RESOLVE:

I – **SUSPENDER** a pedido da servidora o Gozo de Férias de MARIA DAIZE DE FRANÇA DO NASCIMENTO VIANA, Matrícula nº 341-7, servidora comissionada, ocupante do cargo de Coordenadora Geral de RH, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos. A servidora **gozou de 15 (quinze) dias de férias** referente ao período aquisitivo de 2018-2019, o restante dos dias de férias seram gozados no ano em curso no período ainda a definir. **Fica o gozo de férias suspenso a partir de 11/09/2019** referente ao período aquisitivo de **2018-2019**, com amparo legal no Artigo 87 da Lei Municipal nº 635/98 de 04 de agosto de 1998, do município de Serra Caiada/RN.

II – Esta portaria entra em vigor nada data da sua publicação.

III – Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Serra Caiada/RN, 09 de setembro de 2019.

DÉBORA DANIELA SILVA DA CRUZ
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos
Matrícula nº 1419

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:FC2A8D7D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PP 018 - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 020901/2019
Pregão nº 018/2019
Processo nº 120801/2019

Aos 02 dias do mês de setembro de 2019, de um lado a O MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO, com endereço na Praça Salviano Gomes Crisanto, 186, centro, em SERRA DE SÃO BENTO/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.146.680/0001-68, representada por WANESSA GOMES DE MORAIS, Prefeita Municipal, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 002.474.469 SSP/RN e do CPF/MF n.º 064.322.324-06, neste ato denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, responsável pelo Pregão n.º 018/2019, e de outro lado, a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em 02/09/2019, doravante denominada Fornecedor, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 007/2013, têm entre si, justo e avençado a presente ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado nesta PREFEITURA, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DE OFERTA DE MAIOR LANCE PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DA ABC FARMA - ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO PARA FARMÁCIAS E DROGARIAS DO SETOR.

FORNECEDOR: DROGARIA BOA VISTA EIRELI – ME
CNPJ N° 24.147.307/0001-88
ENDEREÇO: AV. VEREADOR JOÃO CÂNDIDO DE FREITAS, 11
BAIRRO: BOA VISTA
CIDADE: SERRA DE SÃO BENTO **ESTADO:** RN **CEP:** 59.214-000
REPRESENTANTE: FLÁVIO BEZERRA NEVES, inscrito no CPF n° 067.491.444-97
ITENS REGISTRADOS:

ITEM	MEDICAMENTO	VALOR TOTAL PARA A AQUSIÇÃO	DESCONTO
01	Produtos ETICOS constantes das letras A ate Z	R$ 50.000,00	13%
02	Produtos GENÉRICOS constantes das letras A ate Z	R$ 50.000,00	40%
03	Produtos SIMILARES constantes das letras A até Z	R$ 40.000,00	50%

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura mediante termo de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão n.º 018/2019.
2.1 – O compromisso de entrega estará caracterizado mediante termo de contrato, nota de empenho ou ordem de compra**,** decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de Pregão n.º 018/2019.
2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

3 - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

4 - DOS PREÇOS: A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no

mercado, cabendo a PREFEITURA convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4.1 – Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, a PREFEITURA poderá cancelar o registro e convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.
4.2 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, não haverá alteração do(s) percentual(is) de desconto contratado(s), que será(ão) aplicado(s) sobre o preço fixo e irreajustável da tabela vigente da(s) respectiva(s) apresentada pela contratada conforme o item 4.1 do Anexo I do Edital Licitatório 018/2019.
4.2.1 - Fica, todavia, ressalvada a possibilidade de revisão contratual, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, prejudiciais à execução do contrato, de efeitos extraordinários (álea econômica extraordinária e extracontratual).

5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá **validade de 12 (doze) meses** contada a partir da data de sua publicação.

6 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A publicação fiel ou resumida desta Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será imediata após sua assinatura.

7 – DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de São José do Campestre/RN, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

ASSINATURAS

_____ **WANESSA GOMES DE MORAIS**	_____ **DROGARIA BOA VISTA EIRELI – ME**
PREFEITA MUNICIPAL	**CNPJ N° 18.271.963/0001-95**
	FLÁVIO BEZERRA NEVES
	CPF n° 067.491.444-97
_____ **TESTEMUNHA 1**	_____ **TESTEMUNHA 2**
Nome	**Nome**
RG	**RG**

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:8B8D9318

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL.

Circunstanciado na ata da sessão do dia 26 de agosto de 2019, venho, conforme o art. 4° , XXI da Lei n° 10.520/2002 e art. 43, VI da Lei n° 8.666/1993, HOMOLOGAR o processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019, o qual teve como vencedor a licitante **PERICLES CARNEIRO DE OLIVEIRA – ME, inscrita no CNPJ n° 03.466.020/0001-40** com o valor total de R$ 260.000,00 (Duzentos e Sessenta Mil Reais), conforme ata da sessão, haja vista que foi a proposta mais vantajosa apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com as normas do Edital.

Publique-se!

Serra de São Bento/RN, 03 de setembro de 2019.

WANESSA GOMES DE MORAIS
Prefeita

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:7C76EA2E

CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PP 016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 030901/2019
Pregão nº 016/2019
Processo nº 290701/2019

Aos 03 dias do mês de setembro de 2019, de um lado a O MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO, com endereço na Praça Salviano Gomes Crisanto, 186, centro, em SERRA DE SÃO BENTO/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.146.680/0001-68, representada por WANESSA GOMES DE MORAIS, Prefeita Municipal, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 002.474.469 SSP/RN e do CPF/MF n.º 064.322.324-06, neste ato denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, responsável pelo Pregão n.º 016/2019, e de outro lado, a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em 03/09/2019, doravante denominada Fornecedor, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 007/2013, têm entre si, justo e avençado a presente ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:
1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado nesta PREFEITURA, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL.
.
FORNECEDOR: PÉRICLES CARNEIRO DE OLIVERA – ME
CNPJ N° 03.466.020/0001-40
ENDEREÇO: AV. CELSO LISBOA, 1671
BAIRRO: CENTRO
CIDADE: PASSA E FICA **ESTADO:** RN **CEP:** 59.218-000
REPRESENTANTE: WASHINGTON LUIZ BEZERRA DA SILVA, inscrito no CPF n° 116.049.164-00
Itens Registrados:

ITEM	DESCRIÇÃO	DESCONTO	VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO
1	Aquisição de Peças/Acessórios originais de primeira linha destinados aos veículos tipo ônibus.	14%	R$ 80.000,00
2	Aquisição de Peças/Acessórios originais de primeira linha destinados a máquinas.	15%	R$ 80.000,00
3	Aquisição de Peças/Acessórios originais de primeira linha destinados aos veículos leves.	18%	R$ 100.000,00
TOTAL			**R$ 260.000,00**

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura mediante termo de contrato, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão n.º 016/2019.
2.1 – O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante termo de contrato**,** decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de Pregão n.º 016/2019.
2.2 – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.
3 - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
4 - DOS PREÇOS: A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo a PREFEITURA convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4.1 – Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, a PREFEITURA poderá cancelar o registro e convocar

todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.
4.2 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, não haverá alteração do(s) percentual(is) de desconto contratado(s), que será(ão) aplicado(s) sobre o preço fixo e irreajustável da tabela vigente da(s) respectiva(s) fabricante(s) apresentada pela contratada conforme o item 4.1 do Anexo I do Edital Licitatório 016/2019.
4.2.1 - Fica, todavia, ressalvada a possibilidade de revisão contratual, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, prejudiciais à execução do contrato, de efeitos extraordinários (álea econômica extraordinária e extracontratual).
5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá **validade de 12 (doze) meses** contada a partir da data de sua publicação.
6 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A publicação fiel ou resumida desta Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será imediata após sua assinatura.
7 – DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de São José do Campestre, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

ASSINATURAS

WANESSA GOMES DE MORAIS	**PÉRICLES CARNEIRO DE OLIVERA – ME**
PREFEITA	**CNPJ N° 03.466.020/0001-40**
_____ **TESTEMUNHA 1**	**WASHINGTON LUIZ BEZERRA DA SILVA**
Nome	**CPF n° 116.049.164-00**
RG	_____ **TESTEMUNHA 2**
	Nome
	RG

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:45B3073E

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 018 - PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS, ATRAVÉS DE OFERTA DE MAIOR LANCE PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA DA ABC FARMA - ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO PARA FARMÁCIAS E DROGARIAS DO SETOR.

Circunstanciado na ata da sessão do dia 26 de agosto de 2019, venho, conforme o art. 4° , XXI da Lei n° 10.520/2002 e art. 43, VI da Lei n° 8.666/1993, HOMOLOGAR o processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019, o qual teve como vencedor a licitante **DROGARIA BOA VISTA EIRELI - ME**, inscrito no CNPJ n° 24.147.307/0001-88, com o valor total de R$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), conforme ata da sessão, haja vista que foi a proposta mais vantajosa apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com as normas do Edital.

Publique-se!

Serra de São Bento/RN, 02 de setembro de 2019.

WANESSA GOMES DE MORAIS
Prefeita

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:A23BD91E

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 04/2019 - CMDCA

Altera a Resolução 03/2019, em seu Art 2º, Inciso IV, que dispõe sobre a proibição dos candidatos ao Conselho Tutelar do uso de material impresso durante o período de campanha eleitoral.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) de Serra de São Bento/RN, por meio de sua COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 106/2014, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, e pelo art. 4º, da Resolução nº 118/2019, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONSEC), que lhe confere a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,
CONSIDERANDO que o art. 7º, §1º, letra "c", da Resolução CONANDA nº 170/14, dispõe que ao CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(às) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es), dispositivo que foi praticamente reproduzido no art. 4º, inciso "c", da Resolução nº 118/2019, do CONSEC;
CONSIDERANDO que, em decorrência de sua atribuição elementar de conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por sua Comissão Especial Eleitoral, a tomada das providências necessárias para que a campanha eleitoral, assim como a votação e apuração do resultado do pleito transcorram de forma regular;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a isonomia entre todos os candidatos, assim como prevenir e coibir a prática de condutas abusivas e/ou desleais, que podem importar, inclusive, na quebra do requisito da "idoneidade moral", expressamente exigido de todos os candidatos/membros do Conselho Tutelar pelo art. 133, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO, também, que a Lei nº 8.069/1990, a Lei Municipal nº 750/2015, e as Resoluções nº 170/2014, do CONANDA, e 119/2018, do CONSEC, são omissas em disciplinar o período da campanha eleitoral, reclamando, portanto, a disciplina desse aspecto do processo de escolha dos membros do conselho tutelar do Município de São José do Campestre/RN por parte deste CMDCA;

CONSIDERANDO, por fim, que a Resolução nº 118/2019, do CONSEC, em seu art. 5º, § 1º, traz um rol de condutas que são vedadas aos candidatos antes e durante as votações, que por sinal foram reproduzidas no Edital de Convocação do Processo de
Escolha deste Município e Resolução 01/2019 do CMDCA, e, ainda, a necessidade deste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) elencar outras condutas proibidas aos candidatos, por refletirem inidoneidade daqueles que as praticarem;

RESOLVE

Art 1º - Permitir aos candidatos a membros do Conselho Tutelar somente no período compreendido entre 29 de agosto a 29 de setembro do corrente ano, o uso de material impresso ("santinhos", panfleto, folders, flyers, banners, e assemelhados) de acordo com as normas da presente resolução.

Art 2º – Os gastos previstos no art 1º desta resolução NÃO deve ser maior que 10% do valor do salário vigente pago ao conselheiro tutelar, ou seja até no máximo de R$: 98,00 (noventa e oito reais).

Art 3º – Todo material utilizado pelo candidato, conforme descrito no art 1º desta resolução, deverá constar o CPF ou CNPJ do responsavel pela confecção.

Art. 4º - O candidato deverá realizar a prestação de contas da sua campanha ao CMDCA até 5 dias após o encerramento do período eleitoral, ou seja até o dia 04 de outubro de 2019.

Parágrafo único - Cabe à Comissão Eleitoral do CMDCA fornecer formulário especifico para realização da prestação de Contas pelo candidato, onde o mesmo deverá comprovar as receitas e despesas da sua campanha apresentando recibos e notas fiscais que comprovem o cumprimento do art 2º da presente resolução.

Art 5º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º, 3º e 4º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art 6º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra de São Bento/RN, 09 de Setembro de 2019.

HAÍLA VICTOR MORAIS
Presidente do CMDCA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:9915F0CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA Nº 065/2019

PORTARIA Nº 065, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

CONCEDE Função Gratificada Nível 1 (FG1) ao servidor OKATIO OLIVEIRA DA SILVA para exercer as funções de CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, e dá outras providências

O PREFEITO DE SERRA DO MEL, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Função Gratificada nível 1 (FG1) ao servidor OKATIO OLIVEIRA DA SILVA para exercer as funções de Controlador Geral na Controladoria Geral do Município

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:D360BD06

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA Nº 066/2019

PORTARIA Nº 066, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

CONCEDE Função Gratificada Nível II (FG2) ao servidor ALDO ARAÚJO DA SILVA para exercer as funções de CONTROLADOR GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO, e dá outras providências

O PREFEITO DE SERRA DO MEL, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Função Gratificada nível II (FG2) ao servidor ALDO ARAÚJO DA SILVA para exercer as funções de Controlador Geral Adjunto na Controladoria Geral do Município

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:C6AD2DAD

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA Nº 067/2019

PORTARIA Nº 067, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). RUBENS DE OLIVEIRA NUNES no cargo de, DIRETOR GERAL DO CONTROLE INTERNO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a). RUBENS DE OLIVEIRA NUNES no cargo de, DIRETOR GERAL DO CONTROLE INTERNO, lotado na Controladoria Geral do Município, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:3723FF52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ARP Nº 36/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado, de acordo com os seguintes itinerários e rotas. Os serviços serão prestados, nos locais, quantidades e horários descritos na tabela abaixo, sempre de acordo com a programação determinada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER, para 12 meses.
VIGÊNCIA: 09/09/2019 à 08/09/2020
ORGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL - CNPJ: 12.755.971/0001-20
FORNECEDOR: MASTER LOCACAO LTDA - ME - CNPJ: 07.656.489/0001-01
FORNECEDOR: MASTER LOCACAO LTDA - ME
CNPJ: 07.656.489/0001-01

ENDEREÇO: Rua Maria Neci Campos Matoso, 01, Bela Vista-Mossoró-RN, FONE: (84) 9914-3295 Email: masterlocacoes@hotmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: SINVAL SOLANO DE MOURA NETO
CPF: 969.711.424-20
ITEM 1 - 50000 (CINQUENTA MIL) QUILOMETRO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, EM VEÍCULO ÔNIBUS TIPO RODOVIÁRIO, AR CONDICIONADO, POLTRONA RECICLÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA 50 PASSAGEIROS SENTADOS, COM NO MÁXIMO 12 ANOS DE USO, COM MOTORISTA PARA O TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIO E CURSOS TÉCNICOS DA REDE MUNICIPAL DO CENTRO, VILAS SERGIPE E ALAGOAS PARA VÁRIAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA CIDADE DE MOSSORÓ. ROTA 1: SAÍDA ÁS 06:00 HORAS DA VILA BRASÍLIA, AV. ANTONIO F DE OLIVEIRA, PASSANDO PELAS RUAS PRINCIPAIS DA VILA BRASÍLIA, APÓS SEGUE NA RN SENTIDO A MOSSORÓ, ENTRA NA VILA SERGIPE PERCORRENDO AS DUAS RUAS PRINCIPAIS, SEGUE DE VOLTA NA RN E SENTIDO MOSSORÓ E ENTRA NA VILA ALAGOAS, PERCORRENDO AS DUAS RUAS PRINCIPAIS, SEGUE NA RN DESTINO A MOSSORÓ DESTINO UERN, UFERSA, FACENE, DIOCESANO, SENAC, UNP- 100 KM. ROTA 02: SAÍDA ÁS 17:30 HORAS DA VILA BRASÍLIA, AV. ANTÔNIO F DE OLIVEIRA, PASSANDO PELAS RUAS PRINCIPAIS DA VILA BRASÍLIA, APÓS SEGUE NA RN SENTIDO A MOSSORÓ, ENTRA NA VILA SERGIPE PERCORRENDO AS DUAS RUAS PRINCIPAIS, SEGUE DE VOLTA NA RN E SENTIDO MOSSORÓ E ENTRA NA VILA ALAGOAS, PERCORRENDO AS DUAS RUAS PRINCIPAIS, SEGUE NA RN DESTINO A MOSSORÓ DESTINO UERN, UFERSA, FACENE, DIOCESANO, SENAC, UNP- 100 KM. CAPACIDADE VEÍCULO MÍNIMO 50 PASSAGEIROS SENTADOS QUANTIDADE- 01 HORÁRIO DE CHEGADA DESTINO: 07:00 HORAS E 19:00 HORAS SAÍDA DESTINO: 06:00 HORAS E 17:30 HORAS DISTÂNCIA PERCORRIDA IDA E VOLTA NOS DOIS ITINERÁRIOS: 200 KM TIPO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTO E TERRA (VILAS SERGIPE E ALAGOAS) DIAS DA SEMANA: SEGUNDA A SEXTA. AO PREÇO UNITÁRIO DE R$4,00 (QUATRO REAIS), TOTALIZANDO R$200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

SERRA DO MEL/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
P/ Órgão Gestor, E,

SINVAL SOLANO DE MOURA NETO
P/ Contratada

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:0B8F2CBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ARP Nº 37/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado, de acordo com os seguintes itinerários e rotas. Os serviços serão prestados, nos locais, quantidades e horários descritos na tabela abaixo, sempre de acordo com a programação determinada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER, para 12 meses.
VIGÊNCIA: 09/09/2019 à 08/09/2020
ORGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL - CNPJ: 12.755.971/0001-20
FORNECEDOR: RD TRANSPORTES LTDA - CNPJ: 17.910.660/0001-02
FORNECEDOR: RD TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 17.910.660/0001-02
ENDEREÇO: Rua Coronel Antonio Freire, 224-Dom Elizeu – Assu-RN CEP: 59.650-000 ,Fone (84) 9975-8301/9176-6651 email: r.d.oliveira@hotmail.com.
REPRESENTANTE LEGAL: ROSALVO DANTAS DE OLIVEIRA
CPF: 813.746.664-91
ITEM 3 - 30000 (TRINTA MIL) QUILOMETRO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, EM VEÍCULOS ÔNIBUS CONVENCIONAL, ADAPTADO AO TRANSPORTE ESCOLAR, BANCOS ESTOFADOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES, VISTORIADO, CONVENCIONAL CAPACIDADE MÍNIMA 44 PASSAGEIROS SENTADOS, CONFORME ART.136 DO CTB LEI Nº 9.503/97, COM NO MÁXIMO 18 ANOS DE USO, COM MOTORISTA PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DAS VILAS RURAIS PARA O PÓLO VILA RIO GRANDE DO NORTE. FAZENDO OS SEGUINTES PERCURSOS NOS TURNOS VESPERTINO E NOTURNO: VESPERTINO: SAÍDA VILA BAHIA PERCORRENDO AS DUAS RUAS, APÓS SENTIDO VILA PERNAMBUCO PERCORRENDO AS DUAS RUAS E DESTINO A VILA RIO GRANDE DO NORTE. TOTALIZANDO 35 KM (IDA E VOLTA) . HORÁRIO DE CHEGADA NO DESTINO: 13:00 HORAS E 19:00 HORAS. SAÍDA DESTINO: 17:00 HORAS E 22:30 HORAS AO PREÇO UNITÁRIO DE R$3,47 (TRÊS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), TOTALIZANDO R$104.100,00(CENTO E QUATRO MIL E CEM REAIS).

SERRA DO MEL/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
P/Órgão Gestor, e,

ROSALVO DANTAS DE OLIVEIRA
P/Contratada

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:1BAB40AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ARP Nº 38/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado, de acordo com os seguintes itinerários e rotas. Os serviços serão prestados, nos locais, quantidades e horários descritos na tabela abaixo, sempre de acordo com a programação determinada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER, para 12 meses.
VIGÊNCIA: 09/09/2019 à 08/09/2020
ORGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL - CNPJ: 12.755.971/0001-20
FORNECEDOR: S J SERVICOS & LOCACOES - CNPJ: 26.537.990/0001-95
FORNECEDOR: S J SERVICOS & LOCACOES
CNPJ: 26.537.990/0001-95
ENDEREÇO: Rua Antonio Mota da Silva, 1406- Santo Antonio-Mossoró-RN CEP: 59.615-250,Fone (84) 9868-6165 email: sjdasilvavale@hotmail.com

Representante Legal:
STEPHERSON JAIME DA SILVA VALE
CPF: 050.988.374-56

ITEM 4 - 15000 (QUINZE MIL) QUILOMETRO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, EM VEÍCULOS ÔNIBUS TIPO RODOVIÁRIO, AR CONDICIONADO, POLTRONA RECICLÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA 50 PASSAGEIROS SENTADOS, COM NO MÁXIMO 18 ANOS DE USO, COM MOTORISTA PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. AO PREÇO UNITÁRIO DE R$3,44 (TRÊS REAIS E QUARENTA E

QUATRO CENTAVOS), TOTALIZANDO R$ 51.600,00 (CINQUENTA E UM MIL E SEISCENTOS REAIS)

SERRA DO MEL/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
P/Órgão Gestor,e,

STEPHERSON JAIME DA SILVA VALE
P/Contratada

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:AAC75408

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ARP Nº 39/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado, de acordo com os seguintes itinerários e rotas. Os serviços serão prestados, nos locais, quantidades e horários descritos na tabela abaixo, sempre de acordo com a programação determinada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER, para 12 meses.
VIGÊNCIA: 09/09/2019 à 08/09/2020
ORGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL - CNPJ: 12.755.971/0001-20
FORNECEDOR: AJ DE SOUZA LOCAÇÕES - ME - CNPJ: 11.572.226/0001-83
FORNECEDOR: AJ DE SOUZA LOCAÇÕES - ME
CNPJ: 11.572.226/0001-83
ENDEREÇO: RUA VEREADOR JOSÉ BEZERRA DE SÁ, 108 , BELA VISTA, ASSU/RN, CEP: 59650-000
REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO JOSÉ DE SOUZA
CPF: 033.976.174-13
ITEM 2 - 25000 (VINTE E CINCO MIL) QUILOMETRO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, EM VEÍCULOS ÔNIBUS CONVENCIONAL, ADAPTADO AO TRANSPORTE ESCOLAR, BANCOS ESTOFADOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES, VISTORIADO, CONVENCIONAL CAPACIDADE MÍNIMA 44 PASSAGEIROS SENTADOS, CONFORME ART.136 DO CTB LEI Nº 9.503/97, COM NO MÁXIMO 18 ANOS DE USO, COM MOTORISTA PARA TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL E MUNICIPAL DAS VILAS RURAIS PARA O PÓLO VILA RIO GRANDE DO NORTE. VESPERTINO: SAÍDA VILA PIAUÍ SENTIDO CARAVELO I, II E III, PASSANDO NO PÓLO VILA CEARÁ DESTINO VILA RIO GRANDE DO NORTE- 44 KM (IDA E VOLTA). NOTURNO: SAÍDA VILA PIAUÍ SENTIDO VILA ALAGOAS, VILA SERGIPE, DESTINO VILA RIO GRANDE DO NORTE- 46 KM (IDA E VOLTA). CAPACIDADE VEÍCULO MÍNIMO 44 PASSAGEIROS SENTADOS QUANTIDADE- 01 HORÁRIO DE CHEGADA DESTINO: 13:00 HORAS E 19:00 HORAS SAÍDA DESTINO: 17:00 HORAS E 22:30 HORAS DISTÂNCIA PERCORRIDA IDA E VOLTA NOS DOIS ITINERÁRIOS: 90 KM TIPO DE PAVIMENTAÇÃO TERRA. DIAS DA SEMANA: SEGUNDA A SEXTA. AO PREÇO UNITÁRIO DE R$3,58 (TRÊS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS), TOTALIZANDO R$ 89.500,00 (OITENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS).
.
ITEM 5 - 15000 (QUINZE MIL) QUILOMETRO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, EM VEÍCULOS ÔNIBUS CONVENCIONAL, ADAPTADO AO TRANSPORTE ESCOLAR, BANCOS ESTOFADOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES, VISTORIADO, CONVENCIONAL CAPACIDADE MÍNIMA 44 PASSAGEIROS SENTADOS, CONFORME ART.136 DO CTB LEI Nº 9.503/97, COM NO MÁXIMO 18 ANOS DE USO, COM MOTORISTA PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. AO PREÇO UNITÁRIO DE R$3,48 (TRÊS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), TOTALIZANDO R$52.200(CINQUENTA E DOIS MIL E DUZENTOS REAIS)

SERRA DO MEL/RN, 09 de setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
P/Órgão Gestor, e,

ANTONIO JOSÉ DE SOUZA
P/Contratada

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:59693DE0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 73/2019 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

Nomeia CILEIDE FERREIRA DA SILVA ROCHA, para exercer o Cargo Comissionado de Coordenadora da Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASH e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serrinha, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomear, **CILEIDE FERREIRA DA SILVA COSTA,** portadora do RG: 002.389.677, CPF: 057.089.104-37 para exercer na função de Cargo Comissionado de Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, da Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASH:

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais ao dia 06 de setembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Serrinha/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:FF4AE4A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL - TIAF ART. 268, F - CTM

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: **OFÍCIO ÚNICO DE SERRINHA/RN** RESPONSÁVEL: **EDVALDO MIGUEL DE OLIVEIRA JUNIOR.** CÓDIGO (CNS): **09.399-7**
CNPJ nº:**08.471.955/0001-39** INSCRIÇÃO MUNICIPAL nº: **08519**
ENDEREÇO: **Rua Gilson de Souza, nº 11, Centro.** CIDADE: **Serrinha** UF:**RN**
ATIVIDADE:**303-4 Serviço Notarial e Registral(Cartório).**
DATA DE ABERTURA: **19/03/1981.**

Considerando o dever de efetiva arrecadação dos tributos inerentes a sua competência, pela municipalidade, bem como a realização de procedimentos tendentes a constatação de ações constitutivas do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, fica instaurado o presente Procedimento Tributário, que terá por finalidade a fiscalização e, se for o caso, apuração do montante dos créditos tributários efetivamente devidos, a apuração das infrações à legislação tributária e aplicação das respectivas multas, a correta

identificação dos sujeitos passivos da correspondente relação tributária e a propositura, sendo o caso, das penalidades cabíveis.
Pelo presente ato ficam os sujeitos passivos obrigados a fornecer todos os elementos necessários à fiscalização das operações que possam constituir fator gerador do tributo referido, bem como exibir toda a escrituração fiscal e contabilidade geral, caso considerado necessário pelos agentes fiscais ou pela autoridade abaixo subscrita, sem prejuízo da análise da documentação já fornecida por essa empresa.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. AUTUE-SE.

SERRINHA/RN, 09 de Setembro de 2019.

MATEUS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Tributação e Finanças

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:ADBA3E10

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00017/2019

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00017/2019, que objetiva: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES CLÍNICOS ESPECIALIZADOS ENCAMINHADOS PELA SECREARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: **CENTRO INTEGRADO DE MEDICINA DIAGNOSTICA E PREVENTIVA LTDA - R$ 101.946,00; CIED - CENTRO DE IMAGEM ELIZABETE DANTAS LTDA - EPP - R$ 265.175,00.**

Serrinha dos Pintos - RN, 09 de Setembro de 2019

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:5F144AEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL N° 000010/2019 EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 000010/2019
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sítio Novo/RN – **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO ARTESANAL – **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES – **EMPRESA REGISTRADA**: JACOB E MENEZES LDTA ME (CNPJ: 07.039.495/0001-01) – **VALOR GLOBAL:** R$ 291.543,50 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos) - **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 c/c Lei Federal nº 10.520/2002.

Sítio Novo/RN, 04 de setembro de 2019

FRANCISCO EDILSON FERNANDES JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Antonio Carlos Souza Junior
Código Identificador:33FC4284

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESPACHO HOMOLOGATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA, A FIM DE REALIZAR DIAGNÓSTICOS PARA OS ATENDIMENTOS E SEREM REALIZADOS NA ATENÇÃO BÁSICA DESTE MUNICÍPIO DE TAIPU/RN.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

Homologo pelo presente termo para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Equipe de Pregão, referente ao Edital do Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços n° 017/2019 e da Lei n° 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas posteriormente, de acordo com o parecer daquela Equipe que escolheu a proposta da Licitante **MC SOLUÇÕES EIRELI ME - CNPJ 28.366.950/0001-53**, Saiu Vencedora no Certame do Lote 01, Totalizando o Valor Global de **R$ 129.198,00 (cento e Vinte Nove Mil, Cento e Noventa e Oito Reais)**, Como a Mais Vantajosa Para Este Município.

Taipu/RN, 05 de Setembro de 2019.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:218EBE8F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 05 dias de setembro do ano de 2019 o **MUNICÍPIO DE TAIPU,** com Sede à Rua Antônio Alves da Rocha, 304, centro, TAIPU/RN, inscrito no CNPJ sob n° 08.114.753/-0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO, portador do CPF: 025.682.844-04, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Serra Pelada, Zona Rural deste Município, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial, sob o número 017/2019, cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA, PARA FINS DE DIAGNÓSTICO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NA ATENÇÃO BÁSICA DESTE MUNICÍPIO DE TAIPU/RN**a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e osartigos e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece osartigos e condições gerais para o registro de preços referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ULTRASSONOGRAFIA, PARA FINS DE DIAGNÓSTICO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NA ATENÇÃO BÁSICA DESTE MUNICÍPIO**

DE TAIPU/RNcujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e prestador de serviços foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, o Município de TAIPU, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do prestador dos serviços, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **PRESTADOR DE SERVIÇOS** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) prestar os serviços solicitados, em data e local previamente estabelecidos e acordados entre as partes, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviço;
c) Prestar os serviços conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) cumprir com as obrigações fiscais, relativas à prestação dos serviços, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador de serviços solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação da prestação dos serviços. De acordo com o art. 4º, §§ 1º e 2º do Decreto 7.892/2013 e art. 57, § 4º da Lei 8.666/93, é admitida a prorrogação da vigência da Ata quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

Parágrafo Único: Caso o prestador dos serviços não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, oPrestador de Serviçose as especificações dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: MC SOLUÇÕES EIRELI					
CNPJ: 28.366.950/0001-53	**TELEFONE:** (84) 3322-6798		**E-MAIL:** soultechsistemas.com.br		
ENDEREÇO: AV. ANTONIO BASILIO, 3006 – BLOCO B – SALA 305 – LAGOA NOVA – NATAL/RN – CEP: 59056-901					
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**	**QUANT**	**UNID.**	**VR. UNIT**	**VR. TOTAL**
1	ULTRASSONOGRAFIA TRANSRETAL COM BIÓPSIA.	40	Serv	496,03	19.841,20
2	ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	280	Serv	86,03	24.088,40
3	ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	30	Serv	86,03	2.580,90
4	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	40	Serv	86,03	3.441,20
5	ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	30	Serv	86,03	2.580,90
6	ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	100	Serv	86,03	8.603,00
7	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	60	Serv	86,03	5.161,80
8	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	220	Serv	86,03	18.926,60
9	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	80	Serv	86,03	6.882,40
10	ULTRASSONOGRAFIA TRANSRETAL COM BIOPSIA SOB SEDAÇAO	20	Serv	86,03	1.720,60
11	ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÕES	200	Serv	133,84	26.768.00
12	ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA (PELVICA)	100	Serv	86,03	8.603,00
VALOR TOTAL					**129.198,00**

Art. 7º. O pagamento **será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal até o dia 10 (dez) do mês subsequente**, após a realização da entrega dos produtos, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada:
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **PRESTADOR DOS SERVIÇOS**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, na Imprensa Oficial.
Parágrafo Único: Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do prestador dos serviços registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. Constatada irregularidades no objeto contratual, este Município poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
ParágrafoÚnico– Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 12. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro: Oprestador dos serviçosestará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b) Descumprimento dos prazos e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d".
Parágrafo Segundo: Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro: Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto: As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto: As penalidades fixadas nesteartigo serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 13. O Prestador de Serviços terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo: O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 14. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 15. **DA ADESÃO**

15.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização desta ata de registro de preços, independentemente da participação ou não na licitação que a originou, observadas as exigências contidas na legislação pertinente, desde que as aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme § 3º, do artigo 22, do Decreto Federal n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013.
15.2. As adesões a esta ata não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme § 4º, do artigo 22, do Decreto Federal n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013
.**15.3.** Caberá ao Prestador de Serviços beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações assumidas com os participantes desta Ata;
15.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, conforme § 6º do artigo 22, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 16 - Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Ceará-Mirim/RN
Nada mais havendo a tratar, eu, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR,** pelo particular prestador de serviços e por duas (02) testemunhas.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Empresa:

MC Soluções EIRELI
CNPJ: 28.366.950/0001-53
HIGO RAFAEL DE AQUINO LOPES
CPF: 056.152.014-36
RG: 1751626 SSP/RN

TESTEMUNHAS:
_____
CPF/MF: _____

_____
CPF/MF: _____

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:9408A937

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 466, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019

EMENTA: Abre Crédito Especial no Corrente Exercício no Valor de R$ 134.743,32 (centro e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos), e dá outras providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU -RN:
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no corrente Exercício, no valor de **R$ 134.743,32 (centro e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos)**, para celebração de termo de cooperação técnica e financeira com o FMS de Ceará-mirim, objetivando a inserção do Hospital Municipal Percílio Alves, para garantir a referência regional

em obstetrícia de risco habitual, de acordo com as especificações abaixo:

UNID. ORÇAMENT.: 09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10 - SAÚDE
SUBFUNÇÃO: 302 – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
PROGRAMA: 1021 – SAÚDE PARA TODOS
AÇÃO: 2067 – MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 – OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ
SUB-ELEMENTO: 3.3.90.39.50 - SERVIÇOS MÉDICOS, INTERNAÇÃO HOSPITALAR E OUTROS
FONTE: 10010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR - **R$ 134.743,32 (centro e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos)**

Art. 2° - Para cobertura das despesas criadas e que serão incorporadas ao Orçamento, por Decreto do Executivo, servirão como fonte de recursos a anulação das despesas na seguinte dotação orçamentária;

UNID. ORÇAMENT.: 99.999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
FUNÇÃO: 99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
SUBFUNÇÃO: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
PROGRAMA: 0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
AÇÃO: 09999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
NATUREZA DA DESPESA: 99.99.99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
FONTE: 10010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
VALOR - **R$ 134.743,32 (centro e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos)**

Art. 3 º - Esta Lei entrará em vigor na data de Sua Publicação, revogadas as disposições em Contrário.

Prefeitura Municipal de Taipu/RN, 09 de Setembro de 2019.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:9FB5BCDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2019-GP

PORTARIA Nº 157/2019-GP.

Tangará/RN, em 09 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Tangará/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

R e s o l v e:

Art.1°. Fica nomeada para ocupar o Cargo Comissionado "Chefe de Departamento de Controle de Pacientes da Regulação" da Secretaria Municipal de Saúde na Prefeitura Municipal de Tangará/RN, a Senhora,**KALINE LIGIA SILVA GOMES**, portadora do CPF/MF 073.972.254-97.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE_SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:6E2B6509

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 158/2019-GP

PORTARIA 158/2019-GP

Tangará/RN, 09 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Tangará/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

Resolve:

Art. 1º. Fica nomeada para ocupar o cargo comissionado "Chefe de Departamento do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN)" na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tangará/RN, a Senhora Maria Divina Felipe Sobrinho Lemos, portadora do CPF/MF 039.591.424-80.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE_SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:510A78CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 159/2019-GP

PORTARIA 159/2019-GP

Tangará/RN, 09 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Tangará/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

Resolve:

Art. 1º. Fica nomeada para ocupar o Cargo Comissionado "Coordenadora Administrativo das Unidades Básicas de Saúde" na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tangará/RN, a Senhora Joana D´arc Rodrigues da Silva, portadora do CPF/MF 038.982.934-08.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
e Cumpra-se.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:542B9B5D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161/2019-GP

Portaria nº 161/2019-GP.

Tangará/RN, em 09 de setembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que o poder lhe confere, e nos termos do Artigo 60 inciso V, da Lei Orgânica Municipal

R e s o l v e:

Artigo 1º- Desclassificar a Senhora **Rafaella Brito de França**, Inscrição n° 503, aprovada em 3ª colocação com nota final 6,6 para o cargo de **Terapeuta Ocupacional**, do Processo Seletivo Municipal, por não se pronunciar dentro do prazo estabelecido, conforme item 57 do Edital de n° 001/2017.
Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte, em 12 de agosto de 2019.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:7649F407

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 160/2019

PORTARIA Nº 160/2019

Tangará /RN, 09 de setembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os representantes abaixo relacionados para comporem a Comissão do Plano de Cargos e Carreira da Secretaria Municipal de saúde de Tangará/RN.

REPRESENTANTES DO GOVERNO

Maria do Livramento Silva – Saúde
Marta do Nascimento – Saúde
Ana Luiza Ângelo Lamas e Silva – Procuradoria
Clébio Jarlison Rego de Freitas – Servidor
Evandilson Marcos da Silva – Servidor
Nayara Medeiros Santos – Servidor
Janaina Gomes de Paiva Amorim – Servidor
Franklin Henrique Silva de Assis – SINDSAÚDE
Hélio Alexandre Silveira e Souza – SINDSAÚDE

Art. 2º - Esta Portaria Entra em Vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique e Cumpra-se.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:46D972C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 20190029
ORIGEM: PREGÃO nº 9/2019-0029
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS/RN
CONTRATADA: SISTEMA INTEGRADOS APLICADO AO SETOR PÚBLICO LTDA
CNPJ (MF) N° 18.603.971-0001-91
OBJETO: Contratação de empresa especializada na Cessão de direitos de uso de sistemas informatizados integrados de Orçamento, Finanças e Contabilidade Pública, Compras, licitação e Contratos, Patrimônio, almoxarifado e protocolo para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias/RN.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.3000.4.122.3.2.4.0.339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
A ser pago em 04 (Quatro) Parcelas (Setembro, outubro, novembro e dezembro) de R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) bem como 01 (uma) parcela de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA: 05/09/2019 a 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 05/09/2019

ASSINANTES:
LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JACOME - PREFEITA MUNICIPAL
ANTONIO IRACILDO DE QUEIROZ – SECRETÁRIO MUNICIPAL
SISTEMAS INTEGRADOS APLICADO AO SETOR PÚBLICO LTDA – 18.603.971-0001-91

Publicado por:
Aristóteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:21FC7A88

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL № 015/2019 – PMTLC/SEMOB

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, através do seu pregoeiro oficial, comunica que no dia 20 de setembro de 2019, a partir das 09h30min, na Rua Vicente Batista, 107 – Centro, estará recebendo Propostas de Preços na modalidade acima epigrafada, no intuito de **Registro de preços na contratação futura e eventual dos Serviços de locação de caminhão limpa fossa, com equipamento a vácuo para sucção e transporte de dejetos das fossas domiciliares e dos prédios públicos do município.** Informações email: pmtlccpl@bol.com.br**.**

Tenente Laurentino Cruz/RN, 09 de setembro de 2019.

AYRTON ROOSEVELT AZEVÊDO DE MEDEIROS,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:A63852F8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019

PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL. O Município de Tenente Laurentino Cruz/RN – Prefeitura Municipal, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 029/2019, de

29/01/2019, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e a Lei nº 11.947/09, torna público que estará realizando do dia 10 de setembro de 2019 até 30 de setembro de 2019, CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, ficando marcada a sessão de julgamento das propostas e documentação no dia 30 de setembro de 2019 às 09 horas na sede da Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, na Rua Vicente batista, 107 – Centro. Mais informações na Sede da Prefeitura ou por email: pmtlccpl@bol.com.br.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 09 de setembro de 2019.

AYRTON ROOSEVELT AZEVÊDO DE MEDEIROS,
Presidente da CPL

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:65BC1075

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 039/2019 -
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Interessados: Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário de Tenente Laurentino Cruz/RN.
Assunto: Aquisição de material para manutenção da Fanfarra do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

A Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
Art. 24 - É dispensável a Licitação:
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços através de pesquisas do mercado;
RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.
02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 44.90.52 – material permanente, no orçamento vigente do exercício de 2019.

03. Importará a despesa o valor global de R$ 1.023,00 (um mil e vinte e três reais), sendo que R$ 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais) corresponde aos itens ganhos pela empresa Eletrônica Progresso Ltda e R$ 749,00 (setecentos e quarenta e nove reais) corresponde aos itens ganhos pela empresa G. W. Dantas – ME, que serão pagos após o trâmite normal do processo de despesa, com apresentação da nota fiscal devidamente acompanhada da ordem compra.
04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros **FMAS.**
05. Fica autorizado à contratação para aquisição dos itens conforme mapa de apuração de preços, com a empresa **Eletrônica Progresso Ltda, CNPJ: 70.309.885/0001-90,** com sede profissional na Rua Presidente José Bento, 536, Alecrim – Natal/RN, para aquisição dos **ITENS 05 e 06,** e com a empresa **G. W. Dantas - ME, CNPJ: 30.257.587/0001-80,** com sede profissional na Rua Dr. Hermancio Paiva, 196, Dom Elizeu – Assú/RN, para aquisição dos **ITENS 01, 02, 03 e 04** conforme **o** memorando nº 225/2019, da Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Comunitário.
06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 28 de agosto de 2019.

MARLUCE PEREIRA LIMA
Sec. Mun. Ação Social

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:1D60CEDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 275/2019 – SMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 275/2019 – SMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 e suas alterações e Considerando o memorando nº **658/2019 -** Secretaria Municipal de Saúde.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, o (a) servidor (a) **FRANCISCO MACHADO JUNIOR** portador do **CPF: 008.879.334-67** ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **06 de Setembro de 2019** com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 09 de Setembro de 2019.

EDILAMAR ABADIA V. F. PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
CPF nº.297.472.604-68

Publicado por:
Edilamar Abadia Vasconcelos França Pereira
Código Identificador:28D248A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 276/2019 – SMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 276/2019 – SMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 e suas alterações e Considerando o memorando nº **659/2019 -** Secretaria Municipal de Saúde.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, o (a) servidor (a) **FRANCISCO MACHADO JUNIOR** portador do **CPF: 008.879.334-67** ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN,

no dia **08 de Setembro de 2019** com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 09 de Setembro de 2019.

EDILAMAR ABADIA V. F. PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
CPF nº.297.472.604-68

Publicado por:
Edilamar Abadia Vasconcelos França Pereira
Código Identificador:7D06D050

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 277/2019 – SMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 277/2019 – SMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 e suas alterações e Considerando o memorando nº **660/2019** - Secretaria Municipal de Saúde.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, ao servidor **JOSE MARICELIO ARAUJO CRUZ** portador do **CPF: 067.847.194-09** ocupante da função de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no (s) dia (s) **08 de Setembro de 2019**, com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 09 de Setembro de 2019.

EDILAMAR ABADIA V. F. PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
CPF nº.297.472.604-68

Publicado por:
Edilamar Abadia Vasconcelos França Pereira
Código Identificador:8984B1A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0235/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): **HELTON DE SOUZA EVANGELISTA**, ocupante do Cargo de **CONSULTOR GERAL**, Lotado na **Consultoria Geral d Município**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **02** (**DUAS**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN**. Compareceu a **DIVISÃO ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA – DIESP/FUNASA, IDEMA/RN E CAIXA ECONÔMICA – GERENCIA EXECUTIVA DE GOVERNO, para tratar de assuntos inerentes ao Município**, no período: **03/09/2019** à **04/09/2019.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:B4306858

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0236/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): **LIDIANE MARQUES DA COSTA**, ocupante do Cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL**, Lotado(a) na **Secretaria Municipal Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **02** (**DUAS**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN**. Compareceu a **DIVISÃO ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA – DIESP/FUNASA, IDEMA/RN E CAIXA ECONÔMICA – GERENCIA EXECUTIVA DE GOVERNO, para tratar de assuntos inerentes ao Município**, no período: **03/09/2019** à **04/09/2019.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:F693254D

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0237/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a) **JOSINALDO MARCOS DE SOUZA**, ocupante do Cargo de **PREFEITO MUNICIPAL**, Lotado no **Gabinete do Prefeito**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **02** (**DUAS**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN**. Compareceu a **DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA – DIESP/FUNASA, IDEMA/RN E CAIXA ECONÔMICA – GERENCIA EXECUTIVA DE GOVERNO, para tratar de assuntos inerentes ao Município**, no período: **03/09/2019** à **04/09/2019.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

LUIZ NAZARENO DE SOUZA
Secretário Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:B4B22BCC

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0238/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a) **MARIO ILO GARCIA**, ocupante do Cargo de **Secretário Municipal**, Lotado na **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAGRI**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01** (**UMA**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / ASSÚ - RN / TIBAU - RN**. Para participar **de REUNIÃO SOBRE O GARANTIA SAFRA**, no período: **10/09/2019** à **10/09/2019.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:96C971CE

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0239/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor(a) **VIRGINIA REBOUÇAS VIANA**, ocupante do Cargo de **ANALISTA DE COMPRAS,** lotada na **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEMAP**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01** (**UMA**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / FORTALEZA - CE / TIBAU - RN**. Para **PARTICIPAR DE REUNIÃO REFERENTE A COMPRA ERECEBIMENTO DE MEDICAMENTOS**, no período: **10/09/2019** à **10/09/2019.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:D3055203

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0240/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a) **ALEX FABIANO SOARES SOBRAL**, ocupante do Cargo de **FISIOTERAPEUTA**, Lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **07** (**SETE**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN /NATAL – RN / TIBAU – RN**. Para **PARTICIPAR DO CURSO DE FORMAÇÃO EM QUIROPRAXIA CLÍNICA CIENTÍFICA**, no período: de **05/09/2019** à **08/09/2019** e **04/10/2019** à **06/10/2018.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:333DFA3F

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
DECRETO MUNICIPAL DE Nº 011/2018, DE 09/09/2019

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal do Brasil.

CONSIDERANDOo falecimento de: **JOSÉ MARIA DE SOUZA (Zé Maria Cunha)**, residia na comunidade de Gado Bravo neste Município.

DECRETA:

Art. 1º- Luto Oficial, por 1 (um) dias, no Município de Tibau, a partir desta data.
Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tibau/RN, 09 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:D93391C9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 019/2019-SRP

PROCESSO LICITATÓRIO 471/2019
PREGÃO PRESENCIALNº 019/2019-SRP

O Município de Tibau do Sul/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul, representado pelo seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria 010/2017, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **20 de Setembro de 2019, as 09:00hs**, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é a futura **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES, LANCHES E COFFEE BREAK,** visando atender às necessidades do Município de Tibau do Sul/RN**.**

O edital e seus anexos poderão ser adquiridos da sede da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul, na sala da CPL, que está situada na Rua Dr. Hélio Galvão, 122 – Centro – Tibau do Sul/RN, de segunda a sexta, das 08hs as 14hs, ou realizando solicitação através do e-mail da CPL, cpltibaudosul@gmail.com, após preenchimento de RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL.

Demais informações podem ser solicitadas através do telefone (84) 3246-4441.

Tibau do Sul, 09 de Setembro de 2019

MAVINIER EMANUEL ARAÚJO DE MEDEIROS
Pregoeiro Oficial
Presidente - CPL

Publicado por:
Mavinier Emanuel Araújo de Medeiros
Código Identificador:53FA8012

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - TP 002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 483/2019
TOMADA DE PREÇONº 002/2019

Na qualidade de **Prefeito Constitucional** do Município de Tibau do Sul/RN, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando, os atos praticados pelo Presidente da CPL deste Município, conjuntamente com o Apoio dos membros da Comissão, designados pela Portaria 049/2019, no transcorrer da Sessão Pública da Tomada de Preço 002/2019 realizada em 02 de Setembro de 2019;

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, que integra os autos deste certame e que foi dada a devida publicidade através do Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN;

Considerando, a inexistência de recursos administrativos interpostos contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação;

Considerando, finalmente, o que preconiza a Lei Federal nº. 8.666/1993.

ADJUDICO E HOMOLOGO o procedimento licitatório em favor da(s) licitante(s) indicada(s) a seguir:

F E C CONSTRUCOES LTDA, inscrita no **CNPJ 06.269.447/0001-47**, vencedora do certame, tendo apresentado o Valor Global de **R$ 451.975,15, (quatrocentos e cinquenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quinze centavos) para execução dos serviços objeto desta licitação.**

Tibau do Sul, 09 de Setembro de 2019

ANTÔNIO MODESTO RODRIGUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mavinier Emanuel Araújo de Medeiros
Código Identificador:0317F3D1

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CC 001/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 478/2019
CARTA CONVITENº 001/2019

Na qualidade de **Prefeito Constitucional** do Município de Tibau do Sul/RN, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando, os atos praticados pelo Presidente da CPL deste Município, conjuntamente com o Apoio dos membros da Comissão, designados pela Portaria 049/2019, no transcorrer da Sessão Pública da Carta Convite 001/2019;

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame, e publicado no Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN;

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente que preconizado na Lei Federal nº. 8.666/1993.

ADJUDICO E HOMOLOGO o procedimento licitatório em favor da(s) licitante(s) indicada(s) a seguir:

M MINERVINO NETO CONSTRUCOES, inscrita no **CNPJ 63.312.771/0001-34**, vencedora do certame, tendo apresentado o Valor Global de **R$ 72.086,59, (setenta e dois mil e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) para execução dos serviços objeto desta licitação.**

Tibau do Sul, 09 de Setembro de 2019

ANTÔNIO MODESTO RODRIGUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mavinier Emanuel Araújo de Medeiros
Código Identificador:8F0155A3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ARP 010/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 466/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2019

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUN. DE TIBAU DO SUL/RN - CNPJ: 08.168.775/0001-82

EMPRESA REGISTRADA: FELIPE X CERINO ASSESSORIA ESPORTIVA, inscrita no CNPJ: 28.459.211/0001-06, cuja proposta foi classificada em **1º** lugar no certame no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 ; totalizando o valor de **R$ 103.325,00 (cento e três mil, trezentos e vinte e cinco reais)**.

OBJETO: O objeto desta Ata é o Registro De Preços para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM**, visando atender às necessidades do Município de Tibau do Sul/RN, conforme especificações constantes no **Edital de Pregão Presencial 016/2019-SRP,** realizado em 11 de Julho de 2019, cujo seu Termo de Referência é parte integrante desta ata.

VIGÊNCIA INICIAL DA ATA: 15 de Julho de 2019.
VIGÊNCIA FINAL DA ATA: 15 de Julho de 2020.

VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 103.325,00 (cento e três mil, trezentos e vinte e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores; Lei Federal nº 10.520/2002; Decreto Municipal 001/2019.

Tibau do Sul, 15 de Julho de 2019.

ANTONIO MODESTO RODRIGUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mavinier Emanuel Araújo de Medeiros
Código Identificador:759FE2DC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ARP 009/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 460/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2019

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUN. DE TIBAU DO SUL/RN - CNPJ: 08.168.775/0001-82

ORGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUN. DE SAUDE DE TIBAU DO SUL/RN - CNPJ: 11.863.962/0001-90

EMPRESA REGISTRADA: CRM COMERCIAL LTDA – ME inscrita no CNPJ: 04.679.119/0001-9, cuja proposta foi classificada em **1º** lugar no certame no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais),** conforme planilha de itens anexa a esta ATA.

OBJETO: O objeto desta Ata é o Registro De Preços para **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM**, visando atender às necessidades do Município de Tibau do Sul/RN, conforme especificações constantes no **Edital de Pregão Presencial 014/2019-SRP,** realizado em 11 de Julho de 2019, cujo seu Termo de Referência é parte integrante desta ata.

VIGÊNCIA INICIAL DA ATA: 15 de Julho de 2019.
VIGÊNCIA FINAL DA ATA: 15 de Julho de 2020.

VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores; Lei Federal nº 10.520/2002; Decreto Municipal 001/2019.

Tibau do Sul, 15 de Julho de 2019.

ANTONIO MODESTO RODRIGUES DE MACEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mavinier Emanuel Araújo de Medeiros
Código Identificador:8C04B896

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE TOUROS – RN.

Contratada: VOCALIZE PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ/MF n° 30.640.398/0001-91.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA ARTISTA DAYSINHA E BANDA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW MUSICAL NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2019, NO LARGO DO SANTUÁRIO DO BOM JESUS DOS NAVEGANTES, CENTRO, TOUROS/RN, EM COMEMORAÇÃO AOS FESTEJOS DA SEMANA DA PÁTRIA.

Valor global do contrato: R$ 11.000,00 (onze mil reais).

Dotação Orçamentária:
- Unidade Orçamentária: 02.100 – Gabinete Civil;
- Ação: 2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito;
- Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- Fonte de Recursos: 100100 – Recursos Ordinários.

Vigência: 04/09/2019 à 04/10/2019.

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2019

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, Inciso III e o art. 26, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

Assinaturas:
Pela Contratante, FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE (Prefeito Municipal).
Pelo Contratado, KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR.

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:11261C55

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 718/2019

LEI MUNICIPAL Nº 718/2019 De 09 de setembro de 2019.

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação da vaquejada como prática desportiva e cultural e eleva a vaquejada e suas respectivas expressões artístico-culturais à condição de manifestação cultural municipal e de patrimônio imaterial do município de Umarizal-RN e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e sanciona a seguinte.

LEI

Art. 1º - Fica regulamentada a vaquejada como atividade desportiva e cultural e eleva a vaquejada e suas respectivas expressões artístico-culturais à condição de manifestação cultural municipal e de

patrimônio imaterial do município de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º - Considera-se vaquejada todo evento de natureza competitiva, no qual uma dupla de vaqueiros nomina animal bovino em faixa demarcada.

§ 1º - Os competidores são julgados na competição pela destreza e perícia, denominados vaqueiros ou peões de vaquejada, no dominar animal.

§ 2º - A competição dever ser realizada em espaço físico apropriado, com dimensões e formato que propiciem segurança aos vaqueiros, animais e ao público em geral.

§ 3º - A pista onde ocorre a competição deve, obrigatoriamente, permanecer isolada por alambrado, não farpado, contendo placas de aviso e sinalização informando os locais apropriados para acomodação do público.

Art. 3º - A vaquejada poderá ser organizada nas modalidades amadora e profissional, mediante inscrição dos vaqueiros em torneio patrocinado por entidade pública ou privada.

Art. 4º - Fica obrigado aos organizadores da vaquejada adotar medidas de proteção à saúde e à integridade física do público, dos vaqueiros e dos animais.

Art. 5º – Os promotores do evento, suas equipes de apoio, juízes e organização, assim como os competidores, têm obrigação de preservar os animais envolvidos no esporte, sendo que qualquer maltrato proposital a quaisquer dos animais participantes do evento acarretará a responsabilização civil e criminal daquele diretamente envolvido na ocorrência, bem como a sua imediata desclassificação.

§ 1º - O transporte, o trato, o manejo e a montaria do animal utilizado na vaquejada devem ser feitos de forma adequada para não prejudicar a saúde do mesmo.

§ 2º - Na vaquejada profissional, fica obrigatória a presença de uma equipe de paramédicos de plantão no local durante a realização das provas.

§ 3º - O vaqueiro que, por motivo injustificado, se exceder no trato com o animal, ferindo-o ou maltratando-o de forma intencional, deverá ser excluído da prova.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Umarizal/RN, em 09 de setembro de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:636C0CB6

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 719/2019

LEI MUNICIPAL Nº 719/2019 De 09 de setembro de 2019.

Ementa: Dispõe sobre a criação do "Programa o Artista que é Nosso", que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de oportunidade para a apresentação de grupos, bandas, cantores, instrumentistas e artistas culturais locais em eventos musicais, apresentações culturais e ou outros, que venham a ser financiados pelo poder público municipal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **Câmara Municipal** aprovou e sanciona a seguinte.

LEI

Art. 1º. Fica obrigatória a oferta de oportunidade para apresentações de grupos, bandas, cantores, instrumentistas e artistas culturais locais em eventos musicais, culturais e outros, que contem com financiamento público municipal, respeitando uma cota parte de 25% (vinte e cinco por cento) para os artistas locais.

§1º. Equipara-se ao financiamento público, para fins desta lei, toda e qualquer disponibilização de espaços públicos, suporte físico, estrutural, de pessoal ou de outra natureza, emanado do poder público municipal, destinado à realização do evento principal.

§2º. Os organizadores de eventos privados realizados no âmbito deste município terão a prerrogativa de optarem pela aplicação da presente lei.

Art. 2º.Consideram-se grupos, bandas, cantores, instrumentistas ou artistas culturais locais aqueles residentes no município; no caso de pluralidade de componentes, aquela coletividade que contemple a maioria de integrantes que no município tenha sua residência.

Art. 3º-A presente lei será regulamentada por decreto.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01/01/2020, revogadas as disposições em contrário.

Umarizal/RN, em 09 de setembro de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:F421C424

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial Nº 045/2019.

PROCESSO Nº 1013/2019

Tipo: Menor Preço Por Item

Homologo pelo presente termo, para que surta os efeitos legais, o julgamento da Pregoeira, referente ao Pregão Presencial nº. 045/2019, tendo como objeto o "Registro de Preços para Locação de equipamentos, estrutura e suporte para realização de eventos culturais no Município de Upanema/RN.", em favor dos licitantes relacionados abaixo, por terem sido os mais vantajosos para esta Administração:

JOÃO MARTINS DE SOUZA NETO - CNPJ: 19.551.081/0001-46, saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 12; perfazendo o valor de **R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);**

VALERIA ENTRETENIMENTO EIRELI – ME - CNPJ: 20.891.478/0001-66, saiu vencedor por ter cotado o menor preço dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15; perfazendo o valor de **R$ 394.930,00 (trezentos e noventa e quatro mil novecentos e trinta reais);**

Upanema/RN, 06 de Setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:5D15074C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 015/2019 – FMS/MVV

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA-VER/RN, CNPJ: 01.612.380/0001-88, torna público que foi firmado o seguinte aditivo**: primeiro Aditivo** de Prorrogação ao Contrato nº 015/2019. Objeto: **Contratação dos serviços de um veículo para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos**. Contratado: Maria Luiza Alves de Castro CPF: 020.400.834-48 - Período de Prorrogação: 11/09/2019 a 11/11/2019. Data de Assinatura: 05/09/2019.

Publique-se,

JOSE CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edivam Ferreira da Silva
Código Identificador:BD682A33

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 017/2019

Em, 06 de Setembro de 2019.

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Vera Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 02/2014, de 10.02.2014.

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias, ao valor unitário de R$ 700,00 (setecentos reais), para o prefeito, o Senhor Marcos Antônio Cabral, se deslocar à Brasília/DF, cuja saída está programada no dia 09.09.2019, com retorno previsto no 12.09.2019 (Quinta-feira), quando o mesmo, juntamente com o Ministério das cidades, Turismo e Saúde e com o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, visando a liberação de recursos para o município.

Publique-se e Cumpra-se.

ERIVALTER RIBEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:76A86E89

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 040901/2019 - INEX

TERMO AUTORIZATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação n.º 040901/2019 - INEX

O Município de Viçosa/RN, através da Prefeitura Municipal, através da Prefeitura Municipal, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 040901/2019 - INEX, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Inexigibilidade de Licitação, amparada no Art. 25, caput da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Inscrição de equipes no 3º Torneio Hand Brejo de Handebol, que ocorrerá dia 15 de setembro de 2019 na cidade de Brejo do Cruz/PB, em favor de WESLLEY FERNANDES TEIXEIRA, CPF: 115.669.874-07, pelos valores abaixo descrito:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	5060 - INSCRIÇÃO DE EQUIPE DE HANDEBOL EM TORNEIO	UND	2	150,00	300,00

AUTORIZO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a contratação do objeto pretendido, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Viçosa/RN, 09/09/2019.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:8B3EB9E0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 002/2019-PMV/SMS CONVOCAÇÃO

COMISSÃO MUNICIPAL INTERNA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL N° 002/2019-PMV/SMS

CONVOCAÇÃO

O Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de profissional de Nível Superior para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, no município de Viçosa, convoca o (a) aprovado (a) a se apresentar à prefeitura para preenchimento do cargo de Enfermeiro – ESF, do presente Processo Seletivo Simplificado, tendo em vista a necessidade da administração na oferta de serviços públicos, bem como a não manifestação de interesse por parte da 1ª colocada, dentro do prazo previamente estabelecido:

CARGO: Enfermeiro – ESF

Classificação	Nome	Pontuação
2)	Ronally Dart Oliveira	6,0

O (a) candidato (a) aprovado (a) acima listado (a) deverá comparecer à sede da Prefeitura Municipal de Viçosa/RN, situada na Rua Ozéas Pinto, 140 – Centro – Viçosa/RN, no horário de 8h às 13h, entre os dias 09/09/2019 a 13/09/2019, com a seguinte documentação original e cópias (duas cópias de cada documento):
a) cópia do diploma ou de declaração de conclusão do Curso para o cargo pretendido;
b) comprovação de Registro Profissional no Conselho competente;
c) 2 (duas) fotografias 3 x 4 (iguais). Não serão aceitas fotografias reproduzidas por scanners ou qualquer meio eletrônico semelhante;
d) Carteira de identidade;
e) CPF;
f) Título de Eleitor com declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho (CTPS);
h) Certificado Militar (para candidatos do sexo masculino);
i) Comprovante de Residência;
j) Declaração de disponibilidade de carga horária para o cargo pretendido (Anexo V);
k) Os documentos referidos nas letras "c" a "i" do item 9.4.2 deverão ser originais e serão utilizados, apenas, para o cadastro.
l) Trazer os seguintes exames de saúde: Hemograma Completo, Sumário de Urina e VDRL, com validade de até 90 dias e Carteira de Vacinação atualizada.
m) Atestado/declaração de antecedentes criminais fornecido pelo órgão competente.

Viçosa/RN, 9 de setembro de 2019.

Comissão Municipal Interna do Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2019

Membros Titulares:

SELCINA GOMES DE OLIVEIRA NETA LOPES
Presidente da CPSS
Portaria Nº 575/2019 – PMV;

FRANCISCA ALAENE LOPES ALVES;
Membro da CPSS
Portaria Nº 575/2019 – PMV;

DANILO MAX LOPES DA SILVA
Membro da CPSS
Portaria Nº 575/2019 – PMV.

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:BA25E975

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 699/2019-PMV/GP

Portaria n° 699/2019-PMV/GP

Dispõe sobre a nomeação de Tuani Teixeira de Lira, e dá outra providencias.

O Prefeito Municipal de Viçosa/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a senhora Tuani Teixeira de Lira, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gestão e Projetos Externos - lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se. Cumpre-se. Arquive-se

Viçosa/RN, 01 de setembro em de 2019.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:AD4BB805

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 698/2019-PMV/GP

Portaria n° 698/2019-PMV/GP

Dispõe sobre a nomeação de Bismarc Danilo Pimenta Alves, e dá outra providencias.

O Prefeito Municipal de Viçosa/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o senhor Bismarc Danilo Pimenta Alves, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico de Gestão e Projetos de Obra, Engenharia e Arquitetura - lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se. Cumpre-se. Arquive-se

Viçosa/RN, 01 de setembro em de 2019.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:A96F66BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2019 – PP

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE 2º COLOCADO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2019 – PP

O município de Viçosa/RN, através de seu Pregoeiro torna Público aos interessados, em especial aos Participantes do Pregão 013/2019 – PP, destinado a contratação de Pessoa Física ou Empresa para transporte de passageiros: pessoas carentes em tratamento de saúde em outras cidades do Estado e funcionários públicos municipais em uso da função, tendo em vista que a empresa vencedora do item 01, foi liberada do fornecimento dos serviços, conforme art. 19, inciso I, do Decreto 7.892/2013, que fica convocada a Empresa classificada em segundo lugar para o item 01, a empresa RAFAELA APARECIDA GERMANO 08162748431, CNPJ: 30.597.600/0001-40, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste aviso, manifestar seu interesse de contratar o item remanescente apresentando toda a documentação de habilitação exigida no edital da licitação em epígrafe na Sede da Prefeitura Municipal de Viçosa/RN. A contratação se dará nas mesmas condições da proposta do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço. Caso não aceite será convocado os demais classificados, caso existam, até a conclusão do processo.

Viçosa/RN, 09 de setembro de 2019.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:1E1F04F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2019 - PP

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 027/2019 - PP

O Governo do Município de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, por intermédio do Pregoeiro, designado pela portaria n.º 003/2019, torna público que às **10:00** do dia **23/09/2019**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 027/2019 - PP**, tipo Menor preço, para **Aquisição de materiais de construção e elétrico destinados ao atendimento das necessidade do Município de Viçosa/RN**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, LC 147 de 07 de agosto de 2014, e demais normas que regem a matéria.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Rua Ozéas Pinto, 140, Centro, cidade de Viçosa - RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, através do site: www.vicosa.rn.gov.br, ou pelo email: licitacaovicosarn@gmail.com.

Viçosa/RN, 09/09/2019.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:D4CE8089

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2019 - PP

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2019 - PP

O Governo do Município de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, por intermédio do Pregoeiro, designado pela portaria n.º 003/2019, torna público que às **14:00** do dia **23/09/2019**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 028/2019 - PP**, tipo Menor preço, para **Aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos destinados ao atendimento das demandas do município de Viçosa/RN**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, LC 147 de 07 de agosto de 2014, e demais normas que regem a matéria.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Rua Ozéas Pinto, 140, Centro, cidade de Viçosa - RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente, através do site: www.vicosa.rn.gov.br, ou pelo email: licitacaovicosarn@gmail.com.

Viçosa/RN, 09/09/2019.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:936C1052

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 141/2019 – GABINETE DA PREFEITA

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE FATOS E EVENTUAIS RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS POR SERVIDOR".

A Prefeita Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a instauração de Procedimento Administrativo, com a nomeação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, através da Portaria nº 006, de 04 de janeiro de 2019, para apuração de eventuais fatos e responsabilidades administrativas praticadas por servidor;

CONSIDERANDO o Despacho em que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar solicitou a prorrogação, por mais 10 (dez) dias, do prazo para conclusão dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar o prazo, por mais 10 (dez) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria nº 138, de 19 de dezembro de 2018, para apuração dos fatos apontados no Processo Administrativo Disciplinar nº 2270/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao termo final de vigência da portaria de instauração do PAD, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN Em 09 de setembro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:4E6CF9B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 903/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 06 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, 09 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:D46A10B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 904/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro -de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LEONARDO JOSÉ DE MORAIS** Mat. 120, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 06 de setembro de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência,tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 09 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:9C911432

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 905/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JOSÉ ANDRIÊ DE MEDEIROS** Mat. 357, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 06 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 09 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:CE4B3143

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 906/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **PAULO DEHON NOBRE DE ARAUJO**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 06 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 09 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:4926D196

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 907/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **JOSÉ GLEYDSON BARBOSA DE MEDEIROS**,Mat.743 ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 07 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência,tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 09 de setembro de 2019.

JOEDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:1601AFE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 908/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de SANTA-CRUZ/RN, no dia 07 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.

Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, 09 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:75B9B295

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 CONTRATO Nº 028/2019 TERMO ADITIVO Nº 001

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2019, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN E A GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI CNPJ:31.373.978/0001-22.

Pelo presente termo, o Município de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Av. Senador Georgino Avelino, 118, centro, Angicos/RN, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante legal, no fim identificado e assinado, e a empresa empresa GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº.31.373.978/0001-22, sediada a R.Francisco Guilherme Teixeira,1273 a A ,Alto da Alegria, Angicos/RN, neste ato representada por Sandro Wagner Guilherme de Souza, portador(a) do CPF nº634.567.104-53, residente e domiciliado(a) à R.José Horacio ,Centro, Angicos/RN doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e de acordo com as formalidades constantes da licitação Pregão Presencial nº. 004/2019, têm entre si justo e avençado, e celebra o presente termo aditivo ao contrato n.º **028/2019**, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE
O presente instrumento temo por objetivo o acréscimo de 1,14% (um virgula quatorze por cento) ao valor global inicialmente contratado, do contrato de nº **028/2019,** quem tem por como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DOS ALUNOS ATRAVÉS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (MERENDA), COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2019**, conforme demonstrativo financeiro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT. Contratada	VALOR UNT.	Percentual acrescido	Quant. Acrescida	Valor
30	CARNE BOVINA COXÃO MOLE Bovino Coxão Mole. Características Técnicas: Carne bovina, cortada em fatias (bife) de 60/70g, congelada, sem gordura (percentual admitido de até 5% por peça), sem cartilagens e nervos. Carne de cor vermelha cereja, elástica, firme e com odor agradável. Embalagem: Deve estar intacta. Acondicionada em sacos de polipropileno reforçado, contendo 1Kg. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n° de registro em órgão competente (SIM S.I.E ou S.I,F), procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorífico), de acordo com a legislação vigente.	KG	MAFRIPAR	100	R$23,90	25%	25	R$597,50
68	CARNE BOVINA PATINHO Carne bovina patinho resfriada, embalagem em filme pvc ou em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, n° de registro em órgão competente (SIM S.I.E ou S.I,F), procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. Apresentar em anexo a proposta documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos pela indústria (frigorífico), de acordo com a legislação vigente.	KG	MAFRINORTE	500	R$22,50	25%	125	R$2.812,50
Valor do termo aditivo								R$3.410,00
valor do contrato								R$ 299.193,63
Valor do termo aditivo								R$ 3.410,00
Percentual aditivado								1,14%
VALOR DO CONTRATO APÓS O TERMO ADITIVO								R$ 302.603,63

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Este aditivo é fundamentado nos artigos 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, nos princípios gerais da administração, dentre ele o da economia, eficiência, razoabilidade, tudo em conformidade com os dados constantes no procedimento administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra-se justificado em solicitação do Secretário Municipal da Secretara Municipal de Educação, apensa a este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES DO ADITIVO
1 – Em virtude dos acréscimos ocorridos, o presente termo aditivo terá o valor de R$ 3.410,00 (três mil quatrocentos e dez reais)
2 – Fica o contrato de n° **028/2019**, a partir da assinatura deste termo, alterado seu valor global de R$ **299.193,63 (duzentos e noventa e nove mil, cento e noventa e três reais e sessenta e três centavos)**, para R$ 302.603,63 (trezentos e dois mil, seiscentos e três reais e sessenta e três centavos).
CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 028/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ficam mantidas e incorporadas a este Termo as demais Cláusulas e condições contidas no referido contrato.

Por estarem em acordo, às partes contratadas firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Angicos/RN, 09 de Setembro de 2019.

Município De Angicos	GDS Comercial E Serviços EIRELI
CNPJ:08.085.409/0001-60	CNPJ nº 31.373.978/0001-22
DEUSDETE GOMES DE BARROS	***SANDRO WAGNER GUILHERME DE SOUZA***
Prefeito Municipal	CPF nº 634.567.104-53
Contratante	Contratada

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:392EBB2F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 CONTRATO Nº 029/2019 TERMO ADITIVO Nº 001

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2019, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN E A EMPRESA SIMONE B P FERREIRA ME CNPJ:19.416.511/0001-17.

Pelo presente termo, o Município de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte, com sede na Av. Senador Georgino Avelino, 118, centro, Angicos/RN, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante legal, no fim identificado e assinado, e a empresa empresa SIMONE B P FERREIRA ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº.19.416.511/0001-17, sediada a Av Musicista Samuel Sandoval da Fonseca,244 , Sala A, Novo Horizonte, Assu/RN, neste ato representada por Bruno Pessoa Ferreira, portador(a) do CPF nº 068.453.654-40, residente e domiciliado(a) à R. Profº Antônio Fagundes,45, Meus Amores Assu/RN doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e de acordo com as formalidades constantes da licitação Pregão Presencial nº. 004/2019, têm entre si justo e avençado, e celebra o presente termo aditivo ao contrato n.º **029/2019**, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FINALIDADE
O presente instrumento temo por objetivo o acréscimo de 1,89% (um virgula oitenta e nove por cento) ao valor global inicialmente contratado, do contrato de nº **029/2019,** quem tem por como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DOS ALUNOS ATRAVÉS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (MERENDA), COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2019**, conforme demonstrativo financeiro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT. CONTRATADA	VALOR UNT.	PERCENTUAL ACRESCIDO	QUANT. ACRESCIDA	VALOR
63	PÃO TIPO PADARIA 50G (PACOTE COM 10 UNIDADES) OS PÃES DEVEM SER EMBALADOS EM SACOS DE PLÁSTICOS RESISTENTE, TERMOS SOLDÁVEL, COM NO MÁXIMO 30 PÃES, APRESENTADOS EM TAMANHO PADRÃO E NÃO PODEM ESTAR AMASSADOS OU MURCHOS (PREPARADO HORAS ANTES DA ENTREGA). A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVERÁ FORNECER QUANTIDADE, ORIGEM, INGREDIENTES, E DATA DE VALIDADE IMPRESSOS. MANTER NO RECEBIMENTO CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS PRÓPRIAS.	PCT	SÃO JOAO	1.520	R$3,98	25%	380	R$1.512,40
VALOR DO TERMO ADITIVO								R$1.512,40
VALOR DO CONTRATO								R$79.841,40
VALOR DO TERMO ADITIVO								R$ 1.512,40
PERCENTUAL ADITIVADO								1,89%
VALOR DO CONTRATO APÓS O TERMO ADITIVO								R$81.353,80

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Este aditivo é fundamentado nos artigos 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, nos princípios gerais da administração, dentre ele o da economia, eficiência, razoabilidade, tudo em conformidade com os dados constantes no procedimento administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA
O presente termo aditivo encontra-se justificado em solicitação do Secretário Municipal da Secretara Municipal de Educação, apensa a este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES DO ADITIVO
1 – Em virtude dos acréscimos ocorridos, o presente termo aditivo terá o valor de R$ 1.512,40 (um mil quinhentos e doze reais e quarenta centavos)
2 – Fica o contrato de n° **029/2019**, a partir da assinatura deste termo, alterado seu valor global de R$ **79.841,40 (setenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)**, para **R$ 81.353,80 (oitenta e um mil trezentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).**

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 029/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ficam mantidas e incorporadas a este Termo as demais Cláusulas e condições contidas no referido contrato.

Por estarem em acordo, às partes contratadas firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Angicos/RN, 09 de Setembro de 2019.

Município De Angicos	Simone B P Ferreira –ME
CNPJ:08.085.409/0001-60	CNPJ: 19.416.511/0001-17
DEUSDETE GOMES DE BARROS	***BRUNO PESSOA FERREIRA***
Prefeito Municipal	CPF: 068.453.654-40
Contratante	Contratada

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:00D71096

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00010/2019

Aos 09 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Antonio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Praça Boa Esperança - Centro - Antonio Martins - RN, nos termos da Lei Federal de nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Municipal nº 05/2018, de 14 de Março de 2018, subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as demais normas legais aplicáveis, e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00011/2019 que objetiva o registro de preços para: Formalização de Ata de Registro de Preços para futuras Aquisições Fracionadas de GÁS MEDICINAL, OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO MEDICINAL, visando atender às necessidades do Hospital Maternidade Justino Ferreira, do Município de Antônio Martins-RN, conforme especificado no anexo I deste Edital; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO MARTINS - CNPJ nº 08.348.989/0001-30.

VENCEDOR: EDIVAN BORGES DE SOUSA - ME						
CNPJ: 03.936.626/0002-83						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	Oxigênio Med. Tipo G Carga.	AIR LIQUIDE	Cil.	200	95,00	19.000,00
2	Oxigênio Med. Tipo Q Carga.	AIR LIQUIDE	Cil	200	135,00	27.000,00
3	Óxido Nitroso 28 Kg Carga.	AIR LIQUIDE	Kg.	56	120,00	6.720,00
4	Ar Medicinal Comprimido 10m³	AIR LIQUIDE	M³	200	17,00	3.400,00
5	Oxigênio Med. 10M³	AIR LIQUIDE	M³	2000	25,00	50.000,00
6	Regulador Medicinal P/02.	PROTEC	Und	25	675,00	16.875,00
7	Umidificador 250Ml	PROTEC	Und	40	75,00	3.000,00
TOTAL						125.995,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Antonio Martins firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00011/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Antonio Martins, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00011/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00011/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- EDIVAN BORGES DE SOUSA - ME.
CNPJ: 03.936.626/0002-83.
Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7.
Valor: R$ 125.995,00.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Martins-rn.

Antonio Martins - RN, 09 de Setembro de 2019

JORGE VINICIUS DE OLIVEIRA FERNANDES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Everton Augusto de Mesquita
Código Identificador:0C42EDAA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1518/2019 06 DE SETEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R$ 15.000,00(quinze mil reais), para Ação 2.149 – Subvenções Sociais a Entidades sem fins lucrativos para repasse a SOCIEDADE MUSICAL APODIENSE e dar outras providencias

Alan Jefferson da Silveira Pinto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício corrente, no valor de R$ 15.000,00 (**quinze mil reais**), nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, II, 42 e 43, III, da Lei nº 4.320/6, conforme especificações orçamentárias a seguir:

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	244	Assistência Comunitária				
Programa	21	DIREITO E CIDADANIA				
Ação	2.149	Subvenções Sociais a Entidades sem fins lucrativos				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	33500000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
Elemento de Despesa	33504300	Subvenções Sociais	Fonte	15300000	R$	15.000,00
Total					**R$**	**15.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras				
Função	26	Transporte				
Subfunção	782	Transporte Rodoviário				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	1.81	Obras de melhorias de Infraestrutura de Ponte Metálica – Emenda Impositiva				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905100	Obras e Instalações	Fonte	15300000	R$	15.000,00
Sub-Total					**R$**	**15.000,00**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.
Apodi/RN, em 06 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:642BF79D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0121/2019

Dispõe sobre Autorização Legislativa para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 104.000,00 (Cento e Quatro Mil Reais), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CONSIDERANDOa autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, concedida pela Lei Municipal nº 1513/2019 de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: http://www.diariomunicipal.com.br, edição nº 2100 do dia 09 de setembro de 2019.

Art. 1º
- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 104.000,00 (Cento e Quatro Mil Reais), nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a **"Reforço de Dotações Insuficientemente Orçadas"**, conforme discriminado abaixo:

Órgão	2000	Poder Executivo
Unidade Orçamentária	2003	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Função	28	Encargos Especiais
Subfunção	843	Serviço da Dívida Interna
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo
Ação	0.2	Amortização da Dívida Contratada e Encargos
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital

Grupo de Natureza de Despesa	46000000	Amortização da Dívida				
Modalidade de Aplicação	46900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	46907100	Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fonte	10010000	R$	44.000,00
Total					**R$**	**44.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2003	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento				
Função	28	Encargos Especiais				
Subfunção	843	Serviço de Dívida interna				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	0.1	Consignações a Justiça do Trabalho				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33909100	Sentenças Judiciais	Fonte	10010000	R$	60.000,00
Total					**R$**	**60.000,00**
Total dos Créditos Suplementados					**R$**	**104.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Conforme especificações orçamentárias a seguir:

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.123	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903100	Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas, Desportivas e Outros.	Fonte	10010000	R$	1.000,00
Total					**R$**	**1.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
Programa	23	Comunidade Feliz				
Ação	2.134	Manutenção do Programa AABB Comunidade				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33901400	Diárias - Civil	Fonte	10010000	R$	1.000,00
Elemento de Despesa	33903200	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita.	Fonte	10010000	R$	2.000,00
Total					**R$**	**3.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	365	Educação Infantil				
Programa	15	Educação para Todos				
Ação	2.171	Manutenção da Educação Infantil – Creche Sonho de Criança – CAIC				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31000000	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	31900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	31901100	Vencimento e Vantagens – Pessoal Civil	Fonte	10010000	R$	100.000,00
Total					**R$**	**100.000,00**
Total dos Créditos Anulados					**R$**	**104.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:162F3AB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0122/2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R$ 39.064,00 (TRINTA E NOVE MIL E SESSENTA E QUATRO REAIS), PARA SOCIEDADE MUSICAL APODIENSE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alan Jefferson da Silveira Pinto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CONSIDERANDOa autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, concedida pela Lei Municipal nº 1516/2019 de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: http://www.diariomunicipal.com.br, edição nº 2100 do dia 09 de setembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no exercício corrente, no valor de R$ 39.064,00 (trinta e nove mil e sessenta e quatro reais), nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, II, 42 e 43, III, da Lei nº 4.320/6, conforme especificações orçamentárias a seguir:

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	13	Cultura				
Subfunção	392	Difusão Cultural				
Programa	18	CULTURA E LEITURA PARA TODOS				
Ação	2.85	Manutenção das Atividades da Banda de Música Municipal				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	33500000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
Elemento de Despesa	33504300	Subvenções Sociais	Fonte	15300000	R$	29.064,00
Elemento de Despesa	33504300	Subvenções Sociais	Fonte	10010000	R$	10.000,00
Total					**R$**	**39.064,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	13	Cultura				
Subfunção	392	Difusão Cultural				
Programa	18	CULTURA E LEITURA PARA TODOS				
Ação	2.85	Manutenção das Atividades da Banda de Música Municipal				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações diretas				
Elemento de Despesa	33901800	Auxilio financeiro a estudantes	Fonte	15300000	R$	22.064,00
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	2.000,00
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905200	Equipamentos e Material Permanente	Fonte	15300000	R$	5.000,00
Sub-Total					**R$**	**29.064,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO				
Ação	2.29	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	10010000	R$	10.000,00
Sub-Total					**R$**	**10.000,00**
Total de Anulações					**R$**	**39.064,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:A05A0AF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0123/2019

Dispõe Sobre Autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 97.497,78 (noventa e sete mil quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, concedida pela Lei Municipal nº 1519/2019 de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: http://www.diariomunicipal.com.br, edição nº 2100 do dia 09 de setembro de 2019.

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R$ 97.497,78 (noventa e sete mil quatrocentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), nos termos dos artigos 40, 41, II e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a execução das obras da

"2ª Etapa da Adequação, Urbanização e Paisagismo da Avenida Joaquim Teixeira de Moura, Zona Urbana de Apodi/RN", contratada em exercício anterior, conforme discriminado abaixo:

Órgão	2000	PODER EXECUTIVO				
Unidade Orçamentária	2007	Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte				
Função	15	Urbanismo				
Subfunção	452	Serviços Urbanos				
Programa	13	Infra Estrutura Urbana				
Ação	1.108	2ª Etapa da Adequação, Urbanização e Paisagismo da Avenida Joaquim Teixeira de Moura, Zona Urbana de Apodi/RN				
Natureza da Despesa	400000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	440000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	449000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449051	Obras e Instalações	Fonte	15100000	R$	97.497,78
Total					**R$**	**97.497,78**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de Transferências do Ministério do Turismo –Contrato de Repasse nº 0371791-09/2011, nos termos do art. 43, §1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D201E2F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0124/2019

Dispõe sobre Autorização Legislativa para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R$ 136.749,09 (Cento e trinta e seis mil setecentos e quarenta e nove reais e nove centavos), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, concedida pela Lei Municipal nº 1514/2019 de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: http://www.diariomunicipal.com.br, edição nº 2100 do dia 09 de setembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 136.749,09** (Cento e trinta e seis mil setecentos e quarenta e nove reais e nove centavos), nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a **"Reforço de Dotações Insuficientemente Orçadas"**, conforme discriminado abaixo:

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	15	Educação para Todos				
Ação	2.44	Manutenção do Programa Dinheiro na Escola PDDE				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	21210000	R$	20.185,35
Total Suplementação					**R$**	**20.185,35**

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	16	Transporte Escolar				
Ação	2.71	Programa Transporte Escolar – Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	21230000	R$	21.474,17
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	21250000	R$	31.305,63
Total Suplementação					**R$**	**52.779,80**

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	365	Educação Infantil				
Programa	15	Educação para Todos				
Ação	2.146	Programa Transporte Escolar – Ensino Infantil				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	21230000	R$	2.773,88
Total Suplementação					**R$**	**2.773,88**

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	17	Merenda Escolar				
Ação	2.76	Programa de Alimentação Escolar – Ensino Infantil/Pré-Escola				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	21220000	R$	2.782,64
Total Suplementação					**R$**	**2.782,64**

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	306	Alimentação e Nutrição				
Programa	17	Merenda Escolar				
Ação	2.78	Programa de Alimentação Escolar – Atendimento Educacional Especializado.				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	21220000	R$	2.010,33
Total Suplementação					**R$**	**2.010,33**

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	15	Educação para Todos				
Ação	2.79	Manutenção do Programa Novo Mais Educação				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	21220000	R$	9.425,75
Total Suplementação					**R$**	**9.425,75**

Órgão	2000	Prefeitura Municipal de Apodi				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal de Educação e Cultura				
Função	12	Educação				
Subfunção	361	Ensino Fundamental				
Programa	15	Educação para Todos				
Ação	2.36	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	21200000	R$	46.791,34
Total Suplementado					**R$**	**46.791,34**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o Art. 1º desta Lei são provenientes de Superátiv financeiro, nos termos do art. 41II, 42 e 43 I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:CCF28AEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0125/2019

Dispõe sobre Autorização Legislativa para Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 247.500,00 (Duzentos e Quarenta e Sete Mil e Quinhentos Reais), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, concedida pela Lei Municipal nº 1512/2019 de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: http://www.diariomunicipal.com.br, edição nº 2100 do dia 09 de setembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 247.500,00 (Duzentos e Quarenta e Sete Mil e Quinhentos Reais), nos termos dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, destinado a **"Reforço de Dotações Insuficientemente Orçadas"**, conforme discriminado abaixo:

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.29	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte	10010000	R$	40.500,00
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte	15300000	R$	156.500,00
Total das Suplementações					**R$**	**197.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras				
Função	26	Transporte				
Subfunção	782	Transporte Rodoviário				
Programa	14	Frota de Veículos Próprios				
Ação	2.30	Manutenção da Frota de Veículos e Máquinas				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	20.000,00
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	16100000	R$	30.500,00
Total das Suplementações					**R$**	**50.500,00**
Total Geral das Suplementações					**R$**	**247.500,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Conforme especificações orçamentárias a seguir:

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	241	Assistência ao Idoso				
Programa	23	Comunidade Feliz				
Ação	2.128	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso.				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903200	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.	Fonte	15300000	R$	10.000,00
Total das Anulações					**R$**	**10.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	243	Assistência a Criança e ao Adolescente				
Programa	23	Comunidade Feliz				
Ação	2.136	Manutenção do Programa Acessuas/Trabalho				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	3.000,00
Elemento de Despesa	33903600	Outros Serviços de Terceiros - PF	Fonte	15300000	R$	5.000,00
Total das Anulações					**R$**	**8.000,00**

Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
Programa	22	Saúde Integral para Todos				
Ação	2.119	Manutenção da Frota de Veículos das Ações de Média e Alta Complexidade.				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	15300000	R$	20.000,00
Total das Anulações					**R$**	**20.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2002	Gabinete Civil				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.3	Manutenção de Veículos do Gabinete do Prefeito				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903300	Passagens e Despesa com Locomoção	Fonte	15300000	R$	50.000,00
Total das Anulações					**R$**	**50.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras
Função	26	Transporte

Subfunção	782	Transporte Rodoviário				
Programa	14	Frota de Veículos Próprios				
Ação	2.30	Manutenção da Frota de Veículos e Máquinas				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	15300000	R$	37.000,00
Total das Anulações					**R$**	**37.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras				
Função	26	Transporte				
Subfunção	782	Transporte Rodoviário				
Programa	12	Infra Estrutura das Comunidades Rurais				
Ação	1.7	Construção, Recuperação e Conservação das Estradas Vicinais na Zona Rural				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	16100000	R$	30.500,00
Total das Anulações					**R$**	**30.500,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2002	Gabinete Civil				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.2	Manutenção das Atividades do Gabinete Civil				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	8.500,00
Total das Anulações					**R$**	**8.500,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2013	Secretaria Mun. da Mulher e da Igualdade Racial				
Função	14	Direitos da Cidadania				
Subfunção	422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				
Programa	21	Direito e Cidadania				
Ação	2.102	Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	2.000,00
Elemento de Despesa	33903200	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.	Fonte	15300000	R$	1.000,00
Total das Anulações					**R$**	**3.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2013	Secretaria Mun. da Mulher e da Igualdade Racial				
Função	14	Direitos da Cidadania				
Subfunção	422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				
Programa	21	Direito e Cidadania				
Ação	2.103	Programa de Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho.				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	3.000,00
Total das Anulações					**R$**	**3.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2005	Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente.				
Função	20	Agricultura				
Subfunção	544	Recursos Hídricos				
Programa	5	Recursos Hídricos e Ações Mitigadoras da Seca				
Ação	1.3	Ampliação das Centrais de Abastecimento de Água				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903600	Outros Serviços de Terceiros - PF	Fonte	10010000	R$	8.500,00
Total das Anulações					**R$**	**8.500,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2007	Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte				
Função	15	Urbanismo				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.31	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33904700	Obrigações Tributárias e Contributivas	Fonte	10010000	R$	12.000,00
Total das Anulações					**R$**	**12.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal Educação e Cultura
Função	13	Cultura

Subfunção	392	Difusão Cultural				
Programa	18	Cultura e Leitura para Todos				
Ação	2.82	Festival Junino das Escolas Municipais e de Ruas				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte	10010000	R$	5.000,00
Total das Anulações					**R$**	**5.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2010	Secretaria Municipal Educação e Cultura				
Função	13	Cultura				
Subfunção	392	Difusão Cultural				
Programa	18	Cultura e Leitura para Todos				
Ação	2.84	Desfile Cívico de 07 de Setembro				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	10010000	R$	5.000,00
Total das Anulações					**R$**	**5.000,00**

Órgão	3000	Fundo Municipal de Saúde de Apodi				
Unidade Orçamentária	3002	Fundo Municipal de Saúde				
Função	10	Saúde				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.109	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de consumo	Fonte	10010000	R$	3.000,00
Total das Anulações					**R$**	**3.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	244	Assistência Comunitária				
Programa	23	Comunidade Feliz				
Ação	2.127	Manutenção das Atividades do Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	5.000,00
Elemento de Despesa	33903600	Outros Serviços de Terceiros - PF	Fonte	10010000	R$	3.000,00
Total das Anulações					**R$**	**8.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.122	Manutenção das Atividades da Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33901400	Diárias - Civil	Fonte	10010000	R$	2.000,00
Elemento de Despesa	33903300	Passagens Despesas com Locomoção	Fonte	10010000	R$	2.000,00
Total das Anulações					**R$**	**4.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
Programa	23	Comunidade Feliz				
Ação	2.134	Manutenção do Programa AABB Comunidade				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	15300000	R$	3.000,00
Total das Anulações					**R$**	**3.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2011	Secretária Municipal de Turismo				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.91	Manutenção das Atividades da Secretária Municipal de Turismo				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903200	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte	15300000	R$	2.000,00
Total das Anulações					**R$**	**2.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2011	Secretária Municipal de Juventude e Lazer				
Função	27	Desporto e Lazer				
Subfunção	812	Desporto Comunitário				
Programa	20	Esporte para Todos				
Ação	2.97	Programa Incentivo ao Esporte Amador				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903100	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras.	Fonte	15300000	R$	10.000,00
Total das Anulações					**R$**	**10.000,00**

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2013	Secretaria Mun. da Mulher e da Igualdade Racial				
Função	4	Administração				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.101	Manutenção das Atividades da Secretaria da Mulher e da Igualdade Racial				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	2.000,00
Total das Anulações					**R$**	**2.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	244	Assistência Comunitária				
Programa	23	Comunidade Feliz				
Ação	2.132	IGD/SUAS – Gestão de Assistência Social				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905200	Equipamentos e Material Permanente	Fonte	15300000	R$	3.000,00
Total das Anulações					**R$**	**3.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.135	Manutenção da Casa dos Conselhos				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903000	Material de Consumo	Fonte	15300000	R$	5.000,00
Total das Anulações					**R$**	**5.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social de Apodi				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	122	Administração Geral				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	2.123	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905200	Equipamentos e Material Permanente	Fonte	15300000	R$	5.000,00
Total das Anulações					**R$**	**5.000,00**

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	243	Assistência à Criança e ao Adolescente				
Programa	23	Comunidade Feliz				
Ação	2.133	Manutenção das Atividades do Programa Criança Feliz				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras Despesas Correntes				
Modalidade de Aplicação	33900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	33903900	Outros Serviços de Terceiros - PJ	Fonte	15300000	R$	2.000,00
Total das Anulações					**R$**	**2.000,00**
Total Geral das Anulações					**R$**	**247.500,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:F2823693

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0126/2019

"Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS), e dá outras providencias

Alan Jefferson da Silveira Pinto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CONSIDERANDOa autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, concedida pela Lei Municipal nº 1518/2019 de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: http://www.diariomunicipal.com.br, edição nº 2100 do dia 09 de setembro de 2019

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício corrente, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, II, 42 e 43, III, da Lei nº 4.320/6, conforme especificações orçamentárias a seguir:

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social				
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social				
Função	8	Assistência Social				
Subfunção	244	Assistência Comunitária				
Programa	21	DIREITO E CIDADANIA				
Ação	2.149	Subvenções Sociais a Entidades sem fins lucrativos – Emendas Impositivas				
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	33500000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
Elemento de Despesa	33504300	Subvenções Sociais	Fonte	15300000	R$	15.000,00
Total da Suplementação					**R$**	**15.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total de dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras				
Função	26	Transporte				
Subfunção	782	Transporte Rodoviário				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	1.81	Obras e Melhorias de Infraestrutura de Ponte Metálica – Emenda Impositiva				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905100	Obras e Instalações	Fonte	15300000	R$	15.000,00
Total da Anulação					**R$**	**15.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:9B04BDC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 0127/2019

"Dispõe sobre autorização legislativa para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$** 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), e dá outras providencias

Alan Jefferson da Silveira Pinto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CONSIDERANDOa autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, concedida pela Lei Municipal nº 1517/2019 de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site: http://www.diariomunicipal.com.br, edição nº 2100 do dia 09 de setembro de 2019

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício corrente, no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), nos termos que dispõem os artigos, 40, 41, II, 42 e 43, III, da Lei nº 4.320/6, conforme especificações orçamentárias a seguir:

Órgão	4000	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária	4002	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	21	DIREITO E CIDADANIA
Ação	2.149	Subvenções Sociais a Entidades sem fins lucrativos – Emendas Impositivas
Natureza da Despesa	30000000	Despesas Correntes

Grupo de Natureza de Despesa	33000000	Outras despesas correntes				
Modalidade de Aplicação	33500000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
Elemento de Despesa	33504300	Subvenções Sociais	Fonte	15300000	R$	10.000,00
Total da Suplementação					**R$**	**10.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total de dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme especificações a seguir:

Órgão	2000	Poder Executivo				
Unidade Orçamentária	2006	Secretaria Municipal de Obras				
Função	26	Transporte				
Subfunção	782	Transporte Rodoviário				
Programa	2	Programa de Apoio Administrativo				
Ação	1.81	Obras e Melhorias de Infraestrutura de Ponte Metálica – Emenda Impositiva				
Natureza da Despesa	40000000	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44000000	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	44900000	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	44905100	Obras e Instalações	Fonte	15300000	R$	10.000,00
Total da Anulação					**R$**	**10.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 09 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:FA894757

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 12/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2019
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 12/2019 -PROCESSO Nº 1879/2019

Aos **03 de setembro de 2019**, **o MUNICIPIO DE BAIA FORMOSA/RN,**inscrito no CNPJ/MF, sob o n. º 08.161.341/0001-50, com sede à Rua Adauto Dornelas Câmara, 165 - Centro - Baia Formosa/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Constitucional, o Senhor **ADEILSON GOMES DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, Empresário, residente a Rua Adauto Dornelas Câmara, 190 - Centro - Baia Formosa/RN, portadora da cédula de identidade n.º 1.242.216-SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 778.390.484-04, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão, cujo objetivo fora a formalização de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, realizada no dia 29 de agosto de 2019, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 148, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Baia Formosa, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa CONSTRUCAR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, inscrito no CNPJ: 04.540.064/0001-36, DETENTORA DA ARP.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b.1 - o prazo de entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contados da efetiva entrega da ordem de compra ou instrumento similar.
c) fornecer o material conforme especificação marca e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir de **03/09/2019,** prolongando-se até **02/09/2020,** podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material(is)/serviço(s) licitado(s), registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo, totalizando a importância global de **R$ 8.221,00, (oito mil duzentos e vinte e um reais).**

Fornecedor: **CONSTRUCAR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP**		
CNPJ: **04.540.064/0001-36**	Telefone: **84 36131249**	Email:
Endereço: **RUA DOS CANINDES, 1458 , ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59030-600**		
Representante: **PAOLA FRANSSINETTI GARCIA DA COSTA** - CPF: **837.451.304-72**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0008630 - Bucha de Nylon N° 08.	FIXAFORTE	Unid	1.000	0,069	69,00
6	0008631 - Bucha de Nylon N° 10.	FIXAFORTE	Unid	2.000	0,103	206,00
7	0008632 - Bucha de Nylon N° 12.	FIXAFORTE	Unid	100	0,21	21,00
8	0004469 - CAL P/ PINTURA C/ 5KG	LUX	PCT	500,00	4,00	2.000,00
11	0008641 - Disco Lixa Ferro 4. 1/2 N°36	WORKER	UND	100,00	2,40	240,00
12	0008642 - Disco Lixa Ferro 4. 1/2 N°50	WORKER	UND	100,00	2,20	220,00
13	0008643 - Disco Lixa Ferro 4. 1/2 N°60	WORKER	UND	100,00	2,20	220,00
19	0008659 - Mangueira de Jardim de 20mm	QUALITY	M	200,00	1,25	250,00
34	0000718 - ROLO DE ESPUMA 15cm	COMPEL	UND	50,00	4,00	200,00
35	0004649 - ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 15cm COM CABO	COMPEL	UND	50,00	7,90	395,00
39	0004669 - TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6lt	AQUARELA	Gl	100,00	44,00	4.400,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Baia Formosa/RN, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baia Formosa, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Baia Formosa/RN, localizada na Praça Augusto Severo, 242 - Centro, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores, através das publicações realizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FAMURN.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos em até 72 (setenta e duas) horas, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Baia Formosa/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.

12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.

12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento.
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.

12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Canguaretama / RN

Nada mais havendo a tratar, lavrei ____ , a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Baia Formosa/RN, 03 de setembro de 2019

Prefeitura Municipal de Baia Formosa
CNPJ: 08.161.341/0001-50
ADEILSON GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito

Empresa Detentora da Ata:

Construcar Com. de Mat. de Construção LTDA EPP
CNPJ: 04.540.064/0001-36.
Representante Legal:
PAOLA FRANSSINETTI GARCIA DA COSTA,
Sócia Administradora,
Brasileiro(a),
Casado(a)
Portador do CPF n.º 837.451.304-72.

_____
ASSINATURA

***Republcada por incorreção**

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:E1855DE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Eletrônico SRP nº 27/2019 com início 10 de julho de 2019, realizada em 24 de julho de 2019 (quarta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

Vencedor(es): **BETA SOLUTION COMERCIO ELETRO ELETRONICOS LTDA**						
CNPJ: **11.028.345/0001-70**				E-mail: **betasolution08@outlook.com**	Telefone: **(81) 98280-4848**	
Endereço: **AV GENERAL SAN MARTIN, 761 , CORDEIRO, RECIFE/PE, CEP: 50630-060**						
Representante: **CLAUDEMIR OLIVEIRA DA COSTA**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
02	1	UND	MESA REDONDA DE REUNIÕES: Com medidas aproximadas: diâmetro 100 cm e altura de 74 cm, estrutura em aço carbono, tampo em MDF, c/ sapatas niveladoras e bordas revest. com fita PVC flexível.	ESATO	300,00	300,00
04	4	UND	ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO: fechado c/ 02 portas, com dimensões mínimas aprox. de 1,60 X 0,80 X 0,42m, bandejas internas, c/ puxadores e fechadura, tampo, portas, bandejas, laterais e fundo de aglomerado de 15mm, base Tb 30 X 30 X 0,90mm. Na cor: tabaco, cinza, bege ou branca.	ESATO	367,00	1.468,00
05	11	UND	ARMÁRIO DE AÇO: com dimensões mínimas aprox. de 1,5 X 0,35 X 0,75m, de 02 portas com dobradiças, fechaduras com chaves, 04 prateleiras ajustáveis com capacidade de carga por prateleira de aprox. 50kg, acabamento com pintura eletrostática em pó. Na cor: cinza, tabaco, bege ou branca.	ESATO	390,00	4.290,00
06	5	UND	CADEIRA GIRATÓRIA: com rodas, regulagem de altura a gás, revestimento em tecido com enchimento em espuma, apoio de braços, regulagem de inclinação.	ESATO	190,00	950,00
Total:						7.008,00

Vencedor(es): **COMERCIO DE MOVEIS,ELETROD E INFORMATICA MALHEIRO**						
CNPJ: **40.761.843/0001-25**				E-mail: **ismalheiro@hotmail.com**	Telefone:	
Endereço: **RUA TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA, 276 , LIBERDADE, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59155-605**						
Representante: **IVANALDO SEVERINO MALHEIRO**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
016	4	UNI	FILTRO DE LINHA: com interruptor e pelo menos 4 entradas.	MULTILASER	29,83	119,32
Total:						119,32

Vencedor(es): **G H P S BARRETO**						
CNPJ: **27.103.616/0001-44**				E-mail: **ghpsbarreto@gmail.com**	Telefone: **(81) 4104-6092**	
Endereço: **RUA DR IGNACIO DE ANDRADE LIMA, 170 LOJA 03, JANGA, PAULISTA/PE, CEP: 53435-455**						
Representante: **GUSTAVO HENRIQUE PINTAN SÁ BARRETO**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
03	4	UND	ARQUIVO PARA ESCRITÓRIO: com dimensões mínimas aprox. de 1,33 X 0,50 X 0,52m, com 04 gavetas aglomerado de 15 mm, puxadores frontais e fechadura, c/ postforming e chapa de aço, laterais aglomerados de 15mm, tampo aglomerado de 25mm c/ postforming ou com bordas de PVC , base Tb 30 X 30 X 0,90mm. Na cor: tabaco, cinza, bege ou branca.	PRISMA	348,65	1.394,60
07	5	UND	CADEIRA TIPO LONGARINA: com 3 lugares, confeccionada em polipropileno, estrutura tubular em aço, base dos pés (sapata/ponteira) com revestimento em polipropileno, encosto moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia, acabamento em pintura pó epóxi.	PRISMA	219,50	1.097,50
08	6	UND	CADEIRA FIXA: Tipo secretária: com encosto e assento de espuma de poliuretano injetada mínimo 30 mm; tecido de alta densidade, estrutura em tubo de aço mínimo 7/8, com parede mínima 1,5 mm, tratamento antiferruginoso, em embalagem reforçada e apropriada que garanta a integridade do produto; rotulo com NR de lote, data de fabricação e procedência, termo de garantia e assistência técnica.	PRISMA	89,50	537,00
Total:						3.029,10

Vencedor(es): **M.K. DE AZEVEDO ARAÚJO DUTRA DANTAS**						
CNPJ: **21.062.777/0001-50**				E-mail: **alfaeletromoveis.sb@gmail.com**	Telefone: **83-999961984**	
Endereço: **RUA JOAQUIM RIBEIRO, 181 , CENTRO, SÃO BENTO/PB, CEP: 58865-000**						

Representante: **MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
01	4	UND	MESA DE TRABALHO COM GAVETAS: com dimensões mínimas aprox. de 1,20 X 0,60 X, 0,75m, com 3 gavetas com fechaduras e corrediças metálicas, tampo aglomerado/ MDF 25mm, com bordas revest. com fita PVC, pedestal c/ passa-fio, base Tb elíptico/Oblongo, disponíveis na cor: tabaco, cinza, bege ou branca.	Plata Moveis	275,00	1.100,00
010	2	UNI	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL: funções: Imprimir, copiar, digitalizar; Velocidade de impressão (preto) máxima: Até 27 ppm, Velocidade de impressão (cor) máxima: Até 15 ppm; Ciclo de trabalho (mensal, A4) Até 5.000 páginas; Qualidade de impressão colorida (melhor) Até 5760 x 1440 dpi; conexão USB, cartuchos preto e colorido ou com ecotank. Com cabo USB. Alimentação Bivolt. (Ex.: Multifuncional Epson L220 Eco Tank)	Epson	900,00	1.800,00
014	2	UNI	TECLADO: padrão ABNT2, conexão USB, teclado numérico, teclas multimídias, indicadores luminosos do CAPS LOCK e NUM LUCK.	GMI	28,00	56,00
015	2	UNI	MOUSE OPTICO: conexão USB, três botões com botão scrolling.	GMI	16,00	32,00
017	4	UNI	PEN DRIVE: USB, 2.0, alta velocidade, capacidade 16gb.	Multilaser	28,00	112,00
018	1	UNI	MALETA P/ NOTEBOOK: C/ compartimento dedicado p/ notebook 15,6", paredes acolchoadas, c/ divisórias internas paras documentos, bolso frontal e acesso superior com zíper, c/ alças de transporte acolchoadas confortável, alça removível c/ almofada p/ ombro antiderrapante. (Ex.: Maleta p/ notebook 15,6" preta VNAI-215)	HP	149,00	149,00
Total:						3.249,00

Vencedor(es): **PREVIEW INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETR**

CNPJ: **02.544.606/0001-13** | E-mail: **prvcomputer@gmail.com** | Telefone: **(45) 3039-5516**

Endereço: **RUA SALGADO FILHO, 3514 ANEXO A, CANCELLI, CASCAVEL/PR, CEP: 85811-100**

Representante: **EDILAINE DANIELE DUARTE**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
09	3	UNI	COMPUTADOR DESKTOP: Processador mínimo Core i3 - 3.5GHz - 3MB Cache, memória RAM mínima 4GB, HD mínimo de 1 TERA; Drive de CD/DVD (Leitura e Gravação), Leitor de cartão de memória universal e entradas USB e de som (fone de ouvidos e microfone) na parte frontal do gabinete; Som, rede e vídeo on-bord; Conexões: 2 x portas USB 3.0 + 4 x portas USB 2.0, 2 x Portas PS/2 para Teclado/Mouse, 1 x HDMI, 1 x VGA, 1 x Porta RJ45, 3 Conectores de áudio (Entrada/ Saída/ Mic), fonte bi-volt, teclado, mouse, kit multimídia, cd de instalação e manuais.	Romaze Fabricante: Romaze Ind. e Com. de Computadores Ltda	1.490,00	4.470,00
Total:						4.470,00

Vencedor(es): **SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI**

CNPJ: **29.843.035/0001-74** | E-mail: **jean@sentinelavale.com.br** | Telefone: **(41) 3232-1221**

Endereço: **RUA FRITZ SPERNAU, 1000 GALPÃO 1, FORTALEZA, BLUMENAU/SC, CEP: 89055-200**

Representante: **JEAN CARLOS SESTREM**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
013	3	UNI	ESTABILIZADOR: 500VA, AUTO 115/220V, no mínimo 4 tomadas no padrão NBR 14136.	TSSHARA	175,00	525,00
Total:						525,00

Vencedor(es): **TIC MAKER COMERCIO E SERVIÇOS DE TI EIRELI**

CNPJ: **28.622.432/0001-53** | Email: **COMERCIAL@TICMAKER.COM.BR** | Telefone: **84-**

Endereço: **AV. DOS XAVANTES, 2150 LOJA 10; ANDAR 1, PITIMBU, NATAL/RN, CEP: 59067-600**

Representante: **FRANCISCO FABYANO BRILHANTE NUNES**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
011	3	UNI	MONITOR LED 18,5 WIDE: Tela 18,5" Formato Widescreen (painel LED LCD);- Taxa de Contraste: Mega DCR 5M : 1 (Static 1000 : 1); Resolução: 1366 x 768; Tempo de Resposta: 5 ms; Angulo de visão (Horizontal/Vertical): 90° / 50°; Cores: 16.7 M; Conectores: DVI, D-sub; Consumo de Energia: 20 W - Stand by (DPMS): 0.3 W; Acompanhando Cabo D-sub, Manual de Instalação, Cabo de Alimentação, Fonte Externa, Base, Conector da Base e Monitor.	AOC	486,50	1.459,50
012	1	UNI	NOTEBOOK: tela 15,6" LED Full HD Widescreen, resolução 1920 X 1080, processador Core I3 – 3MB de Cache; memória RAM mínima de 4GB; HD de 1TB; Drive de CD/DVD (Leitura e Gravação); leitor de cartão de memória; Web Can integrada; Com conexões: fone de ouvido/ microfone, sem fio (Wireless), Bluetooth, HDMI, VGA, USB (2.0) e USB (3.0), RJ45; Com placa de: som, vídeo integrada; altos falantes, microfone integrado; Teclado Português-BR com teclado numérico integrado; com Touchpad; Bateria com 3 células/ 43W; tensão bivolt, fonte adaptadora, manuais.	LENOVO	2.389,00	2.389,00
Total:						3.848,50

Boa Saúde/RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA EDICE FRANCISCO E FELIX
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:E892EEAF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019 - PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019 - FELIPE DE OLIVEIRA FONSECA EIRELI EPP, CNPJ: 10.763.947/0001-08.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019

O MUNICIPIO DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO - PMCRV/RN, inscrito no CNPJ/MF n.º 08.351.819/0001-05, com a sede à Rua São Sebastião, SN, Centro, Caiçara do Rio do Vento, RN, CEP: 59.540-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. Felipe Müller, brasileiro, funcionário público, casado, inscrito no CPF sob o nº. 078.887.014-93, residente e domiciliado a Rua Francisco Valentim Avelino S/N – Centro, Caiçara do Rio do Vento/RN, nos termos da Lei nº. 10.520/02; e subsidiariamente as normas constantes na Lei nº. 8.666/93 com suas posteriores alterações; a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as de devidas alterações, e às condições e exigências estabelecidas no Edital e conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019 – SRP - PMCRV/RN**, homologado em **09 de setembro de 2019**, RESOLVE registrar os descontos da empresa indicada e qualificada nesta ATA, sujeitando-se as partes às normas supracitadas e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente ata o registro de preço para futura aquisição de AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS (SEM USO) E RECAPAGEM DE PNEUS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, destinados a atender as necessidades da frota municipal, no âmbito da administração pública municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

3.1. O preço unitário registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Itens e preços unitários registrados:

FORNECEDOR						
Empresa:	**FELIPE DE OLIVEIRA FONSECA EIRELI EPP**					
CNPJ:	**10.763.947/0001-08**	**Telefone**:	**(84) 3531-2414**	**E-mail**:	**felipegfpneus@hotmail.com**	
Endereço:	**RUA JOSÉ HORÁCIO, 62-A, CENTRO – ANGICOS/RN**					
Representante:		**FELIPE DE OLIVEIRA FONSECA**			**CPF:**	**012.749.364-62**
ITENS REGISTRADOS:						
CÓD.	**ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**VLR. UNIT.**	**QUANT.**	**VLR. TOTAL**
15420	PNEU 19.5-24 PNEU MAQUINA CONSTRUCAO MATERIAL CARCACA LONA POLIESTER MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTENCIA CARCACA COMUM COM SELO DO INMETRO CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 2.690,00	02	R$ 5.380,00
15417	PNEU 18.4 R30 10 LONAS TM 95 NOVO DE PRIMEIRA LINHA CERTIFICADO INMETRO SIMILAR OU SUPERIOR AS MARCAS MICHELIN PIRELLI E GOODYEAR	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 3.550,00	06	R$ 21.300,00
15415	PNEU 1000/20 PNEU VEICULO AUTOMOTIVO MATERIAL CARCACA LONA POLIESTER TALAO ARAME ACO BORRACHA ALTA RESISTENCIA MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 1.575,00	30	R$ 47.250,00
15425	CAMARA DE AR 900X20 PRIMEIRA LINHA MATERIAL DE BORRACHA	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 83,00	30	R$ 2.490,00
15428	CAMARA DE AR 18.4.30 PRIMEIRA LINHA MATERIAL DE BORRACHA	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 268,00	06	R$ 1.608,00
15427	CAMARA DE AR 1000X20 PRIMEIRA LINHA MATERIAL DE BORRACHA	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 88,00	01	R$ 88,00
15426	CAMARA DE AR 750/16 CAMARA DE AR BICO CURTO PARA APLICACAO EM PNEU 750X16 PRIMEIRA LINHA MATERIAL DE BORRACHA	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 54,00	38	R$ 2.052,00
15410	PNEU 195/65 R15 MATERIAL CARCACA LONA POLIESTER MATERIAL TALAO ARAMEACO MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTENCIA CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 298,00	08	R$ 2.384,00
15409	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO 175/70 R13 COM IDENTIFICACAO DOT ATENDENDO ESPECIFICACAO SEM CAMARA CARCACA RADIAL BANDA DE RODAGEM DIRECIONAL EM BORRACHA DE ALTA RESISTENCIA NOVO NAO REMANUFATURADO CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	CONTINENTAL NACIONAL	UNIDADE	R$ 215,00	50	R$ 10.750,00
15408	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO 175/70 R14 COM IDENTIFICACAO DOT ATENDENDO ESPECIFICACAO SEM CAMARA CARCACA RADIAL BANDA DE RODAGEM DIRECIONAL EM BORRACHA DE ALTA RESISTENCIA NOVO NAO REMANUFATURADO CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	DUNLOP NACIONAL	UNIDADE	R$ 235,00	50	R$ 11.750,00
15411	PNEU 900X20 PNEU VEICULO AUTOMOTIVO CERTIFICADO PELO INMETRO PRODUTO NACIONAL PRODUTO NOVO NAO RECONDICIONADO CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 1.030,00	50	R$ 51.500,00
15414	PNEU 275/80 R22 EMPREGO EM PERCURSO URBANO PAVIMENTADO ESTRUTURA RADIAL UTILIZADO SEM CAMARA COM SELO DE APROVACAO DO INMETRO CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 1.620,00	30	R$ 48.600,00
15413	PNEU 750/16 RADIAL DESENHO SIMETRICO SELO DO INMETRO TIPO COM CAMARA CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 650,00	48	R$ 31.200,00
15412	PNEU 212/17 R17,5 PNEU NOVO DE PRIMEIRO USO E DE PRIMEIRA QUALIDADE PNEU COM CERTIFICACAO DO INMETRO CONFORME DEMAIS ESPECIFICACOES DO EDITAL	PIRELLI NACIONAL	UNIDADE	R$ 775,00	48	R$ 37.200,00

Total do Lote R$ 273.552,00
Total do Vencedor R$ 273.552,00

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as descrições dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar as vencedoras, via telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e do instrumento contratual e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com as licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) material(ais) a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe (m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

5.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho ou documento equivalente;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. O CONTRATADO obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da convocação;

b) informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) fornecer o(s) produto(s) solicitado(s) nos prazos estabelecidos no Edital e seu Anexo I, e entregar no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP;

d) executar o instrumento contratual conforme descrições e preços registrados na presente ARP;

e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

i) cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao (s) material (ais) entregue (s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá **vigência de 12 (DOZE) meses,** a contar da data da sua assinatura, **com início na data de 09/09/2019 e vigorando até o dia 09/09/2020**, devendo ser publicada, NA ÍNTEGRA, no Diário Oficial da FEMURN até o 5º dia útil, contados da data de assinatura.

CLAUSULA OITAVA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta ARP;

8.2. Nas hipóteses previstas no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº. 8.666/93, o Órgão Gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro desta ARP, mediante solicitação fundamentada e aceita pelo Prefeito Municipal.

8.3. Caso a empresa detentora dos preços registrados solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo ou apresentação de nota(s) fiscal(is) do seu fornecedor, datada(s) do período da licitação e da solicitação do reajustamento. Para análise da solicitação, ao Órgão Gerenciador adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta ARP.

8.4. Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

8.5. Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pelo Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, e os propostos pela empresa à época da realização do certame licitatório.

8.6. Fica vedado à empresa registrada interromper a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

CLAUSULA NONA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado na forma indicada no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA DÉCIMA - DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

10.1. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência**.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, independente da participação ou não da licitação, desde que autorizados pela administração pública e em comum acordo com a empresa registrada, visando atender as necessidades do órgão requisitante.

Parágrafo único - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.2 O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no preâmbulo desta ARP, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019 – SRP - PMCRV/RN.**

10.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019 –SRP - PMCRV/RN** e seus anexos, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

10.7. A cada aquisição, o preço unitário a ser pago será o valor constante da proposta apresentada ou do lance que a tenha consagrado vencedora, no **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2019 – PMCRV/RN,** pela(s) empresa(s) detentora(s) do registro de preços constantes da presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, em sua atual redação.

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos demais fornecedores com preços registrados, observada a ordem de classificação, para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:
I - Por iniciativa da Administração, quando:
a) Não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da Ata de Registro de Preços;
b) Recusarem-se a assinar o instrumento contratual nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) Der causa à rescisão administrativa decorrente da Ata de Registro de Preços;
d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;
e) Não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;
f) Não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
g) Em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II - Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Caiçara do Rio do Vento.

III - A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

a) Por decurso de prazo de vigência.
b) Quando não restarem fornecedores registrados.
c) Quando esgotado o total das quantidades do objeto decorrente das aquisições pela Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento.

IV - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 - Nos termos do art. 7º. da Lei nº. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, pelo prazo de até 05 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

a) Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
b) Não retirar a Ordem de Compra/Serviço, quando convocada dentro do prazo de vigência Ata de Registro de Preços;
c) Apresentar documentação falsa;
d) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
e) Ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

f) Não mantiver a sua proposta dentro do prazo de validade;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

14.2. O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

14.3. O atraso injustificado na execução do instrumento contratual sujeitará o licitante vencedor à multa de mora de 0,2% (DOIS DÉCIMOS POR CENTO) por dia de atraso, até o máximo de 5% (CINCO POR CENTO), sobre o valor do objeto não fornecido.

14.4. A multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento eventualmente devido pelo Município de Caiçara do Rio do Vento/RN ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.5. Pela inexecução total ou parcial do instrumento contratual, o Município de Caiçara do Rio do Vento/RN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido, sem prejuízo da aplicação de eventuais penas previstas em lei;
b) Multa no percentual de 10% (DEZ POR CENTO), calculada sobre o valor total dos itens não fornecidos.
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a 02 (DOIS) ANOS.
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.
Parágrafo Único - A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

14.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do ITEM 14.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

14.7. Ocorrendo à inexecução de que trata o ITEM 14.5, reserva-se ao Município de Caiçara do Rio do Vento/RN o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Prefeito Municipal, para as providências cabíveis.

14.8. A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

14.9. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

14.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.11. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

14.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.13. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Município de Caiçara do Rio do Vento/RN.

14.14. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

14.15. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.17. As penalidades serão registradas no Cadastro da PMCRV/RN, e no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1. A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Processo Administrativo nº 000910/2019
b) Edital do Pregão Presencial nº 017/2019-SRP-PMCRV e anexos;
c) Proposta de Preços final da(s) licitante(s) vencedora(a).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

15.1. A ata de registro de preços – ARP, **contendo os preços unitários registrados**, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) detentores dos preços registrados(es) e a(s) descrição(ões) do objeto, **será publicada na integra** no Diário Oficial da FEMURN no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua assinatura;

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as normas constantes na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, com as de devidas alterações, e as demais normas pertinentes.

17.2. Fica eleito o foro da Comarca de Lajes/RN, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 09 de setembro de 2019.

FELIPE MÜLER
Prefeito Municipal

FELIPE DE OLIVEIRA FONSECA
Felipe de Oliveira Fonseca EIRELI EPP
Empresa Registrada
CNPJ N° 10.763.947/0001-08

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:2353FADA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PP 078/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE BRINQUEDOS DIDÁTICOS PARA AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2019

Após analisado o resultado do Pregão Presencial nº. **078/2019**, o Pregoeiro, Sr. **Roberth Batista de Medeiros** ao licitante vencedor dos respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

328 - SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS (40.964.066/0001-16)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	5445 - PIA DE COZINHA-MDF PIA DE COZINHA-MDF	UN	CARLU	1	178,00	178,00
2	5446 - GELADEIRA-MDF GELADEIRA-MDF	UN	CARLU	1	178,00	178,00
3	5447 - FOGÃO-MDF FOGÃO-MDF	UN	CARLU	1	175,00	175,00
4	5448 - CONJUNTO PASSA PEÇA-MDF CONJUNTO PASSA PEÇA-MDF	UN	CARLU	3	112,00	336,00
5	5449 - CONJUNTO FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA CONJUNTO FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
6	5450 - CONJUNTO DOMINÓ COM TEXTURA-MDF CONJUNTO DOMINÓ COM TEXTURA-MDF	UN	CARLU	6	119,00	714,00
7	5451 - CONJUNTO DE TELEFONE -PLÁSTICO CONJUNTO DE TELEFONE-PLÁSTICO	UN	BSTOY	1	95,00	95,00
11	5483 - CONJUNTO DE FANTOCHE FOLCLORE CONJUNTO DE FANTOCHE FOLCLORE	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
12	5457 - CONJUNTO DE ENCAIXE DE BLOCOS-MADEIRA CONJUNTO DE ENCAIXE DE BLOCOS- MADEIRA	UN	CARLU	4	110,00	440,00
13	5458 - CONJUNTO DE BONECA MENINA NEGRA-VINIL CONJUNTO DE BONECA MENINA NEGRA-VINIL	UN	COTIPLÁS	1	330,00	330,00
15	5461 - CAVALO DE BALANÇO -MADEIRA CAVALO DE BALANÇO- MADEIRA	UN	CARLU	8	170,00	1.360,00
17	5484 - CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO BOMBEIRO- PLÁSTICO	UN	MERCOTRUK	1	175,00	175,00
19	5466 - CONJUNTO DE FANTOCHE ANIMAIS DOMÉSTICOS CONJUNTO DE FANTOCHE ANIMAIS DOMÉSTICOS	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
20	5467 - CONJUNTO JOGOS PROFISSÕES-MDF CONJUNTO JOGOS PROFISSÕES-MDF	UN	CARLU	2	38,00	76,00
21	5468 - BANDINHA RITMICA BANDINHA RITMICA	UN	CARLU	3	378,00	1.134,00
22	5485 - CONJUNTO DE BLOCOS LÓGICOS -MDF	UN	CARLU	4	140,00	560,00
23	5469 - CONJUNTO DE BOLAS- BORRACHAS CONJUNTO DE BOLAS -BORRACHAS	UN	BSTOY	3	82,00	246,00
24	5470 - CONJUNTO DE BONECA BEBE BRANCA-VINIL CONJUNTO DE BONECA BEBE BRANCA-VINIL	UN	MIKETA	1	126,00	126,00
25	5486 - CONJUNTO DE BONECA BEBE NEGRA-VINIL	UN	NOVA TOYS	1	335,00	335,00
26	5471 - CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA-PLÁSTCO CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA-PLÁSTICO	UN	MERCOTRUK	1	109,00	109,00
28	5474 - CONJUNTO DE FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA CONJUNTO DE FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
29	5475 - CONJUNTO CAIXA BRINQUEDOTECA-MDF CONJUNTO CAIXA BRINQUEDOTECA-MDF	UN	CARLU	4	410,00	1.640,00
33	5479 - CONJUNTO DE BONECA MENINA BRANCA-VINIL CONJUNTO DE BONECA MENINA BRANCA-VINIL	UN	MIKETA	1	112,00	112,00
34	5480 - CONJUNTO DE BONECO MENINO BRANCO CONJUNTO DE BONECO MENINO BRANCO	UN	COTIPLÁS	1	142,00	142,00
36	5482 - CONJUNTO DE CAMINHÃO COLETOR DE LIXO- PLÁSTICO CONJUNTO DE CAMINHÃO COLETOR DE LIXO-PLÁSTICO	UN	MERCOTRUK	1	153,00	153,00
TOTAL						10.894,00

1149 - ORION EDITORA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE BRINQUEDOS RECREATIVOS EIRELI (24.565.199/0001-63)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
8	5452 - CONJUNTO DE QUEBRA - CABEÇA PROGRESSIVO- PAPELÃO CONJUNTO DE QUEBRA- CABEÇA PROGRESSIVO-PAPELÃO	UN	C. ED.	7	69,99	489,93

10	5454 - CONJUNTO DE JOGO DE PEÇAS SOPRADAS PARA ENCAIXE- PLÁSTICO	UN	BKF	1	289,99	289,99
14	5460 - CONJUNTO DE BOLAS COM GUIZO-BORRACHA CONJUNTO DE BOLAS COM GUIZO-BORRACHA	UN	SILME	2	111,99	223,98
30	5476 - CONJUNTO JOGO DA MEMÓRIA COM TEXTURA- MDF CONJUNTO JOGO DA MEMÓRIA COM TEXTURA-MDF	UN	E. F.	4	169,99	679,96
32	5478 - CCONJUNTO DE BOLAS DE FUTEBOL-VINIL CONJUNTO DE BOLAS DE FUTEBOL-VINIL	UN	APOLLO	1	89,99	89,99
TOTAL						1.773,85

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o resultado do julgamento do procedimento em referência. Abalizados nas Propostas apresentadas pelas empresas habilitadas conforme Ata e mapa comparativo, solicitamos a Vossa Excelência a homologação do resultado desta licitação às licitantes vencedoras, conforme vai a seguir descrito, por terem sido avaliadas e julgadas como mais vantajosas para a Administração.

Caicó/RN, 09 de setembro de 2019.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:89B0BD61

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 078/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE BRINQUEDOS DIDÁTICOS PARA AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Exmo. Sr. **Robson de Araújo** Prefeito, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 078/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Fornecedor vencedor	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	1	PIA DE COZINHA-MDF	UN	CARLU	1	178,00	178,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	2	GELADEIRA-MDF	UN	CARLU	1	178,00	178,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	3	FOGÃO-MDF	UN	CARLU	1	175,00	175,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	4	CONJUNTO PASSA PEÇA-MDF	UN	CARLU	3	112,00	336,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	5	CONJUNTO FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	6	CONJUNTO DOMINÓ COM TEXTURA-MDF	UN	CARLU	6	119,00	714,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	7	CONJUNTO DE TELEFONE -PLÁSTICO	UN	BSTOY	1	95,00	95,00
ORION EDITORA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE BRINQUEDOS RECREATIVOS EIRELI	8	CONJUNTO DE QUEBRA - CABEÇA PROGRESSIVO-PAPELÃO	UN	C. ED.	7	69,99	489,93
ORION EDITORA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE BRINQUEDOS RECREATIVOS EIRELI	10	CONJUNTO DE JOGO DE PEÇAS SOPRADAS PARA ENCAIXE- PLÁSTICO	UN	BKF	1	289,99	289,99
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	11	CONJUNTO DE FANTOCHE FOLCLORE	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	12	CONJUNTO DE ENCAIXE DE BLOCOS-MADEIRA	UN	CARLU	4	110,00	440,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	13	CONJUNTO DE BONECA MENINA NEGRA-VINIL	UN	COTIPLÁS	1	330,00	330,00
ORION EDITORA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE BRINQUEDOS RECREATIVOS EIRELI	14	CONJUNTO DE BOLAS COM GUIZO-BORRACHA	UN	SILME	2	111,99	223,98
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	15	CAVALO DE BALANÇO -MADEIRA	UN	CARLU	8	170,00	1.360,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	17	CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO BOMBEIRO-PLÁSTICO	UN	MERCOTRUK	1	175,00	175,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	19	CONJUNTO DE FANTOCHE ANIMAIS DOMÉSTICOS	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	20	CONJUNTO JOGOS PROFISSÕES-MDF	UN	CARLU	2	38,00	76,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	21	BANDINHA RITMICA	UN	CARLU	3	378,00	1.134,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	22	CONJUNTO DE BLOCOS LÓGICOS -MDF	UN	CARLU	4	140,00	560,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	23	CONJUNTO DE BOLAS- BORRACHAS	UN	BSTOY	3	82,00	246,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	24	CONJUNTO DE BONECA BEBE BRANCA-VINIL	UN	MIKETA	1	126,00	126,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	25	CONJUNTO DE BONECA BEBE NEGRA-VINIL	UN	NOVA TOYS	1	335,00	335,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	26	CONJUNTO DE CAMINHÃO TIPO CAÇAMBA-PLÁSTCO	UN	MERCOTRUK	1	109,00	109,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	28	CONJUNTO DE FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA	UN	JORDANE	6	95,00	570,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	29	CONJUNTO CAIXA BRINQUEDOTECA-MDF	UN	CARLU	4	410,00	1.640,00
ORION EDITORA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE BRINQUEDOS RECREATIVOS EIRELI	30	CONJUNTO JOGO DA MEMÓRIA COM TEXTURA-MDF	UN	E. F.	4	169,99	679,96
ORION EDITORA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE BRINQUEDOS RECREATIVOS EIRELI	32	CCONJUNTO DE BOLAS DE FUTEBOL-VINIL	UN	APOLLO	1	89,99	89,99
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	33	CONJUNTO DE BONECA MENINA BRANCA-VINIL	UN	MIKETA	1	112,00	112,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	34	CONJUNTO DE BONECO MENINO BRANCO	UN	COTIPLÁS	1	142,00	142,00
SILVANA ARAUJO MARIZ MEDEIROS	36	CONJUNTO DE CAMINHÃO COLETOR DE LIXO-PLÁSTICO	UN	MERCOTRUK	1	153,00	153,00

Caicó/RN, 09 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:B699C34D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

SAAE
CONTRATO Nº 006/2019

CONTRATANTE: **SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE CEARÁ MIRIM/RN,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.120.370/0001-74, situado à Rua General João Varela, 1071 - Centro - Ceará Mirim/RN, CEP: 59.570-000, neste ato representado pelo Senhor Diretor Geral - João Augusto da Cunha Melo, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua João Alves de Melo, 1090 – Lagoa Nova - Natal/RN, inscrito no CPF sob o nº 049.896.354-34 e RG de nº 109.740 - SSP/RN.

EMPRESA CONTRATADA**: JOAQUIM F.NETO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **40.783.060/0001-42**, com sede à Av. Dr. José Francisco da Silva, 931 – Panatis II - Potengi, Natal/RN – CEP: 59.108-500, representada neste instrumento pelo Sr. Joaquim Fernandes Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 200.395.144-04.

Doravante as partes acima identificadas serão denominadas simplesmente de CONTRATANTE e CONTRATADA.
Fica firmado o presente contrato de acordo com as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO:

1.1 - O presente Contrato é originário do processo de Dispensa de Licitação nº 007/2019 tendo como Diploma Legal o Art. 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1 - Aquisição de material de limpeza, copa e cozinha destinados às necessidades diárias desta Autarquia.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – O objeto ora acordado será executado em regime de fornecimento/prestação de serviços.
3.2 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas estabelecidas em Lei, respondendo cada um pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
3.3 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Autarquia, especialmente designado.
3.3.1 – O representante da Autarquia anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização do mesmo.
3.3.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

4.1. O prazo para fornecimento dos materiais/execução dos serviços é imediato, contado a partir do recebimento da Ordem de Compras/serviços expedida pelo SAAE.
4.2. Os produtos/serviços serão entregues imediatamente, de acordo com a solicitação do SAAE de Ceará Mirim.
4.3. Se a qualidade dos serviços/materiais não corresponderem às especificações exigidas, estes serão devolvidos/reclamados, aplicando-se as penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO MATERIAL E PAGAMENTO:

5.1. Os materiais e/ou serviços ora licitados serão fornecidos e/ou realizados mediante solicitação do Contratante e serão executados de acordo com a necessidade do SAAE do Município de Ceará Mirim, não sendo o mesmo obrigado a adquirir todos os quantitativos licitados, obedecidos os limites constantes do Art. 65 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93, alterada, ocasião em que será vistoriada a qualidade dos materiais e/ou dos serviços.
5.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, de acordo com a ordem cronológica, depois de atestado a entrega dos materiais/serviços pelo servidor responsável pelo Setor de Almoxarifado, que se dará em prazo não superior a 15 (quinze) dias, e desde que a empresa Contratada: (Resolução nº 032/2016 do TCE).
a) Tenha protocolado junto ao Setor Financeiro, por ocasião do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, a empresa contratada deverá tê-la encaminhada por meio eletrônico ao Setor Financeiro do SAAE de Ceará Mirim, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor Financeiro, por ocasião do fornecimento e/ou da prestação dos serviços, as certidões de comprovação fiscal como o FGTS, CNDT, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação;
c) Indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
d) A solicitação de cobrança protocolada deve ser encaminhada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ao setor de gestão orçamentário-financeira, para que este proceda ao registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no respectivo sistema orçamentário, financeiro e contábil do SAAE.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1 – O CONTRATANTE pagará a EMPRESA CONTRATADA o valor global de **R$10.363,30 - (Dez mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta centavos),** conforme proposta apresentada que passa a fazer parte do presente contrato**.**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	QUANT.	UND	PREÇO UNT.	PREÇO TOTAL
01	CAFÉ EM PÓ PACOTE C/ 250GRM – São Braz	420	PCT	**6,20**	**2.604,00**
02	AÇUCAR EM KILO - Dumel	180	KG	**3,50**	**630,00**
03	ÁGUA SANITÁRIA CX C/ 12 UNDS - Marilux	10	CX	**21,60**	**216,00**
04	DESINFETANTE LIQUIDO - Marilux	100	UND	**2,40**	**240,00**

05	LIMPA PISO - Marilux	40	UND	**4,20**	**168,00**
06	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA FRD C/ 06 ROLOS - Mili	17	FRD	**89,60**	**1.523,20**
07	DETERGENTE DE LOUÇA - Starlux	100	UND	**1,90**	**190,00**
08	SABÃO EM PÓ C/ 500 GRS - Marilux	70	PCT	**1,80**	**126,00**
09	COPO DESCARTÁVEL P/ ÁGUA C/ 150 ML – Total Plast	16	CX	**68,00**	**1.088,00**
10	COPO DESCARTÁVELP/ CAFÉ – Total Plast	03	CX	**82,00**	**246,00**
11	SACO P/ LIXO 40 LITROS PCT. C/ 100 UNDS - Rava	10	PCT	**15,00**	**150,00**
12	SACO P/ LIXO 1.00 LITROS PCT. C/ 50 UNDS - Rava	10	PCT	**22,50**	**225,00**
13	PANO DE CHÃO - Cristal	130	UNDS	**2,60**	**338,00**
14	ALCOOL EM GEL - Zulu	30	UNDS	**8,50**	**255,00**
15	VASSOURA DE PELO - Esperança	06	UNDS	**8,50**	**51,00**
16	VASSOURA PET – Esperança	06	UNDS	**8,90**	**53,40**
17	RODO MÉDIO - Esperança	08	UNDS	**7,50**	**60,00**
18	INSETICIDA – SBP	16	UNDS	**11,90**	**190,40**
19	VASSOURA TIPO LEQUE - Esperança	20	UNDS	**8,20**	**164,00**
20	FLANELAS - Cristal	10	UNDS	**2,00**	**20,00**
21	CREOLINA CX. C/ 12 UNDS - USF	02	CX	**234,00**	**468,00**
22	ORGANIZADOR MULTIUSO GRANDE - Sanremo	01	UND	**130,00**	**130,00**
23	SABÃO EM PEDRA C/ 50 BARRAS - Guarani	02	CX	**57,60**	**115,20**
24	TOALHA DE ROSTO COM LOGOTIPO DO SAAE - Toamine	15	UNDS	**22,50**	**337,50**
25	COPO DE VIDRO P/ ÁGUA 300 ML C/ 06UNDS - Nadir	02	PCT	**39,60**	**79,20**
26	PANO DE PRATO - Cristal	30	UNDS	**2,50**	**75,00**
27	SABONETE EM BARRA 12 UNDS - Starlux	01	CX	**57,60**	**57,60**
28	ESPONJA P/ LOUÇA CX. C/ 48 UNDS – Show	01	CX	**36,00**	**36,00**
29	FOSFORO FARDO C/ 10 MAÇOS CADA MAÇO C/ 10 CAIXINHAS – Billi	10	FRD	**30,00**	**300,00**
30	XÍCARA PARA CAFÉ DE VIDRO - Nadir	12	UNDS	**7,90**	**94,80**
31	PASTILHA SANITÁRIA C/ 48 UNDS - Marilux	01	CX	**72,00**	**72,00**
32	COADOR DE CAFÉ EM ALGODÃO TAM: G - Cristal	10	UND	**6,00**	**60,00**
VALOR TOTAL: DEZ MIL, TREZENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS					**R$10.363,30**

6.2 – Fica convencionado que o CONTRATANTE deverá fazer o pagamento mediante a entrega dos serviços/ fornecimento dos materiais/produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS:

7.1 - O presente instrumento contratual terá vigência a partir da data de sua assinatura e se estenderá até 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA OITAVA – COBERTURA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

8.1 – Orçamentários:
8.1.1 – Unidade Orçamentária: 02.016 – Serviço Autônomo de Água e Esgotos.
8.1.2 - Projeto Atividade: 04.122.0211-2062 – Manutenção das Atividades do SAAE.
8.1.3 – Elemento de Despesa 3390.30 – Material de Consumo
8.1.4 – Fonte de Recursos: 210 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

9.1 - CONTRATADA:
9.1.1 - Dos Direitos:
a) Perceber seus pagamentos de acordo com o estipulado na Cláusula Sexta deste instrumento contratual;
b) Executar o acordado dentro das normas estipuladas pela Autarquia Municipal;
c) A contratada na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte ou total do fornecimento/execução dos serviços, admitido em cada caso, pelo Contratante.

9.1.2 - Das Obrigações:
a) A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Autarquia ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Autarquia Municipal;
b) Executar o aqui acordado dentro das normas jurídicas exigidas pela Legislação Regente.

9.2 - CONTRATANTE:
9.2.1 - Dos Direitos:
a) Em caso de subcontratação deve haver previamente a aprovação desta Autarquia Municipal.
9.2.2 - Das Obrigações:
a) Efetuar fielmente o pagamento de acordo com o que preceitua o presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES:

10.1 - Este poderá ser alterado com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
10.1.1 – Unilateralmente por esta Autarquia Municipal:
10.1.2 – Por acordo das partes:
Se necessário fizer a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedado à antecipação do pagamento, sem a contraprestação do fornecimento/serviço;
Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Autarquia para a justa remuneração do fornecimento/execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1 - Este contrato será rescindido, caso:
O não cumprimento de qualquer cláusula deste contrato;
O cumprimento irregular de alguma cláusula contratual;

Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores.

Parágrafo Primeiro – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório à ampla defesa.

11.2 - A rescisão se dará:
Determinada por ato unilateral e escrito desta Autarquia, nos casos enumerados do subitem 10.1;
Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência desta Autarquia;
Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Ceará Mirim/RN, para dirimir sobre quaisquer dúvidas que advirem deste contrato.
12.2 - E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, devidamente identificadas, que a tudo assistiram.

Ceará Mirim/RN, 13 de fevereiro de 2019.

JOAQUIM F. NETO EIRELI

JOÃO AUGUSTO DA CUNHA MELO	*JOAQUIM FERNANDES NETO*
Diretor Geral	Representante Legal da empresa
Pelo Contratante	Pela Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME:_____
CPF:_____

NOME:_____
CPF:_____

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:5CFAF715

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

PROCESSO Nº 080/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019

Aos 09 dias de setembro do ano de 2019 o **MUNICÍPIO DE CRUZETA,** com Sede à Praça João de Góes, 167, centro, CRUZETA/RN, inscrito no CNPJ sob n° 08.106.510/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. José Sally de Araújo portador do CPF: 358.332.544-34, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Pedro E. de Góes, nº 113, Centro, Cruzeta/RN, CEP: 59.375-000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Presencial, sob o número 033/2019, cujo objetivo fora a formalização do **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR MEIO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS**, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e os artigos e condições seguintes:
Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece os artigos e condições gerais para o registro de preços referente à **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR MEIO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e prestador de serviços foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.
Art. 2º. Integra a presente ARP, o Município de CRUZETA, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do prestador dos serviços, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra/serviço.
observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.
Art. 4º. DAS OBRIGAÇÕES

- Das obrigações da **CONTRATADA**:

- A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto do contrato, cumprir fielmente às cláusulas acordadas, respondendo pelas conseqüências da inexecução total ou parcial quando tal fato se der por sua culpa ou dolo e que não decorra de prática de atos que sejam de competência da parte da **CONTRATANTE**.
- Apresentar documentação do veículo que será objeto da condução, devidamente
regularizada, no ato da assinatura do contrato.
- Para conduzir o veículo, objeto do **transporte**, a **CONTRATADA** obriga-se a apresentar no ato da assinatura do contrato **profissional devidamente habilitado**, nas seguintes condições:
- Carteira Nacional de Habilitação - CNH, na categoria compatível com o veículo utilizado;
- Ser maior de 21 (vinte e um) anos;
- E ainda com relação aos veículos utilizados no **transporte**, serão exigidos além das demais disposições deste edital, a comprovação do cumprimento do que preceitua os artigos 136 e seguintes do Código Nacional de Trânsito.
- Apresentar vistoria do veículo realizada pelo DETRAN-RN;
- Para fins de verificação das condições acima delineadas, poderá a **CONTRATANTE**, promover todas as vistorias e/ou perícias necessárias, no veículo, sua documentação e do seu condutor, tanto no início da execução dos serviços, quanto no curso do contrato; obrigando-se a **CONTRATADA** a providenciar de imediato as medidas para a correção das possíveis irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE**.
- Obriga-se também a **CONTRATADA** a substituir de imediato e à suas custas, o veículo que não tenha as condições necessárias para prestar os serviços.
- É da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, as despesas relacionadas com encargos fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e comerciais, decorrentes da execução dos serviços contratados, sendo vedado a qualquer título, a transferência da responsabilidade, ao **CONTRATANTE**;
- Obriga-se a **CONTRATADA**, a manter com seus recursos próprios, o veículo devidamente abastecido, bem assim, efetuar as demais despesas relacionadas com outros serviços de manutenção e/ou conservação, sendo vedado integralmente à transferência destas obrigações ao **CONTRATANTE**;
- A inadimplência da **CONTRATADA** com relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato, restringir ou modificar sua forma de execução.
- Responder a **CONTRATADA** pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- A presente contratação terá por base o disposto no **ANEXO VI** deste edital.
- Após a homologação da licitação, o licitante vencedor será convocado, para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a convocação, assinar o termo de contrato.
- Como condição para celebração da contratação, a licitante adjudicatária deverá se encontrar nas mesmas condições requeridas na fase de habilitação.
- Quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, a Pregoeira examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, negociando diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
4.7 - Caso ocorra o fato previsto no item anterior, a Pregoeira convocará a licitante seguinte para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela empresa declarada inicialmente vencedora, inclusive quanto ao preço, mantidas as quantidades ofertadas.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador de serviços solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação da prestação dos serviços. De acordo com o art. 4º, §§ 1º e 2º do Decreto 7.892/2013 e art. 57, § 4º da Lei 8.666/93, é admitida a prorrogação da vigência da Ata quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

Parágrafo Único: Caso o prestador dos serviços não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o Prestador de Serviços e as especificações dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: MARIA DAS VITÓRIAS DE ARAÚJO FIGUEREDO 04477352417		
REPRESENTANTE: MARIA DAS VITÓRIAS DE ARAÚJO FIGUEREDO		
CNPJ:16.518.727/0001-03	**TELEFONE: (84) 99160-2415**	**E-MAIL: tutinha09@yahoo.com.br**
ENDEREÇO: Rua Raimundo Hermes Dantas, n°138, centro-Cruzeta/RN CEP: 59.375-000		

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TIPO DE VEÍCULO	QUANT	UNIDADE	VALOR MÉDIO
01	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MOTO-TAXISTA (SEM CARROCINHA) PARA REALIZAR VIAGENS NA ZONA URBANA ENTREGANDO DOCUMENTOS, CONVITES, COMUNICADOS, TRANSPORTANDO PEQUENOS VOLUMES, BEM COMO TRANSPORTANDO SERVIDORES À SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO	MOTO	250	VIAGEM	5,00
02	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MOTO-TAXISTA (COM CARROCINHA) PARA REALIZAR VIAGENS NA ZONA URBANA ENTREGANDO DOCUMENTOS, CONVITES, COMUNICADOS, TRANSPORTANDO PEQUENOS VOLUMES, BEM COMO TRANSPORTANDO SERVIDORES À SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO	MOTO	250	VIAGEM	12,00
03	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MOTO-TAXISTA (SEM CARROCINHA) PARA REALIZAR VIAGENS NA ZONA RURAL ENTREGANDO DOCUMENTOS, CONVITES, COMUNICADOS, TRANSPORTANDO PEQUENOS VOLUMES, BEM COMO TRANSPORTANDO SERVIDORES À SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO	MOTO	250	VIAGEM	25,00
04	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MOTO-TAXISTA (COM CARROCINHA) PARA REALIZAR VIAGENS NA ZONA RURAL ENTREGANDO DOCUMENTOS, CONVITES, COMUNICADOS, TRANSPORTANDO PEQUENOS VOLUMES, BEM COMO TRANSPORTANDO SERVIDORES À SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO	MOTO	250	VIAGEM	35,00
05	VIAGEM NA ZONA URNABA PARA TRANSPORTE DE CARGAS ATRAVÉS DE VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000KG COM CARROCERIA	---	200	VIAGEM	40,00
07	VEÍCULO COM CAPACIDADE DE 08 PESSOAS SAINDO DA FAZENDA OLHO D'ÁGUA, SÍTIO QUIMPORÓ, RETORNANDO PARA O SÍTIO PAU LAGOA, SÍTIO CAUASSÚ, SÍTIO QUIMPORÓ, RETORNANDO PARA A FAZENDA OLHO D'ÁGUA.40 KM - VESPERTINO	---	200	VIAGEM/ DIA LETIVO	179,00
08	VEÍCULO COM CAPACIDADE DE 08 PESSOAS SAINDO DO SÍTIO QUIMPORÓ, PASSANDO PELO RIACHO DO MEIO, FAZENDA CIPRIANA, FAZENDA TIMBAÚBA, RETORNANDO AO SÍTIO QUIMPORÓ. MATUTINO. 40 KM - MATUTINO	---	200	VIAGEM/ DIA LETIVO	179,00
09	TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS ACOMPANHANTES PARA ASSISTÊNCIA ESPECIAL EM UNIDADES DE ATENDIMENTO NA CIDADE DE CAICÓ, VEÍCULO COM CAPACIDADE DE TRANSPORTAR 05 PESSOAS.	PASSEIO	150	VIAGEM	150,00

10	PASSAGENS SAINDO DE CRUZETA A CAICÓ E/OU VICE VERSA COM USUÁRIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTOS, ACOMPANHAMENTOS, NOS DIVERSOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.	-	500	PASSAGEM	15,00
11	PASSAGENS SAINDO DE CRUZETA A CURRAIS NOVOS E/OU VICE VERSA COM USUÁRIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATENDIMENTOS, ACOMPANHAMENTOS, NOS DIVERSOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.	-	150	PASSAGEM	18,00

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal até o 30º (trigésimo) dia após a realização dos serviços, seguindo ordem cronológica preferencialmente em conta no Banco do Brasil salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada:
entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal;
indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **PRESTADOR DOS SERVIÇOS**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, na Imprensa Oficial.
Parágrafo Único: Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do prestador dos serviços registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. Constatada irregularidades no objeto contratual, este Município poderá:
se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
Parágrafo Único – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 12. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002. **Parágrafo Primeiro:** O prestador dos serviços estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
Descumprimento dos prazos e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d".
Parágrafo Segundo: Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro: Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto: As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto: As penalidades fixadas neste artigo serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 13. O Prestador de Serviços terá seu registro cancelado: I – Por iniciativa da Administração, quando:
não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
não manutenção das condições de habilitação;
não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo: O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 14. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 15. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de CRUZETA/RN
Nada mais havendo a tratar, eu Hilka Teresa Cardoso da Costa, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR,** pelo particular prestador de serviços e por duas (02) testemunhas.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

EMPRESA: MARIA DAS VITÓRIAS DE ARAÚJO FIGUEREDO 04477352417

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:9EF4C15D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELAÇÃO EM ORDEM CRONOLÓGICA/ AGOSTO DE 2019

Relação ordem cronológica /Agosto de 2019.

Razão social	Valor R$	Data de Liquidação	Prazo para Pagamento	Pagamento Efetuado?	Pendências
F A Nunes Gondim – ME	3.550,30	14/03/2019	14/04/2019	Sim	
F. Wilton Cavalcante Monteiro	1.055,20	13/05/2019	13/06/2019	Sim	
F. Wilton Cavalcante Monteiro	3.101,80	13/05/2019	13/06/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	3.355,80	03/06/2019	03/07/2019	Sim	
F. Wilton Cavalcante Monteiro	1.094,20	12/06/2019	12/07/2019	Sim	
Pronto Distribuidora EIRELE-ME	575,00	09/07/2019	16/07/2019	Sim	
Farmácia Padre Carlos	33.502,00	26/06/2019	26/07/2019	Sim	
M B COM E DER DE PET LTDA	1.437,29	01/07/2019	01/08/2019	Sim	
Farmácia Padre Carlos LTDA ME	1.180,00	01/07/2019	01/08/2019	Sim	
F. Wilton Cavalcante Monteiro	3.862,40	01/07/2019	01/08/2019	Sim	
José Laércio Doia	1.240,00	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	2.483,20	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	1.372,36	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	1.403,68	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F. Wilton Cavalcante Monteiro	360,00	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	1.565,38	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	1.297,50	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	2.690,80	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	2.808,30	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	1.107,58	02/07/2019	02/08/2019	Sim	
Irene Nascimento Alves	545,00	31/07/2019	07/08/2019	Sim	
Maria Janaina da Silva	1.525,00	01/08/2019	08/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	2.989,86	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	5.646,13	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	7.112,41	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	2.093,20	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	7.123,54	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	3.904,40	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	14.825,52	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	10.196,41	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	11.952,73	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
F. Wilton Cavalcante Monteiro	376,00	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	1.615,54	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	1.864,82	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	1.053,40	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	5.010,21	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
Posto Bolivel LTDA	7.621,34	09/07/2019	09/08/2019	Sim	
José Laércio Dóia	1.520,00	11/07/2019	11/08/2019	Sim	
José Laércio Dóia	2.450,00	11/07/2019	11/08/2019	Sim	
Clínica Oitava Rosado LTDA	1.260,00	07/08/2019	14/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	3.605,15	12/08/2019	19/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	1.799,42	12/08/2019	19/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	3.400,60	12/08/2019	19/08/2019	Sim	
Centro Integrado de Medicina Diagnostica Preventiva	300,00	13/08/2019	20/08/2019	Sim	
Uila Marilac Fernandes-ME	2.620,00	15/08/2019	22/08/2019	Sim	
Setemol Equipamentos	1.380,00	15/08/2019	22/08/2019	Sim	
Setemol Equipamentos	1.749,00	15/08/2019	22/08/2019	Sim	
José Laércio Dóia	4.900,00	25/07/2019	25/08/2019	Sim	
Antonio Aroldo de Freitas	6.675,00	26/07/2019	26/08/2019	Sim	
Rede Net Comercio, Serviços de Tecnologia Limitada-ME	960,00	29/07/2019	29/08/2019	Sim	
Rodrigues e Bomfin LTDA	300,00	23/08/2019	30/08/2019	Sim	
José Laércio Dóia	4.900,00	31/07/2019	31/08/2019	Sim	
F A Nunes Gondim – ME	2.650,80	31/07/2019	31/08/2019	Sim	
José Laércio Dóia	8.560,00	31/07/2019	31/08/2019	Sim	

Encanto/RN, 02/09/2019.

JOSÉ JUSTINO FERREIRA NETO
Gestor de Contratos
Portaria nº: 09/2017

Publicado por:
Maria Vanubia Gameleira Campos
Código Identificador:9D1FACA2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 080/2019 PREGÃO PRESENCIAL–SRP Nº 28/2019 - PROC Nº 6133

O **MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.162.687/0001-73, com sede na Rod. 003, Km 053, nº 096, Centro Administrativo Pref. Rubens Lisboa, Goianinha/RN, CEP: 59.173-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **Rudemberg Honório Lisboa**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade de n° 1.225.125 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 721.257.054-00, residente na Fazenda Lagoa do Poço, s/n, Goianinha/RN nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CENTER LUZ MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME**, CNPJ/MF nº 13.603.534/0001-54, com sede na cidade de João Pessoa-PB, na Av. Barão de Mamanguape, nº 374, loja 001, Torre, CEP 58.040-330, neste ato representada pelo representante, o Sr. Wellington José Barros Benicios, CPF nº 424.853.554-87, adjudicatária do **Pregão nº 028/2019**, doravante denominada **CONTRATAD**A, resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes, e processada nos termos do Processo Administrativo nº. 414/2019, a qual se constitui em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

01. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para a futura e eventual A FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL ELÉTRICO**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Do Órgão Gerenciador do presente SRP: será;
02-Integra a presente ARP, o município, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Finanças de Goianinha/RN na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
Integram como PARTICIPANTES:
a) a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças
b) a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
c) a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
d) a Secretaria Municipal de Saúde
e) a Secretaria Municipal De Tributação E Arrecadação
f) a Secretaria Municipal De Agricultura E Abastecimento
g) a Sec. Munic. de Desenvolvimento Ambiental Urbanístico
h) a Secretaria Municipal de Trab. Hab. E Assistência Social
i) a Sec. Munic. de Infraestrutura
j) o Fundo Munic. de Assistência Social
k) o Fundo Munic. de Saúde
l) Gabinete do Prefeito
m) a Secretaria Munic.de Transporte e Trânsito

01.1- Do Órgão Participante: é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços;
02.2 -Do Órgão Gerenciador do presente SRP:será o município de Goianinha/RN, através da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças de Goianinha/RN;
02.3 - **Do Órgão Não Participante**: serão admitidos órgãos ou entidades da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos da norma, faça adesão à ata de registro de preços.
02.4. **Do limite "individual" para a adesão a Ata de Registro de Preços**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/2019, que restringe a contratação, por órgão ou entidade não participante (carona), a (50%) do quantitativo total registrado em ata para cada item (total destinado ao órgão gerenciador e órgãos participantes).
02.4.1. **Do limite "coletivo" para a adesão a Ata de Registro de Preço**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/19, ou seja, o quantitativo destinado às adesões não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo total do item destinado às contratações do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, independentemente do número de adesões que venham a ocorrer.
02.5 - A Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses;
02.6 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir; facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
02.07 - Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os licitantes vencedores para assinatura da ARP, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas; observados os requisitos de publicidade e economicidade;
02.08 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para a assinatura da ARP, contado a partir da data da convocação. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
02.09 - Se o licitante vencedor, convocado nos termos do item anterior, recusar-se a celebrar a ARP respectiva, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
02.10 - A recusa dos licitantes em atender às convocações de que tratam os itens **07.10** e **07.11**, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas legalmente estabelecidas nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002;
02.11 - A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Comissão de Licitação, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, ou outro instrumento similar, conforme o caso;
02.12 - A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93 c/c Decreto 7892/2013, Decreto 147/2014 e o Decreto Municipal 910/2019;
02.13 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte desta Prefeitura, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).
02.14 - O Decreto Municipal 910/2019 que Regulamenta o SRP, apenas no silencio da Norma Municipal utilizar-se-á o Decreto Federal

03-O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras/Fiscal de Contratos, tem as seguintes obrigações:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via e-mail ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

04- O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) ENTREGAR O MATERIAL solicitados num prazo de até **05 (CINCO) dias úteis**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra/serviço, nos quantitativos desejados;
c) fornecer o material conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
l) Deverá ainda, cumprir as exigências abaixo:

4.1. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho/ordem de serviço, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Presencial - SRP n.º 028/2019.**
4.2. O (s) fornecedor/prestador (es) registrado (s) fica (m) obrigado (s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

05- A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

06- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **CENTER LUZ MATERIAIS ELETRICOS EIRELI ME**		
CNPJ: **13.603.534/0001-54**	Telefone:	Email:
Endereço: **Av. Barão de Mamanguape, nº 374, loja 001, Torre, João Pessoa-PB, CEP 58.040-330**		
Representante: **Wellington José Barros Benício** - CPF: **424.853.554-87**		

Item	Descrição	Marca	Preço Unit.(R$)
1	0005243 - CABO FLEX 2.5MM	VERFLEX	0,66
8	0005269 - DISJUNTOR MONO 35 AMP	LUKMA	5,49
9	0005270 - DISJUNTOR MONO 40 AMP	LUKMA	5,49
29	0005375 - LÂMPADA ELETRÔNICA 34W 6.400K	SORTELUZ	15,80
38	0005377 - LANTERNA RECARREGÁVEL LED	VONDER	48,00
41	0005234 - ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,8X200MM	EHC	0,27
50	0005246 - CABO MULTIPLEXADO MONOFASICO DE 16MM2	VERFLEX	2,70
51	0005247 - CABO PP 2X4.0MM	VERFLEX	3,50
52	0005248 - CABO PP 2X6.0MM 750V	VERFLEX	4,70
56	0005252 - CABO PP 3X6.0MM 750V	VERFLEX	7,00
62	0005258 - CANALETA 20X10X2000MM C/D BRANCO +FITA	ILUMI	3,00
66	0005262 - CONECTOR PERFURANTE 10/90 MULTIPLEXADO I	INTELLI	3,89
67	0005263 - CONECTOR PERFURANTE CPD 16/95	INTELLI	7,80
68	0005281 - ESCADA FIBRA DE VIDRO EXTENSIVA VAZADA EF	FIBERMAX	900,00
69	0005284 - HASTE TERRA 1,00 MT	OLIVO	6,50
70	0005285 - HASTE TERRA GROSSA 5/8 1,20MT	OLIVO	8,00
71	0005286 - HASTE TERRA GROSSA 5/8 1,50MT	OLIVO	9,00
72	0005287 - HASTE TERRA GROSSA 5/8 2,00MT	OLIVO	12,00
73	0005288 - HASTE TERRA GROSSA 5/8 2,40MT	OLIVO	15,50
74	0005289 - HASTE TERRA GROSSA 5/8 3,00MT	OLIVO	17,50
78	0005298 - LÂMPADA HQI 250W BR E-40	SORTELUZ	23,80
81	0005304 - LÂMPADA SPIRALUX 45W 220V 6400K E27	SORTELUZ	24,00
84	0005308 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POTENCIA 17W	SORTELUZ	18,00
85	0005309 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POTENCIA 25W	SORTELUZ	24,60
91	0005316 - LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA 250W/400W EM PO	OLIVO	84,00
92	0005317 - LUMINÁRIA PÚBLICA FECHADA 300W E-40 C/POL	OLIVO	84,00
99	0005324 - OLHAL P/ PARAFUSO DE 16MM2	FISCHER	8,50
104	0005329 - PORCA OLHAL 16MM	FISCHER	9,00

110	0005335 - REATOR VAPOR METAL 400W EXT. A. F. P.	MAPRELUX	48,00
116	0005342 - REFLETOR LED 100W	SORTELUZ	107,00
123	0005349 - REFLETOR LED VERDE 30W	SORTELUZ	71,88
124	0005350 - REFLETOR LED VERDE 50W	SORTELUZ	107,00
129	0005359 - Luminária em LED com potência máxima de 50 W e geração de lumens mínima de 5.900 lm - garantia de 7 anos contra defeitos de fabricação, suporte técnico, IK 08, IP 66, fator de potência mínimo 0,95, base relé de 7 pinos, drive dimerizável e protetor de surto de 10KVA, instalada e inventariada, tensão de operação 90 a 305 VCA, lentes de policarbonato, corpo em alumínio, pintura anti-incrustantes, eficácia luminosa de no mínimo 130 lm/W, grau de proteção , temperatura de com > 4000 K, IRC = ou > 70%, vida útil 50.000horas. A luminária deverá ter o SELO PROCEL de economia de energia.	SORTELUZ	134,00

07 -O pagamento será efetuado através **da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, a documentação fiscal equivalente.
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal, CNDT, essenciais a liquidação;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

08- A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

09-O preço, o Prestador e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, **na FEMURN**.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores na sede da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN

10- A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

11- A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser executados o fornecimento solicitado num prazo de até **02(duas)horas**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados);
b) Deverão ser entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e em perfeitas condições de utilização.
c) A entrega deverá ser feita em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Goianinha/RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

12- O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos/serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
12.06 – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

13- São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato ou da ordem de compra;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

14- O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
15- Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
16- Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Goianinha / RN.
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias na qual será lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Goianinha / RN, 03 de Setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal de Goianinha

P/Empresa:
Center Luz Materiais Eletricos EIRELI ME
CNPJ: 13.603.534/0001-54.
Representante Legal:
WELLINGTON JOSÉ BARROS BENÍCIO
Procurador, Brasileiro, Portador do CPF n.º 424.853.554-87 e RG nº 1009509 – SSP –PB.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:A0167B67

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 81/2019 PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 28/2019-PROC. Nº 6133/2019

O **MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.162.687/0001-73, com sede na Rod. 003, Km 053, nº 096, Centro Administrativo Pref. Rubens Lisboa,Goianinha/RN, CEP: 59.173-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **Rudemberg Honório Lisboa**, brasileiro, casado, Servidor Público, portador da cédula de identidade de n° 1.225.125 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 721.257.054-00, residente na Fazenda Lagoa do Poço, s/n, Goianinha/RN nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, CNPJ/MF nº 00.226.324/0001-42, com sede na cidade de Goiânia-GO, na Av. Independência, nº 6060, Q.70c, Lote02, Setor Aeroporto, CEP:74.070-010, neste ato representada pelo procurador, Sr. Brunno Giordano da Silva Aranha, CPF nº023.359.654-25, adjudicatária do **Pregão nº 028/2019**, doravante denominada **CONTRATAD**A, resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes, e processada nos termos do Processo Administrativo nº. 414/2019, a qual se constitui em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

01. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para a futura e eventual A FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL ELÉTRICO**,**cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Do Órgão Gerenciador do presente SRP: será;
02-Integra a presente ARP, o município, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Finanças de Goianinha/RN na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
Integram como PARTICIPANTES:
a) a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças
b) a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
c) a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
d) a Secretaria Municipal de Saúde
e) a Secretaria Municipal De Tributação E Arrecadação
f) a Secretaria Municipal De Agricultura E Abastecimento

g) a Sec. Munic. de Desenvolvimento Ambiental Urbanístico
h) a Secretaria Municipal de Trab. Hab. E Assistência Social
i) a Sec. Munic. de Infraestrutura
j) o Fundo Munic. de Assistência Social
k) o Fundo Munic. de Saúde
l) Gabinete do Prefeito
m) a Secretaria Munic.de Transporte e Trânsito

01.1- **Do Órgão Participante:** é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços;
02.2 -**Do Órgão Gerenciador do presente SRP:**será o município de Goianinha/RN, através da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças de Goianinha/RN;
02.3 - **Do Órgão Não Participante**: serão admitidos órgãos ou entidades da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos da norma, faça adesão à ata de registro de preços.
02.4. **Do limite "individual" para a adesão a Ata de Registro de Preços**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/2019, que restringe a contratação, por órgão ou entidade não participante (carona), a (50%) do quantitativo total registrado em ata para cada item (total destinado ao órgão gerenciador e órgãos participantes).
02.4.1. **Do limite "coletivo" para a adesão a Ata de Registro de Preço**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/19, ou seja, o quantitativo destinado às adesões não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo total do item destinado às contratações do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, independentemente do número de adesões que venham a ocorrer.
02.5 - A Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses;
02.6 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir; facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
02.07 - Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os licitantes vencedores para assinatura da ARP, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas; observados os requisitos de publicidade e economicidade;
02.08 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para a assinatura da ARP, contado a partir da data da convocação. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
02.09 - Se o licitante vencedor, convocado nos termos do item anterior, recusar-se a celebrar a ARP respectiva, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
02.10 - A recusa dos licitantes em atender às convocações de que tratam os itens **07.10** e **07.11**, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas legalmente estabelecidas nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002;
02.11 - A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Comissão de Licitação, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, ou outro instrumento similar, conforme o caso;
02.12 - A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93 c/c Decreto 7892/2013, Decreto 147/2014 e o Decreto Municipal 910/2019;
02.13 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte desta Prefeitura, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).
02.14 - O Decreto Municipal 910/2019 que Regulamenta o SRP, apenas no silencio da Norma Municipal utilizar-se-á o Decreto Federal

03-O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras/Fiscal de Contratos, tem as seguintes obrigações:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via e-mail ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

04- O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) ENTREGAR O MATERIAL solicitados num prazo de até **05 (CINCO) dias úteis**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra/serviço, nos quantitativos desejados;
c) fornecer o material conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura dapresente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
l) Deverá ainda, cumprir as exigências abaixo:

4.1. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho/ordem de serviço, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Presencial - SRP n.º 028/2019.**
4.2. O (s) fornecedor/prestador (es) registrado (s) fica (m) obrigado (s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

05- A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

06- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**			
CNPJ: **00.226.324/0001-42**		Telefone:	Email:
Endereço: **AVENIDA IDEPENDENCIA, 6060 QUADRA 70C, BAIRRO, GOIANIA/GO, CEP: 74070-010**			
Representante: - **Brunno Giordano da Silva Aranha, CPF nº023.359.654-25**			
Item	Descrição	Marca	Preço Unit.(R$)
21	0005283 - FITA ISOLANTE IMPERIAL 18MMX20M	DECORLUX	2,60
22	0005290 - INTERRUPTOR 2 SESSÕES SIMPLES	PLUZIE	3,58
23	0005291 - INTERRUPTOR 3 SESSÕES SIMPLES	PLUZIE	4,80
30	0005293 - LÂMPADA ELETRÔNICA 45W 4U 220V 6400K	AVANT	21,50
31	0005294 - LÂMPADA ELETRÔNICA 4U 30W 220V 6400K	KIAN	14,00
33	0005302 - LÂMPADA LED BULBO A60 6W	KIAN	5,45
34	0005303 - LÂMPADA LED BULBO A60 9W	KIAN	5,45
36	0005311 - LÂMPADA SUPERLED TUBULAR 18W 6500K	KIAN	13,90
37	0005376 - LÂMPADA SUPERLED TUBULAR 9W 6500K	KIAN	10,29
45	0005238 - BASE P/ PELE	EXATRON	3,70
46	0005239 - BENGALA COMPLETA 90X32MM		1,40
79	0005300 - LÂMPADA LED ALTA POTENCIA 20W	KIAN	19,00
83	0005307 - LÂMPADA SUPERLED 9,5 W	GLIGHT	5,48
88	0005313 - LUMINÁRIA ILP-400 ABERTA E-40	JRC	45,00
89	0005314 - LUMINÁRIA PADRÃO COSERN IP220/28-27	JRC	22,00
90	0005315 - LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA 250W E27	JRC	20,00
93	0005318 - LUMINÁRIA TIPO PÉTALA ALUMI.INJET. 400W F	OZLI	209,50
101	0005326 - PARAFUSO C/ PORCA QUADRADA 250X16MM P/A RM	MILANO	5,10
107	0005332 - REATOR VAPOR METAL 1000W EXTERNO	JRC	124,00
109	0005334 - REATOR VAPOR METAL 250W EXT. A. F. P.	JRC	47,00
111	0005337 - REATOR VAPOR SODIO 70W AFP	JRC	34,00
113	0005339 - REFLETOR ALUM. 1000W E-40	SPOTLUX	109,00
117	0005343 - REFLETOR LED 10W	KIAN	22,00
119	0005345 - REFLETOR LED 200W	DEMILED	235,00
128	0005354 - SAPATILHA DE FERRO GALVANIZADO 4A	MILANO	4,60
130	0005405 - CAIXA PADRÃO COSERN P/ MEDIDOR + CJ DISJ TRIFÁSSICA	TAF	85,00

07 -O pagamento será efetuado através **da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor, apósa entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, a documentação fiscal equivalente.
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal, CNDT, essenciais a liquidação;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

08- A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

09-O preço, o Prestador e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, **na FEMURN**.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores na sede da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN

10- A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

11- A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser executados o fornecimento solicitado num prazo de até **02(duas)horas**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados);
b) Deverão ser entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e em perfeitas condições de utilização.
c) A entrega deverá ser feita em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Goianinha/RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

12- O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos/serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.

12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
12.06 – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

13- São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato ou da ordem de compra;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

14- O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
15- Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
16- Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Goianinha / RN.
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias na qual será lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Goianinha / RN, 03 de Setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal de Goianinha

P/Empresa:
Eletrica Luz Comercial de Materiais Eletricos LTDA
CNPJ: 00.226.324/0001-42.
Representante o Sr.
BRUNNO GIORDANO DA SILVA ARANHA,
Nacionalidade Brasileiro, Empresário, Portador Do CPF n.º nº 023.359.654-25 e RG n.º 1.552.779 SSP/RN.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:A8FD1D3E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 82/2019 PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 28/2019-PROC. Nº 6133/2019

O **MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.162.687/0001-73, com sede na Rod. 003,Km 053, nº 096,Centro Administrativo Pref. Rubens Lisboa, Goianinha/RN, CEP: 59.173-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **Rudemberg Honório Lisboa**, brasileiro, casado, Servidor Público, portador da cédula de identidade de n° 1.225.125 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 721.257.054-00, residente na Fazenda Lagoa do Poço, s/n, Goianinha/RN nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP**, CNPJ/MF nº 12.072.665/0001-90, com sede na cidade de Goiânia-GO, na Av.Veneza nº2053, Qd. 29, lt. ¾, sala 03, Jardim Europa, CEP 74.325-100, neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. Mario Cesar Trigueiro de Azevedo, CPF nº592.692.004-34, adjudicatária do **Pregão nº 028/2019**, doravante denominada **CONTRATAD**A, resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes, e processada nos termos do Processo Administrativo nº. 414/2019, a qual se constitui em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

01. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para a futura e eventual A FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL ELÉTRICO**,**cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Do Órgão Gerenciador do presente SRP: será;
02-Integra a presente ARP, o município, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Finanças de Goianinha/RN na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
Integram como PARTICIPANTES:
a) a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças
b) a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
c) a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
d) a Secretaria Municipal de Saúde
e) a Secretaria Municipal De Tributação E Arrecadação
f) a Secretaria Municipal De Agricultura E Abastecimento
g) a Sec. Munic. de Desenvolvimento Ambiental Urbanístico
h) a Secretaria Municipal de Trab. Hab. E Assistência Social
i) a Sec. Munic. de Infraestrutura
j) o Fundo Munic. de Assistência Social
k) o Fundo Munic. de Saúde
l) Gabinete do Prefeito
m) a Secretaria Munic.de Transporte e Trânsito

01.1- **Do Órgão Participante:** é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços;
02.2 -**Do Órgão Gerenciador do presente SRP:**será o município de Goianinha/RN, através da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças de Goianinha/RN;
02.3 - **Do Órgão Não Participante**: serão admitidos órgãos ou entidades da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos da norma, faça adesão à ata de registro de preços.
02.4. **Do limite "individual" para a adesão a Ata de Registro de Preços**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/2019, que restringe a contratação, por órgão ou entidade não participante (carona), a (50%) do quantitativo total registrado em ata para cada item (total destinado ao órgão gerenciador e órgãos participantes).
02.4.1. **Do limite "coletivo" para a adesão a Ata de Registro de Preço**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/19, ou seja, o quantitativo destinado às adesões não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo total do item destinado às contratações do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, independentemente do número de adesões que venham a ocorrer.
02.5 - A Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses;
02.6 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir; facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
02.07 - Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os licitantes vencedores para assinatura da ARP, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas; observados os requisitos de publicidade e economicidade;
02.08 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para a assinatura da ARP, contado a partir da data da convocação. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
02.09 - Se o licitante vencedor, convocado nos termos do item anterior, recusar-se a celebrar a ARP respectiva, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
02.10 - A recusa dos licitantes em atender às convocações de que tratam os itens **07.10** e **07.11**, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas legalmente estabelecidas nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002;
02.11 - A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Comissão de Licitação, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, ou outro instrumento similar, conforme o caso;
02.12 - A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93 c/c Decreto 7892/2013, Decreto 147/2014 e o Decreto Municipal 910/2019;
02.13 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte desta Prefeitura, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).
02.14 - O Decreto Municipal 910/2019 que Regulamenta o SRP, apenas no silencio da Norma Municipal utilizar-se-á o Decreto Federal

03-O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras/Fiscal de Contratos, tem as seguintes obrigações:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via e-mail ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

04- O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) ENTREGAR O MATERIAL solicitados num prazo de até **05 (CINCO) dias úteis**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra/serviço, nos quantitativos desejados;
c) fornecer o material conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura dapresente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
l) Deverá ainda, cumprir as exigências abaixo:

4.1. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho/ordem de serviço, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Presencial - SRP n.º 028/2019.**
4.2. O (s) fornecedor/prestador (es) registrado (s) fica (m) obrigado (s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.
05- A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

06- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP**			
CNPJ: **12.072.665/0001-90**		Telefone:	Email:
Endereço: **AVENIDA VENEZA, 2053 QD 29, Lt. ¾, JARDIM EUROPA, GOIANINA/GO, CEP: 74.325-010**			
Representante: **MARIO CESAR TRIGUEIRO DE AZEVEDO, CPF Nº592.692.004-34**			
Item	Descrição	Marca	Preço Unit.(R$)
2	0005244 - CABO FLEX 4.0MM 750V	Indusflex	1,15
11	0005272 - DISJUNTOR TRIF 15 AMP	soprano	23,65
12	0005273 - DISJUNTOR TRIF 20 AMP	soprano	25,00
13	0005274 - DISJUNTOR TRIF 25 AMP	soprano	26,33
14	0005275 - DISJUNTOR TRIF 30 AMP	soprano	26,33
15	0005276 - DISJUNTOR TRIF 35 AMP	soprano	24,50
16	0005277 - DISJUNTOR TRIF 40 AMP	soprano	25,90
17	0005278 - DISJUNTOR TRIF 50 AMP	soprano	25,00
18	0005279 - DISJUNTOR TRIF 60 AMP	soprano	26,50
19	0005280 - DISJUNTOR TRIF 70 AMP	soprano	55,90
20	0005282 - FITA ISOLANTE 19X10M ALTA FUSÃO	Decorlux	8,86
24	0005292 - INTERRUPTOR SIMPLES	Pluzie	2,20
48	0005241 - CABO FLEX 10,0MM2	Indusflex	3,60
49	0005245 - CABO FLEX 6.0 MM2 750V	Indusflex	1,63
53	0005249 - CABO PP 3X1.5MM 750V	Indusflex	1,90
54	0005250 - CABO PP 3X10MM 750V	Indusflex	12,70
55	0005251 - CABO PP 3X2.5MM	Indusflex	3,20
57	0005253 - CABO PP 4X2.5MM PR 750V	Indusflex	3,65
58	0005254 - CABO PP2X2.5MM	Indusflex	2,20
63	0005259 - CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2X30	Exatron	133,00
64	0005260 - CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2X60	Exatron	228,00
75	0005295 - LÂMPADA ESTROBO 3,5W E27 BRANCA	Glight	20,30
77	0005297 - LÂMPADA HQI 2000W BRANCA T E-40	Glight	315,00
87	0005312 - LÂMPADA VAPOR MET 70W OVOIDE E27 5000K	Glight	21,60
100	0005325 - PARAFUSO C/ PORCA QUADRADA 200X16MM P/A RM	Milano	4,50
102	0005327 - PARAFUSO C/ PORCA QUADRADA 300X16MM P/A	Milano	6,00
112	0005338 - REFLETOR 400W E-40	HGE	36,00
118	0005344 - REFLETOR LED 10W RGB C/CTR	XL Power	43,00
126	0005352 - REFLETOR RETANGULAR ALUMINIO EXT. 250W E27	HGE	33,00
127	0005353 - RELE FOTO CELULA 1000W NF	Lince	9,35
132	0005370 - CANDUITE FLEX DN 25MM	Presidente	0,54

07 -O pagamento será efetuado através **da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor, apósa entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, a documentação fiscal equivalente.
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal, CNDT, essenciais a liquidação;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

08- A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

09-O preço, o Prestador e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, **na FEMURN**.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores na sede da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN

10- A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

11- A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser executados o fornecimento solicitado num prazo de até **02(duas)horas**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados);
b) Deverão ser entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e em perfeitas condições de utilização.
c) A entrega deverá ser feita em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Goianinha/RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

12- O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos/serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
12.06 – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

13- São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato ou da ordem de compra;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

14- O Fornecedor terá seu registro cancelado:

I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
15- Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
16- Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Goianinha / RN.
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias na qual será lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Goianinha / RN, 03 de Setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal de Goianinha

P/Empresa:
Ledluz Industria E Comercio LTDA - EPP,
CNPJ/MF nº 12.072.665/0001-90,
Representada Pelo Seu Procurador,
SR. MARIO CESAR TRIGUEIRO DE AZEVEDO,
Brasileiro, Portador do CPF nº592.692.004-34 e RG nº 000.708.851.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:89923679

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 83/2019 PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº. 28/2019-PROC. Nº 6133/2019

O **MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.162.687/0001-73, com sede na Rod. RN 003, Km 053, nº 096, Centro Administrativo Pref. Rubens Lisboa, Goianinha/RN, CEP: 59.173-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **Rudemberg Honório Lisboa**, brasileiro, casado, Servidor Público, portador da cédula de identidade de n° 1.225.125 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 721.257.054-00, residente na Fazenda Lagoa do Poço, s/n, Goianinha/RN nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LUMINOZA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO HIDRAULICO E TELEFONIA EIRELI-ME**, CNPJ/MF nº 70.047.329/0001-93, com sede na cidade de Natal-RN, na Av.Prudente de Morais, nº 1790, Barro Vermelho, CEP 59.022-545, neste ato representada pelo seu Procurador o Sr.Valdemario Pinheiro de Araujo, CPF nº 011.877.624-07, adjudicatária do **Pregão nº 028/2019**, doravante denominada **CONTRATAD**A, resolvem Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes, e processada nos termos do Processo Administrativo nº. 724/2019, a qual se constitui em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:

01. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para a futura e eventual A FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL ELÉTRICO**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Do Órgão Gerenciador do presente SRP: será;
02-Integra a presente ARP, o município, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Finanças de Goianinha/RN na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
Integram como PARTICIPANTES:
a) a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças
b) a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
c) a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
d) a Secretaria Municipal de Saúde
e) a Secretaria Municipal De Tributação E Arrecadação
f) a Secretaria Municipal De Agricultura E Abastecimento
g) a Sec. Munic. de Desenvolvimento Ambiental Urbanístico
h) a Secretaria Municipal de Trab. Hab. E Assistência Social
i) a Sec. Munic. de Infraestrutura
j) o Fundo Munic. de Assistência Social
k) o Fundo Munic. de Saúde
l) Gabinete do Prefeito
m) a Secretaria Munic.de Transporte e Trânsito

01.1- Do Órgão Participante: é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços;
02.2 -Do Órgão Gerenciador do presente SRP:será o município de Goianinha/RN, através da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças de Goianinha/RN;
02.3 - **Do Órgão Não Participante**: serão admitidos órgãos ou entidades da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos da norma, faça adesão à ata de registro de preços.
02.4. **Do limite "individual" para a adesão a Ata de Registro de Preços**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/2019, que restringe a contratação, por órgão ou entidade não participante (carona), a (50%) do quantitativo total registrado em ata para cada item (total destinado ao órgão gerenciador e órgãos participantes).
02.4.1. **Do limite "coletivo" para a adesão a Ata de Registro de Preço**: fica estabelecido o Decreto Municipal nº 910/19, ou seja, o quantitativo destinado às adesões não poderá exceder, na totalidade, o dobro do quantitativo total do item destinado às contratações do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, independentemente do número de adesões que venham a ocorrer.
02.5 - A Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses;
02.6 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir; facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
02.07 - Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os licitantes vencedores para assinatura da ARP, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas; observados os requisitos de publicidade e economicidade;
02.08 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para a assinatura da ARP, contado a partir da data da convocação. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
02.09 - Se o licitante vencedor, convocado nos termos do item anterior, recusar-se a celebrar a ARP respectiva, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
02.10 - A recusa dos licitantes em atender às convocações de que tratam os itens **07.10** e **07.11**, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas legalmente estabelecidas nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002;
02.11 - A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Comissão de Licitação, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, ou outro instrumento similar, conforme o caso;
02.12 - A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93 c/c Decreto 7892/2013, Decreto 147/2014 e o Decreto Municipal 910/2019;
02.13 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte desta Prefeitura, para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).
02.14 - O Decreto Municipal 910/2019 que Regulamenta o SRP, apenas no silencio da Norma Municipal utilizar-se-á o Decreto Federal

03-O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras/Fiscal de Contratos, tem as seguintes obrigações:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via e-mail ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

04- O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da convocação;
b) ENTREGAR O MATERIAL solicitados num prazo de até **05 (CINCO) dias úteis**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra/serviço, nos quantitativos desejados;
c) fornecer o material conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) entregar o material solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
l) Deverá ainda, cumprir as exigências abaixo:

4.1. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho/ordem de serviço, decorrente desta Ata de Registro de Preços e do Edital de **Pregão Presencial - SRP n.º 028/2019.**
4.2. O (s) fornecedor/prestador (es) registrado (s) fica (m) obrigado (s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

05- A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.

Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

06- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **LUMINOZA COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO HIDRAULICO E TELEFONIA EIRELI-ME**		
CNPJ: **70.047.329/0001-93**	Telefone:	Email:
Endereço: **Av.Prudente de Morais, nº 1790, Barro Vermelho, Natal –RN, CEP 59.022-545**		
Representante: **Valdemario Pinheiro de Araújo** - CPF: **011.877.624-07**		

Item	Descrição	Marca	Preço Unit.(R$)
3	0005264 - DISJUNTOR MONO 10 AMP	SOPRANO	4,55
4	0005265 - DISJUNTOR MONO 15 AMP	SOPRANO	4,55
5	0005266 - DISJUNTOR MONO 20 AMP	SOPRANO	4,55
6	0005267 - DISJUNTOR MONO 25 AMP	SOPRANO	4,55
7	0005268 - DISJUNTOR MONO 30 AMP	SOPRANO	4,55
10	0005271 - DISJUNTOR MONO 50 AMP	SOPRANO	5,55
25	0005371 - LÂMPADA ELETRÔNICA 11W BR 3U	AVANT	5,60
26	0005372 - LÂMPADA ELETRÔNICA 15W BR 3U	AVANT	5,60
27	0005373 - LÂMPADA ELETRÔNICA 20W	AVANT	6,00
28	0005374 - LÂMPADA ELETRÔNICA 25W BR 3U	AVANT	7,10
32	0005299 - LÂMPADA LED A60 12W	AVANT	8,45
35	0005305 - LÂMPADA SPIRALUX 59W 220V 6400J E27	OURO LUX	30,50
47	0005240 - BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1M	OLIVO	12,70
60	0005256 - CAIXA MED C/ LENTE TRIF	TAF	285,00
61	0005257 - CAIXA MED MONOF. CMD1 N2 C/ LENTE E CDJ1	TAF	165,00
65	0005261 - CONECTOR PARA HASTE 5/8	INTELI	2,50
80	0005301 - LÂMPADA LED ALTA POTENCIA 40W	PHILBRA	39,00
86	0005310 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POTENCIA 30W	PHILBRA	26,00
95	0005320 - MANGUEIRA LUMINOSA C/LED 2F 220V AZUL	NITROLUX	4,50
96	0005321 - MANGUEIRA LUMINOSA C/LED 2F 220V VERDE	NITROLUX	4,50
97	0005322 - MANGUEIRA LUMINOSA C/LED 2F BR 220V	NITROLUX	4,50
98	0005323 - MANGUEIRA LUMINOSA COM LED 2F VERMELHA 220V	NITROLUX	4,50
103	0005328 - PLAFON C/ PORCELANA BRANCO 100W	OLIVO	2,45
105	0005330 - PROJETOR SUPERLED 10W BR 6400K BIV IP65	AVANT	23,70
106	0005331 - PROJETOR SUPERLED 30W BR 6400K BIV IP65	AVANT	37,35
108	0005333 - REATOR VAPOR METAL 2000W EXTERNO INTRAL	SAMA	277,00
114	0005340 - REFLETOR ALUM. 2000W E-40	OLIVO	275,00
115	0005341 - REFLETOR HP LED48 BR 50W BIVOLT	AVANT	45,00
122	0005348 - REFLETOR LED 50W 6500K BRONZE	AVANT	45,00
125	0005351 - REFLETOR P/LAMP. HQI 70/150W	OLIVO	33,00
131	0005406 - CAIXA PADRÃO COSERN P/ MEDIDOR + CJ DISJ. MONOFÁSSICA	TAF	30,00

07 -O pagamento será efetuado através **da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, a documentação fiscal equivalente.
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal, CNDT, essenciais a liquidação;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

08- A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

09-O preço, o Prestador e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, **na FEMURN**.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores na sede da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN

10- A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

11- A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser executados o fornecimento solicitado num prazo de até **02(duas)horas**, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados);
b) Deverão ser entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e em perfeitas condições de utilização.
c) A entrega deverá ser feita em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Goianinha/RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

12- O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos/serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:

a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
12.06 – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

13- São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato ou da ordem de compra;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

14- O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
15- Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
16- Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Goianinha / RN.
Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias na qual será lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Goianinha / RN, 09 de Setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal de Goianinha

P/Empresa:
Luminoza Comercio De Material Elétrico Hidraulico E Telefonia EIRELI-ME,
CNPJ/MF nº 70.047.329/0001-93.
Representado Pelo
SR. VALDEMARIO PINHEIRO DE ARAÚJO,
Procurador, Brasileiro,
Portador Do CPF n.º 011.877.624-07 e RG 2037918 SSP-RN.

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:55EE5B5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
ATA DE APURAÇÃO DA SESSÃO DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2019-SRP

Aos dias 09/09/2019, reuniram-se na Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ, a Comissão de Acompanhamento de Pregão, Suêldo Maia Pinheiro, Ricardo Magno Barreto Nobre - Apoio e MARILEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA CAMILO - Apoio, para a Fase de Lances Verbais e Abertura de Envelopes de Habilitação do Processo Licitatório Modalidade Pregão nº 023/2019-SRP , que tem como objeto a Contratação de empresa Aquisição Pneus, Câmara de Ar e Protetores, para suprir as necessidades dos Veículos das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Itaú/RN. O Pregoeiro abriu a sessão pública, estando presentes os representantes das empresas credenciados:

Representantes	Empresas
João de Deus de Melo Carvalho, CPF: 490.584.594-34	BR COMERCIO VAREJISTA DE PNEUS LTDA
Neire Dias de Oliveira,CPF: 026.310.504-01	NEIRE DE OLIVEIRA PNEUS E SERVIÇOS EIRELI-ME
João Batista,CPF: 490.115.704-30	TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP,

Em seguida o Pregoeiro passou para a Fase de Lances Verbais, que teve o Preço Registrado a seguir:

EMPRESA: BR COMERCIO VAREJISTA DE PNEUS LTDA, CNPJ: 33.173.286/0001-66

Item	Descrição dos Materiais	Unid. medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	PNEU 175/70-13	UN	DUNLOP	16	214,00	3.424,00
7	PNEU 1000/20 R	UN	FIRSTONE	12	2.010,00	24.120,00
10	Pitos	UN	UNIVERSAL	24	3,50	84,00
13	PNEU 275/80R22.5	UN	DAYTON	12	1.800,00	21.600,00
18	PNEU 12,4 - 24 / 18.4 - 30 PNEU DIANTEIRO	UN	FIRESTONE	4	1.849,00	7.396,00
22	PNEU 19.5-24	UN	FIRSTONE	4	3.099,00	12.396,00
Total (R$):						69.020,00

EMPRESA: NEIRE DE OLIVEIRA PNEUS E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ: 13.151.333/0001-63.

Item	Descrição dos Materiais	Unid. medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	PNEU 90/90 R18	UN	MAGGION	4	114,00	456,00
4	PNEU 195/65 R 15	UN	WESTILAIKE	16	365,00	5.840,00
6	PNEU 215/75 R-17,5	UN	CHAYONG	24	900,00	21.600,00
8	CAMARA DE AR 1000/20 R	UN	MAGNUS	20	139,00	2.780,00
9	PROTETOR ARO 20	UN	ECOBOM	54	59,00	3.186,00
11	PNEU 1000/20	UN	CENTELHA	42	1.275,00	53.550,00
12	CÂMARA DE AR 1000-20	UN	MAGNUS	42	139,00	5.838,00
15	PNEU 12.5/80 - 18 19.5 - 24	UN	MRL	4	1.580,00	6.320,00
17	CÂMARA DE AR 19.5-24	UN	MAGNUS	4	275,00	1.100,00
20	PNEU 750 - 18 / 18.4 - 30	UN	MRL	2	799,00	1.598,00
21	CÂMARA DE AR 750-18	UN	MAGNUS	2	98,00	196,00
23	PNEU 235/70-16	UN	GT	8	680,00	5.440,00
Total (R$):						107.904,00

EMPRESA: TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP, CNPJ: 23.303.897/0001-28

Item	Descrição dos Materiais	Unid. medida	Marca	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	PNEU 175/70-14	UN	FATE	24	275,00	6.600,00
5	PNEU 175/70R14	UN	FATE	8	290,00	2.320,00
14	PNEU 1400/24	UN	ROADGUINDER	12	3.115,00	37.380,00
16	CÂMARA DE AR 12.5/80-18	UN	MAGNUM	4	119,00	476,00
19	PNEU 18.4-30 PNEU TRASEIRO	UN	ALLIANCE	8	3.850,00	30.800,00
Total (R$):						77.576,00

OBS: O representante da empresa BR COMÉRCIO VAREJISTA DE PNEUS LTDA, pediu desistência dos Itens; 14, 19, 20, 21, 22 e 23, por erro na formação de preço da proposta de Preço.
Manifestação de recursos
A empresa AMÉLIA PATRICIA FERREIRA BARROS-ME, CNPJ: foi desclassificada no credenciamento, a mesma deixou de atender o item 4.6 e o item 4.7, do Edital de convocação, em virtude da empresa deixar de apresentar o original do RG da Sócia da empresa, o representante da empresa disse que apresentaria recurso no prazo determinado.

Em nada mais havendo a tratar, o senhor Pregoeiro encerrou a sessão lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e Representantes presentes.

Assinaturas
Suêldo Maia Pinheiro – Pregoeiro
Ricardo Magno Barreto Nobre – Equipe de Apoio
Marileide Anutnes de Oliveira Camilo – Equipe de Apoio

Empresas:

BR COMERCIO VAREJISTA DE PNEUS LTDA, CNPJ: 33.173.286/0001-66
NEIRE DE OLIVEIRA PNEUS E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ: 13.151.333/0001-63.
TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP, CNPJ: 23.303.897/0001-28

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:8D71EBD0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 192201/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 947/2019 VIGÊNCIA DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 A 08 DE SETEMBRO DE 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192201/2019que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 22/2019, tendo por objetoa **Contratação de empresa especializado em material gráfico.**

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos, com sede no(a) Praça da Matriz, 10 – Centro – Jardim de Angicos/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.111.338/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Suely Fonseca Bezerra de Lima, inscrito(a) no CPF sob o nº 018.851.774-02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 22/2019, publicado no Diário Oficial dos Municipios (Femurn), processo administrativo n.º 947/2019, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal 07, do dia 16 de maio de 2014, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ***Contratação de empresa especializado em material gráfico***, especificado(s) no(s) item(ns)/Lotes do Termo de Referência do edital do *Pregão* nº 22/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
Empresa: LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA - ME
CNPJ: 07.805.649/0001-29
Endereço: AV. DEODORO DA FONSECA , **nº** 755 **Bairro:** PETROPOLIS, **Cidade:** NATAL - **CEP:** 59020-600
Telefone: - E-mail:
Representante legal: RIVALDO CESAR LUCENA SOARES
R.G: / **CPF:** 132.832.354-49

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
10	0009670 - BOTTON REDONDO TIPO AMERICANO, PERSONALIZADO, EM PLÁSTICO, MEDINDO 3,5CM ESPECIFICAÇÃO : BOTTON REDONDO TIPO AMERICANO, PERSONALIZADO, EM PLÁSTICO, MEDINDO 3,5CM DE DIÂMETRO, IMPRESSÃO COLORIDA.	SERVGRAFICA	UND	200,00	3,790	758,00
11	0009672 - CAPA DE PROCESSO (COR AMARELO) - 23X46CM - COR DA TINTA E OFF-SET 180G.	SUZANO	UND	7000,00	0,470	3.290,00
12	0009673 - CAPA DE PROCESSO (COR AZUL) - 23X46CM - COR DA TINTA E OFF-SET 180G.	SUZANO	UND	7000,00	0,470	3.290,00
13	0009674 - CAPA DE PROCESSO (COR VERDE) - 23X46CM - COR DA TINTA E OFF-SET 180G.	SUZANO	UND	12000,00	0,460	5.520,00
22	0009683 - CRACHÁS EM PVC COM CORDÃO PERSONALIZADO E PORTA CRACHA	SUZANO	UND	500,00	12,300	6.150,00
24	0009689 - FICHA DE EVOLUÇÃO TAM. A4 1X1 PAPEL OFF SET 75G	SUZANO	UND	200,00	0,590	118,00
25	0009695 - FOLDER 4X4, COR, PAPEL 150G, TAMANHO 21X29,7CM..PEDIDO MÍNIMO 500 UM.	SUZANO	UND	1000,00	0,670	670,00
26	0009696 - FOLDER 4X4.COR, TAMANHO 21X15CM, FECHADO, COUCHE 115G, COM VARIAS ARTES ESPECIFICAÇÃO : FOLDER 4X4.COR, TAMANHO 21X15CM, FECHADO, COUCHE 115G, COM VARIAS ARTES A SER DEFINIDA	SUZANO	UND	1000,00	1,160	1.160,00
27	0009697 - IMPRESSÃO EM PAPEL ESPECIAL SUBLIMÁTICA, TAMANHO A3, APLICADA NO TECIDO.	SUZANO	UND	250,00	8,000	2.000,00
28	0009698 - PANFLETOS TAMANHO 21X30 CM 4X4 CORES NO PAPEL 150 GRAMAS COUCHÊ ESPECIFICAÇÃO : PANFLETOS TAMANHO 21X30 CM 4X4 CORES NO PAPEL 150 GRAMAS COUCHÊ COM VARIAS ARTES A SER DEFINIDA	SUZANO	UND	500,00	1,200	600,00
29	0002303 - PLACAS EM ADESIVO VINIL APLICADO NO PVC TAM. 40X30 CM	3M	UND	100,00	12,350	1.235,00
30	0009701 - PLACAS EM ADESIVO VINIL APLICADO NO PVC, TAM.60X28 CM	3M	UND	100,00	15,900	1.590,00
31	0009702 - PLACAS EM ADESIVO VINIL APLICADO NO PVC, TAM.80X35 CM	3M	UND	25,00	31,500	787,50
32	0009703 - PLACAS EM PVC COM ADESIVO APLICADO, 4X0 ,COR METROS	3M	METRO	50,00	97,500	4.875,00
33	0009705 - RECEITUÁRIO AZUL COM 20 FOLHAS NO TAMANHO 10X23 CM NUMERADO	SUZANO	UND	100,00	2,790	279,00
34	0009706 - RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL, PÁGINA AMARELA 50X2 VIAS NO TAMANHO 15X21 CM	SUZANO	UND	50,00	6,300	315,00
35	0009707 - RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL, 100X1 VIAS 1X0 COR NO PAPEL 75 GRAMAS ESPECIFICAÇÃO : RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL, 100X1 VIAS 1X0 COR NO PAPEL 75 GRAMAS TAMANHO .15X21 CM	SUZANO	UND	50,00	6,300	315,00
36	0009708 - RECEITUÁRIO SIMPLES 10X21 CM 100X1 VIAS 1X0 COR OFF SET 75G	SUZANO	UND	500,00	3,440	1.720,00
37	0009709 - REPRODUÇÃO DE PRONTUÁRIO SUAS, ESTILO REVISTA 46 PÁGINAS,4X4 CORES NO PAPEL 75 G ESPECIFICAÇÃO : REPRODUÇÃO DE PRONTUÁRIO SUAS, ESTILO REVISTA 46 PÁGINAS,4X4 CORES NO PAPEL 75 GRAMAS. COM CAPA PAPEL 250 GRAMAS TRÍPLEX COM JANELA 4X1 COR NO TAMANHO 30X30	SUZANO	UND	300,00	17,300	5.190,00
38	0010747 - BONÉ PERSONALIZADO EM BRIM COM FECHO EM METAL AJUSTÁVEL. TAMANHO ÚNICO. PERSONALIZAÇÃO EM SILK SCREEN.	SERVGRÁFICA	UND	100,00	13,500	1.350,00
39	0010750 - BONÉ PERSONALIZADO EM BRIM COM FECHO EM PLÁSTICO AJUSTÁVEL. TAMANHO ÚNICO. PERSONALIZAÇÃO EM BORDADO.	SERVGRAFICA	UND	100,00	15,000	1.500,00
40	0010752 - GARRAFA RESISTENTE E FLEXÍVEL, TAMPA ROSQUEÁVEL EM PP E BICO EM PVC CRISTAL. ACABAMENTO E VEDAÇÃO IMPECÁVEL. CAPACIDADE DE 550ML. COM LOGO MARCA DA INSTITUIÇÃO OU EVENTO.	SERVGRAFICA	UND	300,00	13,000	3.900,00
41	0010753 - COPOS LONG DRINK EM ACRÍLICO (POLIESTIRENO – MATERIAL NÃO TÓXICO) RESISTENTES À QUEDAS E IMPACTOS. PERSONALIZADO COM LOGO MARCA DA INSTITUIÇÃO OU EVENTO.	SERVGRAFICA	UND	500,00	3,350	1.675,00
42	0010754 - COPO COM TAMPA E CANUDO, MATERIAL PLÁSTICO PS CRISTALC OM CAPACIDADE DE 550 ML DE MEDIDAS 9,2 CM DE DIÂMETRO (BOCA), 6,2 CM DE DIÂMETRO (BASE) E 22 CM DE ALTURA PERSONALIZADO COM LOGO MARCA DA INSTITUIÇÃO OU EVENTO.	SERVGRAFICA	UND	200,00	8,900	1.780,00

Perfazendo o Valor Total de **R$ 50.067,50** (cinquenta mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. Todos os órgãos integrantes da administração pública municipal.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura da ata, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, cuja cópia será encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Jardim de Angicos, 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional do Município de Jardim de Angicos

Empresa (s):

LM Servgrafica E Copiadora LTDA - ME
CNPJ: 07.805.649/0001-29
RIVALDO CESAR LUCENA SOARES
CPF: 132.832.354-49

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:14D0EEEF

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 192202/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 947/2019 VIGÊNCIA DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 A 08 DE SETEMBRO DE 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192202/2019que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 22/2019, tendo por objetoa **Contratação de empresa especializado em material gráfico.**

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos, com sede no(a) Praça da Matriz, 10 – Centro – Jardim de Angicos/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.111.338/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Suely Fonseca Bezerra de Lima, inscrito(a) no CPF sob o nº 018.851.774-02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 22/2019, publicado no Diário Oficial dos Municipios (Femurn), processo administrativo n.º 947/2019, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal 07, do dia 16 de maio de 2014, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ***Contratação de empresa especializado em material gráfico***, especificado(s) no(s) item(ns)/Lotes do Termo de Referência do edital do *Pregão* nº 22/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
Empresa: SOLUÇÃO GRAFICA LTDA -ME
CNPJ: 06.101.409/0001-80
Endereço: AV. INTERVENTOR MARIO CAMARA, **nº** 2125 **Bairro:** SIX-SEPT-ROSADO, **Cidade:** NATAL - **CEP:** 59054-600
Telefone: - E-mail:
Representante legal: FRANCISCO GUEDES SOBRINHO
R.G: / **CPF:** 231.207.894-53

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0002475 - ADESIVOS DE ALTA RESOLUÇÃO - TAMANHO 20X20CM, 1X0 COR, EM ADESIVO ESTERNO LAITOSO COM NUMERAÇÃO DE 01 A 50 (02 UND DE CADA NÚMERO), ACABAMENTO: CORTE COM FACA ESPECIAL.	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	200,00	1,580	316,00
2	0009664 - ADESIVO EXTERNO LEITOSO DE ALTA RESOLUÇÃO PARA CARRO COM LOGOMARCA DA PREFEITURA ESPECIFICAÇÃO : ADESIVO EXTERNO LEITOSO DE ALTA RESOLUÇÃO PARA CARRO COM LOGOMARCA DA PREFEITURA DE JARDIM DE ANGICOS, TAMANHO 30X60CM, 4X0, COR, ACABAMENTO: CORTE	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	300,00	4,900	1.470,00
3	0009666 - ADESIVO EXTERNO LEITOSO, TAMANHO: 60X10CM, 1X0, COR. ACABAMENTO: CORTE.	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	500,00	1,760	880,00
4	0009667 - ADESIVO EXTERNO LEITOSO: COMO ESTOU DIRIGINDO? TAMANHO 40X10CM, 1X0 COR. ESPECIFICAÇÃO : ADESIVO EXTERNO LEITOSO: COMO ESTOU DIRIGINDO? TAMANHO 40X10CM, 1X0 COR. ACABAMENTO: CORTE	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	50,00	2,360	118,00
5	0010746 - ADESIVO EXTERNO LEITOSO COM IMPRESSÃO COLORIDA DE ALTA QUALIDADE E RESOLUÇÃO, ACABAMENTO: CORTE	SOLUÇÃO GRÁFICA	M²	300,00	26,000	7.800,00
6	0002307 - ADESIVO VINIL TAM. 20X20 CM	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	100,00	2,350	235,00
7	0002306 - ADESIVO VINIL TAM. 80X80 CM	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	100,00	20,790	2.079,00
8	0001583 - BANNER EM LONA VINIL COM ALTA QUALIDADE DE IMPRESSÃO, RESOLUÇÃO E ACABAMENTO GRÁFICO, COLORIDO, MIDIA ESPESSA DE ALTA GRAMATURA, ACABAMENTO: CORTE COM BASTÃO E CORDÃO SUSPENSO .	SOLUÇÃO GRÁFICA	M²	200,00	37,600	7.520,00
9	0009669 - BLOCOS DE ANOTAÇÕES COM 50 FOLHAS 1X0 COR COM CAPA NO PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS ESPECIFICAÇÃO : BLOCOS DE ANOTAÇÕES COM 50 FOLHAS 1X0 COR COM CAPA NO PAPEL COUCHÊ 150 GRAMAS COM ACABAMENTO PERSONALIZADOS	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	200,00	3,680	736,00
14	0009675 - CAPA PARA PRONTUÁRIO (SUS)	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	500,00	1,290	645,00
15	0009676 - CARTÃO DE GESTANTE, TAM. A4, COR 4X4, PAPEL OFF SET, 180G	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	200,00	1,280	256,00
16	0009677 - CARTÃO DE VACINA ADULTO, PAPEL PESO 40, 6X21CM, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO ESPECIFICAÇÃO : CARTÃO DE VACINA ADULTO, PAPEL PESO 40, 6X21CM, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO FRENTE E VERSO	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	1000,00	0,380	380,00
17	0009678 - CARTÃO DE VACINA INFANTIL (FEMININO) IMPRESSÃO COLORIDA TAM. A4 FRENTE E VERSO	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	100,00	2,300	230,00
18	0009679 - CARTÃO DE VACINA INFANTIL (MASCULINO) IMPRESSÃO COLORIDA TAM. A4	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	100,00	2,300	230,00
19	0009680 - CARTÃO PARA PLANEJAMENTO FAMILIAR, IMPRESSÃO PRETO E BRANCO, TAM. A4	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	250,00	0,440	110,00
20	0009681 - CERTIFICADOS PERSONALIZADOS, IMPRESSÃO COLORIDA TAM, A4 FRENTE E VERSO	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	1000,00	1,000	1.000,00
21	0009682 - CONVITES: 20X15 CM, 4X0, 250G	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	1500,00	0,640	960,00
23	0009684 - FAIXA EM LONA VINIL COM ALTA QUALIDADE DE IMPRESSÃO E ACABAMENTO GRAFICO, MIDIA ESPESSA DE ALTA GRAMATURA, COLORIDO, ACABAMENTO: CORTE, COM BASTÃO.	SOLUÇÃO GRÁFICA	M²	300,00	38,000	11.400,00
43	0011483 - IMÃ PORTA DE CARRO 40X30CM 40X30 CM - 4X0 - IMPRESSÃO NO VINIL + MANTA MAGNÉTICA	SOLUÇÃO GRÁFICA	UND	25,00	12,800	320,00

Perfazendo o Valor Total de **R$ 36.685,00** (trinta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. Todos os órgãos integrantes da administração pública municipal.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura da ata, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, cuja cópia será encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Jardim de Angicos, 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional do Município de Jardim de Angicos

Empresa (S):

Solução Grafica LTDA -ME
CNPJ: 06.101.409/0001-80
FRANCISCO GUEDES SOBRINHO
CPF: 231.207.894-53

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:E2B92E00

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 183403/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 34/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1233/2019 VIGÊNCIA DE 02 DE SETEMBRO DE 2019 A 01 DE SETEMBRO DE 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183403/2019que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 34/2018, tendo por objetoa **Aquisição de equipamentos médico-hospitalar e odontológicos.**

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos, com sede no(a) Praça da Matriz, 10 – Centro – Jardim de Angicos/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.111.338/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Suely Fonseca Bezerra de Lima, inscrito(a) no CPF sob o nº 018.851.774-02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 34/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios (Femurn), processo administrativo n.º 1233/2019, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal 07, do dia 16 de maio de 2014, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ***Aquisição de equipamentos médico-hospitalar e odontológicos***, especificado(s) no(s) item(ns)/Lotes do Termo de Referência do edital do *Pregão* nº 34/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
Empresa: EDILANE CARVALHO ARAUJO
CNPJ: 12.710.916/0001-14
Endereço: RUA SABINIANO MAIA, **nº** 658 **Bairro:** NOVO, **Cidade:** GUARABIRA - **CEP:** 58200-000
Telefone: (83) 3271.2041 - **E-mail:** pedidoslojaododentista@hotmail.com
Representante legal: ROMUALDO XAVIER PONTES
CPF: 109.106.724-40

Item	Descrição	Marca	Und	Quant.	Preço Unit.	Vlr. Total(R$)
1	0010822 - AMALGAMADOR ODONTOLÓGICO: TIPO CAPSULAR, MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL.	KONDENTECH	UND	3,00	650,000	1.950,00
2	0010823 - APARELHO DE RAIO X – ODONTOLÓGICO: MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, FAIXA DE TENSÃO(KVP) MÍNIMO DE 02, INSTALAÇÃO COLUNA MÓVEL.	ALLIAGE D700	UND	1,00	5.000,000	5.000,00
3	0010824 - APARELHO DE RAIO X - ODONTOLÓGICO: INSTALAÇÃO EM COLUNA MÓVEL, MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, UNIDADE DE COMANDO PROGRAMÁVEL, 01 FAIXA DE TENSÃO (KVP).	ALLIAGE D700	UND	1,00	5.000,000	5.000,00
4	0010825 - ARMÁRIO VITRINE: COM 02 PORTAS, MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO COM LATERAIS DE VIDRO.	TUBOMED	UND	3,00	650,000	1.950,00
5	0010826 - ARMÁRIO: DIMENSÕES MÍNIMAS 1,80X0,75M, MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO.	ESCRITORIO E CIA	UND	4,00	500,000	2.000,00
6	0010827 - ARQUIVO: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO, COM 04 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA, DESLIZAMENTO DA GAVETA TRILHO TELESCÓPICO.	ESCRITORIO E CIA	UND	2,00	600,000	1.200,00
7	0010828 - ARTICULADOR ODONTOLÓGICO: GUIA CONDÍLICA CURVO, DISTANCIA INTERCONDILAR E GUIA CONDÍLICA E ÂNGULO DE BENNET AJUSTÁVEIS.	BIOART	UND	3,00	900,000	2.700,00
8	0010829 - AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS): CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60 LITROS.	ALT EQUIPAMENTOS	UND	5,00	6.000,000	30.000,00
9	0010830 - AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS): COM MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 40LITROS.	ALT EQUIPAMENTO	UND	1,00	5.000,000	5.000,00
10	0010831 - BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO: COM MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL.	BALMAK	UND	2,00	1.000,000	2.000,00
11	0007228 - BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL: COM MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL.	BALMAK	UND	1,00	700,000	700,00
12	0010832 - BALDE A PEDAL: COM CAPACIDADE MÍNIMO DE 05 LITROS MATERIAL DE CONFECÇÃO POLIPROPILENO.	SANREMO	UND	3,00	80,000	240,00
13	0010833 - BALDE A PEDAL: COM CAPACIDADE MÍNIMO DE 15 LITROS MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDÁVEL.	PURIMAX	UND	4,00	100,000	400,00
14	0010834 - BALDE/LIXEIRA: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 LITROS COM TAMPA.	PURIMAX	UND	1,00	180,000	180,00
15	0010835 - BIOMBO PLUMBÍFERO: COM ESPESSURA MÍNIMA DE 02MM, TIPO CURVO, ESTRUTURA EM AÇO.	HDX	UND	2,00	4.000,000	8.000,00
16	0010836 - BIOMBO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO,COM RODÍZIOS, TAMANHO TRIPLO.	TURBOMED	UND	2,00	450,000	900,00
17	0010837 - BIOMBO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDÁVEL, COM RODÍZIOS, TAMANHO TRIPLO.	TURBOMED	UND	2,00	800,000	1.600,00
18	0010838 - BOMBA A VÁCUO ATÉ 2HP/CV: POTENCIA/VÁCUO 0,5 HP/450 MMHG.	ALT EQUIPAMENTOS	UND	1,00	2.200,000	2.200,00
19	0010839 - BOMBA DE VÁCUO: ATÉ 2HP/CV COM POTENCIA/VÁCUO 1HP/500MMHG.	ALT EQUIPAMENTOS	UND	2,00	2.200,000	4.400,00
20	0010840 - BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO: COM ESTRUTURA EM AÇO INOX, COM HASTE EM INOX, COM APÓIO PARA BRAÇO TIPO CONCHA EM AÇO INOX, COM BASE EM METAL INOXIDÁVEL E COM PESO SUFICIENTE PARA GARANTIR A ESTABILIDADE DO APOIO DE BRAÇO, COM VARIAÇÃO DE ALTURA QUE ABRANJA A FAIXA DE 0,80M E ALTURA MÁXIMA DE 1,00M.	TURBOMED	UND	1,00	240,000	240,00
21	0004652 - BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO/FERRO PINTADO, APOIO DO BRAÇO CROMADO, TIPO PEDESTAL ALTURA FIXA.	TURBOMED	UND	2,00	170,000	340,00
22	0010841 - CADEIRA DE RODAS ADULTO: PÉS REMOVÍVEL, MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, BRAÇOS FIXOS, COM ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE DE SORO.	ORTOBRAS	UND	1,00	800,000	800,00
23	0010842 - CADEIRA DE RODAS PARA OBESO: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, BRAÇOS E PÉS FIXOS, COM ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE DE SORO.	ORTOBRAS	UND	2,00	1.500,000	3.000,00
24	0010843 - CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, BRAÇOS FIXOS, PÉS REMOVÍVEL, COM ELEVAÇÃO DE PERNAS E SUPORTE DE SORO.	ORTOBRAS	UND	2,00	1.100,000	2.200,00
25	0010844 - CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA (EQUIPO/SUGADOR/REFLETOR): CABECEIRA BIARTICULADA, COMANDO PEDAL, UNIDADE AUXILIAR 1 PONTA, EQUIPO ACOPLADO PNEUMÁTICO, CUBA PORCELANA/CERÂMICA, TERMINAIS MÍNIMO DE 02, POSSUI SERINGA TRÍPLICE, CANETA DE ROTAÇÃO, E CONTRA ÂNGULO, REFLETOR MONOFOCAL (20.000 LUX).	ALLIAGE D700/D1+KIT ACADEMICO CALU	UND	1,00	9.750,000	9.750,00
26	0010845 - CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA (EQUIPO/SUGADOR/REFLETOR): COM 04(QUATRO) TERMINAIS, CABECEIRA BIARTICULADA, COMANDO BASE (BOTÃO), EQUIPO ACOPLADO PNEUMÁTICO, REFLETOR MULTIFOCAL (MAIS DE UMA INTENSIDADE), CUBA PORCELANA/CERÂMICA, UNIDADE AUXILIAR 2(DUAS)PONTAS E 02(DUAS) CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO.	ALLIAGE D700/D1+KIT ACADEMICO CALU	UND	1,00	9.750,000	9.750,00
27	0010846 - CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO/FERRO PINTADO, BRAÇADEIRA REGULÁVEL.	TURBOMED	UND	1,00	450,000	450,00
28	0010847 - CADEIRA: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, ASSENTO ENCOSTO EM POLIPROPILENO.	ESCRITORIO E CIA	UND	2,00	140,000	280,00

29	0010848 - CADEIRA: MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO/FERRO PINTADO, COM RODÍZIOS, BRAÇOS, REGULAGEM DE ALTURA E ASSENTO/ENCOSTO EM ESTOFADO COURVIN.	ESCRITORIO E CIA	UND	4,00	380,000	1.520,00
30	0004660 - CAIXA PARA DESINFECÇÃO DE LIMAS ENDODÔNTICAS: COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 108.	FAVA	UND	2,00	200,000	400,00
31	0010849 - CAIXA PARA DESINFECÇÃO DE LIMAS ENDODÔNTICAS: MÍNIMO DE 24.	FAVA	UND	3,00	110,000	330,00
32	0010850 - CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE HEMODERIVADOS/IIMUNO/TERMOLÁBEIS: CAPACIDADE INTERNA 120 LITROS, GABINETE EXTERNO TIPO VERTICAL, CONSTRUÍDO EM CHAPAS DE AÇO TRATADAS QUIMICAMENTE, PARA EVITAR PROCESSOS DE CORROSÃO, COM REVESTIMENTO DE PINTURA EPÓXI NA COR BRANCA. MONTADO SOBRE CHASSI METÁLICO E SAPATAS NIVELADORAS ROSCADAS, GABINETE INTERNO CONSTRUÍDO TOTALMENTE EM POLIPROPILENO. COM TRÊS PRATELEIRAS EM ARAMADO, DEVE POSSUIR ILUMINAÇÃO INTERNA, ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIURETANO INJETADO DE ALTA DENSIDADE, PORTA DE VIDRO DUPLO, COM SISTEMA ANTIEMBAÇANTE, VEDAÇÃO ATRAVÉS DE PERFIL MAGNÉTICO, REFRIGERAÇÃO ATRAVÉS DE COMPRESSOR HERMÉTICO, COM CIRCULAÇÃO DE GÁS ECOLÓGICO ISENTO DE CFC. DEGELO AUTOMÁTICO COM EVAPORAÇÃO DE CONDENSADO. PAINEL DE COMANDO MONTADO NA PARTE SUPERIOR DA CÂMARA COM CHAVE GERAL, FUSÍVEIS DE PROTEÇÃO, PAINEL FRONTAL DE TIPO MEMBRANA COM TECLAS SOFT-TOUCH. TERMOSTATO ELETRÔNICO MICROPROCESSADO COM MOSTRADOR DIGITAL DA TEMPERATURA E DOS PARÂMETROS DE PROGRAMAÇÃO, SISTEMA DE VERIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DA PROGRAMAÇÃO, SISTEMA DE TRAVAMENTO DA PROGRAMAÇÃO CONTRA MANUSEIO INADVERTIDO. ALARMES TEMPERATURA ABAIXO DE 2ºC, TEMPERATURA ALTA ACIMA DE 8ºC, TRAVADO AO USUÁRIO ENTRE 3,5° E 5,5° COM PONTO FIXO EM 4ºC. SISTEMA DE EMERGÊNCIA PARA FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DE CONVERSOR 12VOLT (CC) PARA 110/220VOLTS (AC), MANTENDO TODAS AS FUNÇÕES ELETROELETRÔNICAS, INCLUSIVE O COMPRESSOR DE FRIO, CM AUTONOMIA PARA ATÉ 48 HORAS. DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS 128X49,5X51,5 CM. TENSÃO DE ACORDO COM A ENTIDADE SOLICITANTE.	ELBER	UND	1,00	8.300,000	8.300,00
33	0010851 - CARRO DE CURATIVOS: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL COM BALDE E BACIA.	TUBOMED	UND	1,00	1.100,000	1.100,00
34	0010852 - CARRO DE CURATIVOS: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO/FERRO PINTADO COM BALDE E BACIA.	TUBOMED	UND	2,00	500,000	1.000,00
35	0010853 - CARRO MACA SIMPLES MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM SUPORTE DE SORO, GRADES LATERAIS E COLCHONETE.	TUBOMED	UND	3,00	2.800,000	8.400,00
36	0007716 - CARRO MACA SIMPLES: EM AÇO/FERRO PINTADO, GRADES LATERAIS E COLCHONETE.	TUBOMED	UND	1,00	1.500,000	1.500,00
37	0010854 - CARRO PARA MATERIAL DE LIMPEZA MATERIAL DE CONFECÇÃO POLIPROPILENO, POSSUI BALDE ESPREMEDOR, KIT C/ MOPS LIQUIDO E PÓ, PLACA SINALIZADORA E PÁ E SACO DE VINIL.	BRALIMPIA	UND	3,00	1.600,000	4.800,00
38	0010855 - CARRO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS (DIVERSOS) TIPO ABERTO/ 3 PRATELEIRAS EM AÇO INOXIDÁVEL.	TUBOMED	UND	1,00	1.850,000	1.850,00
39	0010856 - CENTRAL DE NEBULIZAÇÃO COM NO MÍNIMO 4 SAÍDAS SIMULTÂNEAS E POTENCIA MÍNIMA DE ¼ DE HP.	HR INALAMED	UND	1,00	1.500,000	1.500,00
40	0010857 - CENTRAL DE NEBULIZAÇÃO POSSUI SUPORTE COM RODÍZIOS, COM 08 SAÍDAS SIMULTÂNEAS, POTENCIA MÍNIMA DE ¼ DE HP.	HD INALAMED	UND	1,00	3.300,000	3.300,00
41	0010858 - CENTRAL DE NEBULIZAÇÃO: COM NO MÍNIMO 06 SAÍDAS SIMULTÂNEAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE ¼ DE HP E SUPORTE COM RODÍZIOS.	HD INALAMED	UND	2,00	2.000,000	4.000,00
42	0010859 - CENTRIFUGA LABORATORIAL TIPO PARA TUBOS – MIN. 04 AMOSTRAS, TECNOLOGIA DIGITAL.	DAIKI	UND	1,00	1.800,000	1.800,00
43	0007717 - CILINDRO DE GASES MEDICINAIS: EM AÇO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 40LITROS, SUPORTE COM RODÍZIOS, VÁLVULA, MANÔMETRO, FLUXÔMETRO.	DBC	UND	2,00	2.800,000	5.600,00
44	0010860 - CILINDRO PARA GASES MEDICINAIS: MATERIAL DE CONFECÇÃO ALUMÍNIO, CAPACIDADE MÍNIMO DE 50 LITROS, SUPORTE COM RODÍZIOS, ACESSÓRIOS VÁLVULA, MANÔMETRO E FLUXÔMETRO.	DBC	UND	2,00	3.300,000	6.600,00
45	0010861 - COMADRE: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMO DE 02 LITROS.	FAMI	UND	2,00	140,000	280,00
46	0010862 - COMPRESSOR ODONTOLÓGICO: CAPACIDADE MÍNIMO DE 30 LITROS, POTENCIA 1,0 HP.	MOTOMIL	UND	2,00	1.900,000	3.800,00
47	0010864 - COMPRESSOR ODONTOLÓGICO: COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS, POTENCIA DE 2,0HP.	MOTOMIL	UND	1,00	1.900,000	1.900,00
48	0010865 - DEA – DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO: ACESSÓRIOS 1 ELETRODO, BATERIA MÍNIMO DE 50 CHOQUES.	HEARTSINE	UND	1,00	6.200,000	6.200,00
49	0007718 - DESTILADOR DE ÁGUA: CAPACIDADE ENTRE 6 A 10 LITROS/HORA.	SOLIDESTAL	UND	2,00	1.650,000	3.300,00
50	0010866 - DESTILADOR DE ÁGUA: CAPACIDADE MÍNIMA DE 2 LITROS/HORA.	SOLIDESTAL	UND	2,00	1.000,000	2.000,00
51	0010867 - ELETROCARDIÓGRAFO: COM LAUDO INTERPRETATIVO, 03 CANAIS, BATERIA INTERNA, TELA LCD, MEMÓRIA, SUPORTE COM RODÍZIOS E SOFTWARE PARA EXAME EM COMPUTADOR.	BIONET	UND	1,00	5.800,000	5.800,00
52	0010868 - ELETROCARDIÓGRAFO: NÚMERO DE CANAIS 03, POSSUI BATERIA INTERNA, MEMÓRIA E LAUDO INTERPRETATIVO.	BIONET	UND	1,00	5.800,000	5.800,00
53	0007719 - EQUIPO CART ODONTOLÓGICO: SERINGA TRÍPLICE AUTOCLAVÁVEL, TERMINAL PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, TERMINAL PARA MICROMOTOR, TIPO PEDESTAL COM RODÍZIOS.	DENTEMED	UND	2,00	2.500,000	5.000,00
54	0010869 - EQUIPO CART ODONTOLÓGICO: TERMINAIS MÍNIMO DE 04 E POSSUI SERINGA TRÍPLICE.	DENTEMED	UND	2,00	2.500,000	5.000,00
55	0010870 - ESCADA COM 2 DEGRAUS: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL.	TUBOMED	UND	1,00	300,000	300,00
56	0010871 - ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO: MATERIAL DE CONFECÇÃO TECIDO DE ALGODÃO, BRAÇADEIRA/FECHO EM METAL.	PREMIUM	UND	9,00	100,000	900,00
57	0010872 - ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL: MATERIAL DE CONFECÇÃO TECIDO DE ALGODÃO, BRAÇADEIRA/FECHO EM METAL.	PREMIUM	UND	1,00	100,000	100,00
58	0010873 - ESFIGMOMANÔMETRO OBESO: MATERIAL DE CONFECÇÃO TECIDO DE ALGODÃO, BRAÇADEIRA/FECHO EM METAL.	PREMIUM	UND	1,00	100,000	100,00
59	0010874 - ESTADIOMETRO PORTÁTIL: EQUIPAMENTO TIPO TRENA, PORTÁTIL, OMPACTO E COM MOLA RETRÁTIL, PARA MEDIÇÃO DE ESTATURA DE INDIVÍDUOS EM POSIÇÃO ERETA E VERTICAL, COM LANÇA DE MEDIÇÃO, CONFECÇÃO EM LÂMINA DE AÇO INOX AISI-304 QUE POSSIBILITE A HIGIENIZAÇÃO SEM DETERIORAÇÃO DA ESCALA DE MEDIÇÃO GRAVADA, VISOR FRONTAL COM DIVISÃO DE 1MM, COM FAIXA DE INDICAÇÃO MÍNIMA DE 0 A 210 CM E COM ESCALA NUMERADA A CADA CENTÍMETRO, PESO MÍNIMO APROXIMADO DE 300G.	BALMAK	UND	1,00	200,000	200,00
60	0007234 - ESTETOSCÓPIO ADULTO: AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPO DUPLO.	MD	UND	2,00	100,000	200,00
61	0010449 - ESTETOSCÓPIO INFANTIL: AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPO DUPLO.	MD	UND	4,00	100,000	400,00
62	0010875 - ESTETOSCÓPIO INFANTIL: COM AUSCULTADOR EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPO SIMPLES.	MD	UND	4,00	100,000	400,00
63	0010876 - FOCO REFLETOR AMBULATORIAL: COM ILUMINAÇÃO HALOGÊNIO, HASTE FIXA.	MEDPEJ	UND	2,00	480,000	960,00
64	0010877 - FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS: TIPO LED COM FIO.	KONDENTECH	UND	1,00	700,000	700,00
65	0010878 - JATO DE BICARBONATO: COM BASE METÁLICA PARA ESTABILIDADE, CANETA AUTOCLAVÁVEL, DESUMIDIFICADOR E FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA.	KONDENTECH	UND	1,00	1.150,000	1.150,00
66	0010879 - JATO DE BICARBONATO: COM BASE METÁLICA PARA ESTABILIDADE, DESUMIDIFICADOR, FILTRO DE AR COM DRENAGEM AUTOMÁTICA E CANETA.	KONDENTECH	UND	1,00	1.150,000	1.150,00
67	0010880 - LARINGOSCÓPIO ADULTO: COM 5 LAMINAS, EM AÇO INOX.	MD	UND	1,00	800,000	800,00
68	0010881 - LARINGOSCÓPIO INFANTIL: COM 3 LAMINAS, EM AÇO INOX E FIBRA ÓPTICA.	MD	UND	1,00	690,000	690,00
69	0010882 - MESA AUXILIAR: HOSPITALAR, ESTRUTURA TUBULAR, TAMPO PRATELEIRA AÇO INOXIDÁVEL, RETANGULAR, 60 CM, 40 CM, 80 CM, PÉS C/ 4 RODÍZIOS DE 2.	TUBOMED	UND	2,00	700,000	1.400,00
70	0010884 - MESA DE EXAMES: COM POSIÇÃO DO LEITO MÓVEL, MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO/FERRO PINTADO, SUPORTE PARA PAPEL.	TUBOMED	UND	1,00	600,000	600,00
71	0010885 - MESA DE EXAMES: EM AÇO INOXIDÁVEL, POSIÇÃO DO LEITO MÓVEL, COM SUPORTE PARA PAPEL E GABINETE COM PORTAS E GAVETAS.	TUBOMED	UND	2,00	2.650,000	5.300,00
72	0010886 - MICROSCÓPIA LABORATORIAL BÁSICO: TIPO BINOCULAR, OCULAR 10X E 16X, OBJETIVAS 05, COM CONDENSADOR KOEHLER E ILUMINAÇÃO LED.	GLOBAL TRADE	UND	1,00	3.500,000	3.500,00
73	0010887 - NEBULIZADOR PORTÁTIL: TIPO ULTRASSÔNICO, COM 01 SAÍDA SIMULTÂNEA.	G-TECH	UND	5,00	200,000	1.000,00
74	0010889 - NEGATOSCOPIO: MATERIAL DE CONFECÇÃO EM AÇO/FERRO PINTADO, TIPO PAREDE/1CORPO.	TUBOMED	UND	1,00	340,000	340,00
75	0010890 - OTOSCÓPIO: COMPOSIÇÃO MÍNIMO DE 05 ESPÉCULOS REUSÁVEIS, BATERIA CONVENCIONAL.	MIKATOS	UND	1,00	300,000	300,00
76	0010891 - PAPAGAIO: EM AÇO INOXIDÁVEL.	FAMI	UND	2,00	100,000	200,00
VALOR GLOBAL Lote 1						**214.000,00**

Perfazendo o Valor Total de **R$ 214.000,00** (duzentos e quatorze mil reais).

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão participante será a Secretaria Municipal de Saúde.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura da ata, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, cuja cópia será encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Jardim de Angicos, 02 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional do Município de Jardim de Angicos

Empresa (s):

Edilane Carvalho Araujo
CNPJ: 12.710.916/0001-14
ROMUALDO XAVIER PONTES
CPF: 109.106.724-40

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:D1A2FAFD

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 192401/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 24/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 799/2019 VIGÊNCIA DE 09 DE SETEMBRO DE 2019 A 08 DE SETEMBRO DE 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192401/2019 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 24/2019, tendo por objetoa **Aquisição de ferramentas para uso dos trabalhos cotidianos da secretaria de infraestrutura..**

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos, com sede no(a) Praça da Matriz, 10 – Centro – Jardim de Angicos/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.111.338/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Suely Fonseca Bezerra de Lima, inscrito(a) no CPF sob o nº 018.851.774-02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS nº 24/2019, publicado no Diário Oficial dos Municipios (Femurn), processo administrativo n.º 799/2019, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal 07, do dia 16 de maio de 2014, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ***Aquisição de ferramentas para uso dos trabalhos cotidianos da secretaria de infraestrutura.***, especificado(s) no(s) item(ns)/Lotes do Termo de Referência do edital do *Pregão* nº 24/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
Empresa: PRM COMERCIO DE AÇO E FERRAMENTAS EIRELI
CNPJ: 29.805.880/0001-55
Endereço: AV BERNARDO VIEIRA, **nº** 813 **Bairro:** QUINTAS, **Cidade:** NATAL - **CEP:** 59035-015
Telefone: (84) 3654.2925 - **E-mail:** licitacaozaco@hotmail.com
Representante legal: JOYCE DAYANA ALVES DANTAS
CPF: 063.266.954-30

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0011470 - FACÃO NOME FACÃO, MATERIAL LÂMINA AÇO, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO 22 POL, TIPO PARA MATO.	COLLINS	UND	30,00	70,000	2.100,00
2	0011471 - PÁ DE BICO COM CABO DE MADEIRA 71 CM ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ E AÇO CARBONO TEMPERADO.	BR MAIS	UND	100,00	19,400	1.940,00
3	0011472 - FAÇÃO AÇO CARBONO SAE1070, CABO DE POLIPROPILENO, 14 POL, PARA MATO, COM BAINHA EM RASPA DE COURO,	SIGMA	UND	30,00	20,220	606,60
4	0011473 - ANCINHO JARDINAGEM, MATERIAL CHAPA FERRO, QUANTIDADE DENTES 14 UN, ALTURA DENTES 405 MM, LARGURA TOTAL 38 MM, ESPESSURA DENTES 3,50 MM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: COM CABO.	TENACE	UND	100,00	13,250	1.325,00
6	0011475 - VASSOURÃO, TIPO GARI DE PIAÇAVA, BASE DE MADEIRA COM CABO.	THOR	UND	300,00	18,700	5.610,00
7	0011476 - ENXADA, MATERIAL AÇO CARBONO, MATERIAL ENCAIXE CABO AÇO CARBONO, LARGURA 20 CM, ALTURA 18 CM, PESO 0810 KG, TIPO ESTAMPADO (ACHATADO),MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 150 CM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS PINTURA ELETROSTÁTICA.	RAMADA	UND	300,00	46,150	13.845,00
8	0011477 - PICARETA CHIBANCA, COM CABO, 3-4 LIBRAS COM OLHO DE 60-70 X 38-45 PICARETA CHIBANCA, TAMANHO 3-4, CABO DE MADEIRA 90 CM. FERRAMENTAS, AGRICULTURA E HORTICULTURA, PICARETAS REFERÊNCIA: 002-59 1236.	TENACE	UND	50,00	40,000	2.000,00
9	0011478 - PÁ DE CONCHA QUADRADA COM CABO DE MADEIRA DE 74 CM, MEDIDAS DE APROXIMADAMENTE 305 MM X 255 MM.	BR MAIS	UND	200,00	22,000	4.400,00
10	0011479 - CARRINHO DE MÃO (MONTADO) DE METAL, COM BRAÇO METALICO, COM PNEU PNE/CAM G20 COM BUCHA, DESMONTE EXTRA FORTE, CAÇAMBA METÁLICA REFORÇADA FUNDA DE 0,60 MM (CHAPA 24), COM CAPACIDADE DA CAÇAMBA PARA 65 LITROS.	SIGMA	UND	80,00	201,000	16.080,00
11	0011480 - FOICE MATERIAL AÇO, COMPRIMENTO LÂMINA 40 CM, COMPRIMENTO CABO 1,50 M.	TENACE	UND	30,00	54,000	1.620,00
12	0011481 - CHIBANCA, MATERIAL AÇO CARBONO, MATERIAL ENCAIXE CABO AÇO CARBONO, MATERIAL CABO MADEIRA, LARGURA 10 CM, ALTURA 50 CM, PESO 2 KG, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL.	TENACE	UND	100,00	43,000	4.300,00
13	0011482 - ALAVANCA, MATERIAL AÇO, COMPRIMENTO 1,50 M.	TENACE	UND	20,00	57,210	1.144,20
14	0011508 - BOMBA DE AR PARA ENCHER PNEU DE CARRINHO DE MÃO	FERTAK	UND	10,00	17,500	175,00
17	0011573 - PNEU PARA CARRINHO DE MÃO, MATERIAL BORRACHA, TAMANHO 3,25X8, COM CÂMARA DE AR.	SIGMA	UND	150,00	27,000	4.050,00
18	0011574 - CÂMARA DE AR, MEDINDO 3.25, CARRINHO DE MÃO	SIGMA	UND	150,00	15,000	2.250,00

Perfazendo o Valor Total de **R$ 61.445,80** (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão participante será a Secretaria Municipal de infraestrutura.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a) sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura da ata, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preçospraticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, cuja cópia será encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Jardim de Angicos, 09 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional do Município de Jardim de Angicos

Empresa (s):

PRM Comercio de Aço e Ferramentas EIRELI
CNPJ: 29.805.880/0001-55
JOYCE DAYANA ALVES DANTAS
CPF: 063.266.954-30

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:078B5ACE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.348/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.348 , DE 09 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 09 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**3.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					**3.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**3.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**3.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÂES PATRONAIS	10010000	0001	3.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:0C9A9EAE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.347/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.347 , DE 09 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 09 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.000,00**
	2017 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**1.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.000,00**
	2057 CUSTEIO DE ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	1.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:9EE9DA80

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.346/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.346 , DE 09 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 9.500,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 09 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.500,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**9.500,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**9.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	9.500,00
Anexo II (Redução)					**9.500,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**9.500,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**9.500,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10010000	0001	9.500,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:639C4079

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 295/2019

LEI MUNICIPAL 295/2019

Cria o componente municipal do programa de melhoria do acesso e qualidade na atenção BÁSICA–PMAQ-AB/MUNICIPAL, na forma de incentivo financeiro e dá outras providências.

A **Prefeita do Município de João Dias/RN** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo criar a gratificação especial do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica do Ministério da Saúde–PMAQ-AB/Municipal, na forma de incentivo financeiro de desempenho, a ser concedida aos servidores municipais integrantes das equipes de Estratégias de Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que aderirem ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pelo Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde (DAB/MS), através da Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011(Revogada pela PRT GM/MS n° 1.645 de 01.10.2015).

Art. 2º A concessão da gratificação especial de incentivo de desempenho do PMAQ-AB/Municipal, está condicionada ao repasse de recursos financeiros do PMAQ-AB do MS/DAB, para o município de João Dias, ficando a existência e manutenção do PMAQ-AB/Municipal condicionada à continuidade do repasse financeiro Federal e Estadual do PMAQ-AB do MS/DAB–Ministério da Saúde.

Art. 3º A referida gratificação será paga com recursos do Incentivo Financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, instituído pela Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011 (Revogada pela PRT GM/MS n° 1.645 de 01.10.2015), definido através da Portaria nº 1.089, de 28 de maio de 2012 (Revogada pela PRT n° 562/GM/MS de 04.04.2013), ambas do Ministério da Saúde, mediante avaliação de desempenho através de monitoramento sistemático e contínuo.

Art. 4º Fica instituído, no âmbito do Departamento de Saúde do Município de João Dias/RN, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica–PMAQ-AB, com os seguintes objetivos:

I – Estimular a participação dos servidores do Departamento Municipal de Saúde no processo contínuo e progressivo de melhoramento dos padrões e indicadores de acesso e de qualidade que envolva as ações do PMAQ-AB, nos padrões e diretrizes estipulados pelo Ministério da Saúde;

II – Ampliar o acesso e melhoria da qualidade da atenção básica que possa servir como base aos comparativos e estatísticas governamentais destinados à Atenção Básica de Saúde;

III – Institucionalizar a avaliação e o monitoramento de indicadores nos serviços para subsidiar a definição de prioridades e programação de ações para melhoria da qualidade dos serviços de saúde;

IV – Incentivar financeiramente o bom desempenho de profissionais e equipes, estimulando-os na busca de melhores resultados para a qualidade de vida da população;

V – Garantir transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à atenção à saúde, permitindo-se o contínuo acompanhamento de suas ações e resultados pela sociedade.

Art. 5º Os valores referentes ao Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal estão vinculados aos resultados alcançados no desempenho das atividades contratualizadas no ato de adesão ao PMAQ-AB pelo Município e serão aplicados da seguinte forma:

I – 30% (trinta por cento) do total dos recursos recebidos pelo Município serão destinados ao pagamento da gratificação previsto no artigo 3º desta lei aos servidores municipais integrantes das equipes de saúde da família (ESF) e núcleo de apoio à saúde da família (NASF) que aderirem ao PMAQ-AB;

II – 70% (setenta por cento) do total dos recursos recebidos pelo Município serão destinados à Estruturação dos serviços da Atenção Básica deste município;

Art. 6º O incentivo será repassado mensalmente, conforme repasse do programa ao município, sendo dividido o valor total pelo número de funcionários que compõe as equipes, a partir da publicação desta Lei. (de acordo com o nível de escolaridade, sendo 40% para nível médio e 60% para nível superior).

§ 1º Farão jus ao Incentivo de Desempenho do PMAQ todos os profissionais de saúde (enfermeiro, técnico de enfermagem, ACS, odontólogo, auxiliar/técnico de saúde bucal, nutricionista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo), desde que vinculados às equipes de saúde da família, saúde bucal e NASF.

§ 2º Ocasionarão a perda do direito ao recebimento da gratificação PMAQ no período respectivo:

I – Os afastamentos superiores a 30 (trinta) dias das atribuições próprias do cargo ou função desempenhada, à exceção do gozo de férias;

II – Os afastamentos superiores a 30 (trinta) dias das atribuições próprias do cargo ou função desempenhada (licença para tratamento de saúde, para repouso a gestante ou adotante, licença prêmio).

III – se houver o servidor faltado ao serviço, de forma injustificada, independentemente do número de dias.

Art. 7º Farão jus às gratificações instituídas na presente Lei, os Servidores inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde–CNES em atividades nas Equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e NASF que aderirem ao PMAQ conforme os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, desde que ocupantes dos seguintes cargos e empregos públicos:

I - Enfermeiro, Psicólogo, Nutricionista, Cirurgião Dentista, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta.

II – Técnico de Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Técnico/Auxiliar de Consultório Dentário.

Art. 8º - O incentivo criado por esta lei:

I - não possui natureza salarial, não incidindo encargos sociais;

II - não será objeto de incorporação aos vencimentos do servidor ou empregado público, para nenhum efeito; e,

III - não formará base de cálculo e nem média de vencimento para o recebimento de quaisquer outras vantagens, incluindo 13º salário, gratificação natalina, férias, abonos e 1/3 constitucional de férias.

Art. 9 º Será criada a Comissão do PMAQ/AB, composta por 4 (quatro) membros, a qual será responsável pelo acompanhamento do repasse mensal dos recursos financeiros e tratativa dos assuntos pertinentes a esta Lei, sem ônus aos cofres públicos para o exercício da função.

§ 1º Os membros citados no Caput deste artigo poderão ser escolhidos conforme critérios abaixo e nomeados pelo Secretário Municipal de Saúde, dentre:

I – 01 (um) Membro representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II – 01 (um) membro de nível superior (Enfermeiro ou Odontólogo) representante da ESF, indicado pela própria equipe;

III - 01 (um) membro de nível superior (Psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo) representante do NASF, indicado pela própria equipe;

IV – 01 (um) membro de nível médio (Técnico de Enfermagem, técnico ou auxiliar de consultório dentário ou ACS – Agente Comunitário de Saúde que possua o curso de técnico de enfermagem) indicado pelas equipes;

§ 2º A comissão do PMAQ/AB irá avaliar mensalmente os Agentes Comunitários de Saúde quanto ao cumprimento de metas e participação nas atividades, para que decidam se irão receber o incentivo ou não. Avaliação conforme anexo I.

§ 3º A comissão do PMAQ/AB irá avaliar mensalmente a Equipe de Saúde da Família quanto ao cumprimento de metas e participação nas atividades, para que decidam se irá receber o incentivo ou não. Avaliação conforme anexo II e III.

§ 4º A comissão do PMAQ/AB irá avaliar mensalmente as Equipes de Saúde Bucal quanto ao cumprimento de metas e participação nas atividades, para que decidam se irá receber o incentivo ou não. Avaliação conforme anexo IV.

§ 5º A comissão do PMAQ/AB irá avaliar mensalmente as Equipes do NASF quanto ao cumprimento de metas e participação nas atividades, para que decidam se irá receber o incentivo ou não. Avaliação conforme anexo V.

§ 6º A comissão do PMAQ/AB irá avaliar mensalmente até o dia 15 de cada mês e repassará relatório à Secretaria Municipal de Saúde, informando o nome e cargo de cada profissional que receberá o incentivo.

§ 7º A comissão do PMAQ/AB poderá atualizar, sempre que necessário, as fichas de avaliações que se encontram em anexo, e caberá ao conselho municipal de saúde aprovar sempre que modificada.

Art. 10º - Não caberão recursos contra os resultados das análises realizadas pela Comissão do PMAQ/AB e estes resultados serão encaminhados ao Departamento Municipal de Saúde, bem como para o Departamento de Recursos Humanos para adoção das medidas cabíveis.

Art. 11. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrario.

João Dias/RN, 02 de Setembro de 2019.

NADJA TÁSSIA VERÍSSIMO
Prefeita Municipal

ANEXO I – FICHA DE AVALIAÇÃO MENSAL
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Ordem	Área Estratégica	Indicador	Meta	Fonte do Indicador / Instrumento	Conclusão
01	**Produção Geral**	**Visita Domiciliar do ACS**	**80%**	**Relatório e-SUS**	
		Participar de capacitações, reuniões e atividades coletivas, quando solicitado, juntamente com as equipes – ESF/SB/NASF	**100%**	Relatóro e-SUS **Relatório das equipes Lista de presença**	
		Entregar produção de atividades mensal dentro do prazo estabelecido	**100%**	**SNES**	
		Cadastrar todas as famílias em seu território de abrangência e manter cadastro atualizado mensalmente.	**100%**	**Relatório do Sistema e-SUS**	
02	**Saúde da Mulher**	**Captar precocemente (até a 16° semana) e acompanhar as gestantes cadastradas em seu território mantendo seu cartão atualizado (vacinação, mensurações, encaminhamentos de consultas e exames)**	**100%**	**Relatório do Sistema e-SUS Cartão da Gestante**	
		Encaminhar para realização de exame papanicolau mulheres na faixa etária prioritária (20 a 45 anos)	**02 ao mês**	**Ficha de encaminhamento**	
03	**Doenças Crônicas e degenerativas**	**Cadastrar e acompanhar os hipertensos e diabéticos do território, encaminhando-os para atendimento de rotina pelas equipes e estimulando-os para o autocuidado e adesão ao tratamento e tomada de medicações.**	**80%**	**Relatório do Sistema e-SUS**	
		Manter cadastro atualizado de pacientes acamados, pacientes com necessidades especiais e/ou transtornos mentais, pacientes portadores de neoplasias e usuários em uso de medicamentos psicotrópicos e/ou de uso contínuo.	**100%**	**Relatório do Sistema e-SUS Livros de Registros**	
04	**Saúde da Criança**	**Acompanhamento e encaminhamento de Crianças 0 a 24 meses do território de abrangência para o Programa C e D (manter atualizada a situação vacinal, peso, mensuração).**	**90%**	**Relatório do Sistema e-SUS Cartão da Criança**	
		Acompanhamento e encaminhamento das crianças RN para realização do teste do pezinho no prazo estabelecido (MS)	100%	Ficha encaminhamento Cartão de encaminhamento	
05	**Programas em Geral**	Participar das Campanhas de Vacinação garantindo em sua micro-área o alcance da meta estabelecida pelo MS.	Meta MS	Relatório do Sistema e-SUS SISPIN	
		Realizar acompanhamento das famílias de sua micro-área cadastradas no Programa Bolsa-Família, mantendo o programa atualizado.	90%	Relatório do Sistema e-SUS Relatório do Bolsa-Família	

ANEXO II – FICHA DE AVALIAÇÃO MENSAL
ENFERMEIRO - EQUIPE ESF

Ordem	Área Estratégica	Indicador	Meta	Fonte do indicador / Instrumento	Conclusão
01	Produção Geral	Realizar atividades educativas/coletivas juntamente com os demais pofissionais (NASF/SB/ACADEMIA DA SAÚDE)	02 ao mês	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes	
		Participar de capacitações, reuniões, quando solicitados, juntamente com as equipes de apoio – NASF/SB/POLO ACADEMIA DA SAÚDE	100%	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes Lista de presença	
		Entregar produção de atividades mensal dentro do prazo estabelecido	100%	SNES	
		Realizar Visitas domiciliares (01 visita para cada micro-área)	07 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
		Realizar atendimentos individuais para grupos prioritários de acordo com a oferta/procura (gestantes, mulheres, crianças, idosos, adolescentes, etc)	50 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
02	Saúde da Mulher	Realizar exames citopatológicos em mulheres na faixa etária prioritária (20 a 45 anos)	25 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS SISCAN	
		Garantir, juntamente com o ACS, a captação precoce de gestantes e realizar o seu acompanhamento, garantindo no mínimo 7 consultas de pré-natal durante a gestação e mantendo seu calendário vacinal atualizado.	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS SISPRENATAL	
		Realizar visita domiciliar às puérparas na primeira quinzena após o parto	80%	**Relatório do Sistema** e-SUS	
03	Saúde da Criança	Manter atualizado o Calendário de vacinação das Crianças menores de 0 a 24 meses	90%	SIPNI/e-SUS Cartão Espelho	
		Realizar a Consulta de puericultura em crianças de 0 a 24 meses	80%	**Relatório do Sistema** e-SUS Livro de registro	
		Garantir a realização do Teste do Pezinho dentro do prazo estabelecido pelo MS	90%	**Relatório e-SUS** Livro de Registro	
04	Programa Saúde na Escola	Realizar ações pactuadas do Programa Saúde na Escola, juntamente com as demais equipes responsáveis (NASF/SB/ACADEMIA DA SAÚDE)	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	
05	Vigilância em Saúde	Realização de testes rápidos em gestantes e demais públicos (sífilis, HTB, HIV) de acordo com a necessidade.	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS SISLOG	

ANEXO III – FICHA DE AVALIAÇÃO MENSAL
TÉCNICO DE ENFERMAGEM – ESF

Ordem	Área Estratégica	Indicador	Meta	Fonte do indicador / Instrumento	Conclusão
01	Produção Geral	Realizar atividades educativas juntamente com os demais pofissionais (NASF/PSE/ACADEMIA DA SAÚDE)	02 por mês	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes	
		Participar de capacitações, atividades coletivas e reuniões juntamente com as equipes de apoio – NASF/POLO ACADEMIA DA SAÚDE	100%	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes Lista de presença	
		Entregar produção de atividades mensal dentro do prazo estabelecido	100%	SNES	
		Realizar Visitas domiciliares (01 visita para cada micro-área)	07 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
		Realizar atendimentos individuais para grupos prioritários de acordo com a oferta/procura (gestantes, mulheres, crianças, idosos, adolescentes, etc)	25 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
02	Saúde da Mulher	Realizar visita domiciliar às puérparas na primeira quinzena após o parto	80%	**Relatório do Sistema** e-SUS	
03	Saúde da Criança	Manter atualizado o Calendário de vacinação das Crianças de 0 a 24 meses	90%	**Relatório do Sistema** e-SUS / SIPNI	
		Averiguar a caderneta da criança (sempre que comparecer à UBS) e encaminhá-la para o atendimento de puericultura e teste do pezinho garantindo sua realização dentro do prazo pré-estabelecido.	100%	SIPNI/e-SUS Cartão de vacinação	
04	Programa Saúde na Escola	Realizar ações pactuadas do Programa Saúde na Escola, juntamente com as demais equipes responsáveis (NASF/ESF/SB/ACADEMIA DA SAÚDE)	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	
05	Vigilância em Saúde	Realização de testes rápidos em gestantes e demais público (sífilis, HTB, HIV) de acordo com a necessidade.	100%	SISLOG	
		Registrar/atualizar o Banco de dados do SISPIN, garantindo em tempo hábil o registro das vacinas de rotina e das vacinas realizadas em Campanhas Nacionais.	100%	SIPNI/e-SUS	

ANEXO IV – FICHA DE AVALIAÇÃO MENSAL
EQUIPE SAÚDE BUCAL / Cirurgiã-dentista

Ordem	Área Estratégica	Indicador	Meta	Fonte do indicador / Instrumento	Conclusão
01	Produção Geral	Realizar atividades educativas/ atividades coletivas juntamente com os demais pofissionais (NASF/PSE/ACADEMIA DA SAÚDE)	02 por mês	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes	
		Participar de capacitações e reuniões juntamente com as equipes de apoio – NASF/POLO ACADEMIA DA SAÚDE	100%	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes Lista de presença	
		Entregar produção de atividades mensal dentro do prazo estabelecido	100%	SNES	
		Realizar Visitas domiciliares (01 visita para cada micro-área)	07 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
		Realizar atendimentos individuais para grupos prioritários de acordo com a oferta/procura (gestantes, mulheres, crianças, idosos, adolescentes, etc)	50 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
02	Saúde da Mulher	Realizar atendimentos odontológicos e acompanhamento em gestantes	1° cons. + 01 consulta agendada	**Relatório do Sistema** e-SUS	
03	Saúde da Criança	Realizar Ação Coletiva de escovação dental supervisionada.	4/ano	**Relatório do Sistema** e-SUS	
		Realizar Ação Coletiva de aplicaçao de flúor	4/ano	**Relatório do Sistema** e-SUS	
04	Programa Saúde na Escola	Realizar ações pactuadas do Programa Saúde na Escola, juntamente com as demais equipes responsáveis (NASF/ESF/SB/ACADEMIA DA SAÚDE)	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	
05	Grupo Terapêutico	Ofertar ações para atendimentos em grupo terapêuticos	1/mês	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	

ANEXO V – FICHA DE AVALIAÇÃO MENSAL EQUIPE SAÚDE BUCAL – Técnica/auxiliar de consultório odontológico

Ordem	Área Estratégica	Indicador	Meta	Fonte do indicador / Instrumento	Conclusão
01	Produção Geral	Realizar atividades educativas/ atividades coletivas juntamente com os demais pofissionais (NASF/PSE/ACADEMIA DA SAÚDE)	02 por mês	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes	
		Participar de capacitações e reuniões juntamente com as equipes de apoio – NASF/POLO ACADEMIA DA SAÚDE	100%	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes Lista de presença	
		Entregar produção de atividades mensal dentro do prazo estabelecido	100%	SNES	
		Realizar Visitas domiciliares (01 visita para cada micro-área)	07 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
		Realizar atendimentos individuais para grupos prioritários de acordo com a oferta/procura (gestantes, mulheres, crianças, idosos, adolescentes, etc)	50/mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
02	Saúde da Mulher	Realizar agendamentos de consultas odontológicas e acompanhamento em gestantes	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS	
03	Saúde da Criança	Realizar Ação Coletiva de escovação dental supervisionada.	4/ano	**Relatório do Sistema** e-SUS	
		Realizar Ação Coletiva de aplicaçao de flúor	4/ano	**Relatório do Sistema** e-SUS	
04	Programa Saúde na Escola	Realizar ações pactuadas do Programa Saúde na Escola, juntamente com as demais equipes responsáveis.	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	
05	Grupo Terapêutico	Ofertar ações para atendimentos em grupo terapêuticos	1/mês	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	

ANEXO VI – FICHA DE AVALIAÇÃO MENSAL EQUIPE NASF

Ordem	Área Estratégica	Indicador	Meta	Fonte do indicador / Instrumento	Conclusão
01	Produção Geral	Realizar atividades educativas/ atividades coletivas juntamente com os demais pofissionais (NASF/PSE/ACADEMIA DA SAÚDE)	02 por mês	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes	
		Participar de capacitações e reuniões juntamente com as equipes de apoio – NASF/POLO ACADEMIA DA SAÚDE	100%	Relatóro do Sistema e-SUS Relatório das equipes Lista de presença	
		Entregar produção de atividades mensal dentro do prazo estabelecido	100%	SNES	
		Realizar Visitas domiciliares (01 visita para cada micro-área)	07 ao mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
		Realizar atendimentos individuais para grupos prioritários de acordo com a oferta/procura (gestantes, mulheres, crianças, idosos, adolescentes, obesos, etc)	20/mês	**Relatório do Sistema** e-SUS	
02	Grupo Terapêutico	Ofertar ações para atendimentos em grupo terapêuticos	No mínimo 2/mês	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	
03	Programa Saúde na Escola	Realizar ações pactuadas do Programa Saúde na Escola, juntamente com as demais equipes responsáveis.	100%	**Relatório do Sistema** e-SUS Relatório das equipes	

Publicado por:
Maria de Fatima Duarte de Brito
Código Identificador:0C428D76

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - PROCESSO Nº 510003/2019

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove o Município de Lagoa d'Anta, inscrito no CNPJ nº 08.142.887/0001-64, com sede à Rua Ver. Severino Guedes de Moura, 69 – Centro – Lagoa d'Anta/RN – CEP: 59227-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, TAIANNI LOPES SANTOS, brasileira, casada, Advogada, portador da Carteira da Identidade n.º 002.056.914, expedida pela SSP/RN e do CPF n.º 061.612.394-93, residente e domiciliada à Rua Ver. Severino Guedes de Moura, s/n, Centro, Lagoa d'Anta/RN, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR - CONTRATANTE, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos da Lei nº. 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Decreto Municipal nº. 05/2019, conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2019, homologado em 28 de agosto de 2019, registrando os preços oferecidos pela empresa, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços visando à **Aquisição gradual de gêneros alimentícios, conforme especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência), destinados a atender as necessidades do Município de Lagoa d'Anta/RN**, conforme descrição abaixo relacionada:

Fornecedor: **SUPERMERCADO PROGRESSO LTDA - EPP**		
CNPJ: **04.629.001/0001-50**	Telefone: **(84) 3287-0030**	Email: supermercadoprogresso1@gmail.com
Endereço: **R SEVERINO GUEDES DE MOURA, 31 , CENTRO, CENTRO/RN, CEP: 59227-000**		
Representante: **MARIA ALICE LOPES VIDAL TRINDADE** - CPF: **114.008.314-74**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0002274 - ÁGUA MINERAL - Especificação: Água mineral acondicionada em copos de 200 ml, caixa com 48 unidades	STERBOM	Caixa	200,00	17,500	3.500,00
18	0002285 - BATATA PALHA 500G - Especificação : Contendo no mínimo 500g com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	IANE	Pacote	110,00	11,500	1.265,00
20	0002287 - BISCOITO DE LEITE TIPO SOLDA BRANCA 500G - Especificação : com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	DA CASA	Pacote	1000,00	2,900	2.900,00
21	0002288 - BISCOITO PALITO 500G - Especificação : Biscoito doce tipo palito embalagem de 500g com identificação do produto marca do fabricante data de fabricação e prazo de validade	DA CASA	Pacote	1000,00	2,900	2.900,00
25	0002292 - BOLACHA AMANTEIGADA PCT 500G Especificação : PACOTE COM 500 GRAMAS com identificação do produto , marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	DA CASA	Pacote	1000,00	3,500	3.500,00
26	0002293 - BOLO DE OVOS 1KG - Especificação : Bolo de ovos comum pronto em embalagem de 1kg, data de fabricação não superior a 2 dias, marca do fabricante e prazo de validade	DA CASA	Unidade	1000,00	9,900	9.900,00
41	0002308 - CHÁ SABORES VARIADOS - Especificação: Caixa com 10 sachês embalado individualmente, validade para 1 ano	MARATA	Caixa	500,00	1,980	990,00
50	0002317 - DOCE EM TABLETE TIPO LANCHE FEITO COM 10 UND - Especificação : embalagem com 10 unidades com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	COKEIKO	Unidade	300,00	3,450	1.035,00
51	0002318 - ERVILHA REIDRATADAS EM CONSERVA - Especificação : Embalagem com no mínimo 200 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissao Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	SOFRUTA	Lata	100,00	1,490	149,00
58	0002325 - FARINHA LÁCTEA 400 G - Especificação: ALIMENTO COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO, LEITE INTEGRAL E AÇUCAR, ADICIONADO DE VITAMINAS E SAIS MINERAIS.	MARATA	Unidade	160,00	5,000	800,00
59	0002326 - FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1 - Especificação: feijão carioca, tipo 1 novo, constituído de grãos inteiros e sãos, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico de 1 kg	CATOLE	QUILO	1700,00	3,500	5.950,00
64	0002331 - FÓRMULA LÁCTEA 400G PRIMEIRO SEMESTRE - Especificação : Fórmula láctea especial para o primeiro semestre, tipo NAN1 Validade para 1 ano Fórmula com DHA (docosahexaenóico) e ARA (ácidos graxos araquidônico)	NESTLE	Unidade	150,00	25,500	3.825,00
65	0002332 - FÓRMULA LÁCTEA 400G SEGUNDO SEMESTRE - Especificação : Fórmula láctea especial para o segundo semestre tipo NAN 2, validade para 1 ano OPTI PROTM - Uma mistura proteica adaptada para fornecer a quantidade certa de proteínas necessárias ao crescimento do bebé sem sobrecarregar os órgãos ainda imaturos.	NESTLE	Unidade	150,00	25,990	3.898,50
66	0002333 - FÓRMULA LÁCTEA ESPECIAL ANTIRREGUGITAÇÃO 400G - Especificação : Fórmula láctea especial Anti-Regurgitação 400g, validade para 1 ano.	NESTLE	Unidade	100,00	30,000	3.000,00
67	0002334 - FÓRMULA LÁCTEA ESPECIAL SEM LACTOSE 300G - Especificação : Fórmula láctea especial sem lactose tipo Suprasoy, validade para 1 ano	SUPRESOY	Unidade	100,00	30,000	3.000,00
70	0002337 - KETCHUP 200G - Especificação: Composição tomate, açúcar, sal e condimento, com identificação do produto marca do fabricante data de fabricação	QUERO	Unidade	120,00	2,350	282,00
78	0002345 - MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - Especificação: A base de farinha, com ovos. Embalagem com no mínimo 500 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução Anvisa.	BONSABOR	Pacote	7000,00	1,410	9.870,00
80	0002347 - MACAXEIRA - Especificação: de boa qualidade, com aspecto saudável sem apresentar manchas escuras.	NACIONAL	QUILO	1800,00	1,750	3.150,00
81	0002348 - MAIONESE TRADICIONAL 250G - Especificação: Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	LIZA	Unidade	200,00	3,900	780,00
83	0002350 - MANTEIGA DA TERRA 500ML - Especificação: Manteiga da terra em garrafa, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade	CAICO	GARRAFA	60,00	8,950	537,00
84	0002351 - MARACUJÁ DE PRIMEIRA IN NATURA - Especificação: Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	NACIONAL	QUILO	1000,00	3,500	3.500,00
90	0002357 - MISTURA A BASE DE AMIDO DE MILHO PARA MINGAU 200G - Especificação : Calorias 80kcal = 336kJ 4% VD* Carboidratos 20g 7 Vitamina A 258æg 43 Vitamina C 19mg 42 Cálcio 129mg 13 Ferro 6,1mg 44 Vitamina B6 0,56mg 43 Ácido Fólico 103æg 43 Vitamina B12 1,0æg 42 Zinco 3,0mg 43 Mistura tipo Cremogema.	MAIZENA	Unidade	50,00	3,850	192,50
93	0002360 - OLEO DE SOJA 900ML - Especificação : com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação prazo de validade e data de fabricação	LIZA	Litro	1400,00	3,830	5.362,00
94	0002361 - ORÉGANO EXTRATO SECO 50G - Especificação: Embalagem com 50g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade, de acordo com a resolução da CNNPA.	CRISMARG	Pacote	100,00	2,980	298,00
96	0002363 - PÃO - especificação: Tipo francês, A base de farinha de trigo (enriquecida com ferro, cálcio e vitamina do complexo B), massa de aipim, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, fermento biológico, sal, óleo de soja. Informação nutricional per capita (50g): Valor calórico (kcal) - 90 Carboidratos (g) - 16,6 Proteína (g) - 2,4 Gordura total (g) - 0 Gordura saturada (g) - 0 Colesterol (mg) - 0 Cálcio (mg) - 27,0 Fibra alimentar (mg) - 0,39 Ferro (mg) - 1,69 Sódio (mg) - 0 Vitamina B1 (mg) - 0,19 Vitamina B2 (mg) - 1,99 Vitamina B6 (mg) - 2,40 Vitamina B9 (mg) - 0,24 Vitamina PP (mg) - 1,46	NACIONAL	Unidade	6000,00	0,330	1.980,00
98	0002365 - PÃO DOCE 50G - Especificação: Tipo doce, A base de farinha de trigo (enriquecida com ferro, cálcio e vitamina do complexo B), massa de aipim, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, fermento biológico, sal, óleo de soja. Informação nutricional per capita (50g): Valor calórico (kcal) - 90 Carboidratos (g) - 16,6 Proteína (g) - 2,4 Gordura total (g) - 0 Gordura saturada (g) - 0 Colesterol (mg) - 0 Cálcio (mg) - 27,0 Fibra alimentar (mg) - 0,39 Ferro (mg) - 1,69 Sódio (mg) - 0 Vitamina B1 (mg) - 0,19 Vitamina B2 (mg) - 1,99 Vitamina B6 (mg) - 2,40 Vitamina B9 (mg) - 0,24 Vitamina PP (mg) - 1,46	DA CASA	Unidade	600,00	0,350	210,00
99	0002366 - PÃO TIPO SEDA DE 50G - Especificação: Pacote com 12 unidades, embalagem não superior a 3 dias.	DA CASA	Pacote	2500,00	4,000	10.000,00

110	0002374 - QUEIJO DE COALHO 200G - Especificação: Queijo de coalho 200g embalamento não superior a 5 dias	NACIONAL	Unidade	70,00	6,000	420,00
117	0002381 - SAL REFINADO IODADO - Especificação: Para consumo doméstico, embalagem, contendo 01 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	CURIMATAU	QUILO	1050,00	0,650	682,50
121	0002385 - SUPLEMENTO ALIMENTAR RICO EM CÁLCIO, SEM GLUTÉM LATA 400G - Especificação: Com 25 vitaminas e minerais Rico em vitaminas C, ferro, zinco e cobre Porção de 40g (4 colheres de sopa rasas) = 154 kcal, TIPO SUSTAGEN SABOR BAUNILHA	SUSTAIN	Lata	100,00	25,000	2.500,00
123	0000578 - Tempero completo, liquido, sem pimenta, garrafa com peso liquido de 500ml e com prazo de validade.	REGINA	Gf	500,00	1,170	585,00
124	0002387 - UVA DE PRIMEIRA TIPO ITÁLIA - Especificação: verde, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução da CNNPA.	NACIONAL	QUILO	700,00	4,900	3.430,00

1.2 A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 90.391,50 (noventa mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

3.4.1 As Adesões realizadas por órgãos na participantes deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 005/2017.

CLÁUSULA IV - DA ENTREGA E DA ATESTAÇÃO DO RECEBIMENTO

4.1 A licitante vencedora deverá entregar o objeto contratado no prazo, local e tempo previstos no termo de referência, a contar do recebimento da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento ou instrumento contratual equivalente.

4.2 A entrega do(s) objeto(s) contratado(s) será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração do Município de Lagoa d'Anta, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

4.3 Nos termos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto dessa licitação será recebido:

4.3.1 Provisoriamente, mediante termo padronizado, no ato da entrega do(s) objeto(s), para posterior verificação da conformidade do material ou da prestação para com as especificações previstas no edital e no termo de referência;

4.3.2 Definitivamente, mediante termo padronizado, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material (ou da prestação) e sua consequente aceitação.

4.3.3 Tratando-se de contratação cujo valor ultrapasse R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o recebimento será efetivado por meio de comissão de, no mínimo, 3 (três) servidores, na forma do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/93.

4.4 A licitante vencedora deve efetuar a troca do(s) produto(s) ou refazer os serviços que não atender(em) as especificações do objeto contratado no prazo fixado no termo de referência, a contar do recebimento da solicitação.

4.5 A atestação de conformidade da entrega do(s) objeto(s) caberá ao Gestor de Contrato o Sr. José Gomes da Silva Neto, designado pela Portaria nº 127/2019-GP.

4.6 O(s) representante(s) do Município de Lagoa d'Anta anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO

5.1 A licitante vencedora deverá protocolar a solicitação de cobrança, acompanhada de nota fiscal, fatura ou documento equivalente, além dos documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, junto ao setor competente, para liquidação e pagamento da despesa pelo Município de Lagoa d'Anta.

5.1.1 No decurso do prazo obrigatoriamente estipulado no instrumento contratual ou, na sua ausência, no prazo máximo de 15 dias, contado a partir da apresentação da solicitação de cobrança, quem detiver a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os bens entregues ou os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas, em meio ao que estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

5.1.2 Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, à prestação do serviço, ou à entrega do bem ou de parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidade.

5.1.3 A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam o fornecimento dos produtos caberá a ao Gestor de Contrato o Sr. José Gomes da Silva Neto, designado pela Portaria nº 127/2019-GP.

5.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante

5.2 Após o cumprimento de todas as providências de que trata o item anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitados a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:

I - de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN; ou
II - de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como prevê a alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
5.4 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular conforme item **5.1**.
5.5 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.
5.6 O Município de Lagoa d'Anta/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.
6.2 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3 O fornecimento dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) da CONTRATANTE, devidamente com atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.
6.4 Os produtos deverão ser fornecidos **em até 2 (dois) dias após o recebimento** da Ordem de Compra.
6.5 A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.
6.6 Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até **2 (dois) dias** pela contratada, sem ônus para a Administração.
6.7 Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.
6.7.1 Uma vez que fique constatados sinais externos de avarias nos produtos ou, qualquer irregularidade quando as especificações contidas nesse Termo, os mesmo deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até **2 (dois) dias** corridos, a contar da data da realização da vistoria.
6.7.2 É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até **10 (dez) dias** contados a partir da data de entrega dos bens.
6.8 No ato da entrega não poderá ter transcorrido **10% (dez por cento)** do prazo de validade dos produtos.
6.9 O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.
6.10 A Secretaria responsável poderá exigir, uma vez comprovada à necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, e embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para qual lhe foram delegadas.
6.11 As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;
6.12 Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 da mesma lei.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES
7.1 O Município de Lagoa d'Anta poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMLD no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMLD.

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

7.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**
7.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/ordem de compra caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
7.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.

7.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
7.5 O Município de Lagoa d'Anta aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
7.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRADADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
8.2 O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.
8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
8.4 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
8.5 Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:
I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;
II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.7 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
8.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1 O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**
9.2 Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;
9.3 Serão recebidos da seguinte forma:
I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.
II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até **10 (dez)** dias após o recebimento provisório.
9.4 No ato da entrega não poderá ter transcorrido 10% (dez por cento), do prazo de validade dos produtos.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando:
a) comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

II - Por iniciativa do Município de Lagoa d'Anta, quando:
a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

III - Automaticamente:
a) por decurso de prazo de vigência da Ata;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
IV - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA
11.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Contratante, através dos responsáveis pelas Secretarias Municipais.
11.2 A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelos Órgãos requisitante.
11.2.1 Os documentos necessários à formalização do pedido citados acima poderão ser enviados via e-mail, devendo os mesmos serem respondidos dando ciência do recebimento e cumprimento das obrigações assumidas, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
12.1 Fornecer os produtos, objeto deste instrumento, nas condições e prazos estipulados neste no Edital e Termo de Referência, sujeitos a multa;

12.2 Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;
12.3 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.4 Arcar com todos os insumos que a contratação, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na execução do objeto
12.5 O Município de LAGOA D'ANTA/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;
12.6 Executar o fornecimento dos produtos nos horários dos eventos determinados por este órgão municipal;
12.7 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93;
12.8 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
13.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
13.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
13.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
13.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.
13.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;
13.7 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;
13.8 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.
13.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento dos serviços contratados.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **009/2019** e a proposta da empresa relacionada na Cláusula I, classificada em primeiro lugar, no certame supra numerado.
14.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.
14.3 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.
14.4 As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Nova Cruz, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Lagoa d'Anta/RN, 29 de agosto de 2019.

Município De Lagoa D'anta
CNPJ nº 08.142.887/0001-64
TAIANNI LOPES SANTOS
Contratante

Supermercado Progresso LTDA - EPP
CNPJ nº 04.629.001/0001-50
MARIA ALICE LOPES VIDAL TRINDADE
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª: _____	2ª: _____
CPF.: _____	CPF.: _____

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:67E73C7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - PROCESSO Nº 510003/2019

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove o Município de Lagoa d'Anta, inscrito no CNPJ nº 08.142.887/0001-64, com sede à Rua Ver. Severino Guedes de Moura, 69 – Centro – Lagoa d'Anta/RN – CEP: 59227-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, TAIANNI LOPES SANTOS, brasileira, casada, Advogada, portador da Carteira da Identidade n.º 002.056.914, expedida pela SSP/RN e do CPF n.º 061.612.394-93, residente e domiciliada à Rua Ver. Severino Guedes de Moura, s/n, Centro, Lagoa d'Anta/RN, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR - CONTRATANTE, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos da Lei nº. 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Decreto Municipal nº. 05/2019, conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2019, homologado em 28 de agosto de 2019, registrando os preços oferecido pelas empresas, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços visando à **Aquisição gradual de gêneros alimentícios, conforme especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência), destinados a atender as necessidades do Município de Lagoa d'Anta/RN**, conforme descrição abaixo relacionada:

Fornecedor: **COMERCIAL BRASIL ALIMENTOS E LIMPEZA EIRELI**		
CNPJ: **20.236.902/0001-39**	Telefone: **3201-0019**	Email: comercialbrasilrn@hotmail.com
Endereço: **Rua Maranhão, 151 , Loteamento Brasil, Macaíba/RN, CEP: 59280-000**		
Representante: **JESSICA LARISSA FERNANDES** - CPF: **099.475.214-86**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0005324 - ACHOCOLATADO LÍQUIDO - Especificação: Composto de açúcar, cacau solubilizado maltodextrina, leite, estabilizante lecitina de soja, aromatizado. Embalagem: caixa com 200 ml, acompanhado de canudo, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	BOA VIDA	Caixa	600,00	0,650	390,00
3	0005325 - ACHOCOLATADO LÍQUIDO - Especificação: Composto de açúcar, cacau solubilizado maltodextrina, leite, estabilizante lecitina de soja, aromatizado. Embalagem: com 1litro, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	BOA VIDA	Unidade	600,00	2,800	1.680,00
8	0002275 - ALFACE DE PRIMEIRA CRESPA - Especificação : Em pé, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	NACIONAL	QUILO	300,00	8,000	2.400,00
9	0002276 - ALHO EM CABEÇA TIPO COMERCIAL CLASSE A - Especificação: Tipo comercial classe A.	NACIONAL	QUILO	200,00	17,000	3.400,00
14	0002281 - AZEITE DE OLIVA - Especificação : Puro, sem colesterol. Embalagem contendo 500 ml, acidez até 0,7% com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade.	LISBOA	Unidade	300,00	14,950	4.485,00
16	0002283 - BATATA DO REINO INGLESA DE PRIMEIRA - Especificação : apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	NACIONAL	QUILO	2150,00	3,000	6.450,00
17	0002284 - BATATA DOCE DE PRIMEIRA - Especificação : apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	NACIONAL	QUILO	1300,00	2,080	2.704,00
24	0002291 - BISCOITO TIPO SEQUILHO 500G - Especificação : Biscoito tipo sequilho contendo 500g com identificação do produto , marca do fabricante data de fabricação e prazo de validade	JUCURUTU	Pacote	200,00	3,850	770,00
27	0002294 - CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO - Especificação : Embalagem a vácuo de 500 gramas, de primeira qualidade, com sêlo de pureza da Associação Brasileira da Industria do Café - ABIC. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender a Portaria 451/97 do Ministério da Saúde e a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. Embalagem contendo data de fabricação e prazo de validade.	PURO	Unidade	1000,00	3,990	3.990,00
38	0002305 - CEBOLA DE PRIMEIRA TIPO BRANCA - Especificação : Cebola nacional apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas	NACIONAL	QUILO	1800,00	2,790	5.022,00
39	0002306 - CENOURA DE PRIMEIRA - Especificação : Cenoura nacional Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA.	NACIONAL	QUILO	2300,00	2,740	6.302,00
61	0002328 - FEIJÃO PRETO, TIPO 1 - Especificação : Feijão preto de 1ª qualidade constituído de no mínio de90 a 98% grãos íntegros, ca cor característica a variedade. Embalagem de 1kg com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade de no mínimo 6 meses, de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	CATOLE	QUILO	1300,00	3,980	5.174,00
63	0002330 - FLOCOS DE MILHO, PRÉ-COZIDO - Especificação : Flocos de milho, pré-cozido. Embalagem com no mínimo 500 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. Enriquecida c/ ferro e ácido fólico.	MARATA	Unidade	7300,00	0,870	6.351,00
88	0002355 - MILHO PARA MUGUNZÁ 500G - Especificação: Pacote com 500g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com a Resolução da CNNPA.	MARATA	Pacote	600,00	1,350	810,00
97	0002364 - PÃO DE FORMA 500G - Especificação: Ingredientes farinha de trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água, peso 500g características adicionais sem adição de açúcar e sem gordura, apresentação fatiado com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	DELICIA DE PAO	Pacote	2500,00	4,050	10.125,00
100	0002367 - PEITO DE FRANGO EM FILÉ - Especificação: Sem osso e cartilagem, de primeira qualidade, congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as CNNPA.	GUIBOM	QUILO	4500,00	10,980	49.410,00
104	0002371 - Polpa de fruta, sabor goiaba, acondicionada em embalagem plástica de 1kg, isenta de contaminação, com identificação do produto, prazo de validade, marca do fabricante e n° de registro no mapa.	DFRUT	QUILO	1500,00	3,590	5.385,00
105	0002372 - Polpa de fruta, sabor manga, acondicionada em embalagem plástica de 1kg, isenta de contaminação, com identificação do produto, prazo de validade, marca do fabricante e n° de registro no mapa.	DFRUT	QUILO	1500,00	3,590	5.385,00
111	0002375 - QUEIJO TIPO MUSSARELA - Especificação: Fatiado, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	LITORAL	QUILO	450,00	21,000	9.450,00
116	0002380 - REPOLHO VERDE MÉDIO - Especificação : Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas, de acordo com a Resolução da CNNPA.	NACIONAL	QUILO	450,00	3,000	1.350,00

1.2 A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 131.033,00 (cento e trinta e um mil e trinta e três reais).**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

3.4.1 As Adesões realizadas por órgãos na participantes deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 005/2017.

CLÁUSULA IV - DA ENTREGA E DA ATESTAÇÃO DO RECEBIMENTO

4.1 A licitante vencedora deverá entregar o objeto contratado no prazo, local e tempo previstos no termo de referência, a contar do recebimento da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento ou instrumento contratual equivalente.
4.2 A entrega do(s) objeto(s) contratado(s) será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração do Município de Lagoa d'Anta, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.
4.3 Nos termos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto dessa licitação será recebido:
4.3.1 Provisoriamente, mediante termo padronizado, no ato da entrega do(s) objeto(s), para posterior verificação da conformidade do material ou da prestação para com as especificações previstas no edital e no termo de referência;
4.3.2 Definitivamente, mediante termo padronizado, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material (ou da prestação) e sua consequente aceitação.
4.3.3 Tratando-se de contratação cujo valor ultrapasse R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o recebimento será efetivado por meio de comissão de, no mínimo, 3 (três) servidores, na forma do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/93.
4.4 A licitante vencedora deve efetuar a troca do(s) produto(s) ou refazer os serviços que não atender(em) as especificações do objeto contratado no prazo fixado no termo de referência, a contar do recebimento da solicitação.
4.5 A atestação de conformidade da entrega do(s) objeto(s) caberá ao Gestor de Contrato o Sr. José Gomes da Silva Neto, designado pela Portaria nº 127/2019-GP.
4.6 O(s) representante(s) do Município de Lagoa d'Anta anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO
5.1 A licitante vencedora deverá protocolar a solicitação de cobrança, acompanhada de nota fiscal, fatura ou documento equivalente, além dos documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, junto ao setor competente, para liquidação e pagamento da despesa pelo Município de Lagoa d'Anta.
5.1.1 No decurso do prazo obrigatoriamente estipulado no instrumento contratual ou, na sua ausência, no prazo máximo de 15 dias, contado a partir da apresentação da solicitação de cobrança, quem detiver a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os bens entregues ou os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas, em meio ao que estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.
5.1.2 Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, à prestação do serviço, ou à entrega do bem ou de parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidade.

5.1.3 A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam o fornecimento dos produtos caberá a ao Gestor de Contrato o Sr. José Gomes da Silva Neto, designado pela Portaria nº 127/2019-GP.
5.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante
5.2 Após o cumprimento de todas as providências de que trata o item anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitados a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:
I - de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN; ou
II - de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como prevê a alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
5.4 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular conforme item **5.1**.
5.5 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.
5.6 O Município de Lagoa d'Anta/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.
6.2 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3 O fornecimento dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) da CONTRATANTE, devidamente com atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.
6.4 Os produtos deverão ser fornecidos **em até 2 (dois) dias após o recebimento** da Ordem de Compra.
6.5 A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.
6.6 Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até **2 (dois) dias** pela contratada, sem ônus para a Administração.
6.7 Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.
6.7.1 Uma vez que fique constatados sinais externos de avarias nos produtos ou, qualquer irregularidade quando as especificações contidas nesse Termo, os mesmo deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até **2 (dois) dias** corridos, a contar da data da realização da vistoria.
6.7.2 É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até **10 (dez) dias** contados a partir da data de entrega dos bens.
6.8 No ato da entrega não poderá ter transcorrido **10% (dez por cento)** do prazo de validade dos produtos.

6.9 O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.
6.10 A Secretaria responsável poderá exigir, uma vez comprovada à necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, e embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para qual lhe foram delegadas.
6.11 As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;
6.12 Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 da mesma lei.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES
7.1 O Município de Lagoa d'Anta poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMLD no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMLD.

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

7.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**
7.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/ordem de compra caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
7.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.
7.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
7.5 O Município de Lagoa d'Anta aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
7.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRADADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
8.2 O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.
8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
8.4 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
8.5 Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:
I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;
II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.7 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
8.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1 O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**
9.2 Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;
9.3 Serão recebidos da seguinte forma:

I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.
II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até **10 (dez)** dias após o recebimento provisório.
9.4 No ato da entrega não poderá ter transcorrido 10% (dez por cento), do prazo de validade dos produtos.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando:
a) comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

II - Por iniciativa do Município de Lagoa d'Anta, quando:
a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

III - Automaticamente:
a) por decurso de prazo de vigência da Ata;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
IV - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA
11.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Contratante, através dos responsáveis pelas Secretarias Municipais.
11.2 A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelos Órgãos requisitante.
11.2.1 Os documentos necessários à formalização do pedido citados acima poderão ser enviados via e-mail, devendo os mesmos serem respondidos dando ciência do recebimento e cumprimento das obrigações assumidas, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
12.1 Fornecer os produtos, objeto deste instrumento, nas condições e prazos estipulados neste no Edital e Termo de Referência, sujeitos a multa;
12.2 Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;
12.3 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.4 Arcar com todos os insumos que a contratação, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na execução do objeto
12.5 O Município de LAGOA D'ANTA/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;
12.6 Executar o fornecimento dos produtos nos horários dos eventos determinados por este órgão municipal;
12.7 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93;
12.8 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
13.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
13.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
13.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
13.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.
13.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;
13.7 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;
13.8 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.
13.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento dos serviços contratados.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **009/2019** e a proposta da empresa relacionada na Cláusula I, classificada em primeiro lugar, no certame supra numerado.
14.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.
14.3 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

14.4 As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Nova Cruz, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Lagoa d'Anta/RN, 29 de agosto de 2019.

Município De Lagoa D'anta
CNPJ nº 08.142.887/0001-64
TAIANNI LOPES SANTOS
Contratante

Comercial Brasil Alimentos E Limpeza EIRELI
CNPJ nº 20.236.902/0001-39
JESSICA LARISSA FERNANDES
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª: _____	2ª: _____
CPF.: _____	CPF.: _____

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:2BADE62E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº ORDINÁRIA 891/2019 – GAB/PMNF

Lei nº 891/2019 – GAB/PMNF

Dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do município para o exercício de 2020, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN:
Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei.

CAPITULO I
Disposições Preliminares

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal *(artigo 165, II, Parágrafo 2º)*, combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 *(artigo 4º)*, do Município de Nísia Floresta/RN, para o ano de 2020, nela compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2020, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CAPÍTULO II
Das Definições

Artigo 2º - As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.
Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

CAPÍTULO III
Do Orçamento Municipal
SEÇÃO I
Do Equilíbrio

Artigo 3º - Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2020 será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas ser superior aos das receitas previstas.

Artigo 4º - A avaliação dos resultados dos programas será realizada anualmente, quando teremos como ponto inicial de análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas**.**

Artigo 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2020 será composta das seguintes peças:
I. projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e
II. anexos, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:
a) analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;

b) recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal;
c) recursos destinados à promoção da assistência social, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
d) sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
e) natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
f) despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
g) receitas e despesas por categorias econômicas;
h) evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores, bem como a receita prevista para este exercício e para mais dois exercícios seguintes;
i) despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica, sub-categoria e elemento;
j) programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, sub-função, programa, projetos e atividades;
k) consolidado por funções, programas e sub-programas;
l) despesas por órgãos e funções;
m) despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
n) despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
o) recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;
p) recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, e outros Fundos; e
q) especificação da legislação da receita.

Parágrafo 1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2019, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2020 e as disposições da presente Lei.
Parágrafo 2º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente, conforme for o caso.
Parágrafo 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária para 2020, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2020, à Câmara Municipal.

Artigo 6º - No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2020, também conterão autorizações para abertura de créditos adicionais em trinta por cento da despesa geral, para remanejamentos de valores, bem como a realocação, remanejamento ou transposição de dotações orçamentárias disponíveis de uma Unidade Orçamentária para outra, cujo ato será gerado pelo Setor de Contabilidade do ente, o que será submetido ao Secretário Municipal da pasta encarregada pela atividade contábil.

Artigo 7º - O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da administração direta, caso as tenha.

Artigo 8º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, Parágrafo 3º, II, "a", "b", "c", e Parágrafo 4º), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

Artigo 9º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

SEÇÃO II
Da Classificação das Receitas e Despesas

Artigo 10. - Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES
a) Pessoal e Encargos Sociais
b) Juros e Encargos da Dívida
c) Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL
a) Investimentos
b) Inversões Financeiras
c) Transferências de Capital
d) Amortização da Dívida Interna

Parágrafo 1º - A classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.
Parágrafo 2º - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 *(artigo 8º, Parágrafo 2º, e no Anexo V).*
Parágrafo 3º - As despesas terão como prioridades os projetos/atividades elencados no anexo I a esta Lei.
Parágrafo 4º - As despesas de capital programadas para 2020, estarão elencadas no anexo II a esta Lei.
Parágrafo 5º - A Lei Orçamentária Anual para 2020 poderá contemplar despesas de capital não contidas no anexo II desta Lei, contanto que sejam voltadas a serviços essenciais, como educação, à assistência social, à saúde, à agricultura e à infraestrutura urbana.

Artigo 11 - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis.

Artigo 12 - Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a cinco por cento da Receita Corrente Líquida.

CAPITULO IV

Das Receitas

Artigo 13 - A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Seções I e II, do Capitulo III, artigos. 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2019.
Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2020 serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:
I. efeitos decorrentes de alterações na legislação;
II. variações de índices de preços;
III. crescimento econômico; e
IV. evolução da receita nos últimos três anos.

Artigo 14 - Não será permitida no exercício de 2020, a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar a geração de emprego, renda e arrecadação de impostos.

CAPÍTULO V
Das Despesas
Seção I
Das Despesas com Pessoal

Artigo 15 - Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, e compreendem:
a) o gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos,
b) a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor,
c) a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais,
d) o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão,
e) a realização de processo seletivo e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, e
f) o recrutamento e a administração de estagiários para desenvolverem atividades nas diversas áreas da administração municipal.

Artigo 16 - O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária/RREO, quando nele conterá os dados de receitas e despesas municipais bimestrais; e no quadrimestre ou semestre, a depender do limite de gasto com pessoal, o relatório de gestão fiscal/RGF, quando nele conterá o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.
Parágrafo 1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
Parágrafo 2º - Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Artigo 17 – Fica autorizado o reajuste das remunerações dos servidores e os subsídios dos agentes políticos, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Artigo 18 - Ficam autorizados a realização de concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais; e o provimento dos candidatos aprovados, no período da validade do certame, obedecendo sua ordem de classificação e as especificações contidas nas regras editalícias.

Seção II
Do Repasse ao Poder Legislativo

Artigo 19 - Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, adotando as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25, combinada com a Emenda Constitucional nº 58/2009.

Seção III
Das Despesas Irrelevantes

Artigo 20 - Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados a isenção de licitação na contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no artigo 23, Incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Seção IV
Das Despesas com Convênios

Artigo 21 - O ente municipal poderá firmar convênio, sendo o órgão concedente, quando for prevista e estabelecida a cooperação mútua entre as partes conveniadas, desde que:
I. sejam aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, o cronograma de desembolso;
II. a meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no plano plurianual de investimentos;
III. seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
IV. possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
V. sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes.

Seção V
Das Despesas com Novos Projetos

Artigo 22 - O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas as despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

CAPÍTULO VI
Dos Repasses à Instituições Públicas e Privadas

Artigo 23 – Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o exercício de 2020, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários à instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a titulo de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e ainda, aos dispositivos seguintes:
I. que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de esportes, de assistência social, saúde e educação, e estejam registradas nos órgãos competentes;
II. que possua lei específica para autorização da subvenção;
III. que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, se houver, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subseqüente, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do Parágrafo Único, do artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;
IV. que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
V. que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 31 de dezembro de 2019;
VI. que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o FGTS, conforme artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e perante aos Débitos Trabalhistas, a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município, a Fazenda Estadual e a Fazenda Federal; e
VII. não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

CAPÍTULO VII
Do Convênio com a Segurança Pública e Outras áreas essenciais

Artigo 24 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e parcerias com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, sendo o ente municipal o órgão beneficiado pela ação e/ou pelos possíveis repasses financeiros conveniados, visando o reforço da segurança pública.
Parágrafo Único – Também fica autorizada, a celebração de outros convênios e/ou parcerias, com outros órgãos públicos, visando ações em áreas essenciais da estrutura pública, tais como: educação, saúde, assistência social e agricultura.

CAPÍTULO VIII
Dos Créditos Adicionais

Artigo 25 - Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.
Parágrafo Único - Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma de "caput" deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:
I. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
II. os provenientes do excesso de arrecadação;
III. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
IV. os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federal e estadual; e
V. o produto de operações de crédito autorizadas por lei especifica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Artigo 26 - As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couber, as informações necessárias para esclarecimentos dos dados orçamentários pleiteados.

Artigo 27 - As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento serão apresentadas com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Artigo 28 - Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2019, poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.
Parágrafo Único - Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do "caput" deste artigo, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2019, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, de Constituição Federal.

Artigo 29 - O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá receber e despachar com a Chefia do Gabinete do Prefeito, os pedidos de abertura de novos créditos adicionais, em até 30 (trinta) dias do recebimento do pedido.

CAPÍTULO IX
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização
SEÇÃO I
Do Cumprimento das Metas Fiscais

Artigo 30 - O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais anualmente.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Artigo 31 - Se verificado ao final do semestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subseqüentes, limitações de empenho e movimentação financeira.
Parágrafo Único - A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no “caput”, será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Artigo 32 - Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO X
Das Vedações

Artigo 33 - Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Artigo 34 - É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito publico ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.
Parágrafo Único – Além da vedação definida no "caput", não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:
I – atividades e propagandas político-partidárias;
II – objetivos ou campanhas estranhas as atribuições legais do Poder Executivo;
III – obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
IV – auxílios a entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO XI
Das Dívidas
SEÇÃO ÚNICA
Da Dívida Fundada Interna
SUB-SEÇÃO I
Dos Precatórios

Artigo 35 - Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2020, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciárias, incluindo as despesas com precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.
Parágrafo Único - Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2019, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2020, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).

SUB-SEÇÃO II
Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Artigo 36 - O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da dívida fundada interna.

CAPITULO XII
Do Plano Plurianual

Artigo 37 - Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2020, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

Artigo 38 - Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2020.

Artigo 39 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir novos projetos na Lei Municipal que trata do plano plurianual de investimentos para o quadriênio 2017/2020.

Artigo 40 – Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das metas e prioridades para 2020, constantes no Plano Plurianual de Investimentos, fica o Executivo Municipal autorizado a promover por decreto, as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

CAPITULO XIII
Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 41 - A proposta orçamentária para o exercício de 2020 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.
Parágrafo Único - Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no "caput", o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2019.

Artigo 42 - A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2020, será entregue ao Poder Executivo até 01 de agosto de 2019, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Artigo 43 - Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2020, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até dezembro de 2019, tendo sua publicação ainda nesse exercício.

Artigo 44 - A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:
Poder Executivo, nas audiências públicas realizadas com esse objetivo, ou até 1º de julho de 2019, junto ao Gabinete do Prefeito; e
II. Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único - As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Artigo 45 - A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Artigo 46 - Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção do Executivo Municipal, até 31 de dezembro de 2019, a programação ali constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.
Parágrafo Único – Estão além do limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:
a) pessoal e encargos sociais;
b) pagamento do serviço da dívida;
c) projetos e execuções no ano de 2019 e que perdurem até 2020, ou mais;
d) pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais; e
e) despesas de natureza essencial ao bom funcionamento da estrutura pública municipal.

Artigo 47 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 48 – Revogam-se as disposições em contrário.

Em, 09 de setembro de 2019.

Daniel Gurgel Marinho Fernandes
Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN

ANEXO I - ELENCO DE AÇÕES DE CUSTEIO A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Na área Administrativa
1.1.1 - Promover política de valorização do servidor público municipal;
1.1.2 - Desenvolver programas de capacitação, treinamento e reciclagem do servidor, bem como a nomeação dos candidatos aprovados no concurso realizado;
1.1.3 - Otimizar os serviços de informatização;
1.1.4 - Modernizar a administração municipal;
1.1.5 - Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático;

1.2 – Nas áreas de Planejamento e Finanças
1.2.1- Viabilizar as atribuições da área de planejamento;
1.2.2 - Implantar ferramentas e procedimentos para controle orçamentário de receitas e despesas, inclusive reserva financeira para contrapartidas dos projetos contemplados no SICONV e futuros convênios em tramitação;
1.2.3 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores;
1.2.4 - Racionalizar os gastos do município;
1.2.5 – Estimular as receitas do município;

1.3 Nas áreas de Meio Ambiente e Urbanismo
1.3.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
1.3.2 - Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
1.3.3 - Recuperar e limpar rios e lagoas;
1.3.4 - Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
1.3.5 - Implantar programas de gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
1.3.6 - Implantar projetos ambientais nas áreas do município;
1.3.7 - Desenvolver programas de educação ambiental;
1.3.8 - Intensificar a fiscalização urbanística e ambiental;
1.3.9 – Fiscalizar o serviço de coleta de resíduos sólidos;

1.4 - Na área da Educação
1.4.1 – Manter a integração das creches e pré-escola ao sistema municipal de ensino;
1.4.2 - Manter o programa de alimentação escolar, com excelência;
1.4.3 - Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
1.4.4 - Desenvolver programas educativos sobre combate às drogas, meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
1.4.5 – Desenvolver o Programa de Transporte Escolar, seja com apoio do Governo Estadual e/ou Federal, e através de veículos adequados;
1.4.6 - Estimular a prática esportiva nas escolas;
1.4.7 - Promover programas de capacitação, gestão administrativa e treinamento profissional dos servidores da educação;
1.4.8 - Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
1.4.9 - Promover programas de redução da repetência e da evasão escolar;
1.4.10 - Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental;
1.4.11 - Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares;
1.4.12 – Manter a avaliação de desempenho do magistério;
1.4.13 – Manter a informática a disposição da classe estudantil e sua família;
1.4.14 - Estimular a Educação Integral no nível infantil, Pro-infância e Ensino Fundamental-Programa Mais Educação;
1.4.15 – Estimular a gestão plena administrativa na educação;
1.4.16 – Construção de novas escolas;

1.5 - Nas áreas de Trânsito e Transportes
1.5.1 - Promover a implementação da infraestrutura das estradas vicinais do município;
1.5.2 - Manter e recuperar a frota municipal, inclusive alienando os bens inservíveis
1.5.3 - Fiscalizar o sistema de iluminação pública, viabilizando sua manutenção e sua ampliação;
1.5.4 - Arborizar e reurbanizar as ruas do município;
1.5.5 – Abrir novas ruas e logradouros, quando necessário, visando a ampliação dos limites urbanos;

1.5.6 – Manter a malha viária em boa condição de tráfego, em especial com a recuperação de bueiros nas estradas vicinais;
1.5.7 – Reformar os abrigos rodoviários existentes e instalar novos abrigos;
1.5.8 - Promover a sinalização das ruas;
1.5.9 – Manter as áreas residenciais e comerciais saneadas, inclusive com a substituição de canos e a construção de novas caixas coletoras;
1.5.10 - Manter o sistema de esgotamento sanitário e de fossas sépticas em prédios públicos;
1.5.11 – Manter as unidades administrativas necessárias à gestão municipal, bem como os equipamentos públicos de uso comum;

1.6 – Na área de Desenvolvimento Rural
1.6.1 – Prover o pequeno agricultor e pescador com materiais e utensílios de trabalhos;
1.6.2 – Ofertar veículos agrícolas para o corte e preparo de terras de pequenos agricultores;
1.6.3 – Recuperar e construir barreiros em terras de pequenos agricultores;
1.6.4 – Garantir a safra da agricultura familiar, destinando parte dela à alimentação escolar;
1.6.5 – Recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola;

1.7 - Nas áreas de Cultura e Turismo
1.7.1 – Restaurar, recuperar e construir espaços/equipamentos culturais e turísticos;
1.7.2 - Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato locais;
1.7.3 – Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural do município;
1.7.4 – Manter e equipar a banda de música municipal;
1.7.5 – Incentivar a criação e manutenção do coral municipal.
1.7.6 – Implantar ações que visem à capacitação de guias mirins;
1.7.7 – Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o turismo;
1.7.8 – Promover campanhas educativas voltadas ao turismo;
1.7.9 – Criar o balcão de informação turística nos principais pontos turísticos municipais.
1.7.10 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços culturais;
1.8 – Na área Fazendária
1.8.1 - Modernizar os sistemas de arrecadação e tributação do município;
1.8.2 – Implementar meios de arrecadação e execução da dívida ativa municipal;
1.8.3 - Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores;
1.8.4 - Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte da responsabilidade social com o pagamento do IPTU;
1.8.5 - Diminuir os níveis de inadimplência;

1.9 – Na área do Esporte e Lazer
1.9.1 – Restaurar e recuperar espaços/equipamentos esportivos e de lazer;
1.9.2 - Implantar projetos esportivos e de lazer, sobretudo a valorização do esporte amador;
1.9.3 – Pleitear convênios de parcerias com órgãos estaduais e federais que fomentem o esporte;
1.9.4 – Promover campanhas educativas voltadas ao esporte;
1.9.5 - Apoiar a prática esportiva comunitária;
1.9.6 - Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos;
1.9.7 - Manter e recuperar quadras de esportes e ginásio poliesportivo;

1.10 – Na área da Chefia Central, através do Gabinete Civil
1.10.1 – Manter e estruturar o Gabinete do Prefeito;
1.10.2 – Manter as ações da Controladoria Municipal;
1.10.3 – Manter as ações da Procuradoria Municipal;

1.11 – Na área de Obras
1.11.1 – Planejar os próximos investimentos, providenciando os respectivos projetos básico e executivo, com as especificações técnicas de cada empreendimento;
1.11.2 – Manter revitalizada a estrutura dos prédios já existentes;
1.11.3 – Garantir a manutenção dos prédios já existentes;

1.2 - Na área da Habitação
1.2.1 - Incentivar políticas de Habitação;
1.2.2 - Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda;
1.2.3 – Construção de habitação de interesse social.

1.3 - Na área do Emprego
1.3.1 - Apoio a comunidade com a criação de cursos de artesanato, bem como encontrando espaços para escoamento da produção;
1.3.2 - Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda, em especial aos programas de apoio aos artesãos local;

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NAS UNIDADES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

2.1 – Na área da Saúde
2.1.1 - Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
2.1.2 - Dar continuidade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
2.1.3 - Promover ações básicas de saúde;
2.1.4 - Promover campanhas de combate e controle as epidemias e endemias;
2.1.5 - Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
2.1.6 - Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
2.1.7 - Manter e recuperar a frota vincula à política pública de saúde;
2.1.8 - Garantir as condições materiais para os grupos de apoio a saúde da criança, do adolescente, do deficiente físico, da mulher e do idoso;
2.1.9 - Ampliar a assistência médica, através da Estratégia Saúde na Família;
2.1.10 - Ampliar a assistência odontológica, através da Estratégia Saúde Bucal;

2.1.11 – Manter as ações do programa de Agentes Comunitários de Saúde e combate às Endemias;
2.1.12 – Incentivar o programa de assistência à mulher e ao homem;
2.1.13 - Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência;
2.1.14 – Manter e reformar os postos e unidades básicas de saúde;
2.1.15 – Implantar o PIUBS/Programa de Informações de Unidade Básica de Saúde;
2.1.16 - Construção de unidades básicas de saúde no município.

2.2 – Na área da Assistência Social
2.2.1 – Apoiar as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;
2.2.2 - Promover educação profissional para população;
2.2.3 - Implantar os projetos sociais pertinentes à pasta;
2.2.4 – Manutenção e Ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV para idosos, crianças e adolescentes, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
2.2.5 – Manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
2.2.6 – Manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional à criança e ao adolescente em situação de violência e risco social;
2.2.7 – Manutenção das ações do Cadastro Único e do Bolsa Família;
2.2.8 – Manutenção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
2.2.9 – Manutenção dos Programas Primeira Infância e Benefício de Prestação Continuada (BPC); 2.2.10 – Manutenção das ações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
2.2.11 – Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
2.2.12 – Manutenção do Fundo para Infância e Adolescência (FIA);
2.2.13 – Manutenção e reforma dos prédios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
2.2.14 – Implantar o programa de doação de cestas básicas às famílias com risco social;

Em, 09 de setembro de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN

ANEXO II - DAS DESPESAS DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO

I – ORÇAMENTO FISCAL NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO:

1.1 – Na área da Administração
1.1.1 - Ampliar o sistema de informatização do município;
1.1.2 **–** Ampliar e equipar os serviços das unidades administrativas;
1.1.3 – Incentivar, patrocinar e promover cursos que visem a capacitação e reciclagem do servidor público;
1.1.4 – Adquirir novos imóveis;

1.2 - Nas áreas do Meio Ambiente e Urbanismo
1.2.1 - Implantar redes de drenagem em áreas críticas;
1.2.2 - Edificar e estruturar áreas para tratamento de resíduos sólidos e líquidos;
1.2.3 - Construir unidades sanitárias nas áreas urbana e rural do município;
1.2.4 – Construir estação de transbordo de resíduos sólidos;
1.2.5 – Edificar e estruturar sistemas integrados de oferta de recursos hídricos;
1.2.6 – Ampliar sistemas de abastecimento de água potável;
1.2.7 – Efetuar a dragagem dos rios;
1.2.8 – Efetuar a limpeza pública, seja diretamente ou indiretamente;

1.3 - Na área da Educação
1.3.1 – Recuperar, ampliar e equipar a rede municipal do sistema de ensino;
1.3.2 – Construção de novas escolas;
1.3.3 – Aquisição de novas unidades de transporte escolar;
1.3.4 – Edificar e estruturar áreas de prática esportiva;
1.3.5 – Construir e equipar cozinhas, refeitórios e câmaras frigoríficas em escolas;
1.3.6 – Construir acessibilidade nas escolas;
1.3.7 – Atualização dos projetos arquitetônicos e complementares das escolas municipais.

1.4 - Nas áreas da Cultura e Turismo
1.4.1 – Aquisição de instrumentos musicais para os programas com jovens;
1.4.2 – Criar e equipar o coral municipal;
1.4.3 – Construir equipamentos que visem o desenvolvimento do turismo e do lazer.

1.5 - Nas áreas dos Transportes e Trânsito
1.5.1 – Adquirir equipamentos/máquinas para efetuar o melhoramento das estradas do município;
1.5.2 – Adquirir veículos para equipar a frota municipal;
1.5.3 – Instalar novos abrigos rodoviários;
1.5.4 – Efetuar a pavimentação e urbanização das ruas do município;

1.6 - Nas áreas do Trabalho e Habitação
1.6.1 – Edificar novas unidades de habitação popular;
1.6.2 – Adquirir novas áreas urbanas de terrenos para programas de habitação popular;

1.7 – Na área do Desenvolvimento Rural
1.7.1 – Adquirir equipamentos e máquinas que propiciem assistência ao pequeno agricultor e ao pescador;
1.7.2 - Construir barreiros em terras de pequenos agricultores;
1.7.3 – Construir e instalar poços artesianos na zona rural;
1.7.4 – Construção de reservatório de água nas comunidades rurais;

1.8 – Nas áreas do Esporte e Lazer
1.8.1 – Construir quadras e espaços com equipamentos esportivos;
1.8.2 – Construir os vestiários e alambrados nas quadras de esportes do município;
1.8.3 – Ampliação do estádio de futebol;
1.8.4 – Instalação de academias para a terceira idade;
1.8.5 – Construção der uma área de lazer para atividades desportivas diversas;

1.9 – Nas áreas de Obras e Serviços Públicos
1.9.1 – Ampliar o sistema de iluminação pública;
1.9.2 – Ampliar os cemitérios públicos;
1.9.3 – Construir o mercado público e a nova rodoviária;
1.9.4 – Construir e reformar praças públicas;
1.9.5 – Construir as novas unidades necessárias à administração do município, bem como os equipamentos públicos de uso comum;
1.9.6 – Pavimentar ruas das comunidades do município;

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 - Na área da Saúde
2.1.1 – Adquirir veículos e equipamentos do sistema de saúde pública, em especial ambulâncias;
2.1.2 – Ampliar o sistema de saúde pública local;
2.1.3 – Instalar academias de terceira idade em comunidades urbanas e rurais;
2.1.4 – Construir e instalar pontos de apoio ao atendimento à saúde;
2.1.5 – Aquisição de veículo com capacidade para 7 lugares, no mínimo, para transporte de pacientes;
2.1.6 – Melhorar as instalações físicas das UBS municipais;
2.1.7 – Ampliação e reforma das UBS, conforme a necessidade;

2.2 - Na área da Assistência Social
2.2.1 – Construção da sede do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
2.2.2 – Aquisição de equipamentos para as unidades da assistência social, inclusive para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
2.2.3 – Equipar e reformar as Unidades Básicas de Assistência;
2.2.4 – Aquisição de veículo para a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Em, 09 de setembro de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN

ANEXO III – ANEXO DAS METAS FISCAIS

As receitas e despesas realizadas ao longo dos dois anos anteriores, bem como a previsão para os três próximos, destacando os números atingidos, quanto as receitas e despesas anuais, e os níveis que atingirão nos próximos períodos:
R$ 1.000,00

Discriminação	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas Totais	56.473	68.113	77.000	81.000	86.000	92.000
Despesas Totais	-56.164	-63.397	76.000	80.500	85.400	91.200
Superávit/Déficit	309	4.716	1.000	500	600	800

A avaliação das receitas previstas em relação às efetivamente arrecadadas, no exercício de 2018, nos permite afirmar que, mesmo sendo superavitária em relação ao ano anterior, elas foram deficitárias quando comparadas às previsões, registrando frustração na ordem de R$ 6.047.322,00, o que nos força a rever as previsões contidas nesta Lei, para o ano de 2020 em diante.
Em relação a esses números, destacando as despesas realizadas no ano de 2018, vimos que os motivos para sua elevação, em especial a de custeio, foi a manutenção da estrutura administrativa municipal, que no exercício de 2018, em relação ao ano anterior, foi representativa.
Outra despesa também muito representativa foi a despesa com pessoal. Isso é provocado, eminentemente, pelas elevações do salário mínimo nacional e do piso salarial do magistério, que forçam a administração pública a destinar maior parte dos seus recursos à despesa com salários e encargos sociais.

Vejamos quanto representou as despesas realizadas por sua categoria, em relação ao total da despesa realizada no exercício.
R$ 1,00

Discriminação	Realizada/R$	Percentual %
Pessoal e Encargos Sociais	37.249.933,74	58,75
Outras Despesas Correntes	21.186.040,64	33,41
Juros da Dívida	54.097,08	0,09
Investimentos	3.496.153,69	5,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortizações da Dívida	1.411.374,33	2,23
Total	63.397.599,48	100,00%
Receita Arrecadada	68.113.933,44	-
Superávit/Déficit	4.716.333,96	-

Já em relação à base de cálculo definida pela Lei da Responsabilidade Fiscal, a Receita Corrente Líquida apurada nos últimos 12 meses, vimos que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo alcançaram 46,37%, sendo 43,75% no Poder Executivo e 2,62% no Poder Legislativo. Vejamos o demonstrativo abaixo.

Receita Corrente	65.619.043,33	100%
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais	37.249.933,74	-
(-) 3190.91 – Sentenças Judiciais	-5.506.819,85	-
(-) 3190.92 – Despesas de Exercícios Anteriores	-1.307.323,86	-
(-) 3190.94 – Restituições e Indenizações Trabalhistas	-7.667,15	-
Despesa líquida com pessoal	30.428.122,88	46,37%
Despesa com Pessoal – Poder Executivo	28.707.834,30	43,75%
Despesa com Pessoal – Poder Legislativo	1.720.288,58	2,62%

Em relação a meta fiscal prevista para os anos de 2020, 2021 e 2022, nas despesas públicas, adotando o resultado fiscal demonstrado ao final do ano de 2018, temos os seguintes patamares:

R$ 1.000,00

Discriminação	Realizada em 2018/R$	A ser realizada em 2019/R$	A ser realizada em 2020/R$	A ser realizada em 2021/R$	A ser realizada em 2022/R$
Despesa de Custeio	58.489	69.100	73.150	77.550	83.000
Pessoal e Enc. Sociais	37.249	43.000	45.000	47.350	50.750
Out. Desp. Correntes	21.186	26.000	28.000	30.000	32.000
Juros da Dívida	54	100	150	200	250
Despesa de Capital	4.907	6.900	7.350	7.850	8.200
Investimentos	3.496	4.500	4.800	5.050	5.300
Inversões Financeiras	0	500	550	650	700
Amortizações Dívida	1.411	1.900	2.000	2.150	2.200
Total	63.397	76.000	80.500	85.400	91.200

Avaliando as despesas realizadas no ano de 2018 e as projetadas para os anos seguintes, podemos concluir que o município deverá:
- reduzir as despesas de custeio, em especial os gastos com pessoal e encargos sociais, para que possa se manter o patamar atual;
- embora haja sinalização do crescimento da despesa com investimentos, essa deverá ser objeto de priorização, para permitir avanços na estrutura física municipal e na qualidade de vida dos nossos munícipes. Para isso, o ente deverá buscar recursos federais e estaduais; e
- manter equilíbrio nas despesas de amortização com a dívida fundada pública.

No aspecto da previsão das receitas para os anos seguintes é importante destacar que obedecemos as diretrizes nacionais, quando adotamos números estimados para o PIB Nacional a ser registrado em 2019 e previsão para o ano de 2020, adotando a variação do índice apurado para as transferências constitucionais oriundas do ICMS e FPM (principais receitas), a tendência do mercado para novos nichos de investimentos, a situação fiscal da União e do Estado do Rio Grande do Norte para que possam implementar mecanismos de arrecadações extras aos entes públicos municipais, como a repatriação de valores presentes no exterior, que ocorreu no ano de 2016 e que haja programações para novas transferências o exercício que se iniciará; enfim, um quadro fiscal mais satisfatório que nos permita estimar receitas justas com a garantia do pagamento das despesas de custeio e investimentos.

No que se referem aos resultados nominal e primário, e as dívidas públicas de curto prazo e fundada para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, teremos as seguintes metas demonstrados a seguir.
R$ 1,00

Resultados e Previsões	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado Nominal	13.598.574	13.150.000	12.750.000	12.200.000	11.650.000
Resultado Primário	6.925.695	6.600.000	6.100.000	5.700.000	5.150.000
Dívida Curto Prazo	1.316.224	800.000	700.000	600.000	500.000
Dívida Pública Fundada	11.875.988	11.500.000	11.000.000	10.600.000	10.200.000

Avaliando essas metas alcançadas quanto ao Resultado Nominal e ao Resultado Primário, e as projeções para o futuro próximo, podemos concluir que as despesas do ente público devem permanecer no patamar atual, mantendo o equilíbrio fiscal do ente. Já a dívida de longo prazo, que é a dívida fundada, houve redução relevante quando comparada com a do ano anterior, o que prova a atenção da gestão em sanar suas obrigações.

ANEXO IV – ANEXO DAS METAS FISCAIS ANUAIS

R$ 1,00

Especificação	2017/R$	2018/R$	2019/R$	2020/R$	2021/R$
Receitas totais	56.164.153	68.113.933	77.000.000	81.000.000	86.000.000
Despesas totais	-56.473.104	-63.397.599	-76.000.000	-80.500.000	-85.400.000
Superávit/Déficit	-308.950	4.716.333	1.000.000	500.000	600.000

Avaliando as metas fiscais dos dois últimos exercícios, percebe-se que o município apresentou um quadro fiscal ao final do exercício de 2018 bem mais favorável que no ano de 2017, pois elevou sua receita em R$ 11.949.200,00 e sua despesa apenas foi acrescida em R$ 6.924.000,00. Isso foi objeto da redução da estrutura da máquina administrativa, para que pudéssemos atender aos limites fiscais exigidos pela LRF. A projeção para os próximos anos é que haja um maior equilíbrio entre as receitas e as despesas, já que atingimos patamar na despesa pública, que não mais poderá ser reduzida.

ANEXO V – AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ 1,00

Evolução do Patrimnio Líquido	2017/R$	2018/R$
Patrimônio Líquido	R$ 64.210.548	R$ 77.278.043

Avaliando esse resultado, se percebe que o PL foi ampliado e isso em virtude do crescimento dos ativos financeiro e não circulante.

ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E AVALIAÇÃO DE ATIVOS

R$ 1,00

Ativo Permanente em 2018	ORIGEM	APLICAÇÃO	VALOR/R$
Bens Móveis	Alienação	Despesas de Capital	0,00
Bens Imóveis	Alienação	Despesas de Capital	0,00

Avaliando essa apuração, constatamos que não houve alienação de ativos do patrimônio doente público municipal, ao longo do ano de 2018.

ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITAS

R$ 1,00

Tributos	Valor Renunciado	Valor Compensado
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano		
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	**NADA A DECLARAR**	
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte		

Embora ocorra incentivos para que haja instalações de novas empresas em nossa cidade, não houve renuncias de receitas pelo ente público municipal.

ANEXO VIII – ANEXO DOS RISCOS FISCAIS

O estudo na LDO não está resumido à previsão de gastos e receitas compatíveis entre si, estendendo-se ao exercício da identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas quando da elaboração orçamentária.

Com as principais receitas, o FPM e o ICMS, que foram projetadas a partir de indicadores relacionados com o crescimento econômico nacional e estadual, respectivamente, já que esses valores advêm dos governos federal e estadual, é evidente que a não confirmação desses indicadores significa desequilíbrio na situação fiscal municipal, já que as despesas por serem na sua maioria, fixas, não conta com receitas fixas, o que impede a sua programação, o melhor uso e o equilíbrio fiscal desejado.

No que se referem as situações que podem causar ganhos ou perdas de receitas, podemos destacar aquelas:
a) implantação de REFIS, tanto no âmbito federal, como estadual, vimos que as receitas oriundas de transferências constitucionais poderão ser ampliadas;
b) a tendência em 2020 é que haja mais estabilização das taxas anuais de juros, que atualmente atingem o patamar de 6,5% (meta definida pelo Comitê de Política Monetária/COPOM – 20.03.2019), e com viés de redução, havendo estimativa de que até dezembro de 2019, esse patamar atinja 5%. Isso provocará aquecimento na atividade econômica, e consequentemente, gerando maiores arrecadações;
c) aumento da variação cambial, que atualmente fixa o dólar em R$ 3,93 (cotação de 29.04.2019), acarretando o aumento nos preços de importados e derivados de petróleo, influenciando de forma positiva a segunda arrecadação local, o ICMS, pois teremos mais dólares ingressando em nossa economia. Com o valor do real em baixa, as economias estrangeiras veem essa redução como incentivo de investimento no Brasil, acarretando a entrada de dinheiro estrangeiro;
d) possíveis campanhas visando o incremento na arrecadação do IPTU e a dívida ativa;
e) o surgimento de passivos contingentes, que se tratam de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, como a de processos judiciais que envolvem o município. Destacamos os precatórios trabalhistas e ao INSS.

ANEXO IX – DEMONSTRATIVO SOBRE RECEITAS E DESPESAS DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E OUTROS BENEFÍCIOS

R$ 1,00

Tributos	Receitas	Despesas
Iss/Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		
Iptu/Imposto Predial e Territorial Urbano	**NADA A DECLARAR**	
Itbi/Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis		
Irrf/Imposto sobre a Renda retido na Fonte		

Em, 09 de setembro de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:086E225F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
DECRETO Nº 007/2019

Decreto Nº. 007/2019 Riacho da Cruz/ RN, 1 de julho de 2019.

Decreta Alteração de SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA da Despesa, na Lei Orçamentária Anual N.º 416/2018 para reforço orçamentário nas despesas do corrente exercício e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Riacho da Cruz/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado que os recursos necessários à cobertura dos presentes elementos de despesas serão obtidos através de anulação de dotações Orçamentárias existentes na Lei N.º 416/2018 e serão regulamentados através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Riacho da Cruz/RN, 1 de julho de 2019.

MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES
Prefeita Municipal

ANEXO
RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIA

Suplementação					
Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa					
2 - Prefeitura de Riacho da Cruz					
	3001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
		2.13- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO			
			72 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 1	R$ 5.000,00
			73 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 1	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 10.000,00
	4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
		2.23 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
			105 - 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	Fonte: 1	R$ 30.000,00
Total da Ação:					R$ 30.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 30.000,00
	5001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
		2.27- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA			
			114 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 1	R$ 40.000,00
Total da Ação:					R$ 40.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 40.000,00
	7001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO				
		2.105- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO			
			327 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 1	R$ 30.000,00
Total da Ação:					R$ 30.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 30.000,00
	12001- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE				
		2.90 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA COLETA SELETIVA			
			573 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 1	R$ 20.000,00
			575 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 1	R$ 15.000,00
Total da Ação:					R$ 35.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 35.000,00
4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
	1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
		2.35 - APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS/CULTURAIS			
			253 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 1	R$ 23.000,00
Total da Ação:					R$ 23.000,00
		2.68 - MANUTENÇÃO DE CRECHES			
			195 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 1015	R$ 7.399,71
Total da Ação:					R$ 7.399,71
		2.77- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAEF - PNAEC - PNAEP- PNAEEJA			
			245 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte:	R$

				1015	10.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 40.399,71
8 - Fundo Municipal de Saúde de Riacho da Cruz					
	8001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO				
		1.12- CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE			
			577 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 7	R$ 180.000,00
Total da Ação:					R$ 180.000,00
		1.41- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR			
			40 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 7	R$ 35.000,00
Total da Ação:					R$ 35.000,00
		2.107- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO			
			19 - 3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	Fonte: 3	R$ 3.500,00
			20 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 3	R$ 60.000,00
			28 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 3	R$ 9.000,00
Total da Ação:					R$ 72.500,00
		2.111- MANUTENÇÃO DO PAB			
			174 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 203	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		2.112- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PACS			
			190 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 203	R$ 60.000,00
Total da Ação:					R$ 60.000,00
		2.31- MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA			
			97 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 3	R$ 20.000,00
Total da Ação:					R$ 20.000,00
		2.32 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
			127 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 203	R$ 12.000,00
Total da Ação:					R$ 12.000,00
		2.37 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA HOSPITALAR			
			149 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 3	R$ 20.000,00
			152 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 3	R$ 20.000,00
Total da Ação:					R$ 40.000,00
		2.40 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ENDEMIAS			
			279 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 203	R$ 3.000,00
Total da Ação:					R$ 3.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 427.500,00
Redução					
2- Prefeitura de Riacho da Cruz					
	3001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
		1.4 - AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO			
			64 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e	Fonte:	R$ 5.000,00
			Material Permanente	1	
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		2.13- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO			
			65 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 1	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		2.20 - LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE			
			87 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 1	R$ 10.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 20.000,00
	4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				
		2.23 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
			103 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 1	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 5.000,00
	5001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
		1.10 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS			
			131 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 1	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00

		1.23 - CONTRUÇÃO DE BARRAGEM SUBMERSA			
			110 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 1	R$ 15.000,00
Total da Ação:					R$ 15.000,00
		1.3 - CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA			
			129 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 1	R$ 10.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
		2.27- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA			
			121 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 1	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		2.34 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'AGUA			
			155 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 1	R$ 15.000,00
Total da Ação:					R$ 15.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 50.000,00
	7001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO				
		1.16 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS			
			336 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 1	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		1.20 - AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA EILUMINAÇÃO PÚBLICA			
			337 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 1	R$ 5.000,00
			338 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 1	R$ 5.000,00
			339 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 1	R$ 15.000,00
Total da Ação:					R$ 25.000,00
		1.33 - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO			
			356 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 1	R$ 10.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
		1.34- CONSTRUÇÃO DE REC. DE CALÇAMENTO E PASSAGENS MOLHADAS			BUEIROS,
			357 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 1	R$ 20.000,00
Total da Ação:					R$ 20.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 60.000,00
	10001- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES				
		2.81 - MELHORIA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS			
			367 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 1	R$ 10.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 10.000,00
4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
	1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA				
		1.46- CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS PÚBLICAS			
			512 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 2	R$ 28.399,71
Total da Ação:					R$ 28.399,71
		2.119- AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO E EQUIPAMENTO			
			231 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 1015	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		2.68 - MANUTENÇÃO DE CRECHES			
			199 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 1015	R$ 2.000,00
Total da Ação:					R$ 2.000,00
		2.80 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR			
			240 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 1015	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 40.399,71
8 - Fundo Municipal de Saúde de Riacho da Cruz					
	8001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO				
		1.12- CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE			
			309 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 3	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		1.13- AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
			310 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 7	R$ 280.000,00
			Total da Ação:		R$ 280.000,00

		1.41- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR			
			39 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e	Fonte:	R$ 4.000,00
			Material Permanente	3	
Total da Ação:					R$ 4.000,00
		2.10 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AIH -			SUS
			79 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 3	R$ 900,00
			81 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 3	R$ 900,00
			83 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 3	R$ 800,00
Total da Ação:					R$ 2.600,00
		2.107- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO			
			22 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 3	R$ 3.500,00
			24 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	Fonte: 3	R$ 1.900,00
Total da Ação:					R$ 5.400,00
		2.113- MANUTENÇÃO DO CONSORCIO PÚBLICO			
		ATERRO SANITÁRIO			
			315 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 3	R$ 4.000,00
Total da Ação:					R$ 4.000,00
		2.132- AÇÕES VOLTADAS PARA ATENDIMENTO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC			
			543 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 203	R$ 4.000,00
			544 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 203	R$ 4.000,00
Total da Ação:					R$ 8.000,00
		2.32 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
			133 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 203	R$ 4.000,00
			135 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 203	R$ 6.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
		2.37 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA HOSPITALAR			
			561 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 204	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		2.38 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
			261 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 203	R$ 10.000,00
			266 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 203	R$ 4.000,00
			271 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 203	R$ 4.000,00
Total da Ação:					R$ 18.000,00
		2.40 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ENDEMIAS			
			282 - 3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	Fonte: 203	R$ 4.000,00
			303 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 203	R$ 4.000,00
			304 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 203	R$ 6.000,00
			305 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 203	R$ 9.000,00
Total da Ação:					R$ 23.000,00
		2.8 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PSF E AUMENTO DA COBERTURA			
			46 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 203	R$ 2.900,00
			48 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 203	R$ 20.000,00
			53 - 3.3.90.14.00 - Diárias – Civil	Fonte: 203	R$ 900,00
			56 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 3	R$ 4.900,00
			60 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 203	R$ 1.900,00
			76 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 203	R$ 1.900,00
Total da Ação:					R$ 32.500,00
Total da Unidade Orçamentária:					R$ 397.500,00
	8002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
		2.121- Manutenção do Núcleo de Apoio a Saúde da Família			
			406 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 203	R$ 10.000,00
Total da Ação:					R$ 10.000,00
		2.134- APOIO A MAN. DOS POLOS DE ACADEMIA DE SAÚDE			
			547 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 203	R$ 5.000,00
Total da Ação:					R$ 5.000,00
		2.135- PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE			
			549 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 203	R$ 5.000,00
			551 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 203	R$ 5.000,00
			554 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte: 203	R$ 5.000,00

Total da Ação:	R$ 15.000,00
Total da Unidade Orçamentária:	R$ 30.000,00

MARIA BERNADETE NUNES RÊGO GOMES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:1DEE427C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E DA ASSISTENCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 0036/2019

A presente publicação, trata da nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
O Prefeito Municipal de Riacho de Santana/RN, *Jessé Nildo Dantas de Freitas*, no uso de suas atribuições constitucionais que lhe confere a legislação em vigor;
CONSIDERANDO a competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;
CONSIDERANDOa Responsabilidade do Poder Público Municipal em executar a Política de Assistência Social e o respectivo Plano Municipal de Assistência Social, nos termos da Norma Operacional Básica - NOBSUAS, conforme a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993,e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, e Lei Municipal 001/2019 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do município de Riacho de Santana/RN e altera a Lei Municipal nº 056 de 15 de Dezembro de 1995, de criação do Fundo Municipal de Assistência Social, adequando-a a nova Lei Orgânica da Assistência Social (Loas-SUAS), Lei Federal de nº 8.742/1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social no país, alterada pela Lei Federal nº 12.435/2011.
Art. 1° - DESIGNA, para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, para o biênio 2019/2021, em conformidade com CAPÍTULO IV – Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do SUAS – e da Seção I – Do Conselho Municipal de Assistência Social –da Lei municipal n° 001/2019, os seguintes membros por meio da Portaria nº 0036/2019, de 28 de fevereiro de 2019

N°	Conselheiro(a)	Representação	Instituição	Situação
01	Fabiana Glézia Cardoso	Sec. Mul. De Assistência Social	Governo	**Titular**
02	Francisca das Chagas Costa	Sec. Mul. De Assistência Social	Governo	Suplente
03	Lênia Maria da Silva	Sec. Mul. De Saúde	Governo	**Titular**
04	Francisco Luan Barboza	Sec. Mul. De Saúde	Governo	Suplente
05	Maria Genciana Fontes da Silva	Sec. Mul. De Educação	Governo	**Titular**
06	Maria Ivanilde da Costa Fernandes	Sec. Mul. De Educação	Governo	Suplente
07	Marta Maria Leite Fernandes	Administração	Governo	**Titular**
08	Rosinéia Maria do Nascimento	Administração	Governo	Suplente
09	Anielle Lidiane Neris de Aquino	Igreja Católica	Sociedade Civil	**Titular**
10	Sandra Cláudia de Freitas Souza	Igreja Católica	Sociedade Civil	Suplente
11	Francisco Elias Pereira	Associações	Sociedade Civil	**Titular**
12	José Vandaécio de Souza	Associações	Sociedade Civil	Suplente
13	Wégina Rodrigues da Silva	Usuários da Política	Sociedade Civil	**Titular**
14	Lucia Maria Leite da Costa	Usuários da Política	Sociedade Civil	Suplente
15	Marcia Rosimere F. do Nascimento	Beneficiários do PBF	Sociedade Civil	**Titular**
16	Maria Rosana de Lima	Beneficiários do PBF	Sociedade Civil	Suplente

Art. 2º. Designar os seguintes membros e suas respectivas representações para compor a mesa diretora deste Conselho, conforme informações abaixo:

MESA DIRETORA				
N°	**Conselheiro(a) Presidente**	**Situação**	**Representação**	**Instituição**
01	Anielle Lidiane Neris de Aquino	**Titular**	Igreja Católica	Sociedade Civil
02	Lênia Maria da Silva	**Titular**	Sec. Mul. De Saúde	Governo
03	Marta Maria Leite Fernandes	**Titular**	Administração	Governo

Parágrafo Único: Ficam convalidados os atos praticados pelos membros ora designados a partir de 28 de fevereiro de 2019

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,
Cumpra-se,
Arquive-se.

Riacho de Santana – RN, 28 de fevereiro de 2018.

JESSÉ NILDO DANTAS DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:01B077B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO N. 10 DO EDITAL N. 01/2018 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE, através da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no inciso o IX, do Art. 37 da Constituição Federal da República, Lei Orgânica Municipal, Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de São Bento do Norte (Lei nº 315, de 20 de dezembro de 1999), Lei de Criação para Cargos Temporários (Lei nº 491, de 05 de março de 2018) e Lei de Contratação de Contratação por Tempo Determinado para atender necessidade temporária de Excepcional Interesse Público Municipal (Lei nº 492, de 05 de março de 2018), Lei nº 513/2019 e o Edital n. 01/2018, do Processo Seletivo Simplificado visando à contratação em caráter temporário, de Profissionais de Nível Superior, Médio e Fundamental, resolve:
CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional Interesse Público da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO que a contratação para os cargos vagos é imprescindível para o funcionamento dos serviços desta municipalidade, e em caráter de urgência;
RESOLVE:
Art. 1ª - Abrir novo prazo de inscrição para o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018, para o preenchimento de vaga de:
*** Dentista- 01 vaga.**
*** Motorista de ambulância – 02 vagas**
Parágrafo primeiro – O prazo para as inscrições será dia **11 e 12 de setembro de 2019**, no horário de 8:00 às 12:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Ursulino Silvestre, 448 – Centro – São Bento do Norte/RN, improrrogável.
Parágrafo segundo – os requisitos e atribuições inerentes ao cargo estão disponíveis no anexo I deste Aditivo.
Art. 2º - Determinar a data de **16/09/2019** para publicação da relação preliminar dos aprovados, **17/09/2019** para apresentação de Recursos na Sede da Prefeitura Municipal, dia **19/09/2019** para publicação da homologação e resultado final de aprovados, e dia **20/09/2019** para apresentação, entrega dos documentos e assinatura do contrato.
Art. 3º - Ficam mantidas as mesmas condições anteriormente estabelecidas no Edital n. 01/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 12/03/2018. Edição 1722 (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/materia/144589C1)

Art. 4º - Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Bento do Norte/RN, 09 de setembro de 2019.

ERIBERTO FREIRE TOMAZ
Presidente da Comissão

AUGUSTO FELIPE CORTEZ MEIRA DE MEDEIROS
Membro da Comissão

PATRÍCIA MORAIS PEIXOTO
Membro da Comissão

KARLIANO CAVALCANTE DA SILVA
Membro da Comissão

FRANCISCO ARAÚJO DE LIMA
Membro da Comissão

ANEXO I
QUADRO DE VAGAS

NÚMERO DE ORDEM	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	ATRIBUIÇÕES/ CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R$)	VAGAS
25	MOTORISTA AMBULÂNCIA	Ensino Fundamental completo + Carteira Nacional de Habilitação cat. D + Comprovação de experiência + Curso de Condução de ambulância + Curso de Primeiros Socorros	Executar tarefas de conduzir veículos da Prefeitura, mediante determinação superior. Vistoriar o veículo diariamente, verificar o estado dos pneus, o nível do combustível, água e óleo, testar os freios e parte elétrica. Zelar pela documentação do veículo e da carga, para apresentá-la às autoridades competentes, quando solicitada. Examinar as ordens de serviços, verificando o itinerário a ser seguido à localização do estabelecimento para onde serão transportados os alunos. Zelar pela segurança dos passageiros. Fazer pequenos reparos de urgência. Manter o veículo limpo, externa e internamente, e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário. Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo. Anotar, segundo normas estabelecidas, a Quilometragem rodada, viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências. Recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado. Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.	R$ R$ 998,00	02
10	DENTISTA ESB	Ensino Superior completo em Odontologia + Registro no conselho de classe	Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população; Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS); Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população; Encaminhar e orientar os usuários que apresentem problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local; Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas; Capacitar às equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal; Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.	R$ 2.500,00	01

TERMO ADITIVO Nº 10 DO EDITAL N. 01/2018 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ANEXO 2

DOCUMENTAÇÕES

1- No ato da entrega da documentação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Uma foto 3X4 (recente).
- Cópia de CPF e RG
- Cópia do Comprovação de quitação com serviço militar, se do gênero masculino.
- Cópia do Título de Eleitor e comprovação de votação na última eleição.
- Cópia do comprovante de residência atualizado.
- Cópia do comprovante de escolaridade.
- Cópia da Carteira de Motorista, categoria exigida para o cargo.
- Cópia dos Diplomas ou Certificados de conclusões de cursos, expedidas por instituições de ensino reconhecida pelo MEC, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação, exigidos para o cargo.
- Certidão de antecedentes criminais estadual (RN).
- Currículo atualizado, ***acompanhado de documentos que comprovam as informações ali constantes, observada a respectiva exigência de autorização legal para expedição dos documentos.***

CRONOGRAMA DO 10 ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

Descrição	**Data**
Publicação do Edital do 10 aditivo ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018	**10/09/2019**
Período de Inscrição	**11 a 12/09/2019**
Homologação e Publicação da relação de classificação preliminar	**16/09/2019**
Prazo para interposição de Recurso	**17/09/19**
Homologação e Publicação da relação final de classificação do Processo Seletivo Simplificado 01/2018.	**19/09/19**
Apresentação da documentação exigida para a contratação. A relação dos documentos exigidos será publicado junto com a homologação do resultado final.	**20/09/19**

OBS: Todos os atos deste cronograma serão publicados Diário Oficial do Município (FEMURN).

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:3BB0F113

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 0209/2019 - PMSF/RN - ANEXO I (RETIFICADO)

Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro - 59.327-000 - São Fernando/ RN					
CNPJ: 08.096.612/0001-31 Fone: (84) 3428.0001 pmsf@bol.com.br			**Usuário:** GILDERLEIDSON	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.saofernando.rn.gov.br				1271-6692-061	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 0209/2019 de 16/07/2019					
Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Fernando					
Órgão Orçamentário: 4000 - Sec. Mun. Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária: 4001 - Sec. Mun. Planejamento e Administração					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 7 - Administração					
Ação: 2.4 - Contriuição a Previdência Social					
Despesa 148 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 10010000 - Recursos Ordinários - 0.1.00					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	170434	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	15.920,00	
Total da Despesa:				15.920,00	0,00
Ação: 2.123 - Inc/Capac. para servidores Municipais					
Despesa 173 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física					
Fonte de recurso: 10010000 - Recursos Ordinários - 0.1.00					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	170435	Redução da Despesa			8.000,00
Total da Despesa:				0,00	8.000,00
Despesa 174 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 10010000 - Recursos Ordinários - 0.1.00					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	170436	Redução da Despesa			7.920,00
Total da Despesa:				0,00	7.920,00
Total da Unidade Orçamentária:				15.920,00	15.920,00
Total do Órgão Orçamentário:				15.920,00	15.920,00
Órgão Orçamentário: 19000 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer					
Unidade Orçamentária: 19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer					
Função: 13 - Cultura					
Subfunção: 392 - Difusão Cultural					
Programa: 48 - Cultura					
Ação: 1.79 - Equip. Mat. Permanente - Cultura e Lazer					
Despesa 212 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente					
Fonte de recurso: 11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - 1.1.01					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	168907	Redução da Despesa			5.000,00

Total da Despesa:				0,00	5.000,00
Ação: 2.22 - Manut. Sev. Culturais, Artísticos e Turis					
Despesa 222 - 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas					
Fonte de recurso: 11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - 1.1.01					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	168906	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	5.000,00	
Total da Despesa:				5.000,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária:				5.000,00	5.000,00
Total do Órgão Orçamentário:				5.000,00	5.000,00
Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de São Fernando					
Órgão Orçamentário: 17000 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento					
Unidade Orçamentária: 17001 - Fundo Municipal de Saúde					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 75 - Saúde					
Ação: 2.46 - Prog. Atenção Básica - PAB Fixo - BLAT. Basic					
Despesa 505 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física					
Fonte de recurso: 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fed					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	80834	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	36.000,00	
16/07/2019	81253	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	30.000,00	
Total da Despesa:				66.000,00	0,00
Ação: 2.100 - Nucleo Apoio Saúde Família - NASF					
Despesa 536 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física					
Fonte de recurso: 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fed					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	80835	Redução da Despesa			15.000,00
16/07/2019	81254	Redução da Despesa			30.000,00
Total da Despesa:				0,00	45.000,00
Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária					
Programa: 75 - Saúde					
Ação: 2.108 - Prog. Vig Sanit. BL Vig. Saúde - FMS					
Despesa 594 - 3.3.90.14.00 - Diárias – Civil					
Fonte de recurso: 12110000 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde - 0.1.02					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	81445	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	300,00	
Total da Despesa:				300,00	0,00
Despesa 596 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 12110000 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde - 0.1.02					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	81446	Redução da Despesa			300,00
Total da Despesa:				0,00	300,00
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica					
Programa: 75 - Saúde					
Ação: 2.10 - Prog. Vig. Epidemiologica - BL Vig Saúde					
Despesa 599 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Fed					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	80836	Redução da Despesa			21.000,00
Total da Despesa:				0,00	21.000,00
Total da Unidade Orçamentária:				66.300,00	66.300,00
Total do Órgão Orçamentário:				66.300,00	66.300,00
Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de São Fernando					
Órgão Orçamentário: 10000 - Sec. Mun. Assistência Social					
Unidade Orçamentária: 10002 - Fundo Mun. Assistência Social					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária					
Programa: 81 - Assistência					
Ação: 2.86 - Manut. Serv. Conviv. Fort. Vinc - SCFV/PBV					
Despesa 73 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - 0.1.					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	22934	Redução da Despesa			9.000,00
Total da Despesa:				0,00	9.000,00
Programa: 94 - Bolsa Família					
Ação: 2.49 - Man. Prog. Indice Gestão Descent. - IGD PBF IGD					
Despesa 98 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - 0.1.					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	22929	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	3.000,00	
Total da Despesa:				3.000,00	0,00
Despesa 102 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - 0.1.					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	22930	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	3.000,00	
Total da Despesa:				3.000,00	0,00
Ação: 2.83 - Programa IGD Suas					
Despesa 108 - 3.3.90.14.00 - Diárias – Civil					
Fonte de recurso: 13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - 0.1.					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/07/2019	22931	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	3.000,00	
Total da Despesa:				3.000,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária:				9.000,00	9.000,00
Total do Órgão Orçamentário:				9.000,00	9.000,00
Total do Fundamento:				96.220,00	96.220,00
Total Geral:				96.220,00	96.220,00

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:01427CD9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 0217/2019 – PMSF/RN - ANEXO I

Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro - 59.327-000 - São Fernando/ RN					
CNPJ: 08.096.612/0001-31 Fone: (84) 3428.0001 pmsf@bol.com.br			**Usuário:** GILDERLEIDSON	**Chave de Autenticação Digital Página**	
http://www.saofernando.rn.gov.br				1145-9500-110 1/1	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 0217/2019 de 09/09/2019					
Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Fernando					
Órgão Orçamentário: 19000 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer					
Unidade Orçamentária: 19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 365 - Educação Infantil					
Programa: 41 - Educação criança de 0 a 6 anos					
Ação: 2.96 - Prog. Alim. Escolar - Ens. Inf - Creche 25%					
Despesa 289 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - 1.1.01					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
09/09/2019	170468	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	10.000,00	
Total da Despesa:				10.000,00	0,00
Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos					
Programa: 49 - Educação Especial					
Ação: 2.98 - Prog.Alimentação Escolar - EJA					
Despesa 314 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - 1.1.01					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
09/09/2019	170469	Redução da Despesa			4.000,00
Total da Despesa:				0,00	4.000,00
Função: 13 - Cultura					
Subfunção: 392 - Difusão Cultural					
Programa: 48 - Cultura					
Ação: 2.22 - Manut. Sev. Culturais, Artísticos e Turis					
Despesa 220 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física					
Fonte de recurso: 11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - 1.1.01					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
09/09/2019	170470	Redução da Despesa			6.000,00
Total da Despesa:				0,00	6.000,00
Total da Unidade Orçamentária:				10.000,00	10.000,00
Total do Órgão Orçamentário:				10.000,00	10.000,00
Total do Fundamento:				10.000,00	10.000,00
Total Geral:				10.000,00	10.000,00

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:541295EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

COMISSÃO DE PREGÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2019

Após analise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente pregão**,**adjudicoas empresas vencedoras conforme indicado abaixo:
Resultado da Adjudicação

Item:	0001
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/MOSSORÓ. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	1.440
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	64.800,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0001a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/MOSSORÓ. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	480
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	21.600,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas

Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0002
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO MOSSORÓ/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	1.440
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	64.800,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0002a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO MOSSORÓ/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	480
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	21.600,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0003a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/NATAL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Segunda, Quarta e Sexta
Quantidade:	750
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	78.750,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0003
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/NATAL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Segunda, Quarta e Sexta
Quantidade:	2.250
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	236.250,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0004
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO NATAL/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Terça, Quinta, Sábado
Quantidade:	2.250
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	236.250,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0004a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO NATAL/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Terça, Quinta, Sábado
Quantidade:	750
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	78.750,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	19.904.459/0001-48 CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0005
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/FORTALEZA. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Fortaleza/CE. Cronograma de viagens: Segunda e Quinta
Quantidade:	240
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	73,8000

Valor Final:	70,0000
Valor Total:	16.800,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	33.172.246/0001-08 DAMIAO DAGNALDO DA SILVA
Marca:	UNIÃO TRANSPORTE

Item:	0006
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO FORTALEZA/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Fortaleza/CE. Cronograma de viagens: Terça e Sexta
Quantidade:	240
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	73,8000
Valor Final:	70,0000
Valor Total:	16.800,0000
Adjudicado em :	09/09/2019 - 08:11:57
Adjudicado Por:	Antonio Marcos de Freitas
Nome da Empresa:	33.172.246/0001-08 DAMIAO DAGNALDO DA SILVA
Marca:	UNIÃO TRANSPORTE

ANTONIO MARCOS DE FREITAS
Pregoeiro

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Autoridade Competente (Ordenador)

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:B6DE9BF6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2019

Tendo em vista a decisão proferida pelo parecer favorável da Procuradoria Geral do Município, **HOMOLOGO**, nesta data, a referida decisão constante da ata anexa considerando, para cada empresa vencedora, conforme abaixo:
Resultado da Homologação

Item:	0001
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/MOSSORÓ. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	1.440
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	64.800,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0001a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/MOSSORÓ. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	480
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	21.600,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0002
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO MOSSORÓ/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	1.440
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	64.800,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0002a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO MOSSORÓ/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Mossoró/RN. Cronograma de viagens: De Segunda a Sexta
Quantidade:	480
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	46,0000
Valor Final:	45,0000
Valor Total:	21.600,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0003a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/NATAL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Segunda, Quarta e Sexta
Quantidade:	750
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	78.750,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0003
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/NATAL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Segunda, Quarta e Sexta
Quantidade:	2.250
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	236.250,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0004
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO NATAL/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Terça, Quinta, Sábado
Quantidade:	2.250
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	236.250,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0004a
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO NATAL/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Natal/RN. Cronograma de viagens: Terça, Quinta, Sábado
Quantidade:	750
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	107,3000
Valor Final:	105,0000
Valor Total:	78.750,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE
Marca:	PEDRO TURISMO

Item:	0005
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO SÃO MIGUEL/FORTALEZA. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Fortaleza/CE. Cronograma de viagens: Segunda e Quinta
Quantidade:	240
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	73,8000
Valor Final:	70,0000
Valor Total:	16.800,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	DAMIAO DAGNALDO DA SILVA
Marca:	UNIÃO TRANSPORTE

Item:	0006
Descrição:	PASSAGEM COM DESTINO FORTALEZA/SÃO MIGUEL. Objeto: Viagens de interesse do Fundo Municipal de Saúde para a cidade de Fortaleza/CE. Cronograma de viagens: Terça e Sexta
Quantidade:	240
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência:	73,8000
Valor Final:	70,0000
Valor Total:	16.800,0000
Situação:	**Homologado**em 09/09/201910:29:53 Por: José Gaudêncio Diógenes Torquato
Nome da Empresa:	DAMIAO DAGNALDO DA SILVA
Marca:	UNIÃO TRANSPORTE

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Autoridade Competente (Ordenador)

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:A5048BE1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO N° 106/2019

DECRETO Nº 106, DE 09 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 29.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra do Mel/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 09 de setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**29.000,00**
02 .005 Sec.Mun.Educação,Cultura,Esporte e Lazer					**4.000,00**
	2018 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11200000	0001	4.000,00
03 .002 Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel					**25.000,00**
	2073 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Especializada				**25.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	25.000,00
Anexo II (Redução)					**29.000,00**
02 .005 Sec.Mun.Educação,Cultura,Esporte e Lazer					**4.000,00**
	2018 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**4.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11200000	0001	4.000,00
03 .002 Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel					**25.000,00**
	1004 Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Unidades de Saúde				**6.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	5.000,00
	2068 Manutenção do Postos e Unidades Basicas de Saúde				**9.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10010000	0001	5.000,00
		4.4.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00
	2074 Manutenção das Açães do Centro de Especialidades				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.000,00
	2075 Manutenção das Atividades da Unidade Mista Dr. Silvio Romero de Lucena				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00
	2076 Manutenção da Frota de Veículos das Ações de Saúde de Média e Alta Complexidade				**4.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10010000	0001	4.000,00
	2077 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.000,00

Serra do Mel/RN, 09 de setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:AA196731

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN, com sede na Praça Bom Jesus dos Navegantes, 28, Centro, na cidade de Touros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.234.155/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Excelentíssimo Senhor Prefeito, **FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 222.430.384-04, portador(a) da Carteira de Identidade nº 403.510 – SSP/RN, **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.779.349/0001-88, situado na Av. José de Farias, S/N, Centro –

CEP: 59584-000, Touros/RN, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, a Sra. **TELMA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA DE CASTRO**, portadora da Carteira de Identidade nº. 1.755.345, expedida pelo SSP/RN, e inscrita no CPF/MF sob o nº. 011.932.374-59, residente e domiciliada à Av. Praia de Perobas, n° 03, Centro, Touros/RN, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 023/2019, publicada no 07 de agosto de 2019, processo administrativo n.º 546/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e no Decreto Municipal nº 017, de 2017, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (BRINQUEDOS, MAQUIAGEM E ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS) PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES EM ATENDIMENTO AS CRIANÇAS ACOMPANHADAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, ATRAVÉS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº **023/2019**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: ESCOLA E ESCRITÓRIO LIVRARIA, PAPELARIA LTDA						
CNPJ/MF nº 00.800.611/0001-14					TEL: (84) 3222-7575	
END: Rua General Oliveira Galvão, 1045, Tirol, Natal/RN						
REPRESENTANTE LEGAL: KLEYBER TINÔCO DE ANDRADE						
RG: 1.475.778 – SSP/RN				CPF/MF nº 000.647.304-09		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	Bola de plástico resistente, inflada, cores variadas, de boa qualidade, tamanho entre 30 e 35 cm de diâmetro.	UND	LÍDER	1.000	R$ 3,70	R$ 3.700,00
03	Carrinho de plástico resistente, modelo caçamba, cores variadas, nas seguintes medidas aproximadas 30 x 16 x 15 (comprimento x altura x largura).	UND	LUMAR	1.000	R$ 18,00	R$ 18.000,00
05	Carriola brinquedo 52 cm de comprimento, plástico resistente, cores variadas.	UND	USUAL BRINQUEDOS	1.000	R$ 47,00	R$ 47.000,00
07	Jogo de boliche em plástico durável, contendo 06 pinos de 22 cm, 02 bolas e com selo de garantia do INMETRO	UND	MINI TOYS	1.000	R$ 18,00	R$ 18.000,00
25	Batom cremoso, cor vermelha, de boa qualidade, com validade superior a 1 ano.	UND	VULT	15	R$ 34,00	R$ 510,00
26	Batom cremoso, cor nude, de boa qualidade, com validade superior a 1 ano.	UND	VULT	15	R$ 41,00	R$ 615,00
27	Batom cremoso, cor rosa pink, de boa qualidade, com validade superior a 1 ano.	UND	VULT	15	R$ 39,00	R$ 585,00
29	Lenços demaquilantes	PCT	VULT	10	R$ 39,00	R$ 390,00
30	Palheta de sombras 3D de Olhos, diversas cores.	CX	RUBY ROSE	10	R$ 54,78	R$ 547,80
32	Óleo lubrificante para pistos 60ml	UND	PALATINO	10	R$ 30,00	R$ 300,00
34	Estantes partitura,(altura mínima: 70cm, altura máxima 1,40cm)	UND	SMART	20	R$ 80,00	R$ 1.600,00
35	Pasta para cifras e partituras musical	UND	ACP	20	R$ 11,20	R$ 224,00

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:
descumprir as condições da ata de registro de preços;
não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

por razão de interesse público; ou
a pedido do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Touros/RN, 09 de setembro de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito
Representante Legal do Órgão Gerenciador

TELMA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA DE CASTRO
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Como Interveniente

Escola e Escritório Livraria, Papelaria LTDA
KLEYBER TINÔCO DE ANDRADE
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:EF5C64D1

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN, com sede na Praça Bom Jesus dos Navegantes, 28, Centro, na cidade de Touros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.234.155/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Excelentíssimo Senhor Prefeito, **FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 222.430.384-04, portador(a) da Carteira de Identidade nº 403.510 – SSP/RN, **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.779.349/0001-88, situado na Av. José de Farias, S/N, Centro – CEP: 59584-000, Touros/RN, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, a Sra. **TELMA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA DE CASTRO**, portadora da Carteira de Identidade nº. 1.755.345, expedida pelo SSP/RN, e inscrita no CPF/MF sob o nº. 011.932.374-59, residente e domiciliada à Av. Praia de Perobas, n° 03, Centro, Touros/RN, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 023/2019, publicada no 07 de agosto de 2019, processo administrativo n.º 546/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e no Decreto Municipal nº 017, de 2017, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (BRINQUEDOS, MAQUIAGEM E ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS) PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES EM ATENDIMENTO AS CRIANÇAS ACOMPANHADAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, ATRAVÉS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº **023/2019**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: FÁBIO FERNANDES DA CUNHA - ME						
CNPJ/MF nº 14.906.443/0001-50					TEL: (84) 3302-8955	
END: Rua Princesa Isabel, 523, Lj. 18, Centro, Natal/RN – CEP: 59.025-400						
REPRESENTANTE LEGAL: FÁBIO FERNANDES DA CUNHA						
RG: 1281603					CPF/MF nº 828.345.474-91	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
04	Conjunto de chazinho contendo 01 chaleira, 01 bule, 04 xícaras, 04 pires, em plástico resistente, inquebrável, com selo do INMETRO.	UND	MATRIX	1.000	R$ 38,00	R$ 38.000,00
06	Conjunto de panelas, contendo 3 panelas com tampas, 1 frigideira, 01 colher, 01 escumadeira, 01 concha em plástico resistente, inquebrável e durável. Embalagem em caixa de papelão e plástico transparente. Com selo do INMETRO.	UND	TAFEPLAS	1.000	R$ 65,00	R$ 65.000,00
08	Base Facial, tonalidade café médio, antialérgica, boa qualidade. Prazo de validade superior a 1 ano.	UND	DALA	10	R$ 27,00	R$ 270,00
09	Base Facial, tonalidade bege médio, antialérgica, boa qualidade. Prazo de validade superior a 1 ano.	UND	DALA	10	R$ 27,50	R$ 275,00
10	Base Facial, tonalidade castanho, antialérgica, boa qualidade. Prazo de validade superior a 1 ano.	UND	DALA	10	R$ 27,50	R$ 275,00
11	Lápis para olhos de boa qualidade. Prazo superior a 1 ano. Cores: Preto, azul, branco, verde, vermelho e amarelo. (de cada cor).	UND	RUBY ROSY	10	R$ 20,50	R$ 205,00
12	Grampo para cabelo ponta protegida nº 5, cor: Preto	UND	KIGRAMPO	20	R$ 2,90	R$ 58,00
13	Corretivo líquido de boa qualidade, tonalidade café médio.	UND	DALA	4	R$ 22,00	R$ 88,00

14	Corretivo líquido de boa qualidade, tonalidade claro.	UND	DALA	4	R$ 26,50	R$ 106,00
15	Pó compacto facial, tonalidade bege médio, boa qualidade com validade superior a 1 ano.	UND	DALA	10	R$ 32,00	R$ 320,00
16	Máscara de cílios, antialérgico, boa qualidade, cor preta com validade superior a 1 ano.	UND	DALA	15	R$ 45,50	R$ 682,50
17	Gliter em pó cosmético, frasco 10g na cor vermelho, de boa qualidade, antialérgico.	UND	VULTI	10	R$ 74,00	R$ 740,00
18	Gliter em pó cosmético, frasco 10g na cor azul, de boa qualidade, antialérgico.	UND	VULTI	10	R$ 74,00	R$ 740,00
19	Gliter em pó cosmético, frasco 10g na cor verde, de boa qualidade, antialérgico.	UND	VULTI	10	R$ 74,00	R$ 740,00
20	Gliter em pó cosmético, frasco 10g na cor dourado, de boa qualidade, antialérgico.	UND	VULTI	10	R$ 74,00	R$ 740,00
21	Gliter em pó cosmético, frasco 10g na cor prateado, de boa qualidade, antialérgico.	UND	VULTI	10	R$ 74,00	R$ 740,00
22	Gliter em pó cosmético, frasco 10g na cor amarelo, de boa qualidade, antialérgico.	UND	VULTI	10	R$ 74,00	R$ 740,00
23	Gliter em pó cosmético, frasco 10g na cor preta, de boa qualidade, antialérgico.	UND	VULTI	10	R$ 38,50	R$ 385,00
24	Blush compacto de acabamento acetinado para todos os tipos de pele na cor rosa, boa qualidade com validade superior a 1 ano.	UND	DALA	10	R$ 31,00	R$ 310,00
28	Kit de pincéis completo para maquiagem, diversos tamanhos.	UND	MACRILAN	03	R$ 143,00	R$ 429,00
31	Palheta para clarinete nº 2,5, caixa com 10 unidades	CX	VANDOREN	10	R$ 110,00	R$ 1.100,00
33	Creme lubrificante para vara de trombone 30g	UND	HAMARA	10	R$ 24,50	R$ 245,00

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:
descumprir as condições da ata de registro de preços;
não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
por razão de interesse público; ou a pedido do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Touros/RN, 09 de setembro de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito
Representante Legal do Órgão Gerenciador

TELMA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA DE CASTRO
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Como Interveniente

Fábio Fernandes Da Cunha - ME
FÁBIO FERNANDES DA CUNHA
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:24FD6A96

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS/RN, com sede na Praça Bom Jesus dos Navegantes, 28, Centro, na cidade de Touros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.234.155/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Excelentíssimo Senhor Prefeito, **FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE**, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 222.430.384-04, portador(a) da Carteira de Identidade nº 403.510 – SSP/RN, **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.779.349/0001-88, situado na Av. José de Farias, S/N, Centro – CEP: 59584-000, Touros/RN, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, a Sra. **TELMA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA DE CASTRO**, portadora da Carteira de Identidade nº. 1.755.345, expedida pelo SSP/RN, e inscrita no CPF/MF sob o nº. 011.932.374-59, residente e domiciliada à Av. Praia de Perobas, n° 03, Centro, Touros/RN, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 023/2019, publicada no 07 de agosto de 2019, processo administrativo n.º 546/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e no Decreto Municipal nº 017, de 2017, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (BRINQUEDOS, MAQUIAGEM E ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS) PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES EM ATENDIMENTO AS CRIANÇAS ACOMPANHADAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, ATRAVÉS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº **023/2019**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: ELIAS AVELINO DOS SANTOS EPP						
CNPJ/MF nº 24.208.480/0001-49					TEL: (84) 3212-1646	
END: Av. Coronel Estevam, 1598, Alecrim, Natal/RN – CEP: 59.035-000						
REPRESENTANTE LEGAL: ELIAS AVELINO DOS SANTOS						
RG: 364.531					CPF/MF nº 307.504.904-20	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
02	Boneca plástica, cabelo de polietileno, com pescoço, braços e pernas articuláveis, sapato de polietileno, vestido de pano colorido, chupeta com prendedor, e olhos fixos. Indicada para crianças de até 03 (três) anos, dentro das normas e padrões de qualidade brasileiro, determinados pelo selo de aprovação do INMETRO, nas medidas aproximadas de 35 x 10 x 09 cm (altura x largura x profundidade).	UND	NOVA TOYS	600	R$ 45,00	R$ 27.000,00

VALIDADE DA ATA

A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO
A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:
descumprir as condições da ata de registro de preços;
não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
por razão de interesse público; ou
a pedido do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Touros/RN, 09 de setembro de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

TELMA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA DE CASTRO
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Como Interveniente

Elias Avelino Dos Santos EPP
ELIAS AVELINO DOS SANTOS
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:78EF598C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 094/2019

Aos 09 dias do mês de Setembro do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, no Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 045/2019**, **Registro de Preços nº 094/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06 de Setembro de 2019, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Locação de equipamentos, estrutura e suporte para realização de eventos culturais no Município de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 045/2019.

As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **JOÃO MARTINS DE SOUZA NETO**
CNPJ: **19.551.081/0001-46**
Endereço: **R AUGUSTO PINHEIRO, BAIRRO PÊGAS, 21, UPANEMA/RN- CEP: 59.670-00**
Representante: **JOÃO MARTINS DE SOUZA NETO** – CPF: **086.618.384-10**

Item	Descrição	Und	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
12	0016763 - Locação de cadeira em polipropileno, com capacidade suportada para 120 kg. Cor: branco, em ótimo estado de conservação e higiene, certificada pelo inmetro.	diária	6000,00	2,25	R$ 13.500,00
VALOR TOTAL R$					R$ 13.500,00
Treze mil reais					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 045/2019 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto do presente certame será executado no local e horário de cada evento institucional, em dias úteis ou não, na Zona Urbana ou Rural do Município, após a emissão da Ordem de Serviço nas condições apontadas neste Termo de Referência.
4.1.2. Todos os equipamentos deverão estar em pleno funcionamento 01 (uma) hora antes do início do evento, sendo recolhidos ao final.
4.2 - A licitante detentora deverá comprometer-se a entregar o material de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento.
4.4 A execução será de acordo com as necessidades desta Municipalidade, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
4.5 O recebimento ocorrerá em duas etapas:
Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser recebidos:
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
4.6. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório.
4.7. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município, quando tratar-se de fotos ou albuns.
4.7.1. Providenciar a imediata troca de todo equipamento que vier a apresentar defeito durante a realização de qualquer evento, no menor prazo possível; possuir infraestrutura adequada, suficiente e compatível à administração, organização e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, utilizando-se de pessoal especializado e capacitado;
4.8. Se a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.
4.9. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
4.10. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2111	Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
AÇÃO	2114	Funcionamento das Ativ.dos Conselhos Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2115	Funcionamento do Programa do Leite
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.002	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2107	Func. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2116	Func. dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO	2122	Funcionamento do Programa Bolsa Família- IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Prog. Cadastro Único/Bolsa Família- IGD-SUAS

AÇÃO	2155	Manutenção do Programa Criança Feliz
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DE RECURSOS	13110000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0021	Prog.de Gestão e Man. Da Sec. Mun. De Infraestrutura e Des. Urbano
AÇÃO	2062	Funcionamento das Atividades da Sec.Mun. de Infraestrutura e Des. Urbano
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0015	Programa de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Adm. E Recursos Humanos
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	0010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0017	Prog. De Gestão e Manu. da Sec.Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
AÇÃO	2067	Func. das Atividades da Sec. Mun. do Des. Rural e Meio Ambiente
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2015	Func. das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
AÇÃO	2016	Fun. Das Atividades dos Conselhos Municipais da Educação
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2134	Funcionamento do Programa Salário Educação- QSE
SUBFUNÇÃO	366	Educação de Jovéns e Adultos
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Manutenção da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2038	Incentivo ao Selo UNICEF
PROGRAMA	0110	Manutenção das Atividades de Jovéns e Adultos
AÇÃO	2039	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
SUBFUNÇÃO	368	Educação Básica
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2049	Funcionamento das Atividades do Ensino Fundamental
AÇÃO	2030	Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	0112	Esporte Amador
AÇÃO	2059	Funcionamento das Atividades do desporto amador
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
FONTE DOS RECURSOS	11230000	Trans. de Rec. do FNDE ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
FONTE DOS RECURSOS	15200000	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2050	Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência Integral a População com Serviços de Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Farmacêutico Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2093	Funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	2130	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB FIXO
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.001	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0012	Prog. De Gestão e Manu. da Procuradoria Geral do Município
AÇÃO	2140	Func. das Atividades da Procuradoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.002	Controladoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0013	Prog. De Gestão e Manu. da Controladoria Geral do Município

AÇÃO	2086	Func. das Atividades da Controladoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	03.001	Secretaria Municipal de Governo e Patrimônio
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0014	Prog. De Gestão e Manu. Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
AÇÃO	2141	Func. das Atividades da Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) providenciar, de forma imediata o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;
b) manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 042/2017;
c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
d) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
7.2. Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los imediata contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.
7.3 A Prefeitura Municipal de Upanema, não responderá por nenhum acidente ou dano físico causado por falhas e/ou irregularidades na estrutura (montagem, instalação, pontos de energia) ou suporte do evento realizados pela Contratada.
7.4 A Contrata é unicamente a responsável pela Segurança dos Profissionais que realizarão a montagem e desmontagem da estrutura do evento, como também daqueles que estarão no suporte, não sendo esta prefeitura responsável por eventuais danos ou acidentes de trabalho, caso venham a acontecer.
7.5. A CONTRATADA ficará responsável pela instalação e funcionamento dos pontos de energia elétrica a serem utilizados para os equipamentos, assim como, pela guarda, operação e manutenção dos equipamentos utilizados nos serviços, não respondendo a Prefeitura e a Comissão Organizadora do evento por qualquer ônus.
7.6. Os equipamentos a serem utilizados nos serviços de sonorização e iluminação deverão estar devidamente instalados com antecedência mínima exigida pelos artistas contratados para a realização dos shows.
7.7. A CONTRATADA deverá compatibilizar a entrada de veículos e caminhões utilizados na prestação dos serviços dentro dos horários previamente estipulados pela Comissão Organizadora do Evento de cada evento.
7.8. A desmontagem dos equipamentos dar-se-á após a realização do evento.
7.9. A CONTRATADA deverá manter a disposição da Comissão Organizadora da Prefeitura Municipal de Upanema, durante a realização dos shows, pelo menos 01 (um) técnico e 1 (um) eletricista, com autonomia para resolver todos os problemas técnicos que possam ocorrer.
7.10. Caso os artistas contratados para a realização de determinado show não utilize os equipamentos da CONTRATADA, a mesma deverá efetuar a desmontagem dos mesmos e fornecer todas as informações técnicas, assim como, manter 01 (um) técnico à disposição do artista.
7.11. Havendo incompatibilidade entre os equipamentos de sonorização licitados e o dos artistas contratados para os shows, a CONTRATADA deverá providenciar a regularização dos equipamentos sem qualquer custo adicional.
7.12. Todos os serviços de instalação, operação e equipamentos do sistema de som e iluminação ficarão sob a inteira responsabilidade da CONTRATADA.
7.13. Conforme exigência do Corpo de Bombeiros a contratada deverá apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente quitadas junto ao CREA do domicilio da licitante vencedora, referentes à Palco, Gerador, etc.
7.14. As eventuais despesas que venham a ocorrer durante a realização do objeto ora licitada é de total responsabilidade da Contratada.

A Contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato e apresentar antes das emissões das ordens de serviços:
7.15. Atestado(s) de capacidade técnica apresentados, deveram está registrado no CREA, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) CAT'(s) (Certidão de Acervo Técnico) emitido(s) pelo CREA. O(s) responsável(is) técnico(s) constante(s) no CAT (Certidão de Acervo Técnico) deverá(ao) ser o(s) mesmo(s) constante(s) na Certidão de Registro e Quitação da empresa licitante.
7.16. Certidão de registro e quitação(CRQ) da empresa licitante e do(s) responsável(s) técnicos(s), Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) devidamente regularizada, acompanhada(s) das respectivas carteira(s) de identificação dos responsáveis técnicos.
7.17. Comprovante de vínculo com o(s) responsável(eis) técnico(s) junto a empresa licitante para execução do serviço na forma abaixo:
a) O profissional de nível superior responsável técnico poderá ser diretor, sócio ou fazer parte do quadro permanente da LICITANTE, na condição de empregado, ou contratado, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a LICITANTE.
a) caso sócio, através do contrato social e sua última alteração;
b) caso empregado permanente da empresa, através do contrato de trabalho;
c) caso prestador de serviço, através do contrato de prestação de serviço;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 09 de Setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

João Martins De Souza Neto
CNPJ:19.551.081/0001-46
JOÃO MARTINS DE SOUZA NETO
CPF: 086.618.384-10

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:76CDD227

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 095/2019

Aos 09 dias do mês de Setembro do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, no Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 045/2019**, **Registro de Preços nº 095/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06 de Setembro de 2019, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Locação de equipamentos, estrutura e suporte para realização de eventos culturais no Município de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 045/2019.

As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **VALERIA ENTRETENIMENTO EIRELI - ME**		
CNPJ: **20.891.478/0001-66**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Vicente Leite, 425 -Planalto 13 de Maio – Mossoró - RN.**		
Representante: **NILSON GAMA DA SILVA** - CPF: **022.858.954-10**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0016751 - Locação de treliça de alumínio BOX TRUST em formato P30 para montagem de Pórticos, Banners, Grids, com slives, talhas, pau de carga, sapatas, cintas, parafusos. Com montagem e desmontagem por conta do contratante.	Mt	500,00	R$ 40,00	R$ 20.000,00
2	0016752 - PALCO 8m X 6m - Locação com montagem e desmontagem de Palco em estrutura de alumínio anodizado P30 medindo 8 metros de frente por 6 metros de profundidade, piso do palco em estrutura metálica com compensado naval de 15mm coberto com carpete, altura do solo de 1,00M à 1,60cm, com cobertura em Box Truss de duro alumínio forma de duas águas, estrutura para P.A. Fly, com fechamento laterais e traseiro em lona sintética anti chamas, com aterramento e escada de acesso, tudo conforme determinação dos órgãos competentes	DIARIA	16,00	R$ 2.700,00	R$ 43.200,00
3	0016767 - Serviço de locação, montagem e desmontagem de piso tablado(plataforma) medindo 14m X 10m(140m²), com 1M de altura do solo, em estrutura metálica com compensado naval de 18mm, coberto todo com carpete e saias laterais, com aterramento e escada de acesso, tudo conforme determinação dos órgãos competentes(para	DIARIA	5,00	R$ 2.300,00	R$ 11.500,00

	apresentações culturais deste município).				
4	0016754 - TRIO ELÉTRICO DE GRANDE PORTE TIPO CARRETA, COMPATÍVEL COM O PORTE DO EVENTO E RIDER TÉCNICO PARA APRESENTAÇÃO DE ATRAÇÕES DE NÍVEL NACIONAL, INCLUINDO TODA EQUIPE TÉCNICA, MOTORISTA E EQUIPE DE APOIO. TODOS COMPOSTOS PELAS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: DUAS MESAS DIGITAIS M7CL OU COMPATÍVEL, PA DE SOM DE FRENTE: 48 FALANTES DE GRAVE WPU-1805, 32 FALANTES DE MÉDIO GRAVE WPU-1205, 24 CORNETAS D- 405, 32 TWEETERS ST-300; FUNDO - 48 FALANTES DE GRAVE WPU- 1805, 32 FALANTES DE MÉDIO GRAVE WPU-1205, 24 CORNETAS D-405, 24 DRIVES DE TITANIUM FRENTE FUNDO (EROS 7200), 32 TWEETERS ST-300; LATERAIS ESQUERDA/DIREITA (CADA): 48 FALANTES DE GRAVE WPU-1505, 64 FALANTES DE MÉDIO GRAVE WPU-1205, 32 CORNETAS D-405, 48 TWEETERS ST-300, 28 POTÊNCIA 803, 16 POTÊNCIA 703, 08 POTÊNCIA 612, 08 POTÊNCIA 5000, 03 PROCESSADORES DIGITAIS FDS-388, 03 GRÁFICOS DN-360, 02 CROSSOVERS DN-800, 04 COMPRESSORES DN-504, 03 EFEITOS SPX-990, 02 BATERIAS DDRUMS- 4 E DM-4, 01 CD, 1 MD, 1 DVD, BACKLINE, 01 CUBO PARA TECLADO KB/A-300, 01 CUBO PARA GUITARRA JAZZ CHORUS, 01 CUBO PARA BAIXO 3.500, E 01CAIXA 4 ALTOFALANTES DE 10' E DE 15', 08 SPOTS MONITOR (VOZ) SM-400, 02 SPOT UM PARA PERCUSSÃO E UM PARA BATERIA, 02 SUB, 02 EAR FONES PORTA PRO, PALCO PARA BANDA – 40 M2, PALCO PARA FRENTE = 2,20M X 3,20M, PALCO TRASEIRO = 1,40M X 3,20M, PLATAFORMA MÓVEIS LATERAIS, 1,80M DE LARGURA X 1,60M DE COMPRIMENTO, 02 GERADORES DE 180 KVA COM RESERVA, 2 ACESSOS (SOCIAL E SERVIÇO), 01 CAMARIM COM: 01 AR CONDICIONADO, TV, VÍDEO, DVD, FRIGOBAR, LAVABO E ESPELHO, POLTRONA E WC; ESCADA VIP PARA ACESSO AO PALCO ILUMINAÇÃO BÁSICA de refletor, TODO MATERIAL DE SEGURANÇA, 08 EXTINTORES, COBERTURA NIGTH DAY, BANHEIRO VIP COM ESPELHO, 01 CX D'ÁGUA DE 300 LITROS E DUAS CX DE DESCARGA DE 400 LITROS E DEMAIS EXIGÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS E ÓRGÃOS COMPETENTES, O VALOR UNITÁRIO É REFERENTE À LOCAÇÃO DE DIARIA DE 01 TRIO.	DIARIA	4,00	R$ 29.200,00	R$ 116.800,00
5	0016755 - GRADES DE CONTENÇÃO/DISCIPLINADOR - Locação, montagem e desmontagem de grade de contenção/disciplinador para isolamento de áreas em estrutura metálica de ferro galvanizado com 1,20m de altura	Mt	220,00	R$ 16,00	R$ 3.520,00
6	0016756 - Tenda tipo piramidal 5x5, 04 (quatro) lados, medida 5 m x 5 m, com cobertura em Lona ou Nigth and Day, em excelente estado de conservação e limpeza, com anti-chama e anti-mofo. Estrutura em aço galvanizado ou alumínio com 2,50 metros (mínimo) de pé direito, a partir do piso.	DIARIA	60,00	R$ 220,00	R$ 13.200,00
7	0016757 - Tenda tipo piramidal 6X6, 04 (quatro) lados, medida 6 x 6 m, com cobertura em Lona ou Nigth and Day, em excelente estado de conservação e limpeza, com anti-chama e anti-mofo. Estrutura em aço galvanizado ou alumínio com 2,50 metros (mínimo) de pé direito, a partir do piso.	DIARIA	40,00	R$ 340,00	R$ 13.600,00
8	0016758 - Locação, Instalação e Operação de Grupo Gerador de energia móvel, com capacidade mínima de 180 KVA, tensão de 220/380v, 60hz, equipado com motor diesel compatível e quadro de comando manual, montado em contêiner especial silenciado para diminuição de ruídos e proteção contra chuva e intempéries, aterrado e isolado, acompanhado de responsável técnico.	DIARIA	14,00	R$ 1.380,00	R$ 19.320,00
9	0016759 - Serviço de locação, montagem, desmontagem e operação de Iluminação Cénica com 10 MOVING-LIGHTS BEAM 250, 15 refletores do tipo PAR 64 foco 5, 20 PAR LED RGBW 3 WATTS, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA 1500 WATTS dmx 512, 10 set-ligth e 6 movingt 108, 01 mesa digital, 48 canais de dimmer.	DIARIA	6,00	R$ 2.350,00	R$ 14.100,00
10	0016761 - "Locação de Sistema de Sonorização Grande Porte Sistema (tipo Fly com 82.400 WTS RMS) Com console digital 48 canais entradas e 16 saídas (PA), consoIe digital 48 entradas e 24 saídas (MONITOR). 16 caixas de sub grave SB 850 com 2 auto falantes de 1.500 WTS RMS cada, 24 caixas line array com 1 auto falante de 1.100 WTS RMS cada e 1 drive titânio 125 WTS RMS cada. 4 amplificadores 12.000 WTS RMW (sub grave), 2 amplificadores digitais 16.000 WTS RMS (médio grave), 2 amplificadores 4.800 WTS RMS (titânio). monitores, setes de contra baixos guitarras e teclados favoráveis assim como amplificadores, monitores kit de microfone com e sem fio favoráveis a atender os rides dos mais diversos artistas nacionais. Sistema de som de pequeno porte para eventos com potência de no mínimo 20.000 WTS. Sistema caixa sobre caixa com 01 console digital 32 entradas 16 saídas. 04 caixas de sub grave SB 850 com 2 auto falantes de 1.500 WTS RMS cada, 06 caixas linearray com 1 auto falante de 1.100 WTS RMS cada e 1 drive titanio 125 WTS RMS cada. 4 amplificadores 12.000 WTS RMW (sub grave), 2 amplificadores digitais 16.000 WTS RMS (medio grave), 2 amplificadores 4.800 WTS RMS (titanio).	DIARIA	10,00	R$ 3.900,00	R$ 39.000,00
11	0016762 - Locação de Estrutura de Som de Médio Porte para eventos com potência mínima de 41.200 WATS. Sistema tipo Fly com 2 consoles digitais 32 entradas 16 saidas.8 caixas de sub grave SB 850 com 2 auto falantes de 1.500 WTS RMS cada, 12 caixas line array com 1 auto falante de 1.100 WTS RMS cada e 1 drive titânio 125 WTS RMS cada.4 amplificadores 12.000 WTS RMW (sub grave),2 amplificadores digitais 16.000 WTS RMS (médio grave),2 amplificadores 4.800 WTS RMS (titânio). monitores, setes de contra baixos guitarras e teclados favoráveis assim como amplificadores, monitores kit de microfones com e sem fio favoráveis a atender os rides dos mais diversos artistas.	diária	15,00	R$ 2.650,00	R$ 39.750,00
13	0016764 - TELÃO DE LED Descrição: Locação, montagem, desmontagem de Telão de Led de alta resolução (indoor) P10mm medindo 4,0 metros X 2,0 metros, com instalação e operação por conta da contratada	DIARIA	4,00	R$ 2.500,00	R$ 10.000,00
14	0016765 - Rádio comunicador para realização de monitoramento e auxilio no trabalho de forma pratica e rápida em excelente condições técnicas, com Frequência 400-470MHz, Rádio FM, Capacidade 2800mAh, Espaçamento entre canais, Power 5W, Tensão Operado, 3,7 V, Bateria, Voltagem 7,4V(com carregador de bateria compatível).	diária	60,00	R$ 79,00	R$ 4.740,00
15	0016766 - Operador de monitoramento: serviço de operador de monitoramento para auxiliar a guarda municipal e a polícia militar na proteção patrimonial e ordem social durante os eventos deste Município.	DIARIA	280,00	R$ 165,00	R$ 46.200,00
VALOR TOTAL					R$ 394.930,00
Trezentos e noventa e quatro mil novecentos e trinta reais					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 045/2019 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto do presente certame será executado no local e horário de cada evento institucional, em dias úteis ou não, na Zona Urbana ou Rural do Município, após a emissão da Ordem de Serviço nas condições apontadas neste Termo de Referência.
4.1.2. Todos os equipamentos deverão estar em pleno funcionamento 01 (uma) hora antes do início do evento, sendo recolhidos ao final.
4.2 - A licitante detentora deverá comprometer-se a entregar o material de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante, com prioridade no atendimento.
4.4 A execução será de acordo com as necessidades desta Municipalidade, devendo ocorrer o fornecimento após sua solicitação.
4.5 O recebimento ocorrerá em duas etapas:
Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser recebidos:
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

4.6. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório.
4.7. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município, quando tratar-se de fotos ou albuns.
4.7.1. Providenciar a imediata troca de todo equipamento que vier a apresentar defeito durante a realização de qualquer evento, no menor prazo possível; possuir infraestrutura adequada, suficiente e compatível à administração, organização e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, utilizando-se de pessoal especializado e capacitado;
4.8. Se a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.
4.9. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
4.10. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2111	Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
AÇÃO	2114	Funcionamento das Ativ.dos Conselhos Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2115	Funcionamento do Programa do Leite
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.002	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2107	Func. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2116	Func. dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO	2122	Funcionamento do Programa Bolsa Família- IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Prog. Cadastro Único/Bolsa Família- IGD-SUAS
AÇÃO	2155	Manutenção do Programa Criança Feliz
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DE RECURSOS	13110000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0021	Prog.de Gestão e Man. Da Sec. Mun. De Infraestrutura e Des. Urbano
AÇÃO	2062	Funcionamento das Atividades da Sec.Mun. de Infraestrutura e Des. Urbano
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0015	Programa de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Adm. E Recursos Humanos
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	0010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0017	Prog. De Gestão e Manu. da Sec.Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
AÇÃO	2067	Func. das Atividades da Sec. Mun. do Des. Rural e Meio Ambiente
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2015	Func. das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
AÇÃO	2016	Fun. Das Atividades dos Conselhos Municipais da Educação
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental

PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2134	Funcionamento do Programa Salário Educação- QSE
SUBFUNÇÃO	366	Educação de Jovéns e Adultos
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Manutenção da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2038	Incentivo ao Selo UNICEF
PROGRAMA	0110	Manutenção das Atividades de Jovéns e Adultos
AÇÃO	2039	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
SUBFUNÇÃO	368	Educação Básica
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2049	Funcionamento das Atividades do Ensino Fundamental
AÇÃO	2030	Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	0112	Esporte Amador
AÇÃO	2059	Funcionamento das Atividades do desporto amador
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
FONTE DOS RECURSOS	11230000	Trans. de Rec. do FNDE ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
FONTE DOS RECURSOS	15200000	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2050	Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência Integral a População com Serviços de Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Farmacêutico Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2093	Funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	2130	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB FIXO
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.001	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0012	Prog. De Gestão e Manu. da Procuradoria Geral do Município
AÇÃO	2140	Func. das Atividades da Procuradoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.002	Controladoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0013	Prog. De Gestão e Manu. da Controladoria Geral do Município
AÇÃO	2086	Func. das Atividades da Controladoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	03.001	Secretaria Municipal de Governo e Patrimônio
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0014	Prog. De Gestão e Manu. Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
AÇÃO	2141	Func. das Atividades da Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) providenciar, de forma imediata o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;

b) manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 042/2017;
c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
d) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
7.2. Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los imediata contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.
7.3 A Prefeitura Municipal de Upanema, não responderá por nenhum acidente ou dano físico causado por falhas e/ou irregularidades na estrutura (montagem, instalação, pontos de energia) ou suporte do evento realizados pela Contratada.
7.4 A Contrata é unicamente a responsável pela Segurança dos Profissionais que realizarão a montagem e desmontagem da estrutura do evento, como também daqueles que estarão no suporte, não sendo esta prefeitura responsável por eventuais danos ou acidentes de trabalho, caso venham a acontecer.
7.5. A CONTRATADA ficará responsável pela instalação e funcionamento dos pontos de energia elétrica a serem utilizados para os equipamentos, assim como, pela guarda, operação e manutenção dos equipamentos utilizados nos serviços, não respondendo a Prefeitura e a Comissão Organizadora do evento por qualquer ônus.
7.6. Os equipamentos a serem utilizados nos serviços de sonorização e iluminação deverão estar devidamente instalados com antecedência mínima exigida pelos artistas contratados para a realização dos shows.
7.7. A CONTRATADA deverá compatibilizar a entrada de veículos e caminhões utilizados na prestação dos serviços dentro dos horários previamente estipulados pela Comissão Organizadora do Evento de cada evento.
7.8. A desmontagem dos equipamentos dar-se-á após a realização do evento.
7.9. A CONTRATADA deverá manter a disposição da Comissão Organizadora da Prefeitura Municipal de Upanema, durante a realização dos shows, pelo menos 01 (um) técnico e 1 (um) eletricista, com autonomia para resolver todos os problemas técnicos que possam ocorrer.
7.10. Caso os artistas contratados para a realização de determinado show não utilize os equipamentos da CONTRATADA, a mesma deverá efetuar a desmontagem dos mesmos e fornecer todas as informações técnicas, assim como, manter 01 (um) técnico à disposição do artista.
7.11. Havendo incompatibilidade entre os equipamentos de sonorização licitados e o dos artistas contratados para os shows, a CONTRATADA deverá providenciar a regularização dos equipamentos sem qualquer custo adicional.
7.12. Todos os serviços de instalação, operação e equipamentos do sistema de som e iluminação ficarão sob a inteira responsabilidade da CONTRATADA.
7.13. Conforme exigência do Corpo de Bombeiros a contratada deverá apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente quitadas junto ao CREA do domicilio da licitante vencedora, referentes à Palco, Gerador, etc.
7.14. As eventuais despesas que venham a ocorrer durante a realização do objeto ora licitada é de total responsabilidade da Contratada.

A Contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato e apresentar antes das emissões das ordens de serviços:
7.15. Atestado(s) de capacidade técnica apresentados, deveram está registrado no CREA, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) CAT'(s) (Certidão de Acervo Técnico) emitido(s) pelo CREA. O(s) responsável(is) técnico(s) constante(s) no CAT (Certidão de Acervo Técnico) deverá(ao) ser o(s) mesmo(s) constante(s) na Certidão de Registro e Quitação da empresa licitante.
7.16. Certidão de registro e quitação(CRQ) da empresa licitante e do(s) responsável(s) técnicos(s), Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) devidamente regularizada, acompanhada(s) das respectivas carteira(s) de identificação dos responsáveis técnicos.
7.17. Comprovante de vínculo com o(s) responsável(eis) técnico(s) junto a empresa licitante para execução do serviço na forma abaixo:
a) O profissional de nível superior responsável técnico poderá ser diretor, sócio ou fazer parte do quadro permanente da LICITANTE, na condição de empregado, ou contratado, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a LICITANTE.
a) caso sócio, através do contrato social e sua última alteração;
b) caso empregado permanente da empresa, através do contrato de trabalho;
c) caso prestador de serviço, através do contrato de prestação de serviço;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 09 de Setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

VALERIA ENTRETENIMENTO EIRELI - ME
CNPJ:20.891.478/0001-66

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:F138B4FF

